

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
FEVEREIRO ■ MARÇO ■ ABRIL/95 Nº 36 R\$ 5,10

PRINCÍPIOS



MÉXICO

a ilusão neoliberal

PRINCÍPIOS

Revista Teórica, Política
e de Informação

Diretor e
Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Luiz Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Morais
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guiomar Prates
Luciana de Souza Bento
Luiz Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Luiz Bonotto

Edição de Texto
Vania Zeballos

Administração e Distribuição
Divo Guisoni

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 605-8150

Í N D I C E

FRACASSO NEOLIBERAL Olival Freire Jr.	3
A QUEDA DA ESTRELA NEOLIBERAL Aldo Rebelo e José Carlos Ruy	4
O MÉXICO E A CRISE DO MODELO NEOLIBERAL Marco Antonio Villa	10
MÉXICO NOS PRIMEIROS MESES DO NAFTA Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio	14
A NATUREZA DA SUBMISSÃO Renato Rabelo	17
O CALVÁRIO DA DEPENDÊNCIA Edson Silva	21
MONOPÓLIO DO PETRÓLEO NA MIRA DAS REFORMAS Haroldo Lima	25
PROPRIEDADE INTELECTUAL NO GATT TRAZ IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL Cicero Ivan Ferreira Gontijo	33
POR QUE O SOCIALISMO? Albert Einstein	37
IDEOLOGIA RACISTA DO DNA DITADOR É MIRAGEM Fátima Oliveira	41
CAIRO: QUEM CONTROLA A REPRODUÇÃO HUMANA? Sara Romera Sorrentino	46
ANARQUISMO E LITERATURA Edgard Carone	50
FORMOSO E TROMBAS: A LUTA DO PARTIDO E DOS POSSEIROS Paulo Ribeiro da Cunha	56
DE FRENTE PARA O BRASIL Roniwalter Jatobá	62
UMA RADIOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO Luiz Eduardo Soares (coordenador)	66
POESIA João de Oliveira	77
RESENHAS	78

Capa de Flávio Nigro sobre detalhe do mural Os demagogos, de José Clemente Orozco.

Fracasso neoliberal

A primeira edição de 1995 da revista *PRINCÍPIOS* traz uma agenda rica de temas políticos, econômicos e sociais. A revista simplesmente reflete, em certa medida, os problemas candentes postos para a sociedade brasileira, dos quais o mais emblemático é, sem dúvida, a bancarrota e a subserviência que tomou conta do México.

A crise da economia mexicana tem sido um verdadeiro pesadelo para os arautos dos ajustes na economia brasileira que visam a nossa integração nos mercados globais, não só porque o México era apresentado como verdadeiro exemplo a ser seguido, mas também, e principalmente, porque o conjunto de medidas adotadas pelos governos Collor e Itamar e anunciadas pelo governo Fernando Henrique seguem o mesmo receituário aplicado no México e na Argentina já há alguns anos. Os círculos que dominam as informações têm procurado minimizar as repercussões internas da crise mexicana, remetendo-as para as páginas de economia ou para os últimos noticiários televisivos da noite. Tentam evitar que a população brasileira adquira a consciência de que o Plano Real, um dos fatores responsáveis pela vitória eleitoral de FHC, é primo carnal da política econômica que está levando o México a retroceder à condição de colônia. O México é por isso objeto de matéria especial, pautada com a ajuda de Raimundo Pereira e redigida por Aldo Rebelo e José Carlos Ruy. O México é também tema de outros dois artigos, um do historiador Marco Antonio Villa e outro da Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio. As novas tendências políticas e econômicas são analisadas por Renato Rabelo e Edson Silva.

O porquê do interesse renovado, nos círculos financeiros

internacionais e nos setores conservadores brasileiros, pela quebra do monopólio estatal do petróleo é o tema de alentado estudo de Haroldo Lima, que com Cícero Gontijo, em outro artigo, examina o acordo comercial do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), aprovado pelo Congresso e assinado pelo governo brasileiro no final do ano passado, revelando aspectos nocivos aos interesses nacionais contidos naquele acordo.

A violência no Rio de Janeiro é tratada por uma equipe de pesquisadores do ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião), em relatório que publicamos em primeira mão. Duas mulheres analisam temas de imensa atualidade: Sara Sorrentino discute a recente Conferência do Cairo sobre direitos reprodutivos e Fátima Oliveira revela o conteúdo racista e anticientífico do livro *A curva do sino*, novo *best-seller* americano. Resgatando a nossa história, Paulo Cunha nos

traz a luta camponesa de Trombas e Formoso, enquanto Edgard Carone retoma uma página do movimento operário na virada do século. Também com sentido histórico, publicamos artigo de 1949, no qual Albert Einstein argumenta em defesa do socialismo.

Quando terminávamos esta edição, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional as cinco primeiras emendas de um conjunto de outras tantas destinadas a praticamente promover a reformulação total do texto constitucional. Este objetivo só teria sentido legal se fosse tarefa de uma nova Assembleia Constituinte convocada para tal finalidade. A análise desse conjunto de propostas será preocupação do próximo número da revista *PRINCÍPIOS*.

Olival Freire Jr.



Em 1994, as quatro edições da *PRINCÍPIOS* dissecaram o esforço das elites em aplicar o plano neoliberal e refletiram a resistência dos setores democráticos e nacionalistas.

A queda da estrela neoliberal

ALDO REBELO E JOSÉ CARLOS RUY

O impasse do México, mais do que sua falência material, representa a ruína moral da tentativa de superar a crise do capitalismo através da subordinação crescente de povos e nações aos Estados imperialistas

O México, que nos últimos anos foi a estrela emergente do projeto neoliberal, virou “uma emergência”, reconheceu *The Wall Street Journal* no começo de janeiro, e “está aprendendo o quanto pode ser perigoso confiar em amigos estrangeiros”.¹

A bíblia dos financistas do mundo inteiro tocou assim num aspecto dramático do fracasso mexicano: a fragilidade de um modelo de desenvolvimento ancorado nas economias dominantes do mundo capitalista e que despreza a base mais sólida representada pela produção voltada para o mercado interno.

O impasse mexicano, mais do que a falência material daquele país, proclama a ruína moral da tentativa de superação da crise do capitalismo através da crescente subordinação de povos e nações aos Estados imperialistas e seu poderoso sistema financeiro.

Antes do reconhecimento desse fracasso, foram anos de insistentes elogios das pretensas virtudes daquele modelo. Desde altos dirigentes das nações imperialistas, como Mitsuhide Yamaguchi, presidente do Eximbank do Japão, que, em 1991, apresentava o México e o Chile como “modelos de sucesso no ajuste econômico para a região latino-americana”. Ou o Banco Mundial, que num estudo de outubro de 1994, intitulado “Tirando as amarras do setor privado – caso da América Latina”, elogiava o México por ter, juntamente com outros países latino-americanos, adotado há mais tempo e de forma mais consistente políticas de combate à inflação. Estudo que, é claro, recriminava o Brasil pelo atraso em seguir esse caminho!²

The Economist, outro evangelho dos banqueiros e financistas mundiais, em janeiro de 1994, via na entrada em vigor do NAFTA, em 1-1-1994, a promessa de “um desenvolvimento econômico forte o suficiente para levar o México ao mundo desenvolvido muito cedo no próximo século”, apesar dos problemas que já eram visíveis. As vésperas do desastre que reduziu a pó o milagre mexicano, em dezembro de 1994, *The Economist* continuava nessa toada, e garantia que o país havia dado “um grande passo à frente recentemente, permitindo o ingresso de 46 bancos, seguradoras e corretoras de títulos estrangeiros”.³ Isto é, justamente aqueles que iriam ajudar a cavar o buraco onde o México caiu.

Na imprensa brasileira, a defesa do modelo mexicano foi um verdadeiro carnaval. Júlio de Mesquita Neto, diretor de *O Estado de S. Paulo*, num seminário em 1991, sugeriu que o Brasil adotasse o caminho já trilhado pelo México, Venezuela, Argentina, Bolívia e Chile.⁴ Algumas manchetes dos jornais demonstram uma adesão entusiástica: “México hoje é exemplo para o Brasil” (*Jornal do Brasil*, 18-6-1991); “México deixa para trás a década perdida” (*Jornal do Brasil*, 5-1-1992); “México toma o rumo do Primeiro Mundo”, em matéria apresentada da seguinte forma: “Integração com Estados Unidos, estabilidade, privatização e liberdade de mercado, as armas da modernização” (*O Globo*, 9-2-1992); “México, Chile e Argentina brilham no fórum onde o Brasil é ‘patinho feio’” (*Jornal do Brasil*, 2-5-1992). Em 15-7-1992, um dos títulos da revista *Veja* dizia: “Sempre atrás do México”, na matéria sobre o acor-do da dívida externa assinado pelo governo Collor de Mello. Em maio de 1993, o cronista econômico Joelmir Beting, um dos grandes propagandistas do ajuste neoliberal no Brasil, dizia que “anta não é tigre”. Repetia a avaliação do Council of the Americas (uma entidade destinada a defender os interesses do imperialismo na região), segundo a qual os tigres seriam México, Bolívia, Argentina, Chile e outros moldados pelo figurino do imperialismo, e a anta, é claro, só podia ser o Brasil.

Em maio de 1993, outra reportagem de *Veja*, intitulada “O último da classe”, prometia esclarecer “por que o Brasil anda para trás enquanto a América Latina cresce e escapa da inflação”. O elogio não escondia a possibilidade de problemas no futuro; o maior problema do México, dizia, é o “déficit comercial de US\$ 19 bilhões, muito para o tamanho de sua riqueza”. Mas os problemas pareciam superáveis. “Em comparação com o caos brasileiro, no entanto, esses são problemas de gente bem”, dizia a revista.⁵

Se havia tão grande consenso em torno daquele modelo, o que é que deu errado então? Por que o primeiro da classe, que seguiu rigorosamente a cartilha, se deu mal? Quem estava errado, o aluno, os professores ou a lição? Ou todos?

A fantasia começou a desmoronar em 20 de dezembro de 1994, quando o governo mexicano desvalorizou o peso



em 50% para corrigir uma defasagem cambial que cresceu desde a implantação das reformas recomendadas pelo FMI. Os apologistas diziam que o ajuste neoliberal traria uma enxurrada de dólares para os países da América Latina, deixando os problemas da dívida externa e da instabilidade econômica na poeira da história, e iniciando um período de prosperidade com a integração no mercado global, mesmo que sob condições subordinadas e vexatórias para a soberania nacional.

Mas a realidade desmascarou a fantasia. Desde 1988, o México importou muito mais do que exportou, acumulando déficits comerciais, situação facilitada pela valorização artificial de sua moeda. Ao mesmo tempo, acumulou déficits no balanço de pagamentos, agravando suas contas externas. Entre 1991 e 1994, o déficit nas transações correntes chegou a US\$ 89 bilhões.

O que segurava as pontas era a entrada de capitais externos de curto prazo, crescente desde 1991. Atingiu a casa dos US\$ 20 bilhões em 1992, e manteve-se alta ao longo de 1993; foi superior a US\$ 35 bilhões no último trimestre desse ano.

Quando a crise eclodiu, os economistas – da esquerda à direita – jogaram a culpa no movimento dos capitais de curto prazo, os chamados capitais especulativos. Uma legião de especialistas repetiu explicação semelhante através da imprensa – Roberto Campos, Delfim Netto, Bresser Pereira, André Lara Resende, Gustavo Loyola, Pedro Malan, Michel Camdessus (do FMI), a revista *The Economist* etc.

O consenso anterior, de loas ao México, repetia-se agora, na perplexidade com seu fracasso. Foram descobertos, por encanto, os malefícios da escalada dos juros americanos, desde abril de 1994, para a economia dos chamados mercados emergentes; os efeitos perversos da sobrevalorização cambial (que, no Brasil, é vendida no varejo da apologia do programa de Fernando Henrique Cardoso como *real forte versus dólar fraco*); o custo social e político do ajuste neoliberal, traduzido, no México, pela rebelião zapatista de Chiapas e pelas divisões no partido dominante; a temeridade de financiar gigantescos déficits em conta corrente com capitais de curto prazo.

A chamada farra consumista é apenas um dos aspectos da situação que levou à crise. É a face visível do ajuste, aquela que dá seu brilho mais sedutor. A abertura dos mercados, apregoada pelos que defendem políticas dessa natureza, permite que os endinheirados de nossos países se ataviem com badulaques vindos de toda parte do mundo. Tivemos um pouco disto no Brasil nos últimos tempos. As ruas se enchem de carros importados, os templos do consumo chamados shopping centers oferecem todo tipo de produtos eletrônicos, alimentos, roupas, produtos de luxo, com etiquetas de todas as partes do mundo. A festa mexicana foi assim.

Essa é a face risonha do modelo neoliberal. Sua contrapartida é o rosto amargo exibido para a imensa maioria que não foi convidada para a festa. Exemplo eloqüente da tendência do desenvolvimento capitalista, que cria pobreza

num pólo e concentra riqueza em outro: sob o governo Salinas o número de mexicanos donos de mais de US\$ 1 bilhão passou de 1 para 24. O outro lado, invisível para quem só enxerga o brilho, e não a jaça, do neoliberalismo, são o custo social do ajuste, as pesadas taxas de desemprego e as modificações brutais no mercado de trabalho, conseqüência da desindustrialização (como na Argentina e no Chile) ou da transformação da indústria (como no México, onde as maquiadoras ocuparam a ponta do setor industrial). Em todos esses países, o arrocho salarial alcançou níveis nunca vistos. No México, os salários conservavam, no final de 1993, apenas 40% do seu valor no início da crise, em 1982.

Nesse quadro, a rebelião de Chiapas, iniciada no dia em que o tratado do NAFTA entrou em vigor, constitui uma reação pequena frente aos males infringidos ao povo mexicano. O próprio embaixador americano no México, James Jones, declarou-se "admirado com a forma como o governo Salinas conduziu seu país sem maiores distúrbios civis através dessa transição econômica turbulenta".⁶

A farra consumista pode ter agravado o rombo das contas externas mexicanas, mas não foi a única responsável. As importações mexicanas saltaram de US\$ 19 bilhões, em 1987, para US\$ 65 bilhões, em 1993; em 1994, o déficit em conta corrente foi de US\$ 28,5 bilhões, atingindo 8% do PIB mexicano. Dos US\$ 28 bilhões recebidos pelo México em 1994, apenas 5 bilhões foram de investimentos diretos. Os demais 23 bilhões, isto é, 82% do total do dinheiro estrangeiro que entrou em 1994, eram capitais de risco, voláteis, especulativos. Dinheiro que sai com a mesma facilidade como entrou.⁷

Qualquer oscilação no ritmo de crescimento dos EUA tem reflexos negativos no México



Assim, as reservas mexicanas, que atingiram o recorde de US\$ 28,6 bilhões em fevereiro de 1993, caíram para 23,4 bilhões no começo de 1994 e para 11 bilhões nos últimos meses do ano. Foi "a maior fuga do século", registrou o jornal mexicano de oposição *La Jornada*. Nos primeiros dias de 1995, chegaram a apenas 5,5 bilhões. Esvaíram-se; desmancharam-se no ar. Caíram ainda mais, chegando a 3,48 bilhões no começo de fevereiro de 1995, nível mais baixo desde a primeira crise da dívida, em 1982. Um alerta para quem, como muita gente no governo brasileiro – e mesmo na oposição – pensa que reservas internacionais constituem ancoradouro sólido para a estabilidade econômica do país.⁸

O ajuste neoliberal aumentou a vulnerabilidade das contas externas do México ao abrir a sua economia à concorrência internacional, por um lado, e ao piorar os termos de suas relações de troca com o exterior, levando as mercadorias mexicanas à concorrência externa num ambiente altamente adverso: 70% das exportações mexicanas destinam-se aos Estados Unidos, e qualquer oscilação no ritmo

de crescimento da maior economia do mundo tem reflexos negativos imediatos sobre as vendas externas mexicanas. Além disso, como mostram os dados a seguir, o preço das mercadorias exportadas pela América Latina (inclusive o México) tiveram uma queda acentuada, prejudicando severamente os esforços de equilíbrio da balança comercial.

Esses fatores somaram-se à sangria crônica representada pela dívida externa. Apesar do acordo de 1989, a dívida, de US\$ 89 bilhões, continuou sangrando o México. Houve uma redução (pífia, segundo Bresser Pereira) decorrente do acordo feito sob as asas do Plano Brady. Desde então, o México pagou US\$ 13 bilhões de juros e amortização, mas a dívida cresceu, chegando a US\$ 109 bilhões em 1993. E pode crescer mais; há previsões de que chegará a 160 bilhões em 1995.



"O capital estrangeiro é essencial para o crescimento da economia", afirmam os neoliberais

Os efeitos devastadores da dívida externa na América Latina – e o México, em nenhum momento, ficou livre deles – foram avaliados pelo economista Ricardo Ffrench Davis, ex-diretor do Banco Central do Chile (1990-1992) e assessor regional principal da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, um organismo da ONU). Segundo ele, na década perdida, "as perdas de produção (...) podem ser calculadas em aproximadamente US\$ 40 bilhões anuais. A isso se acrescentam as perdas causadas pelas quedas reais dos preços de venda das exportações e pelas transferências de capital para o exterior". "A transferência líquida de fundos para o exterior entre 1983-1989 – que se denominou exportação de capitais – foi equivalente a algo entre metade e dois terços da formação líquida de capital registrada durante esses anos". E ainda tem gente – como o apologista do neoliberalismo, o cronista econômico Alberto Tamer – que diz não haver formação de capital em nossos países, e que por isso o capital estrangeiro é essencial para o crescimento da economia! Mas a sangria não pára nisso. Ffrench Davis mostra que, "entre 1990-91 a América Latina perdeu, em média, US\$ 47 bilhões por ano devido à baixa dos preços de seus produtos de exportação. Essa perda esteve presente durante todo o período, acentuando-se com o decorrer do tempo". A baixa dos preços internacionais exigiu um esforço redobrado dos países pobres para equilibrar suas contas com a venda de mercadorias para o exterior. "Diante de um maior volume e uma demanda reprimida, os preços dos produtos de exportação sofreram quedas pronunciadas. Com isso, um aumento de 99% do volume de vendas ao estrangeiro foi acompanhado de uma alta de somente 50% do valor exportado: a metade do intenso esforço dos países devedores na forma de maiores exportações de produtos latino-americanos perdeu-se pela deterioração dos termos do intercâmbio comercial."⁹

Os mexicanos deixaram-se seduzir pelo canto das se-reias de Wall Street e outros centros financeiros mundiais, e acreditaram poder equilibrar suas desequilibradas contas com a volatilidade dos capitais que correm o mundo atrás de juros altos. Estima-se que os investidores de Wall Street representem 87% das aplicações no México.¹⁰

**Déficits e dependência:
já havia
indícios de que o México
não ia bem.
Mas a ilusão continuava**



Esta ilusão foi possível enquanto durou a baixa nas taxas de juros nos Estados Unidos. Elas ficaram na marca de 3% ao ano de setembro de 1992 a fevereiro de 1994. Então começaram a subir. Passaram para 3,25%; chegaram a 5,5% em novembro de 1994 e, em 1º-2-1995, na sétima elevação num período de 12 meses, chegaram a 6% – dobraram em apenas um ano.¹¹ A alta dos juros nos Estados Unidos tem o dom de inverter o fluxo de capitais no mundo, como ocorreu no final dos anos 70 e início dos 80. Agora a situação é semelhante. Como diz Roberto Teixeira da Costa, da Brasilpar e um dos dirigentes do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL), se “o mercado americano, o mais seguro do mundo, está dando 6% ao ano, os investidores não se sentirão estimulados a trocar a segurança pela rentabilidade”.¹²

Mesmo antes disso tudo, havia indícios de que o México não ia bem. Já se notavam os riscos do crescente déficit em conta corrente e a vulnerabilidade que representava a crescente dependência de investimentos estrangeiros. Em janeiro de 1994, a revista *The Economist* avaliou as taxas de crescimento desde 1988 e constatou sua queda a partir de 1992; no último semestre de 1993 o crescimento lento havia se transformado em recessão aberta, e a economia do México passava a encolher. Antes, portanto, do levante de Chiapas, iniciado no dia 1º de janeiro de 1994, e do assassinato do

candidato oficial à presidência da República, Luis Donaldo Colosio, ocorrido em 23 de março de 1994. Em abril de 1994, a situação do México já era tão grave que o governo americano providenciou um socorro de US\$ 6 bilhões para equilibrar suas contas. Apesar disso, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos dizia que o México possuía “reservas mais do que necessárias”.

A explicação para a ajuda, entretanto, talvez possa ser encontrada no campo da política, e não da economia. O México estava em plena campanha presidencial, e a perspectiva de eleição de um presidente de esquerda, acentuada depois do assassinato do candidato oficial, inquietava os meios financeiros mundiais. Para o economista mexicano Leon Bendeky, os Estados Unidos “sabiam que o governo estava financiando importações supérfluas de curtíssimo prazo e nada fizeram por medo de que a esquerda ganhasse as eleições”. Talvez tenha sido a eleição mais cara da história de toda a América Latina!¹³

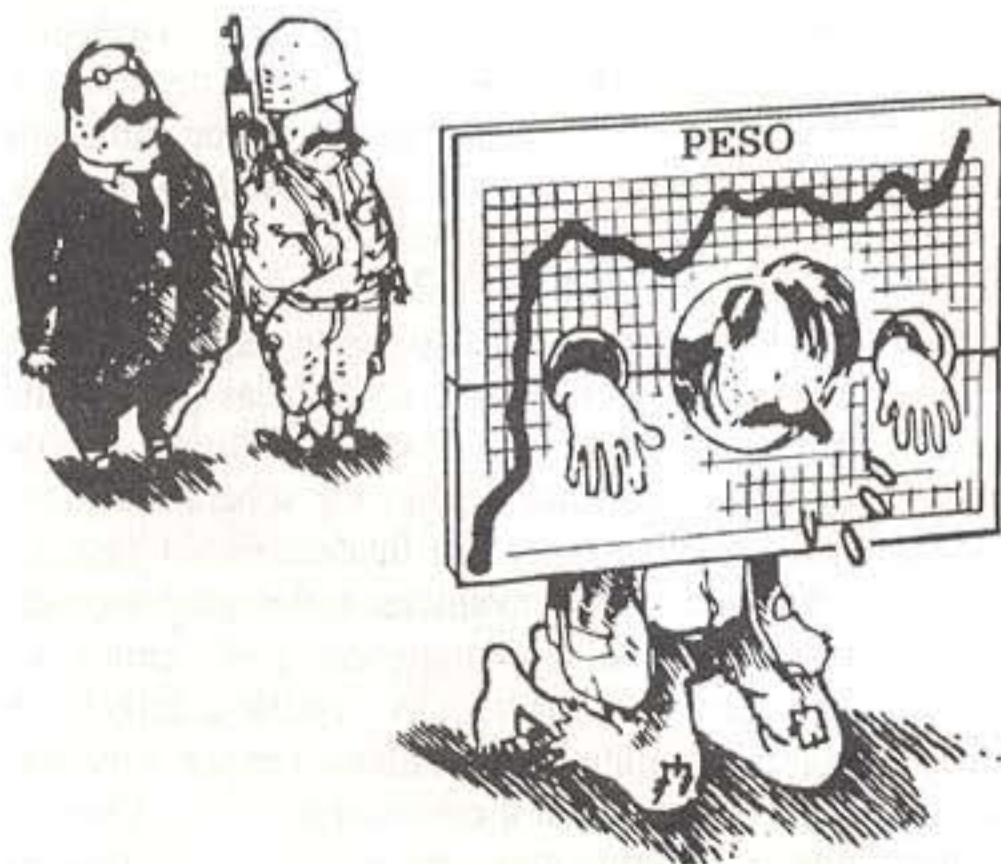
Além do México, também já estava em jogo a credibilidade do modelo neoliberal. Essa outra corda sensível foi tocada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, ao dizer – no contexto da crise iniciada em dezembro – que se o México quebrar, “toda a proposta de economia liberal estaria morta e enterrada no Terceiro Mundo”. Rudiger Dornbush, um economista americano especializado na América Latina, concorda: ele pensa que o fracasso do México também pode significar a perda de credibilidade do modelo neoliberal.¹⁴



**Existe o temor de que
a crise
se espalhe pelo mundo
e fuja ao
controle dos países ricos**

Este é um temor muito tangível nesta crise. Qualquer passo em falso poderá fazer desmoronar esse edifício cuidadosamente construído pelo imperialismo, a chamada nova ordem internacional, cuja pedra de toque, com o fim da ameaça representada pela antiga União Soviética, são a derrubada das fronteiras nacionais e o desmonte da soberania das nações, num mundo globalizado dominado pelos países imperialistas.

Existe também o temor muito concreto de que a crise se espalhe pelo mundo, fuja ao controle dos governos dos países ricos e dos grandes financistas. A idéia de um efeito dominó correu como um calafrio pela espinha dos financistas internacionais e os altos funcionários dos governos e das instituições que defendem os interesses do grande capital. Esse medo foi registrado, por exemplo, no discurso televisado do presidente Bill Clinton para o 25º Fórum Econômico, realizado em janeiro de 1995, em Davos, Suíça. Michel Camdessus, do FMI, disse que a crise mexicana é “a primeira grande crise do nosso novo mundo de mercados globalizados” e pode levar a uma “catástrofe mundial”. Muita gente pensa que a crise poderia atingir países como Suécia, Bélgica, Canadá e Itália, cuja dívida



Planeta

é de US\$ 1,2 trilhão (isto é, 1,2 vezes o PIB italiano), dos quais 30% vencem em 1995. Também em Davos, o megaspeculador George Soros temia uma crise mais grave e arrasadora do que a de 1929, da Bolsa de Nova York.¹⁵

Michel Camdessus pode ter suas razões para supor que esta seja a primeira crise de um mercado globalizado. Mas ela continua sendo uma crise do capitalismo, como todas as outras ocorridas desde a primeira crise, de 1825.

Antes disso, o mundo sempre conheceu crises, mas elas eram de outra natureza. Afetavam diretamente a produção agrícola, o esteio do mundo antigo; ou eram provocadas por epidemias, terremotos, ou outras catástrofes naturais que desorganizavam a produção em larga escala. Depois das guerras napoleônicas, o mundo passou a conhecer “o drama periódico das grandes altas e quedas”. Na década de 1830/1840 já se reconhecia, vagamente, que elas eram um “fenômeno periódico e regular”.¹⁶

Foram os críticos socialistas do capitalismo que começaram a desvendar sua natureza. Ao contrário das crises dos modos de produção anteriores (que eram principalmente crises de escassez), agora elas lançavam milhões na miséria em meio a uma riqueza até então nunca vista: tratava-se de um fenômeno que faz parte da essência do novo modo de produção que se impunha, o capitalismo. E que o acompanharia através de toda sua história futura.

As crises, diz Marx, “não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito”.¹⁷ Elas fazem parte da natureza do capitalismo e só poderão ser superadas quando este modo de produção for também uma página superada na página da história humana.

Nem mesmo os países imperialistas estão a salvo das crises típicas do capitalismo



Marx mostrou o papel fundamental do crédito na economia capitalista; uma de suas façanhas é permitir a expansão mundial da compra e venda de mercadorias, que envolve todos os continentes na voragem capitalista. O crédito permite, também, que os capitais pequenos, incapazes de aplicarem-se sozinhos à produção, sejam acumulados em mãos capazes de controlar volumes de recursos na escala necessária para mover os cada vez mais dispendiosos investimentos. Assim, os financistas adquirem papel de relevo na economia capitalista, e o capital que controlar passa a se deslocar dentro dos países ou entre os países, em busca das taxas de juros mais altas.

As crises capitalistas do século XIX, estudadas em *O Capital*, diferem das crises de nosso tempo devido à tecnologia empregada na transmissão de dados, que permite a circulação de informações, contabilização de perdas e ganhos, em uma velocidade nunca sonhada poucas décadas atrás. Mas sua natureza era a mesma das atuais, das quais nem mesmo os países imperialistas estão a salvo.

A Inglaterra, por exemplo, onde o neoliberalismo teve aplicação pioneira, sob Margareth Thatcher (com o mesmo rastro de desemprego, violências contra os trabalhadores e os sindicatos, descaso com as necessidades do povo, características desse modelo em toda a parte), viveu crise semelhante, diz Ronald I. McKinnon, professor de economia na Universidade de Stanford, Estados Unidos. No início da década de 80, a desregulamentação da economia britânica e as privatizações pela primeira ministra Margareth Thatcher atraíram investimentos estrangeiros, o que provocou forte expansão nos mercados de ações e imóveis de 1986 a 1988. “A explosão inevitável aconteceu em 1990 e provocou a saída da libra do Sistema Monetário Europeu, em setembro de 1992”, diz ele.¹⁸



Controlar o petróleo mexicano e salvar os investidores de Wall Street: eis os anseios dos EUA

Mas a Inglaterra faz parte do clube dos países ricos, é uma das nações imperialistas de maior tradição. Sua moeda é usada como reserva, é moeda forte de verdade, e por isso – ao contrário do México – a ajuda internacional para salvá-la da crise teve outra natureza. Lá estão sediados alguns dos grandes bancos internacionais, e os governos dos países ricos e os grandes financistas correram para salvar, não a Inglaterra, mas o próprio sistema do qual ela faz parte. Já o México (tão perto dos Estados Unidos e tão longe de Deus, como muitos já disseram) é uma nação de passado colonial, apesar de dona de uma brilhante trajetória de luta pela afirmação nacional durante quase todo o século XX. Desde os anos 80, tornou-se, no máximo, um campo de caça dos grandes capitalistas internacionais. Há um esforço para salvar os investimentos ali feitos, que é essencialmente diferente do que se fez para segurar moedas européias em crise nos últimos anos. Nestes casos, os bancos centrais dos países ricos compraram bilhões nessas moedas para segurar seu valor e contornar eventuais crises monetárias. No México, ao contrário, a ajuda vincula-se a uma indisfarçada sanha de pilhagem neocolonial: o governo e o Congresso dos Estados Unidos exigem como garantia para a ajuda que o presidente Bill Clinton articulou, de US\$ 50 bilhões, que a receita das exportações do petróleo mexicano sejam depositadas em um banco nos Estados Unidos e controladas pelas autoridades monetárias desse país. Pretendem dirigir a economia do México em total desprezo à soberania, como contrapartida ao empréstimo. Um funcionário do Tesouro dos EUA diz que “vamos monitorar todos os passos do governo mexicano, que se compromete a não emitir dinheiro, cortar gastos, evitar déficits, segurar a inflação e investir em áreas produtivas. Se o México seguir a receita, em cinco anos poderá voltar a caminhar sozinho”. Querem também que o governo mexicano reprima a imigração clandestina aos Estados Unidos (300 mil trabalhadores

mexicanos, por ano, tentam a sorte nos Estados Unidos) e combata o narcotráfico.¹⁹

Os arautos do neoliberalismo não se acanham com essa perspectiva. Um dos mais descarados deles, Alberto Tamer, diz que o México não está em condições de discutir a ajuda americana "com melindres nacionalistas". É preciso, diz ele, "mão firme contra os *slogans* que ressurgem, levantando temas de soberania e querendo projetar imagens destronadas".²⁰

Além de tomar o petróleo mexicano, os norte-americanos estão, na verdade, tentando salvar os investidores de Wall Street que arriscaram dinheiro no México. Afinal, 85% dos bônus do Tesouro mexicano, os tesobônus, estão nas mãos de investidores americanos.

Esta é uma das contradições do neoliberalismo e revela suas razões mais profundas. Seus acólitos apregoam, aos quatro ventos, que o Estado deve deixar de intervir na economia e, com esse pretexto, corta as verbas destinadas a programas de atendimento às necessidades da população. Não revelam, mas suas ações destinam-se a viabilizar a exploração capitalista no mais alto grau. Por isso, ao mesmo tempo em que pregam o antiestatismo, empenham-se em salvar aqueles que, pelas regras do capitalismo, perderam dinheiro em investimentos arriscados.

A democracia de fachada dos ricos deve ser substituída por uma democracia verdadeira



Outra contradição que fica transparente nos desdobramentos da crise do México está ligada à alegada liberdade por eles defendida. Os países imperialistas pregam a queda das barreiras nacionais ao comércio e à circulação de seus capitais, mas exigem o reforço das barreiras à circulação de outro fator da produção, a força de trabalho. Tratam, assim, de resguardar as diferenças nacionais na exploração da força de trabalho, que é base da produção material direta e gera as riquezas efetivas, materiais e concretas, apropriadas de forma concreta através das formas abstratas, simbólicas, representadas pelas moedas nacionais (e *moedas fortes* dos países imperialistas) e pelas diferentes taxas de juros entre as nações. Apropriação que, em última instância, alimenta a voragem capitalista.

The Wall Street Journal tem razão. O México e os demais países pobres podem aprender, com a crise, o preço da confiança em certos "amigos" estrangeiros tão poderosos e movidos pela avidez que caracteriza as nações imperialistas.

A agonia mexicana e as crescentes dificuldades da Argentina e do Brasil evidenciam que não há solução econômica possível separada da questão democrática e do problema social.

Quem decidiu pelos mexicanos a adoção de um plano econômico que os fez retroceder à condição de colônia informal de seu poderoso vizinho? Quem autorizou o pagamento de US\$ 18,812 bilhões da dívida externa brasileira

apenas em 1994? Quem define a criação e a desvalorização das moedas? Quem estabelece as taxas de juros? Os tecnocratas perfumados, como os denominou uma revista norte-americana, agentes diretos do poder econômico dentro das instituições governamentais. Tudo decidem, contra o povo e longe do povo. Já na Antiguidade o filósofo Platão aconselhava o afastamento dos homens de negócio da administração pública. Platão achava improvável que alguém juntasse ao mesmo tempo riqueza e honestidade. A democracia de fachada dos milionários deve ser substituída por uma democracia nova e verdadeira, que transfira dos gabinetes perfumados para as ruas o debate e as decisões dos cruciais problemas da economia.

Notas

- (1) *Gazeta Mercantil*, 10-1-1995.
- (2) *Gazeta Mercantil*, 8-4-1991 e 14-10-1994.
- (3) *The Economist*, 22-1-1994 e 5-12-1994 (traduzidos no Brasil pela *Gazeta Mercantil*).
- (4) *Jornal do Brasil*, 8-12-1991; *Jornal da Tarde*, 10-12-1991. Ver também entrevista com José Serra na revista *Veja* de 8-7-1992.
- (5) *Jornal do Brasil* de 18-6-1991, 5-1-1992 e 2-5-1992; *O Estado de S. Paulo* ("Anta não é tigre", Joelmir Beting); *O Globo*, 9-2-1992; *Veja*, 15-7-1992 e 19-5-1992 ("O último da classe").
- (6) *Newsweek*, 7-3-1994. Veja também, nesta edição da *PRINCÍPIOS*, a avaliação da Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio.
- (7) Roberto Campos, "A submersão dos emergentes", *O Estado de S. Paulo*, 5-2-1995; *O Estado de S. Paulo*, 26-1-1995; *Folha de S. Paulo*, 15-1-1995.
- (8) *Folha de S. Paulo*, 15-1-1995; *O Estado de S. Paulo*, 8-1-1995 e 3-2-1995.
- (9) Ricardo French Davis, "As políticas de ajuste e suas repercussões sócio-econômicas", *Política Externa*, nº 3, dezembro de 1994, v. 3, pp. 39-42.
- (10) Ronald I. McKinnon, "Ajuda externa e os países em desenvolvimento", *O Estado de S. Paulo*, 27-1-1995; *O Globo*, 31-1-1995.
- (11) *O Estado de S. Paulo*, 2-2-1995.
- (12) *O Estado de S. Paulo*, 5-2-1995.
- (13) *Jornal do Brasil*, 27-4-1994; *Jornal da Tarde*, 25-3-1994; *Veja*, 8-2-1995.
- (14) Rudiger Dornbush, "Sob o guarda-chuva do Tesouro norte-americano", *Folha de S. Paulo*, 22-1-1995; *Veja*, 8-2-1995.
- (15) *Folha de S. Paulo*, 27-1-1995 e 22-1-1995; *O Estado de S. Paulo*, 1-2-1995, 5-2-1995 e 8-2-1995; *Veja*, 8-2-1995; *O Globo*, 1º-2-1995 e 3-2-1995.
- (16) E.J. Hobsbawm, "Las revoluciones burguesas", Barcelona, Guadarrama/Punto Omega, 1982, pp. 80-81.
- (17) Karl Marx, *O Capital*, livro 3, p. 287.
- (18) Ronald I. McKinnon, "Ajuda externa e os países em desenvolvimento", *O Estado de S. Paulo*, 27-1-1995.
- (19) *O Globo*, 2-2-1995.
- (20) Alberto Tamer, *O Estado de S. Paulo*, 2-2-1995.

O México e a crise do modelo neoliberal

MARCO ANTONIO VILLA

O quadro sombrio que paira sobre o México não é surpresa para quem investiga a trajetória política daquele país. No entreguismo do governo Salinas se verifica a origem do colapso atual

O historiador mexicano Enrique Semo escreveu certa vez que, da mesma forma que a França era o palco privilegiado da luta de classes na Europa, o México o era na América Latina. Tanto em um como no outro, a transparência e a agudização das lutas sociais permitia a emergência das contradições ao primeiro plano da cena política. Assim, acabaram por se transformar em referências e modelos dos processos revolucionários.

No Brasil, ainda desconhecemos grande parte da história mexicana (e da maioria dos países da América Latina) e a radicalidade das suas lutas políticas dos últimos dois séculos. O processo independentista, diferentemente do brasileiro, destacou-se pela ativa participação dos setores populares, que, entre os anos 1810-1815, acabou por dar um colorido todo especial à luta contra a metrópole espanhola.

Áreas fundamentais foram cedidas aos EUA, limitando o progresso mexicano



Hidalgo e Morelos, dois padres, enfatizaram a necessidade de profundas reformas sociais, entre as quais a reforma agrária, pois consideravam que não bastava simplesmente a separação da Espanha. Foram derrotados e o processo concluiu-se com a hegemonia dos setores dominantes: alto clero, grandes proprietários de terra e altos funcionários do Estado colonial.

Até a década de 1850, o país assistiu a um sem-número de governos, guerras civis e a amputação de dois terços do seu território por parte dos Estados Unidos, após a guerra de 1846-1848, que acabou por se apropriar de áreas que se tornariam fundamentais para o desenvolvimento capitalista norte-americano ainda no século XIX: o

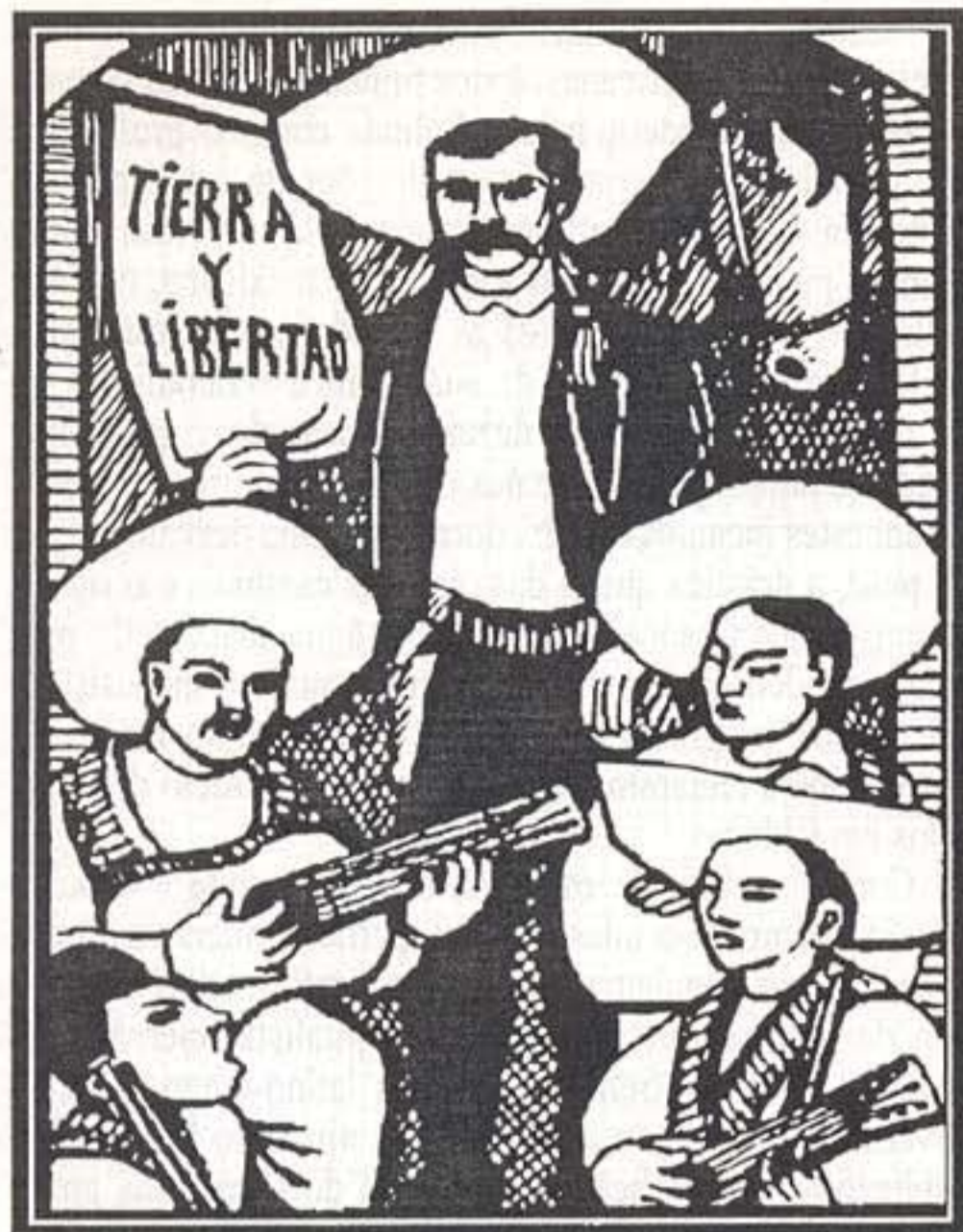
Texas, onde foi encontrado petróleo, e a Califórnia, onde já em 1849 foram descobertas minas de ouro, iniciando a ocupação em grande escala do Oeste, agora, americano.

A tragédia representada pela perda deste imenso território – seria como se o Brasil perdesse toda a Amazônia legal – acabou por provocar várias mudanças no panorama político mexicano: os liberais tomaram o poder derrubando os conservadores e iniciaram um programa de reformas. Desejosos de liberar o pleno desenvolvimento das forças produtivas, terminaram por se chocar com os grandes proprietários de terra, particularmente a Igreja, na época possuidora de cerca de metade das terras. O governo obrigou o clero a desamortizar seus bens e, como não foi atendido, acabou por nacionalizá-los. Os conservadores iniciaram a resistência armada ao regime liberal negando-se a aceitar qualquer reforma. Depois de mais uma guerra civil, solicitaram o apoio de Luís Bonaparte, então imperador da França, para implantar um regime monárquico, conservador, e trouxeram o príncipe Maximiliano, da Áustria, para governar o país. Benito Juárez liderou a resistência nacional contra a aliança dos conservadores e estrangeiros. Depois de vários anos de guerra, os liberais expulsam as tropas estrangeiras, derrotam os conservadores e acabam fuzilando Maximiliano.



Um país em grande movimento: transformações sociais, greves, motins, rebeliões e revoluções

O desgaste pelos longos anos de guerra acabaram por enfraquecer Juárez. Depois da sua morte acirrou-se a disputa pelo poder, que acabou em 1876 com a ascensão à presidência do general Porfirio Díaz, que tinha se desta-



cado na luta contra os conservadores. Apesar da promessa de eleições limpas e da não reeleição, Diaz ficou no poder por 35 anos. Neste período implantou um radical processo de expropriação dos camponeses, facilitou a entrada de capitais americanos (principalmente nas minas e ferrovias) e aterrorizou a oposição com prisões, torturas e deportações. Diaz acabou se transformando em um modelo para as classes dominantes latino-americanas. Campos Sales, em 1897, declarou que ficaria satisfeito em implantar no Brasil a ordem existente no México, considerando a ditadura porfirista um luminoso exemplo.

As transformações capitalistas terminaram por gerar uma crescente oposição: greves, motins e rebeliões deram o sinal de que a ditadura estava no fim. Em novembro de 1910, depois de mais uma reeleição de Diaz, Francisco Madero, um liberal, membro da elite e candidato derrotado na eleição, iniciou a revolução que almejava retirar o ditador do poder. Como todas as revoluções – e não há nada mais belo na história da humanidade do que estes momentos nos quais as contradições sociais não podem ser mais resolvidas ou ocultadas nas paredes dos Parlamentos –, a Revolução Mexicana fugiu ao controle dos que a iniciaram (os liberais moderados, como Madero), transformando-se num processo que arrastou milhões de camponeses para o centro da luta política. Agora, não eram mais meros coadjuvantes, manobrados pelos políticos das diferentes frações da burguesia, mas os atores principais das transformações sociais. Liderados por Pancho Villa e Emuliano Zapata chegaram a ocupar, em dezembro de 1914, a Cidade do México, no momento mais glorioso da revolução.

Por diversas razões, impossíveis de serem descritas e comentadas aqui, os camponeses foram derrotados pela

facção burguesa da revolução, mas esta teve que realizar reformas sociais, pois sem elas não seria possível obter apoio popular, bem como o choque representado pela radicalidade da luta revolucionária tão recente (foram cerca de um milhão de mortos) obrigou a nova classe dominante a implantar um novo arranjo institucional (a Constituição de 1917), no qual foram contempladas diversas demandas populares, como o direito de greve, sindicalização, ensino laico, reforma agrária, entre outros.

O novo Estado, após eliminar as lideranças camponesas (Villa e Zapata foram assassinados, um em 1923 e o outro em 1919), buscou cooptar os novos líderes à máquina governamental, realizando a conta-gotas as reformas prometidas e reprimindo qualquer tentativa de mobilização política fora dos marcos oficiais, ou seja, impedindo a organização independente de operários e camponeses. A estruturação definitiva dos principais pilares do novo Estado ocorreu durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). Foram desapropriados 18 milhões de hectares; criada a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), que atingia os operários, e a Confederação Nacional Camponesa (CNC), para instrumentalizar os camponeses; nacionalizado o petróleo; implantada uma reforma educacional, que impulsionou o desenvolvimento capitalista. Combinando uma retórica radical com o atrelamento da organização operário-camponesa ao Estado, o cardenismo acabou por representar a forma mais refinada de dominação burguesa na América Latina.



Euforia dos petrodólares, corrupção e obras faraônicas conduziram ao endividamento externo

De 1940 aos anos 60, os mecanismos desenvolvidos durante o cardenismo funcionaram relativamente bem. O Estado se apropriada do discurso da esquerda ao mesmo tempo que reprimia operários e camponeses. Em 1968, as crescentes manifestações estudantes contra o monopólio político exercido pela “família revolucionária” – denominação sarcástica dada pela oposição à elite política mexicana –, acrescidas de as atenções internacionais estarem concentradas para o país devido a realização das Olimpíadas, acabaram por aprofundar as contradições entre a parcela radicalizar – os estudantes – e o governo. A 3 de outubro, na Praça Tlatelolco, no centro da capital, os estudantes são cercados e trucidados pelo Exército. Foram mais de 100 mortos, como se 400 anos depois tivessem sido restabelecidos os sacrifícios rituais astecas ou os massacres perpetuados pelos conquistadores espanhóis.

A crise política do Estado mexicano tinha se manifestado de forma clara e insofismável em Tlatelolco. Nos anos 70 foram realizadas diversas tentativas em busca de um rearranjo político, mas a diversidade social e os interesses dos burocratas que se assenhoriaram do Estado não permitia qualquer acordo ou regresso a formas antigas de

cooptação das lideranças radicais, como durante o período cardenista. A euforia trazida pelos petrodólares, a corrupção e as grandes obras públicas acabaram por conduzir o país a um crescente endividamento externo. Em 1982, o México suspendeu o pagamento do serviço da dívida externa – era o segundo maior devedor – e abriu uma grave crise no sistema financeiro internacional. Outros países, entre os quais o Brasil, também seguiram os passos do México. A América Latina preparava-se para uma década de crise econômica, de crescimento negativo, de aumento da miséria: foi a década perdida.

Fraude eleitoral conduz Salinas à presidência: as elites consideram paradigma para a AL



Em 1988, Carlos Salinas de Gortari foi eleito presidente num pleito caracterizado pela fraude e ganguesterismo eleitoral: o principal candidato da oposição, Cuahutemoc Cárdenas, venceu as eleições quando foi paralisada a apuração. Reiniciados os trabalhos, o candidato oficial, como num passe de mágica, tinha suplantado o opositor e acabou “vencendo” por uma margem confortável de votos. A oposição acabou por denominar este processo fraudulento de golpe de Estado técnico.

Logo ao assumir a presidência, em dezembro de 1988, Salinas iniciou uma série de reformas “modernizadoras”,



que acabaram por se transformar no grande exemplo para as elites latino-americanas: todos tinham o México como o paradigma da modernidade e Salinas como o profeta do neoliberalismo que combatia os dragões do estatismo, do protecionismo e do anti-americanismo. No Brasil, como sempre, poucos conheciam a realidade mexicana, mas espalhavam nos quatro cantos as qualidades de “estadista” de Salinas e a excelência da sua política econômica.

Os acontecimentos de dezembro passado e que continuam até hoje repercutindo nos meios financeiros surpreenderam estes incautos observadores. A súbita desvalorização do peso, a drástica queda das reservas cambiais e o subsequente pânico financeiro jogaram por água abaixo a tão propalada modernidade salinista, demonstrando a inconsistência do seu programa econômico, mas, mesmo assim, os observadores tentaram imputar a crise ao reinício dos conflitos em Chiapas.

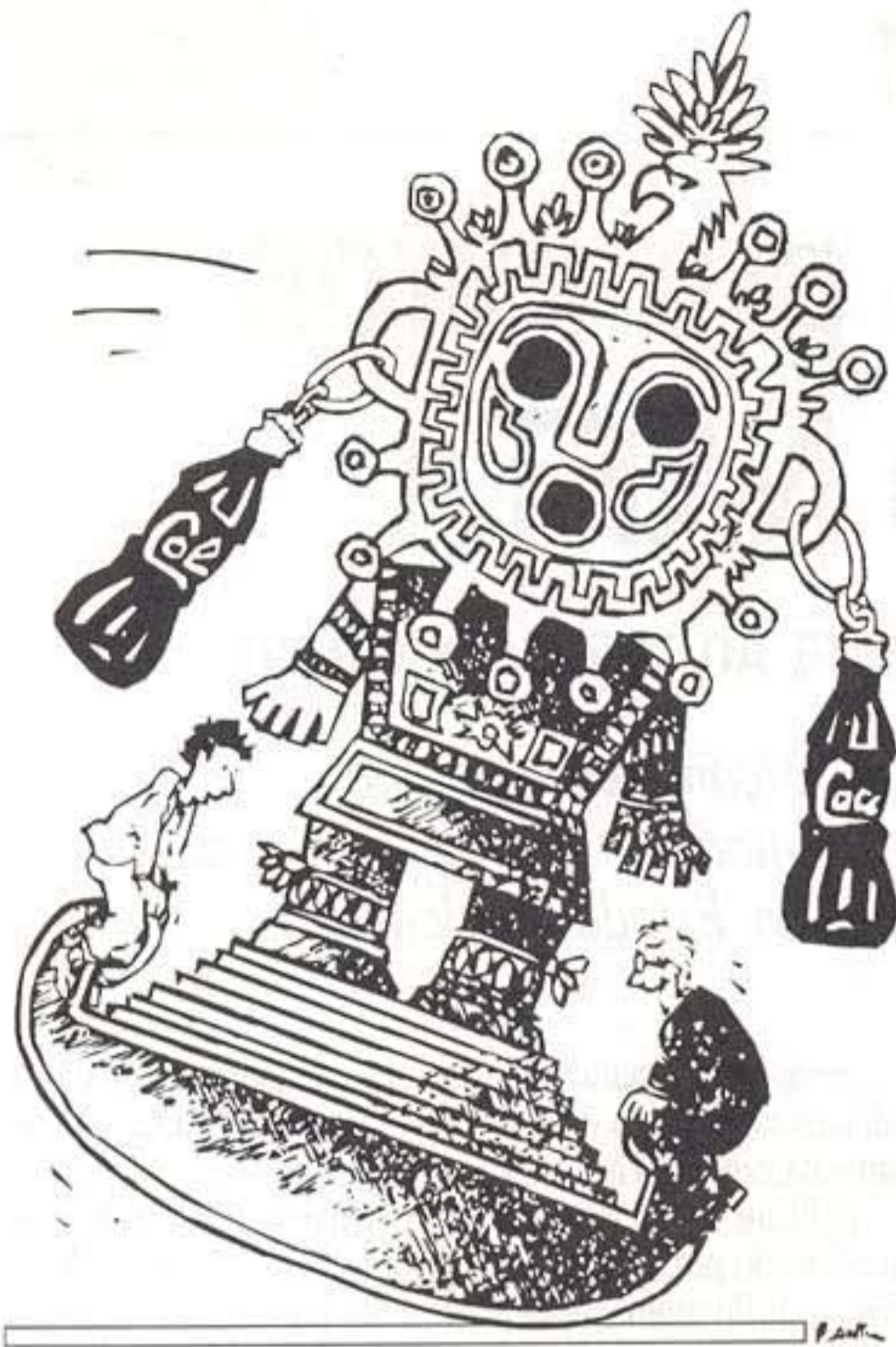
Com um eficiente esquema de propaganda e o beneplácito da imprensa internacional, particularmente a americana, Salinas vendeu a imagem de reformador, daquele tipo de político que todo grande capitalista internacional gostaria de ver à frente dos países latino-americanos. O governo Bush chegou a suspender a ajuda do Partido Republicano – intensificada durante os dois períodos presidenciais de Reagan – ao direitista Partido de Ação Nacional (PAN), pois não havia mais necessidade de usar um partido opositor para implantar uma política econômica sensível aos interesses do capitalismo americano.



Neoliberalismo em ação: líderes sindicais seqüestrados, presos, torturados e até mortos

Salinas assumiu o governo ainda sob os efeitos da crise de 82. Tinha sido ministro do governo de La Madrid, que iniciou os “ajustes” para a “modernização” do país. Renegociou a dívida externa, privatizou dezenas e dezenas de estatais, cortou os gastos públicos (principalmente os sociais, ou seja, transporte, saúde e educação), liberalizou o comércio (com graves conseqüências à balança comercial), aproximou-se dos Estados Unidos preparando o caminho para o Tratado de Livre Comércio (TLC ou Nafta, em inglês) e diminuiu sensivelmente a inflação através do arrocho salarial. Externamente, afastou-se da tradicional política diplomática mexicana de independência frente aos Estados Unidos: abandonou os sandinistas e os movimentos guerrilheiros da América Central à própria sorte, foi se distanciando de Cuba – o México foi o único país latino-americano que não aceitou as imposições americanas, na década de 60, para romper relações diplomáticas com a ilha caribenha.

Só foi possível realizar esta guinada nas políticas interna e externa devido ao controle que o Partido Revolucionário Institucional tem do Estado e da sociedade. O PRI – que, equivocadamente, já foi comparado à ARENA e ao



trados, torturados e alguns mortos. No campo, vários líderes foram assassinados, sindicatos independentes foram fechados e as comunidades agrárias que não aceitaram o controle oficial através das organizações paraestatais e do próprio Estado não receberam crédito ou qualquer benfeitoria (empréstimos, subsídios, estradas e armazéns). Nos estados do Norte próximos da fronteira com os Estados Unidos, os traficantes, em associação com o PRI, passaram a aterrorizar os camponeses e todos aqueles que não se associassem com o narcotráfico.



A grande imprensa só elogiava Salinas e o México. O projeto ruiu e revelou a fraude

Em 1º de janeiro de 1994, grupos de camponeses em Chiapas, no Sul do país, através de uma organização até então desconhecida (o Exército Zapatista de Libertação Nacional), ocuparam vários povoados e aldeias, exigindo eleições livres e sem fraudes, e diversas reformas econômico-sociais. Causaram um grande furor na imprensa, que então tinha declarado apoio integral a Salinas. Depois dos choques com o Exército mexicano e da morte de dezenas de civis, houve uma trégua entre os revoltosos e o governo. Mas a calma durou pouco: o candidato do PRI, Luiz Donaldo Colossio, foi assassinado durante um comício e os mandantes eram altas personalidades do PRI, segundo alguns ligadas ao narcotráfico.

Este quadro sombrio raramente aparecia na imprensa internacional: só havia lugar para elogiar Salinas. Seis anos depois, em 1994, o projeto salinista acabou da mesma forma como começou: como uma fraude, uma grande fraude. A estabilidade econômica não passava de um castelo de cartas, que na primeira lufada um pouco forte ruiu. Tudo tinha sido obtido graças aos bilhões de dólares investidos ou emprestados pelos Estados Unidos.

Se Enrique Semo estiver certo, assim como a Revolução Francesa não ficou restrita ao seu território, a falência do modelo neoliberal mexicano também deverá atingir outros países do nosso continente. Na Argentina ocorreu alguns sobressaltos e o Plano Cavallo demonstrou sua fragilidade. Resta saber o que ocorrerá no Brasil, que tem uma economia muito mais dinâmica que a mexicana – o nosso PIB é quase três vezes maior que o do México – mas onde o Estado não tem o controle da sociedade civil e muito menos um partido nos moldes do PRI. Um pânico financeiro no Brasil teria uma repercussão tão grande que deixaria os últimos acontecimentos mexicanos parecendo uma inocente brincadeira do Chaves ou do Chapolin.

MARCO ANTONIO VILLA é professor de História da Universidade Federal de São Carlos e autor, entre outros livros, de *A Revolução Mexicana* (Ática, 1993).

PMDB – não é um partido no governo mas um partido de Estado, que nasceu das suas entranhas. Fundado em 1929, com o nome de Partido Nacional Revolucionário, desde então vem dominando a vida política mexicana. Associado à CTM – cujo secretário-geral, Fidel Velazquez, está no cargo desde 1940, isto é, há 54 anos! – e à CNC, asfixia e aterroriza a sociedade civil há mais de meio século: é impossível alguém obter um emprego público sem estar filiado ao partido e toda a carreira pública está umbilicalmente ligada às relações que o funcionário estabelecerá com o PRI.

O panorama fica mais tenebroso quando analisamos os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão. A principal rede, a Televisa, controla só na Cidade do México vários canais de televisão e tem um poder político muito superior ao da Rede Globo no Brasil. Seu proprietário, Emilio Azcarraga, controla também a Univision, rede americana de televisão destinada aos hispânicos que vivem nos Estados Unidos, um mercado de 30 milhões de telespectadores. Don Azcarraga não permite que na sua rede apareça qualquer político de oposição, qualquer notícia crítica ao governo e a todo momento desqualifica a oposição. Só para situar melhor o problema, é possível considerar Roberto Marinho um democrata, um grande democrata, comparativamente a Azcarraga.

Tudo isso acabou permitindo aos governos de La Madrid-Salinas implantarem seu programa econômico. Quando os trabalhadores tentaram se opor, como na greve da Cervejaria Modelo, em 1990, tiveram seus líderes seqües-

México nos primeiros meses do NAFTA

REDE MEXICANA DE AÇÃO FRENTE AO LIVRE COMÉRCIO

O NAFTA não é apenas o que se compreende como zona de livre comércio. E traz como resultado a desindustrialização e o crescimento da dependência do Estado mexicano

No México, a dinâmica, os efeitos e os resultados do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) não podem ser analisados somente a partir de janeiro de 1994. Neste país este não é o início de um processo, mas sim o ponto culminante de um modelo de "crescimento" voltado para o exterior, que vem sendo impulsionado pelo menos desde 1982.

A avaliação do NAFTA, em seu primeiro ano de funcionamento, não pode reduzir-se à análise do comércio entre seus membros. De fato, a abertura comercial do México teve início nos primeiros anos da década de 80, afirmou-se com o ingresso no GATT e tomou forte impulso a partir de 1989.

Um tratado comercial que inclui propriedade intelectual, o Estado e empresas públicas



O tratado firmado e ratificado tampouco é só comercial. Seus pontos principais ultrapassam o que, tecnicamente, compreendemos como zona de livre comércio: incluem investimentos, propriedade intelectual, papel do Estado e empresas públicas.

As crises e tensões violentas no interior da cúpula do poder não são alheias a este amplo processo de reestruturação econômica. Do mesmo modo, os grandes conflitos sociais (como o caso do levante armado dos índios de Chiapas) também não estão desligados das conseqüências dessas mudanças na dinâmica econômica, iniciadas em 1982 e aprofundadas com o NAFTA.

São dois os parâmetros pelos quais se deve julgar os acontecimentos deste primeiro ano de NAFTA: até que ponto estão se realizando as promessas feitas por seus promotores e até que ponto os problemas e as tendências

perigosas preexistentes diminuíram? Ou seja, quais os resultados alcançados durante o regime do NAFTA, particularmente em 1994?

O Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelo questionado presidente eleito Ernesto Zedillo (na época secretário de Programação e Orçamento), propôs um crescimento de 6% para os dois últimos anos de seu mandato, meta que esteve longe de ser cumprida. Subtraindo-se o crescimento demográfico, a taxa média de crescimento real é de 1,53% ao ano. Este crescimento não só foi insuficiente como também não foi sustentado. Além do mais, disparatado em relação às grandes divisões da economia e a ramos da indústria. Houve um crescimento significativo de poucas empresas, pois a maioria delas está orientada para o mercado interno, em depressão pela falta de empregos e salários precários.

Um caso claro desta dinâmica de crescimento não sustentado é o do setor agropecuário. No início de 1994 caiu 3,8%, no segundo trimestre deu um salto de 12%, mas voltou a cair no trimestre seguinte, o que significa um crescimento médio de 0,9% em nove meses.



Aumentam neste intercâmbio as vendas dos EUA e o déficit do Estado mexicano

Durante o governo Salinas, o setor agropecuário, gerador de altas divisas, teve um déficit comercial de US\$ 720 milhões. No comércio agrícola externo, houve um déficit de US\$ 1,283 bilhão. Nesse mesmo período o México importou US\$ 2,940 bilhões em milho, conseqüência de não ter resguardado o setor de cereais.

Nos primeiros meses do NAFTA, a situação não melhorou. Segundo informações do Departamento de Agricultura



dos Estados Unidos, durante os primeiros nove meses de vigência do NAFTA, o comércio agropecuário entre o México e o colosso do Norte aumentou 14%. Tal aumento, porém, não é significativo, particularmente para o México, já que o déficit no comércio com os Estados Unidos, neste setor, aumentou 64% em relação ao déficit existente no mesmo período do ano anterior. Neste mesmo setor, as vendas dos Estados Unidos para o México cresceram quatro vezes mais que as do México para os Estados Unidos..

O caso do milho é dramático. O NAFTA substituiu o regime mexicano de permissões prévias por um sistema de quotas. A partir de 1º de janeiro de 1994 passaram a entrar, livres de impostos, 2,5 milhões de toneladas de milho, e a partir desta quota o imposto aumentou progressivamente. O resultado é que as importações mexicanas de milho norte-americano aumentaram de 218 mil toneladas, de janeiro a setembro de 1993, para 1,6 milhão no mesmo período de 1994 (7,3 vezes mais).

Os supermilionários do governo Salinas possuem o equivalente a 14% do PIB de 94



Sob o NAFTA as perspectivas no setor agropecuário não são as melhores, uma vez que o subsídio no México é muito menor que em outros países-membros e nada tem sido feito efetivamente para que o campesinato supere o "atraso" na área de produção. As modificações constitucionais derivadas do NAFTA estão colaborando para a ruína ou desaparecimento desse setor social.

Os problemas das exportações agropecuárias para os Estados Unidos não foram nem serão alfandegários, mas

residem no fato de que existe uma proteção encoberta de medidas ecológicas e fitossanitárias que não serão resolvidas com o NAFTA. Um caso concreto ilustra a questão. Um industrial do setor de laticínios, revoltado porque na fronteira o seu produto fora devolvido arbitrariamente, sob a alegação de que não cumpria as normas sanitárias norte-americanas, fez o seguinte: cruzou a fronteira do norte do país, comprou leite norte-americano, importou-o para o México, reembalou e tentou exportar. O leite foi novamente devolvido, sob a alegação de que continha bactérias. Acontece que na segunda vez tratava-se de um produto que já havia sido comercializado no mercado norte-americano e todo o processo estava sendo acompanhado por um tabelião, que deu fé nos fatos.

Outra coisa a considerar é que o tipo de crescimento proposto pelo NAFTA não beneficiou a maioria da população. Em 1980 os salários representavam 36,04% do PIB e, em 1992, somente 27,33%. Em 1992, 20% da população mais rica possuía o equivalente a 54,18% do PIB, enquanto os 20% mais pobres, somente 4,28%. Durante o governo Salinas surgiram 23 dos 24 supermilionários do país, conforme dados da revista *Fortuna*. Estes 24 super-ricos (o primeiro deles é Carlos Slim, considerado por todos um testa-de-ferro de Salinas), juntos, possuem US\$ 44 bilhões, valor que equivale a 14% do PIB de 1994, corresponde quase ao total da dívida externa privada, é superior ao total das reservas internacionais do país e é três vezes maior que o valor do orçamento para o programa "Solidariedade". Principal instrumento do regime para enfrentar a miséria, este programa equivale a 75% do orçamento programado pelo governo federal para 1994.



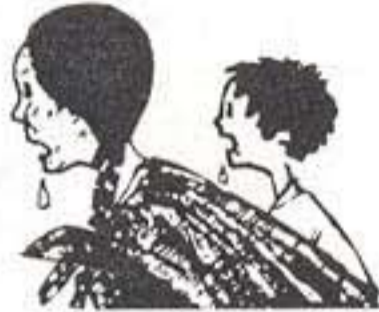
Importação substituiu a produção nacional. Resultado: falência de empresas e desemprego

A tendência para a desindustrialização e a capacidade cada vez menor de gerar novos empregos – tudo isto somado ao processo de desnacionalização – constituem, sem dúvida, os mais graves problemas do modelo de crescimento implementado. O setor manufatureiro, que havia crescido 7,2% em 1989, caiu 1,7% no primeiro trimestre de 1994. A queda de empregos no setor manufatureiro é notável: em 1989 foram criados 275 mil empregos; no ano seguinte, 202 mil; em 1991, 108 mil; a partir de 1992, houve uma redução absoluta de 23 mil; e em 1993, uma redução de 118 mil. Somente de janeiro a abril de 1994 foram perdidos 74 mil empregos. Isto decorre do fato de as importações estarem literalmente substituindo a produção nacional. Como consequência, milhares de pequenas e médias empresas do país estão falindo. Esta desindustrialização não é alheia ao NAFTA. Trata-se de uma tendência que já existia antes mesmo de sua entrada em vigor e que estava consolidada de antemão, uma vez que o tratado não continha nenhuma medida para reprimi-la. O processo de

desindustrialização, por exemplo, foi favorecido pelas regras do NAFTA, que não exigiam nenhum componente nacional.

Aí está o grande peso da dívida e da desnacionalização: se somarmos o financiamento externo de 1994, composto pela dívida externa mais a dívida pública interna em mãos de estrangeiros, e lhe agregarmos o investimento estrangeiro total, teremos a exorbitante quantia de US\$ 232,8483 bilhões, o que equivale a 68% do PIB. Mais de 2/3 do valor da produção nacional está em mãos estrangeiras.

O NAFTA não ajudou a melhorar os salários. Por sua lógica, nada indica que ajudará no futuro



O déficit comercial do México não só não diminuiu com o NAFTA, como aumentou. Em 1988 havia um superávit comercial de US\$ 845 milhões. Em 1992 já existia um déficit de US\$ 20,676 bilhões. Em 1993 houve uma baixa de 8,5%, porém em 1994 o déficit volta a aumentar em 26,8%. Nos primeiros meses do NAFTA, a concentração do comércio mexicano com os Estados Unidos não diminuiu nem um pouco. Continuam concentradas as exportações em vários ramos e empresas, sendo que mais da terça parte delas são maquiadoras.

Outro dado a se considerar é que, de 1976 a 1994, os salários mínimos perderam 67,56% de seu poder de compra. Durante o período Salinas, os que receberam subsídio fiscal perderam 12,29% e os que não receberam, 20,28%. Mesmo que nos salários contratuais a baixa não tenha sido tão pronunciada, no primeiro semestre de 1994 os salários do setor manufatureiro baixaram 3,56%. Em termos reais, também baixou a média dos salários dos setores de jurisdição federal e dos salários baixos da maioria dos

ramos, com contrato-lei (têxtil, da lã e da seda; rádio e TV; manufatura de Hule; indústria açucareira). O salário mínimo recuperou 0,45% de seu poder de compra, mas graças a um subsídio fiscal. A realidade é que o NAFTA não tem ajudado a melhorar os salários e, por sua própria lógica, nada indica que irá fazê-lo no futuro.

Pior acontece com o emprego. Afirma-se que a criação de empregos depende só do aumento dos investimentos e do crescimento econômico. Mas o problema é outro: o tipo de investimento e o modelo de desenvolvimento. A relação entre investimento, crescimento e emprego não é direta. Em 1990, ano de maior crescimento econômico, o PIB cresceu 4,5%; enquanto o aumento de empregos não ultrapassou 0,92%. Em 1993, quando o investimento estrangeiro superou todos os recordes (US\$ 15,617 bilhões), houve a maior perda de empregos. O problema é o tipo de investimento e de crescimento implementados no país. O NAFTA manteve enormes volumes de investimento estrangeiro, porém também manteve a tendência de realizá-los na Bolsa de Valores, não impedindo sua volatilidade ou, por assim dizer, sua instabilidade. Crescem as empresas exportadoras, que se nutrem de importações e, por não estarem articuladas com o resto da economia, não geram empregos indiretos.



Desindustrialização e polarização social: a esperança de aumento de empregos não é real

De acordo com os dados apurados pelos assalariados cotizantes do Instituto Mexicano de Seguro Social, que representam a terça parte do PEA, no primeiro quadrimestre de 1994 foram perdidos 69.151 empregos, dos quais 74.097 só na indústria manufatureira, o que é parcialmente compensado pelos aumentos no setor de serviços e na indústria elétrica (únicos setores que tiveram aumento líquido de emprego). A esperança propagandeada de que o NAFTA criará empregos não é real. Está-se perdendo mais empregos do que se faz crer. No México o NAFTA só está desencadeando a desindustrialização, a polarização social e o aumento da dependência. Por não assumir verdadeiramente as assimetrias, os Estados Unidos e o Canadá não estão contribuindo para minorar o problema do desemprego. Não é de se estranhar, então, o fluxo migratório. Leis racistas, como a 187, não irão resolver o problema. Ao contrário, eles se tornarão piores.

Nota

A Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio apresentou este informe preliminar sobre sua dinâmica econômica, particularmente ao setor do Trabalho, na ocasião do primeiro ano de funcionamento do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).



A natureza da submissão

RENATO RABELO

Os fundamentos do plano de FHC são idênticos aos adotados na América Latina: sua lógica leva ao aprofundamento da dependência do imperialismo e chega a atingir o nível da anexação econômica

Com maior ou menor dose de retórica, o atual presidente da República, em seus diversos pronunciamentos, tem insistido na necessidade de “mudar” o Brasil ou em afirmar que o “Brasil já mudou”. Sem dúvida nosso país carece de novos rumos, o anseio de mudança é legítimo na grande maioria da sociedade. Mas mudar para quê? Para onde? Mudar tendo em vista um desenvolvimento independente, com avanço democrático e justiça social, ou um desenvolvimento subordinado, com crescente concentração de renda e exclusão social? Ai está o centro da questão.

A novidade da fase globalizante: desmonte de estruturas estatais, econômicas e sociais



Afirma Fernando Henrique Cardoso que aqueles que o criticam deveriam perceber que ele “deseja reconstruir o Estado para permitir que se dê a guerra contra o *apartheid* social”. Como sabemos, o desenvolvimento histórico não pode se sustentar na boa intenção das pessoas, mesmo sendo estas mandatárias da República. Na realidade FHC é expressão de um esquema de forças políticas com interesses bem-definidos, plantados na atual evolução da marcha do capitalismo, conhecida como “globalização” da economia – um neologismo cujo conceito é pouco preciso. Do meu ponto de vista, estamos diante de uma nova fase do capitalismo, iniciada na passagem do século e caracterizada por Lênin como “etapa do capital financeiro, dos monopólios e da internacionalização da economia”. A globalização resulta, assim, dos vários períodos de desenvolvimento da internacionalização da economia, que alcançou elevado nível na escala mundial. A concentração do capital financeiro atingiu proporções sem precedentes, e os monopólios tornaram-se gigantescos e transformaram-se em oligopólios. A reestruturação do Estado capitalista tem sido consequência de sua necessidade de adaptar-se à evolução de cada fase do sistema, em busca de um modelo adequado

às exigências do momento histórico. O Estado nacional-burguês desenvolveu-se a partir do momento em que o capitalismo superou o feudalismo, seguindo a lógica de vencer qualquer obstáculo à concentração da produção e à centralização do capital em escala planetária. Desse modo, a classe burguesa, que se tornou monopolista-imperialista, vem utilizando, conforme suas necessidades políticas e econômicas, as formas constitutivas que vão do Estado mercantilista e da I Revolução Industrial até o estágio do Estado do capitalismo monopolista, em suas diversas manifestações. Poderíamos dizer que a novidade desta nova fase globalizante reside na exigência do desmonte de estruturas estatais econômicas e sociais e da dissolução das fronteiras nacionais, para livre manobra do capital financeiro e dos megaconsórcios econômicos, que têm como finalidade estabelecer vastos mercados únicos sob seu controle.



FHC procura esconder sua adesão à total submissão ao projeto do neoliberalismo

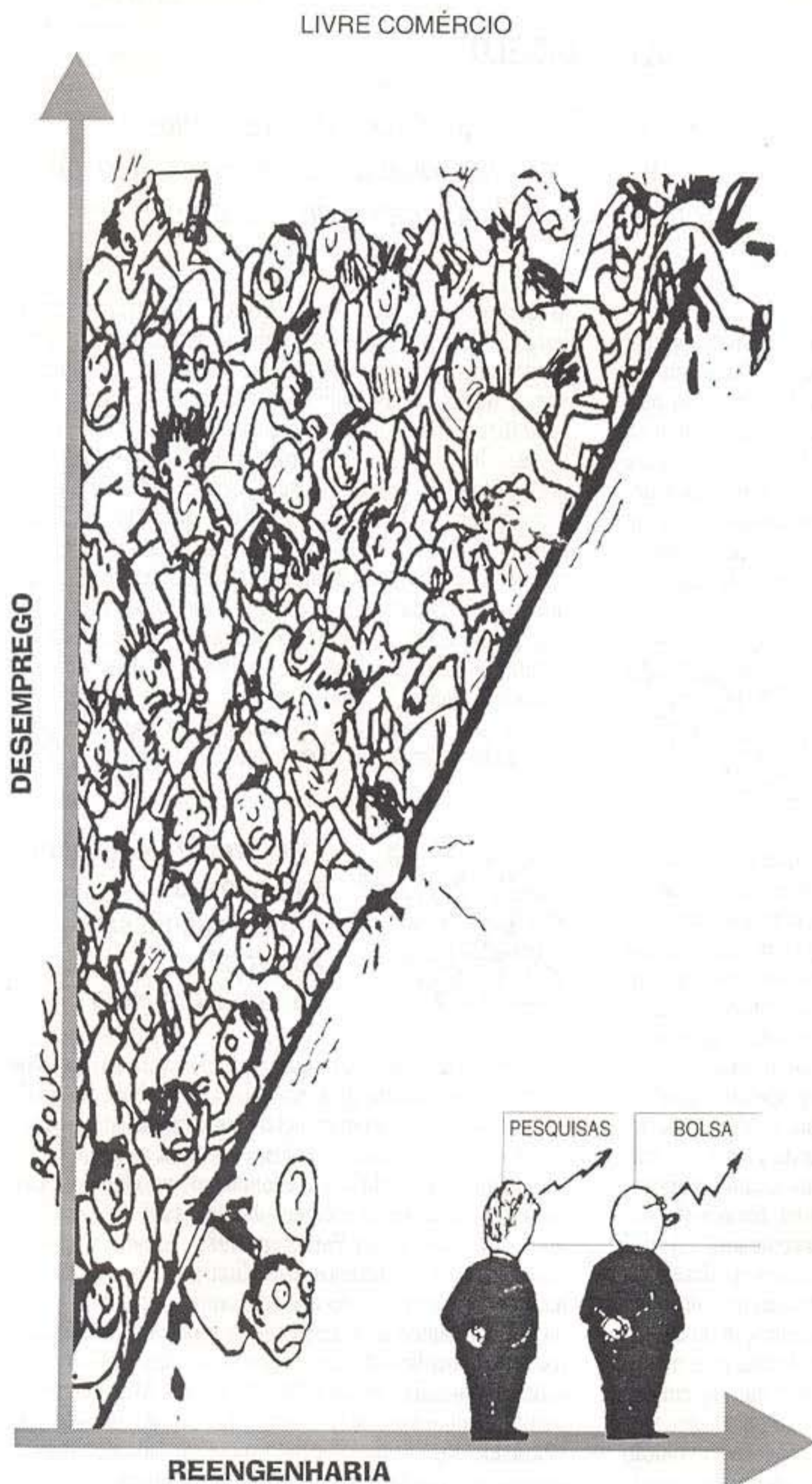
É importante destacar que a globalização se apresenta agora em um quadro de forças pós-Guerra Fria, no qual a nova ordem das maiores potências imperialistas, com a hegemonia dos Estados Unidos, concentra as decisões dos temas mundiais, políticos e econômicos no chamado Grupo dos Sete. Desde o encontro das sete potências em Londres, em 1984, e em Paris, em 1989, foram iniciados e desenvolvidos os manejos e as diretrizes para a “coordenação e homogeneização das economias nacionais”, visando os macrointeresses desse seleto grupo de potências. O receituário neoliberal planejado pelo G7 foi unificado pelo esforço centralizado do FMI, do Banco Mundial etc. A partir de então vem sendo perpetrada intensa pressão política e ideológica, envolta pelo mote de “modernidade” e orquestrada por volumosa campanha propagandística. Por

detrás disso tudo, estabelece-se enorme cerco econômico-financeiro para forçar os países periféricos (dependentes) a abrirem e “desregulamentarem” suas economias, privatizarem suas empresas estatais, reduzirem suas despesas públicas, “flexibilizarem” as conquistas trabalhistas e estabilizarem suas moedas à custa de pesados ônus sociais.

Diante dessa realidade, Fernando Henrique Cardoso, tentando dar “coerência” à sua conversão neoliberal e procurando escamotear sua decisão de aderir à corrente globalizante dos potentados capitalistas, “teoriza”, todo faceiro, que ser de esquerda significa “estar na linha do progresso” e que esse progresso “beneficia a maioria”.

Esta afirmativa nos conduz a duas questões que necessitam ser desvendadas. A primeira é distinguir que esse apelo ao “progresso”, como bem comentou o professor José Luiz Fiori, cumpre “função ideológica” ao reduzir a globalização a “um processo que derive apenas do desenvolvimento técnico e da evolução competitiva dos mercados”. Tal visão reduz este processo à mera consequência de uma nova forma tecnológica de produzir. Na vontade do sociólogo-presidente, esta marcha da mundialização da economia deve ser apolítica. Sorrateiramente, desconsidera que o centro de poder político-mundial está sob o controle das grandes potências, para escamotear que está convencido de que é preciso se render ao *diktat* das forças da nova ordem internacional. Enfatiza a necessidade de ser “realista”. A mão do verdadeiro poder torna-se invisível e tudo aparece elegantemente, no seu feitio de intelectual, sob a forma de “mudanças contemporâneas” necessárias, das quais não podemos ficar de fora. Em suma, o “progresso” em que Fernando Henrique diz estar metido não é objetivo, nem técnico-produtivo, mas segue a atual divisão internacional do trabalho imposta pelos centros de globalização e obedece ao esquema de poder da nova ordem mundial, na qual o Brasil ocupa posição subordinada ou complementar.

Aqui aparece a segunda questão: esse progresso globalizante, dirigido pelas grandes potências e megaconsórcios capitalistas internacionais, beneficia a maioria dos povos e nações e, em particular, as grandes massas trabalhadoras e populares? Desde 1991, Fernando Henrique declara simpatia às fórmulas liberalizantes, afirma que Collor abriu uma “agenda nova” e passa a apoiar as medidas pre-



curssoras do plano neoliberal daquele governo. Aproximou-se, assim, das correntes conservadoras, que encontraram nele o instrumento político ideal para viabilizar a vitória eleitoral de uma coalizão comprometida com o projeto “modernizante”. Foi possível então aglutinar a maior e mais poderosa parcela das classes dominantes e contar com o apoio das matrizes do poder capitalista mundial. Essa frente conseguiu êxito e possibilitou a recomposição das tendências conservadoras, principalmente com o reforçamento dos setores comprometidos e associados ao sistema de globalização, em aliança com as forças centristas e com uma esquerda *light*, cooptadas pelo projeto liberalizante. Pois bem, Fernando Henrique tornou-se o representante maior de uma composição política com essas características e tendências.

Mete-se um invólucro de “social” no liberalismo e tem-se outra coisa. Roberto Campos nega



Mesmo se o governo priorizasse as aspirações da maioria em detrimento do próprio interesse, o modelo neoliberal implementado no Brasil não fugiria à lógica da concentração de renda e da exclusão social. Seria como imaginar cobra voando, ave rastejando ou urubu comendo compota. O primeiro mês desse governo já apresenta claros indicativos de sua natureza e para onde se orienta. As medidas iniciais – como o veto ao salário mínimo, de apenas R\$ 100, 00, a proposição de eliminação das conquistas trabalhistas (flexibilização), a exigência de mais tempo para o trabalhador se aposentar, a liberação das mensalidades escolares – demonstram sua inclinação para a minoria de sempre. A defesa de “reformas” (tributária, do capítulo da Ordem Econômica da Constituição e da previdência) encarna uma tendência social-elitista, privilegiadora dos beneficiários perpétuos, onerando assim o trabalho, provocando maior concentração de renda e aprofundando a subordinação aos ditames da nova ordem imperialista.

Fernando Henrique, seus ideólogos e *technopols*, forjados nas usinas universitárias norte-americanas, revezam-se nas acrobacias verbais. Alguns, procurando tornar mais “consistente” seu produto, arrolam justificativas “teóricas” para convencer que seu modelo tem bases próprias, não é assentado no neoliberalismo nem no socialismo da esquerda tradicional e que se trata de um “terceiro” caminho. Outros, os ases do time econômico, principalmente depois do desastre do México – que até o dia 20 de dezembro era o maior exemplo de modernidade para o Brasil seguir –, repetem mecanicamente que os “fundamentos econômicos” do modelo adotado no Brasil é diferente dos demais.

Porém, todo esse esforço de múltiplos argumentos alinhados comprovam os impasses, dilemas e dificuldades que a imposição da estratégia dos potentados mundiais tem provocado, sobretudo na América Latina e no Leste europeu. As idéias de um terceiro caminho tecidas por Bresser Perei-

ra, Alain Touraine e outros, originadas de tendências políticas intermediárias, surgem com a intenção de responder ao insolúvel estrago social que os projetos da modernidade liberalizante têm gerado em todo lugar, mesmo no chamado Primeiro Mundo. Diz Bresser Pereira que o “neoliberalismo é um liberalismo radical e anti-social”. Por isso, “é possível pensar em um liberalismo social, que se aproxime da social-democracia”. Tudo se torna muito simples. Mete-se um invólucro de “social” ao liberalismo e tem-se *outra* coisa. Mas, ninguém melhor do que o próprio guru do liberalismo brasileiro, Roberto Campos, para repor o mérito do assunto. Ele diz que “a linguagem desse pessoal do Fernando Henrique, a sintaxe e mesmo a morfologia, são hoje a mesma dos liberais; a tônica é diferente”. E prossegue: “Eles se dizem social-democratas. Aí é o sotaque”. Bob Fields distingue, assim, que a diferença entre eles é apenas de “sotaque”. Como na botânica, não se pode confundir duas espécies que têm a mesma morfologia; a diferença entre elas está no hibridismo de uma, que assim pode assumir algumas formas distintas. Trazendo para o âmbito do pensamento político, as duas tendências se baseiam no liberalismo para montar seus modelos. Mais precisamente, a distinção entre elas está no entendimento que conferem ao “tamanho” do Estado e aos seus critérios de intervenção, reflexo da impotência sistemática que os projetos neoliberais demonstram diante da evolução da crise social e da exigência de dependência econômica crescente. Além disso, tais fenômenos são expressões de uma causa mais profunda – a crise estrutural contemporânea do capitalismo –, que se manifesta, ao nível da superestrutura, nas contradições de como compreender e compor o Estado nas atuais condições de globalização.



A realidade comprova que o Plano Real tem os fundamentos de outros já adotados

Em relação ao argumento de que o Plano Real tem fundamentos distintos dos planos adotados na América Latina, a realidade comprova o contrário. Os projetos globalizantes possuem razões e referenciais idênticos, atingindo elevado grau de homogeneização no continente latino-americano. Têm como perfil básico: a reforma monetária e o ajuste fiscal; a liberalização financeira e comercial; a desregulamentação dos mercados e a privatização das estatais; e a abertura da economia visando a “retomada” do crescimento. E, como consequência dos resultados adversos provocados pelas políticas de combate à inflação, a partir de meados dos anos 80 procurou-se uma fórmula credível para a estabilidade monetária, concretizada pela “dolarização” da economia, processo glorificado e amplamente empregado. As diferenças entre os planos econômicos em andamento situam-se no terreno dos mecanismos de câmbio, no grau de complexidade das economias, na “criatividade operacional” ou na “pilotagem” de cada situação. Os fundamentos são iguais. Também é preciso considerar que o naufrágio da experiência



mexicana acarretou desconfiança e maior incerteza ao investidor internacional, agente-chave, nos moldes neoliberais, para a estabilidade e o desenvolvimento da economia. Demonstrou de maneira prática que, no quadro da “mundialização”, a crise de um e seus efeitos provocam maior impacto e desdobramento sobre os demais; e que as decisões do governo estadunidense, por este ser o centro da globalização no continente, pesam mais nos destinos das economias dos países latino-americanos do que as decisões dos seus próprios governos.

Entretanto, a conclusão mais chocante do episódio mexicano é que a lógica do desenvolvimento dos planos “modernizantes” leva, inexoravelmente, ao aprofundamento da dependência do país periférico ao país central, atingindo o nível da anexação econômica. Isso é comprovado pelo peso das “garantias” que a superpotência do Norte exige do México, depois da promessa de ajuda de US\$ 50 bilhões, que na verdade teve como objetivo atender aos interesses dos grandes investidores e livrar da bancarrota as “economias emergentes”, qualificação pomposa para esconder o verdadeiro caráter subordinado e complementar dessas experiências.

A mudança almejada pelas forças do progresso não se confunde com a tal “modernização”



Desse modo, o mérito e a extensão da derrocada mexicana atestam não só que as razões dos projetos em aplicação na América Latina são as mesmas, produtos da onda neoliberal, como também – e o que é mais importante – que a interligação entre tais projetos e sua sujeição ao centro de poder globalizante vem sendo mais veloz e avassaladora do que o previsível. Em recente entrevista a *Les Échos*, Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI, afirma que “a crise mexicana é mundial e prenuncia outras que poderão acontecer em todos os continentes”.

A mudança almejada pelas verdadeiras forças do progresso não se confunde com a pretendida “modernização”,

que na verdade representa: a submissão às intenções globalizantes da nova ordem dos países centrais imperialistas, que impõem sua divisão internacional do trabalho ao conjunto do mundo; a “integração” desigual e subordinada, mediante a liberalização de uma economia que permite o livre acesso do capital financeiro e destrói os instrumentos de soberania nacional; a dependência do capital “volátil” e a estabilidade monetária ancorada no dólar, à custa de enormes e onerosas reservas, concentração de renda, exclusão social e desigualdade regional; a regulamentação do Estado e da sociedade pelo mercado. O caminho da mudança tem outro sentido. A vida vai comprovando que o charco neoliberal afundou a economia mexicana, tornando-a subalterna ao império do Norte e agravando dramaticamente a realidade político-social dessa nação. As reformas de cunho liberalizante no Leste europeu liquidaram as conquistas sociais, pioraram a realidade econômica, levando à derrota as forças capitalistas-modernistas nas recentes eleições. A previsão para a Rússia e países da ex-União Soviética não é diferente. Nada melhor para a definição de novos rumos do que a própria experiência percorrida pelos povos.

A resistência política, ideológica e teórica a essa onda de pensamento único produz seus frutos



Em contrapartida, afirma-se que a esquerda não tem alternativa. Porém, essa assertiva faz parte da luta ideológica atual, em que os setores capitalistas dominantes tudo fazem para convencer que, hoje, existe um único caminho – o neoliberal –, fora do qual não existiria solução verdadeira. Os comunistas, os socialistas e as forças efetivamente progressistas estão compreendendo que a resistência política, ideológica e teórica a essa onda de “pensamento único” produz seus frutos. É no decorrer desse enfrentamento que a alternativa dos povos, dos trabalhadores, da crescente massa de excluídos vai sendo plasmada, em busca de outro caminho na encruzilhada histórica do presente. Assim, a necessidade de construir ampla aliança mundial das forças do progresso social e político contra a ofensiva imperialista, globalizante e excludente, aos poucos vai se impondo. Aliança que se traduz, em âmbito nacional, numa extensa coalizão defensora das bandeiras de justiça social, desenvolvimento econômico soberano e ampla participação democrática. Somente o êxito dessa tendência poderia criar condições para a conquista de governos baseados numa nova correlação político-social, distinta da imperante em nossa sociedade, e possibilitar a transição para uma formação econômico-social diferente, que integre de fato a maioria da população aos frutos do desenvolvimento, gerados pelo extraordinário incremento tecnológico e científico.

RENATO RABELO é vice-presidente nacional do PCdoB.

O calvário da dependência

EDSON SILVA

A subordinação da moeda nacional a maciços recursos especulativos do capital internacional e as mesmas concessões feitas pelo México: para onde vai o Brasil?

Festejando com entusiasmo os números da queda mirabolante da inflação, da redução do desemprego, da explosão do consumo e dos enormes lucros das empresas, o governo e a mídia repetem: “Afim, com o Plano Real, chegamos ao paraíso!” “Ficou provado que o combate à inflação e a estabilidade econômica não são matérias da esfera estrutural da sociedade”, comentam com um sorriso acanhado de quem mal esconde a insegurança da convicção diante dos olhares causticos da realidade.

Há outros dados não tão festejados. A inflação pós-real, de julho de 94 a janeiro de 95, acumula, pelo IPCr, um índice de 24,11%, uma taxa bastante elevada para uma economia que se pretende estabilizada. Nos Estados Unidos, a inflação em todo ano passado somou 2,7%. Já os dados sobre o desemprego revelados recentemente pelo IBGE inquietam: são 10 milhões de desempregados, ou 14,3% da população economicamente ativa. É o mais elevado índice da América Latina. Diz o IBGE que mesmo com o crescimento econômico verificado após o Plano Real, os índices de emprego industrial acumulados de janeiro a novembro do ano passado apresentaram uma queda de 2,3%. Por sua vez, o número de títulos protestados na cidade de São Paulo subiu 53%, entre dezembro de 94 e janeiro de 95. Foram protestados 71.202 títulos em janeiro, número bem superior à média mensal dos dois últimos anos, de 40 mil. Cresceu igualmente o número de cheques sem fundo, a inadimplência, o recurso aos cheques especiais etc.

Mas o governo e a mídia procuram nos inculcar que o ambiente é de festa. Sustentam que a inflação era alta, está em queda, e antes muita gente ou estava afastada do consumo ou pouco consumia.

Aos poucos a sociedade poderá perceber que nada disso tem consistência, que não se trata do prometido crescimento sustentado e com justiça social; ao contrário, está aumentan-

do a distância que nos separa dele. O exame criterioso conduz à conclusão de que é limitada a soberania do Brasil sobre sua política econômica; de que é maior a vulnerabilidade do país às decisões do imperialismo norte-americano; de que as divisas, acumuladas com o esforço produtivo nacional, não estão comprometidas com os interesses nacionais; de que as conquistas sociais estão por um fio etc.

A crise mexicana é a prova de quanto o Brasil e os demais países da América Latina estão sujeitos aos chamados planos de “estabilização”. O combate à inflação, nos termos em que está se dando, tem um elevado preço, maior que o das tentativas anteriores, para os trabalhadores e a nação, além de evidenciar uma maior e multilateral espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro.

Sobretudo depois da crise mexicana, tornou-se acirrado o debate entre economistas, empresários e autoridades governamentais. Os que expressam o pensamento oficial, ainda que entusiastas, não se mostram tão tranquilos e são unânimes em recomendar novos “ajustes”. “O horizonte da economia em 95 prenuncia-se favorável, desde que não se posterguem medidas inadiáveis”, diz o editorial da revista *Conjuntura Econômica* de janeiro, editada pela Fundação Getúlio Vargas, referindo-se às reformas fiscal, tributária e da previdência social, à continuidade da política de privatização de empresas estatais e à flexibilização das relações de trabalho, entre outras. Há também a opinião crítica, em grande parte expressão das contradições de setores do capital com a execução do chamado plano de “estabilização”.

Nenhum deles, por mais ácida que tenha sido a crítica aparecida até aqui, chega no essencial para que se compreenda os impasses e ameaças da política econômica em curso. O Plano Real é a senha de um novo – e mais perverso – ciclo de dependência e subordinação ao capital monopolista internacional.

No ciclo anterior, que compreende o período que vai do regime militar à conhecida década perdida, os anos 80, a dependência tomou dimensões até então nunca vistas. Num contexto aparentemente contraditório, o Brasil passava a ter a maior dívida externa do mundo e se transformava num expressivo exportador líquido de capitais. Entre 1983 e 1992, um total de US\$ 130 bilhões foram remetidos ao exterior a

* Quando concluiu este artigo, a imprensa noticiava as decisões da reunião da Câmara Setorial Automotiva. Dentre elas, e sob protestos dos representantes da FIAT e da FORD, aprovou um aumento do imposto sobre a importação de veículos, que passou de 20% para 32%. Não se trata de uma “pontual correção”, mas de um recuo que terá repercussão no plano de “integrar o Brasil na economia internacional”.

título de pagamento dos juros e amortizações da dívida externa, e o país só recebeu neste período US\$ 17 bilhões em novos créditos, de acordo com o Banco Central.

Simultaneamente, crescia o PIB brasileiro, passando de US\$ 31 bilhões, em 1967, para US\$ 411,9 bilhões, em 1989; o parque industrial expandiu e diversificou extraordinariamente, baseado na substituição de importações; o investimento público produtivo cresceu, fazendo surgir importantes empresas estatais nos setores da siderurgia, da petroquímica, dos fertilizantes, das telecomunicações, da energia elétrica e da mineração. A Petrobrás se impôs como poderosa empresa petrolífera, o investimento público funcionou como alavancador do crescimento econômico e propiciou elementos de soberania ao Estado brasileiro.

O esforço produtivo nacional, em grande parte, foi atrelado ao comércio exterior e viabilizado por um violento arrocho salarial, pela prática de generosos subsídios e pela política cambial de desvalorização da moeda nacional, para gerar as divisas necessárias ao pagamento da dívida externa e à remessa de lucros das multinacionais.

Esgotado, o ciclo se encerra com a ditadura militar, aos pedaços, tendo que ceder à democracia, deixando para trás como herança um rosário de distorções e desequilíbrios, entre os quais uma brutal concentração de renda e uma monumental dívida interna, alimentada pela ciranda financeira que levou o Estado a uma dura crise.

As reservas de divisas são, em sua maior parte, dinheiro aventureiro, e não reserva consistente



De 1990 a 1993, que se pode conceber como uma fase de transição, o Estado passou por tentativas nem sempre bem-sucedidas¹ de iniciar os “ajustes da globalização”, admitidos como intransferíveis e virtuais, numa espécie de capitulação.

No novo ciclo estão sendo acrescentados outros elementos ao padrão de acumulação capitalista, há alterações em perspectivas no perfil da economia brasileira e mais lenha na fogueira das contradições entre frações da burguesia, tanto quanto novas ameaças ao Brasil como país soberano.

O pretexto público, ou porta de entrada do Plano Real, é o combate à inflação – de largo alcance social e de amplo potencial manipulador da opinião pública –, que percorre a mesma trilha tortuosa da rendição ao capital estrangeiro, agora, digamos, com os sinais invertidos. Não há propriamente novidades nos êxitos momentâneos dessa empreitada no combate à inflação. Também no ciclo do ajuste anterior – em sua fase de ingresso líquido do capital estrangeiro, de 1967 a 1973 –, a inflação registrou baixa, numa média anual de 20,39% contra 55,86%, de 1960 a 1966, passando de 46,28%, em 1966, para 14,13%, em 1973, no mais baixo índice verificado depois de 1957, quando somou 13,73%. Mas essa fase foi provisória, porque com o aumento da saída líquida de dólares, entre 1983 e 1992, a inflação disparou, pulando de 94,59% para



1.129,45%, em 1992. A média só não é maior pela queda da inflação em 1986, provocada pelo Plano Cruzado.

A relação da inflação com a pilhagem do capital estrangeiro no Brasil também fica clara no período de 1979 a 1985, quando, apesar de o país não ter recebido um tostão, se estima que a dívida externa tenha aumentado US\$ 81 bilhões, por impacto do aumento dos juros internacionais. A inflação disparou, subindo de 39,85%, em 1978, para 228,22%, em 1985.

Fenômenos semelhantes voltam a ocorrer. “A inflação caiu”, diz o artigo da revista da Fundação Getúlio Vargas, “por fatalidade aritmética, tendo em vista a matemática da URV, e permaneceu controlada nos setores oligopolizados devido à queda do dólar e à desagravação do comércio exterior, que incrementaram as importações, bem como ao congelamento dos preços administrados e das tarifas públicas.”

Perfeita a síntese. Apenas, onde se diz “fatalidade aritmética”, leia-se “mágica aritmética da URV”. O governo agiu como no conhecido conto do bode na sala. Permitiu que, antes da conversão para a URV, os preços, praticados pelos oligopólios em particular, subissem descontroladamente, pelo que os empresários acumularam ganhos estupendos.

Aos poucos alguns preços vão recuando e outros, em que há controle oligopólico, aumentam num ritmo menor. Esse é o movimento, restrito aos preços (das perdas salariais não se fala), que o governo comemora arditamente como queda da inflação.

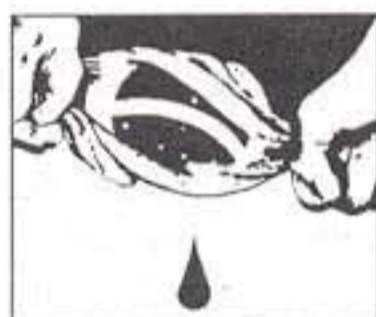
Também há de se acrescentar a expressão “peça-chave da dependência” (no estágio atual) à frase “queda do dólar”. Seria grave pretender a paridade de 1 real para 1 dólar numa economia dependente como a do Brasil, debilitada pela voraz pilhagem do capital estrangeiro – o volumoso pagamento anual dos juros da dívida externa é apenas um elemento dessa pilhagem. As conseqüências são mais graves porque a moeda nacional, nesse contexto, está vinculada à de uma superpotência e sobrevalorizada por um irresponsável truque cambial.

Da noite para o dia, processou-se a alquimia: o sepultamento do cruzeiro, morto na UTI, e o nascimento

triumfal do real, lastreado em pouco mais de US\$ 40 bilhões. Quanto maior for o saldo líquido de dólares, maior a pressão é exercida pela valorização do real.

Verdadeiro pé de barro, isto porque as reservas de divisas do Brasil,² cantadas em prosa e verso, não são, em sua maior parte, reservas próprias do Brasil, acumuladas por efeito de uma política econômica consistente, mas recursos que aqui aportaram, atraídos por elevadas taxas de juros. Um dinheiro aventureiro, que viaja mundo afora sempre em busca do ganho imediato, de quem pagar mais. Portanto, com a mesma disposição que chega, pega seu boné e vai embora, sem pedir licença a quem quer que seja, como de resto se comporta todo capital. Em troca de vantajosa remuneração do mercado especulativo, ele financia o consumo e engorda as reservas de divisas do país que o abriga. De janeiro a agosto do ano passado, o Brasil recebeu US\$ 27 bilhões, dos quais apenas US\$ 1,6 bilhão em investimentos diretos, segundo o Banco Central. Essa mesma relação entre o chamado capital de curto prazo e o aplicado na bolsa de valores, de um lado, e o investimento direto, de outro, praticamente se verificou em 1992 e em 1993.

“Exemplo de ajuste que deu certo é o México”, afirmavam os defensores do Plano Real no Brasil



A valorização cambial é um dos sinais invertidos do Plano Real, relativamente ao ciclo anterior do calvário da dependência. Naquele, a moeda nacional foi desvalorizada para implementar as exportações. Agora, ao contrário, como é outro o projeto imposto, as vendas ao exterior são desaceleradas e as importações facilitadas pela “abertura comercial” e estimuladas pela valorização do Real. “Não vejo porque o Brasil deva ter megaexcedentes em sua balança comercial”, disse o ministro da Economia, Pedro Malan, em entrevista a jornalistas estrangeiros na última semana de janeiro passado. Com efeito, as importações vêm crescendo sistematicamente desde 1989 e, em contrapartida, diminui o ritmo das exportações. No ano passado, a radicalização desse comportamento foi eloqüente: as exportações cresceram 36% de janeiro a dezembro e as importações, 161%; de julho a dezembro, em plena vigência do Plano Real, as exportações caíram 0,29% e as importações aumentaram 82%. De modo que o saldo negativo de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão em novembro e dezembro não decorre de uma mera sazonalidade, como afirmaram alguns analistas, mas é resultado, abrupto é verdade, de uma tendência que, a partir de julho último, foi dirigidamente acentuada. Até o final de 1995 os números serão dramáticos.

As importações passam a ter uma deliberada função estratégica: ajudar a absorver a liquidez do país em dólares (disponibilidade maior que a requerida pelos compromissos da dependência) e combater a deletéria ação inflacionária dos monopólios privados, sempre que possível importando do próprio grupo econômico estabelecido em

outro país, de preferência de sua matriz. Inteligente a estratégia dos nossos *technopools!*

Que identidade nacional e de compromissos com os desafios do progresso do Brasil pode ter um plano econômico que subordina a moeda nacional e o combate à perversa inflação a maciços recursos especulativos do capital internacional? Virtualmente aumentarão os desequilíbrios, as distorções e a instabilidade futura da sociedade brasileira. Que proveito o progresso social pode ter com uma prática de importações que, por desbragada, pouco contribui para aumentar a capacidade instalada do parque industrial e a produtividade do aparelho econômico do Brasil? Não por acaso, as compras de bens de consumo, notadamente de veículos e componentes, foram as que mais se expandiram na pauta de importações dos onze primeiros meses do ano passado. A ameaça de desindustrialização e mais desemprego é real. A propósito, perguntada sobre o que se pode fazer para gerar mais empregos, a ministra da Indústria e Comércio, Dorothea Werneck, deu uma resposta que não diz nada: “Toda desregulamentação voltada para a micro e pequena empresa é um estímulo. O estímulo ao turismo é outra grande contribuição.” (*Folha de S. Paulo*, 15-1-95)

O México transformou-se no “exemplo de ajuste que deu certo” com a seguinte equação, aplicada há sete anos: fluxo maciço de dólares parasitários, valorização cambial e abertura comercial (imposições do capitalismo em sua fase de globalização mundial). Até que no dia 20 de dezembro último soou o alarme, anunciando a falência da equação. A surpresa de “convincentes” instituições capitalistas foi patética. “Dos grandes mercados da América Latina, o México continua sendo o meu favorito”, afirmava um relatório do Morgan Stanley & Co., datado de 2 de dezembro, pou-

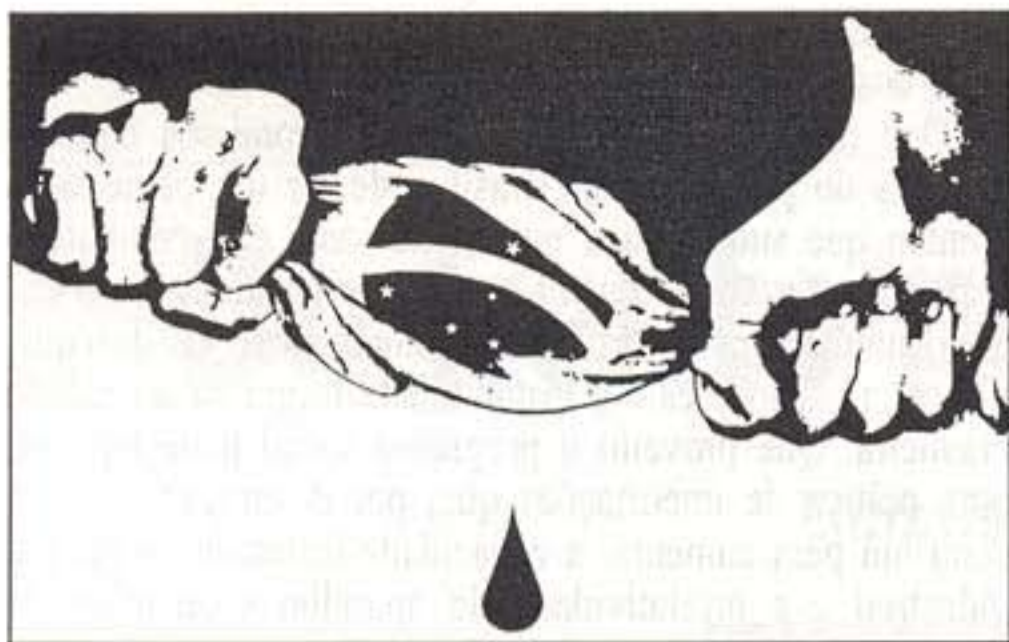
Tabela 1 - IPC - FIPE - 1960-1994

Ano	Índice	Ano	Índice
1960	32,21	1978	39,95
1961	43,51	1979	67,08
1962	61,76	1980	84,80
1963	80,51	1981	90,92
1964	85,59	1982	94,59
1965	41,19	1983	164,08
1966	46,28	1984	178,37
1967	25,34	1985	228,22
1968	25,19	1986	68,08
1969	22,58	1987	367,12
1970	17,45	1988	891,67
1971	20,41	1989	1.635,85
1972	17,48	1990	1.639,08
1973	14,13	1991	458,61
1974	32,79	1992	1.129,45
1975	29,01	1993	2.490,99
1976	38,28		
1977	41,18	1994	Não divulgado pela FIPE

Tabela 2 - Balança comercial 1985-1994 - US\$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1985	25639	13153	12486
1986	22343	14044	8305
1987	26224	15051	11173
1988	33789	14605	19184
1989	34383	18263	16120
1990	31414	20661	10753
1991	31620	21041	10579
1992	35862	20554	15308
1993	38597	25720	72877
1994	43558	33167	10391

Fonte: Fundação Getúlio Vargas



cos dias antes de eclodir a crise mexicana. O Bankers Trust Co., na véspera da crise, garantiu “não acreditar que uma mudança na política cambial fosse uma opção”. Já o Swiss Bank Corp. considerou o México um candidato para investimentos de alto grau e um país que atendia aos critérios econômicos para a participação na União Monetária Européia. (*The Wall Street Journal*, reproduzido pela *Gazeta Mercantil*, em 17-1-95).

A fracassada solução mexicana, em que se inspiraram o Brasil e a Argentina, expôs com muita força a crueldade da “ditadura do mercado”, mistificado pelo pensamento neoliberal. Mal havia soado o alarme, o instinto de sobrevivência implacável do capital falou mais alto, desencadeando uma série de reações desestabilizadoras, que vão da rápida desvalorização do peso mexicano ao aumento do desemprego.

E o que é mais importante: a crise “tequila” voltou a revelar, com uma crueza cortante, como o império norte-americano manipula os cordéis para aliviar suas dificuldades e, ao mesmo tempo, apertar no devido momento os garras escravizantes da dependência. Desde 1990, os Estados Unidos, às voltas com a recessão de sua economia, vinham estimulando a aplicação de recursos privados nos países em desenvolvimento, que por sua vez, pressionados pela crise de financiamento do Estado, ofereciam generosas taxas de juros. De acordo com o Banco Mundial, em 1990 esses países receberam US\$ 47 bilhões de investimentos em bolsas de valores e aplicações financeiras em títulos, contra US\$ 27 bilhões em investimentos diretos. Em 1993, a relação foi, respectivamente, de US\$ 166 bilhões para US\$ 70 bilhões, e a estimativa é de que em 1994 tenha sido de US\$ 173 bilhões para US\$ 78 bilhões.

Ato contínuo, nesse mesmo período aumentou o déficit comercial desses países. No Brasil, as exportações cresceram 38,65%; as importações, 60,52%; e o saldo comercial diminuiu 3,4%, entre 1990 e 1994.

Na medida em que a economia norte-americana se recuperava,³ aumentava o tormento dos países de sua esfera de influência, como o México. De forma que, quando os Estados Unidos elevam suas taxas de juros – seis vezes em 1994 –, aumentam a dívida externa de seus “parceiros” e impõem uma disputa, a um só tempo desigual, extenuante e desestabilizadora.

O aperto dos tenazes escravizadores da dependência aparece ainda no teor das medidas tomadas pelos países agredidos: o México, de joelhos, aceitou depositar a receita

da venda de seu petróleo no Banco Central dos Estados Unidos, numa “privatização” indireta da PEMEX, a estatal petrolífera mexicana, em troca do pacote de US\$ 51 bilhões que os ianques articularam; a Argentina dolarizou de vez sua economia, ao assegurar plena conversabilidade do peso pelo dólar; e no Brasil, recém-chegado ao inferno dos “ajustes globais”, o governo, tentando demonstrar que a situação estava sob controle, tratou de “acalmar o mercado”. Mentiu num primeiro momento sobre o déficit de sua balança comercial de novembro, escamoteando-o; acelerou a aprovação da lei de concessões dos serviços públicos ao capital privado (rolava no Congresso há mais de quatro anos); alterou, por Medida Provisória, o Programa de Privatizações, facilitando-as ainda mais; cortou investimentos das estatais, debilitando-as; está apertando os bancos estatais estaduais, medida que coincide com o aviso de Pêrsio Arida, presidente do Banco Central, de que vai abrir o setor financeiro ao capital estrangeiro. E, para aplacar a inquietação dos exportadores, adotou o que observadores consideram medidas duvidosas de estímulo às exportações, como a liberação dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio, os ACCs.

Isso a despeito de os técnicos, autoridades do governo e a mídia insistirem que o Brasil não é o México. Mas as repercussões se fazem sentir gradativa e constantemente. Pelo que se sabe, as reservas do Brasil devem ter diminuído para US\$ 36,2 bilhões, depois de terem perdido US\$ 4 bilhões entre dezembro passado e janeiro do corrente ano.

O Plano Real, que aumenta a dependência do Brasil, tem, como seus similares em outros países, uma lógica inescapável: as políticas monetária e cambial vão se esvaindo e, como um viciado, exigindo da sociedade doses mais fortes de subordinação. O próximo passo são as reformas da Constituição, entreguistas, antidemocráticas e antitrabalhadoras, apresentadas impositivamente como inadiáveis.

Cínico recurso. Antes o México fez as mesmas concessões requeridas aqui com a revisão da Constituição. Nem por isso evitou o naufrágio.

EDSON SILVA é economista e membro da Direção Nacional do PCdoB.

Notas

(1) Nesse ensaio é possível registrar dois grandes tropeços: a destituição do presidente Fernando Collor (fato histórico) e o fiasco da Revisão Constitucional. Mas é também desse período a deflagração do processo de desmonte do Estado, seja pela chamada desregulamentação da economia, seja, em particular, pela ação das privatizações, já concluídas nos setores siderúrgico e de fertilizantes e bastante adiantada no petroquímico.

(2) Em dezembro de 1991, as reservas do Brasil somavam US\$ 9,4 bilhões, passando, um ano depois, para US\$ 23,7 bilhões, no conceito de liquidez internacional, que inclui todos os créditos a receber.

(3) Enquanto as economias de países como Brasil, Argentina, México e Chile, entre outros, registravam redução do ritmo de crescimento das exportações e maior déficit da conta de transações correntes (gastos com importações e serviço da dívida externa superiores às exportações), a economia dos Estados Unidos tinha um crescimento de 4%, o maior dos últimos dez anos.

Monopólio do petróleo na mira das reformas

HAROLDO LIMA

A Petrobrás, que saiu incólume da Revisão Constitucional de 94, voltou a ser alvo de nova e maior investida contra sua existência. Emenda de FHC confirma a intenção

No último dia 16 de fevereiro, o governo Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional que quebra o monopólio da Petrobrás. Sem dúvida, é o ponto mais polêmico do pacote de reformas com que FHC pretende impor o figurino neoliberal ao Brasil. A emenda propõe o fim do monopólio da Petrobrás nas atividades de pesquisa, lavra, refino, importação e transporte marítimo e através de dutos. As empresas privadas poderão explorar todas estas atividades, segundo regras definidas em lei complementar. O quórum para aprovação de uma lei é de maioria simples, o que significa a metade mais um dos presentes na sessão da Câmara e, depois, na do Senado.

A existência e o desenvolvimento da Petrobrás tornou-se uma questão crucial e simbólica na definição do caminho estratégico de desenvolvimento que o Brasil seguirá: o de um país que promove um desenvolvimento independente, apoiando-se em seu povo e em suas riquezas para se afirmar, sem xenofobia, mas com firmeza, como nação soberana, ou o de um país submisso às diretrizes de potências hegemônicas, sem confiança em seu povo e em suas potencialidades, que procura adaptar-se servilmente, como nação subalterna e dependente, à “nova ordem” que o capitalismo internacional pretende estruturar. Esse segundo caminho é o que predomina nas esferas oficiais. Há todo um jogo de pressão internacional que envolve a maior empresa brasileira. Por isso a Petrobrás ainda está na alça de mira.

Como não se pode argumentar ineficiência em algum aspecto significativo da Petrobrás – posto que é um empreendimento de largo sucesso empresarial – levanta-se, como razão superior para a quebra do monopólio estatal do petróleo, o fato de a Petrobrás supostamente não dispor de capital suficiente para os grandes investimentos que a situação está a exigir. Com a quebra do monopólio, os oligopólios estrangeiros do petróleo trariam para nossa terra,

segundo se diz, fartos recursos para a prospecção, produção e refino. A colocação é falsa sob diferentes aspectos. A começar pela idéia de que o petróleo seria um grande negócio, fundamental mesmo, mas de qualquer maneira um negócio, que não poderia ser visto senão sob a ótica das leis do mercado, uma *commodity*, para onde se atrai capital de onde existir, sem outras conjecturas, ao estilo de “interesses nacionais”. O mercado substituiria a nação...

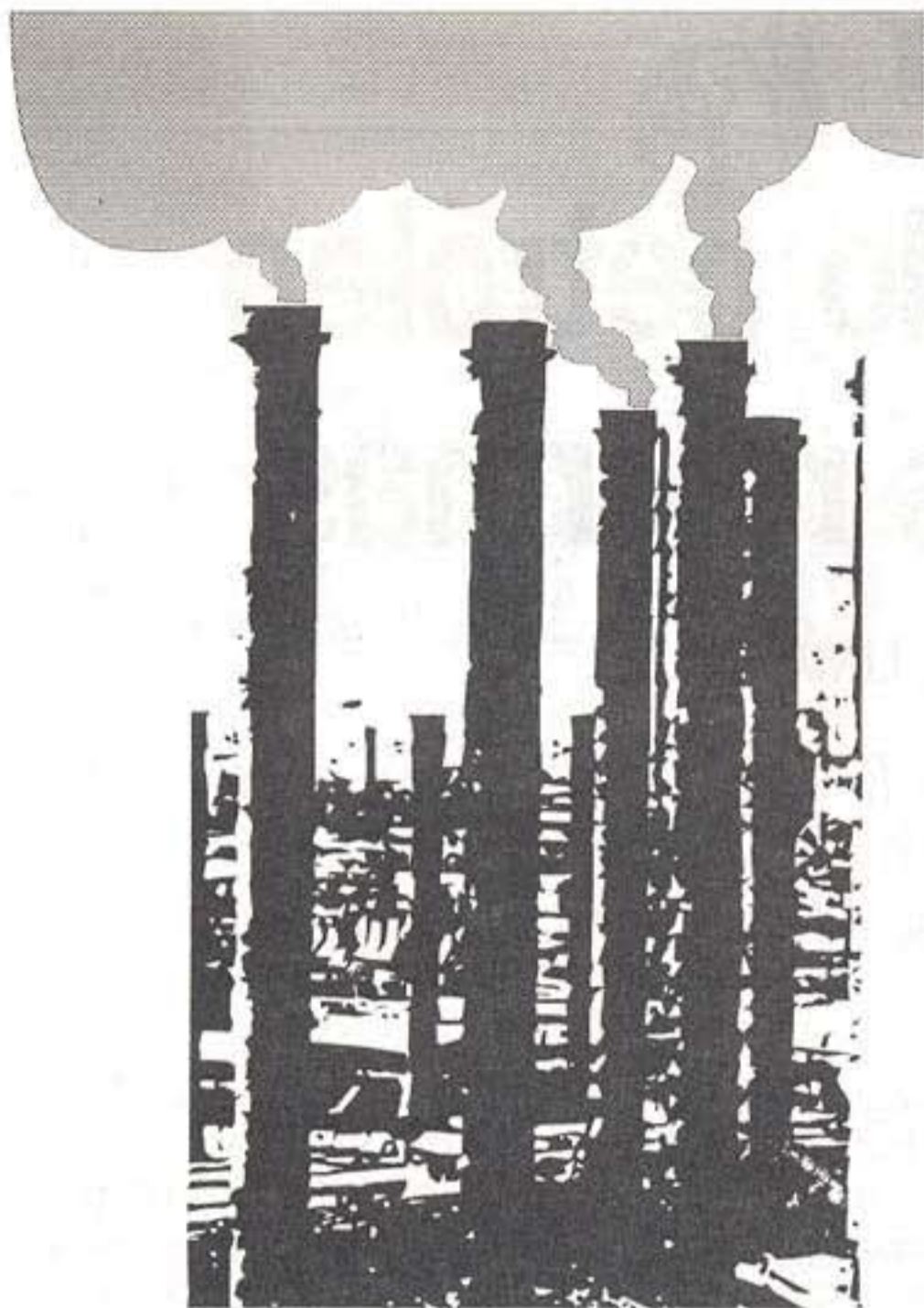
O interesse nacional e o mercado

A revista *Veja*, destacada propagandista de matérias contra a Petrobrás, tendenciosas, desonestas e até falsas, abriu as páginas amarelas de sua edição de 2 de fevereiro de 1994 para um certo senhor Daniel Yergin falar sobre petróleo. Apresentado como entendido no assunto, empresário e autor de sucesso nos Estados Unidos, Yergin, manifestou opiniões francamente contrárias à Petrobrás, destinadas a impressionar especialmente os parlamentares, às vésperas da Revisão Constitucional.

Nas quinhentas páginas de seu livro, *O Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder*, Yergin não se refere ao Brasil, o que não o descredenciou, a juízo de *Veja*, para pontificar sobre o que deveria ser feito em matéria de petróleo em nosso país.

A linha geral do raciocínio do americano é que, até a década de 70, “parecia que o monopólio estatal era essencial para a segurança nacional”, mas “desde então essa noção está em decadência”. “No fim das contas”, disse Yergin, “a realidade é guiada pela economia, e não pelo processo político. Só é melhor produzir domesticamente e arrecadar impostos sobre essa produção se for mais econômico”.

Ao pensamento do americano Yergin filia-se toda uma corrente neoliberal, até de brasileiros e de porta-vozes das



multinacionais do petróleo, também no Brasil, para os quais o negócio do petróleo deve ser examinado apenas à luz do interesse econômico imediato, do jogo do mercado. Nada de abordagem que parta do “ponto de vista nacional”, coisa em desuso. No entanto, este raciocínio do americano é inteiramente falso.

Seria pueril negar a importância das leis de mercado – como a lei do valor, a lei da oferta e da procura – para a dinamização da atividade econômica. No mundo de hoje, o mercado, que reflete o rápido desenvolvimento tecnológico, vai assumindo um caráter crescentemente global. Os meios de comunicação e a informática permitem e suscitam fluxo imediato e planetário de informações, decisões, iniciativas e recursos, o que leva a economia a integrar-se em nível superior. O poder do mercado na regulação da produção é amplo e expedito, tendente a selecionar e uniformizar processos, qualidades e ritmos, inviabilizando tudo o que não consegue acompanhar o diapasão geral.

Mas a economia que se globaliza de forma alguma se desenvolve segundo os interesses dos povos. Ao contrário, nela acentuam-se as diferenças, especialmente as que decorrem do controle, possibilidade de acesso ou afastamento definitivo dos meios fundamentais do desenvolvimento moderno, os do conhecimento e da tecnologia. Na economia que se globaliza cresce o poder do mercado mas cresce na mesma proporção a importância dos fatores políticos que refletem os interesses maiores dos grupos e potências. Dependendo do que está em jogo, um determinado produto ou setor ganha tratamento especial, ditado por injunções políticas, não ficando de forma alguma ao sabor

exclusivo das leis do mercado. É justamente o que ocorre com o petróleo.

O fundamental passou a ser o controle das reservas

Na atualidade, aproximadamente 52% de toda a energia que movimenta o mundo provêm do petróleo e do gás. Embora, em perspectiva não muito longínqua, o petróleo não tenha condições de suprir as necessidades energéticas do planeta, precisamente por ser uma fonte não renovável de energia, o certo é que o precioso óleo continuará sendo a fonte energética básica, segundo se prevê, pelo menos nos próximos trinta anos.

O consumo do petróleo no mundo é, porém, inteiramente desigual. Os Estados Unidos sozinhos consomem 25% de todo o óleo refinado na Terra, a Europa Ocidental leva 21% e o Japão 8%. Se a isso somarmos os consumos do Canadá, China, Rússia, Índia e Coreia do Sul, responsáveis, juntos, por cerca de 23%, veremos que em torno de 80% de todo o petróleo consumido no mundo o é pelos países ricos e alguns em desenvolvimento.¹

Mas se o consumo do petróleo entre os países é desproporcional, a localização das suas reservas o é mais ainda. Cerca de 80% de todos os mananciais estão em oito países: Arábia Saudita, Iraque, Kuwait, Irã, Emirados Árabes, Venezuela, ex-União Soviética e México. Destes, cinco detêm 63% de todo o petróleo do mundo em uma única região, o Oriente Médio. Além disso, a China conta com 2,5%, comprometidos com o próprio desenvolvimento, os Estados Unidos têm 3%, insuficientes para seu consumo, e o restante está em alguns países do norte da África, da América e da Europa.²



As reservas dos grandes oligopólios que temem a concorrência das estatais no setor são pequenas

O que fica patente é que os grandes consumidores, notadamente o Grupo dos Sete – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá –, não têm reservas petrolíferas ou as têm pequenas e declinantes.

A situação no mundo do petróleo, entre as décadas de 70 e 80, sofreu grandes transformações. Até a década de 70 as famosas Sete Irmãs – Esso, Shell, British Petroleum (BP), Mobil, Chevron, Gulf e Texaco – praticamente dominavam todos os negócios petrolíferos no mundo. Daí por diante mudanças ocorreram, especialmente quanto ao domínio das reservas. É o período da ascensão das estatais no setor.

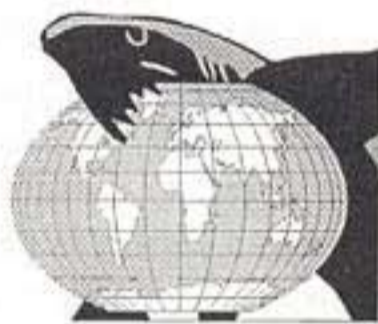
A primeira estatal petrolífera surgiu na Argentina em 1922. Depois o México nacionalizou seu petróleo em 1938, em pleno domínio das Sete Irmãs. Autores acreditam que, não tivesse o mundo vivendo os albores da II Guerra Mundial, o México teria sido invadido militarmente. O Brasil entra na linha da nacionalização em 1954 e

diversos países seguiram idêntico caminho. Estatais também se organizaram na Inglaterra, Itália, França, Canadá, Japão, Noruega etc.

Mas a situação se modifica substancialmente a partir da criação de grandes estatais nos países detentores de imensas mananciais. Como o petróleo já era nacionalizado na Rússia e na China, que tinham grandes reservas, o resultado foi que, pelo final da década de 80, as multinacionais do petróleo, que até então tinham hegemonia mundial absoluta no ramo petrolífero, ficaram sem reservas estratégicas. Em dezembro de 1992, 83% dos mananciais petrolíferos do mundo passaram às mãos de 28 grandes estatais, enquanto as 22 maiores empresas privadas ficaram apenas com 4,5%.³ A própria definição de grande empresa se tornou dependente do critério utilizado. Se o critério for o volume de vendas, das dez maiores empresas petrolíferas do mundo só duas são estatais; se o critério for o volume do refino, das dez maiores quatro são estatais; se o critério for a produção do petróleo, das dez maiores sete são estatais; e se o critério for a posse das reservas, aí das dez maiores nove são estatais!⁴

O controle das reservas pelas estatais não lhes conduziu, de imediato, ao controle dos setores petrolíferos de ponta, como o refino ou a comercialização dos derivados, ainda em mãos dos oligopólios privados. Entretanto, são pequenas as reservas desses oligopólios, dando apenas para seis anos no caso da Shell, nove no da BP, quatro no dos demais. As estatais, por outro lado, estão penetrando nas áreas nobres do negócio.

O petróleo é um produto claramente sujeito à política de poder e aos interesses nacionais

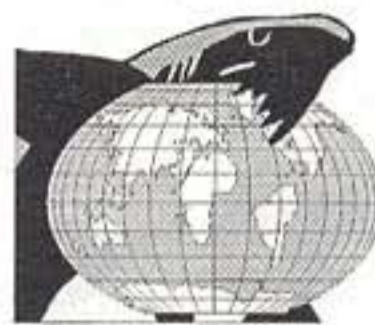


E assim a grande novidade do mundo do petróleo, aí pelo início dos anos 90, foi que as megamultinacionais ficaram com seus futuros ameaçados. A disputa das reservas passou a ser crucial para elas e para as potências que lhes são afins.

O que se passou com o Iraque é ilustrativo da situação. Sentindo sua autoridade arranhada na área das grandes reservas, os Estados Unidos não titubearam: mobilizaram 600 mil homens, de dezesseis países, mataram 238 mil iraquianos e gastaram cerca de US\$ 90 bilhões para que não pairasse dúvidas sobre o caráter decisivo de seus interesses nas grandes reservas. Para “ajudar” a Arábia Saudita, ocuparam-na militarmente e de lá não saíram completamente até hoje. Na Arábia Saudita estão 26% das reservas petrolíferas da Terra.

No mundo atual, petróleo talvez continue sendo o produto mais claramente sujeito à política de poder e aos interesses nacionais. A recomendação do americano Yergin, estampada com a maior pompa em *Veja*, no que se refere à questão do petróleo, deve ser tratada exclusivamente à luz dos interesses do mercado, e não à luz dos interesses

nacionais, como uma *commodity*, e não como um produto estratégico, é uma empulhação, visa nos ludibriar. Ninguém discute petróleo sob o ângulo puramente econômico. “As despesas militares dos Estados Unidos para garantir o controle do Oriente Médio (...) fazem que o custo por cada barril importado por aquele país ascenda a cerca de US\$ 100, enquanto a chamada economia de mercado coloca o preço do barril abaixo de US\$ 20.”⁵



A “abertura” é defendida quando um grande contendor quer desalojar e ocupar o lugar de alguém

A década de 80 termina com uma espécie de flagrante vitória das grandes estatais sobre as grandes empresas privadas. Mas também dos megaempreendimentos sobre os empreendimentos menores. Os custos do negócio petróleo tornaram-se espantosamente elevados, seja pelos grandes investimentos para se pesquisar a produção de petróleo em situações novas, como os mares; seja para o transporte de quantidades gigantescas de óleo, em imensos petroleiros, gasodutos ou oleodutos caríssimos; seja para o aperfeiçoamento dos parques de refino, a fim de atender à produção de novos produtos, por causa da necessária proteção ao meio ambiente e em virtude da verticalização da produção até as áreas petroquímica e de fertilizantes.

O negócio petróleo foi inviabilizando as empresas, estatais ou privadas, que não estivessem à altura de caríssimos encargos. Dois fatores de pujança no setor petrolífero ficavam estabelecidos: o acesso a grandes reservas e o acesso a grandes mercados. O primeiro suscitou a força majoritária das enormes estatais. O segundo manteve o poder das antigas multinacionais.

Quando arautos das privatizações e do neoliberalismo, ou intelectuais a soldo das multinacionais, falam da “abertura” do setor petrolífero, estão incorrendo em erro, ou agindo de má fé. Em meio a aproximadamente trezentas empresas do setor que existem no mundo todo, o que tem de significativo são cerca de dez multinacionais que procuram abocanhar novos espaços e reconquistar posições perdidas e grandes empresas estatais, possuidoras de enormes mananciais, que enveredam pela disputa da distribuição de derivados. A “abertura” só é defendida por farisaísmo, quando algum dos grandes contendores quer desalojar alguém para ocupar seu lugar. Assim é que as pequenas estatais estão sendo alijadas e empresas privadas também. A Atlantic, que não é tão pequena, há pouco foi expelida do mercado brasileiro e voltou a refugiar-se em área limitada dos Estados Unidos. Nessa luta não há lugar para “abertura”: é monopólio devorando o que aparecer para aumentar o monopólio!

A década de 90 começa com o mundo do petróleo vivendo uma situação de transição, tensionada por três fatores: as novas e extraordinárias exigências do negócio petróleo só admitiam empresas de grande escala; as pode-

rosas estatais verticalizavam sua produção e avançavam para a disputa de mercados; e as multinacionais, a partir do controle de avantajados mercados, mas sem reservas significativas, partiam freneticamente para conquistá-las.

O desdobramento desse quadro conflituoso levou a que dezenas de países perdessem as condições de continuar pleiteando autonomia no negócio petróleo e não tiveram, ou não viram, outra saída senão permitir o regresso das multinacionais. Colômbia, Equador, Chile, Paraguai, Albânia e Cuba, por razões diferentes, e sob fortes pressões, estão entre os que assim procederam.

Veja: dez páginas produzidas inescrupulosamente com mentiras e desinformação



Novo movimento insinua-se no mundo, pelo qual as multinacionais, com reservas combatidas, procuram fortalecer-las, nem que seja pelo acesso a reservas pequenas, mas em número expressivo.

Nas áreas de grandes mananciais ocorreram também transformações de monta. Estatais gigantes, no Oriente Médio, resolveram fazer parceria, embora sob sua direção, com as multinacionais, para aumento das exportações. E as multinacionais reforçaram suas reservas. A Rússia e a China, premidas por necessidades enormes e urgentes de combustível, e com debilidades tecnológicas para explorar seus grandes campos, fazem parcerias com as multinacionais e com estatais européias, sem reservas, o que resulta em fortalecimento dessas empresas. As multinacionais, que na atualidade tudo fazem para aumentar suas reservas, vão conseguindo êxitos, em certa medida.

O desafio brasileiro: resistir e crescer ou capitular e perecer

Enquanto grandes mudanças ocorreram em nível internacional, nas décadas de 70 e 80, também alterações significativas se processaram no Brasil. O país nunca teve reservas de vulto até o início dos anos 80. Daí para cá, com o aprofundamento da pesquisa e o sucesso da exploração em águas profundas, o Brasil passou a dispor de reservas substanciais. Hoje essas reservas já atingem a casa dos 10 bilhões de barris de petróleo e gás, havendo a expectativa de que possam chegar a mais de 30 bilhões.

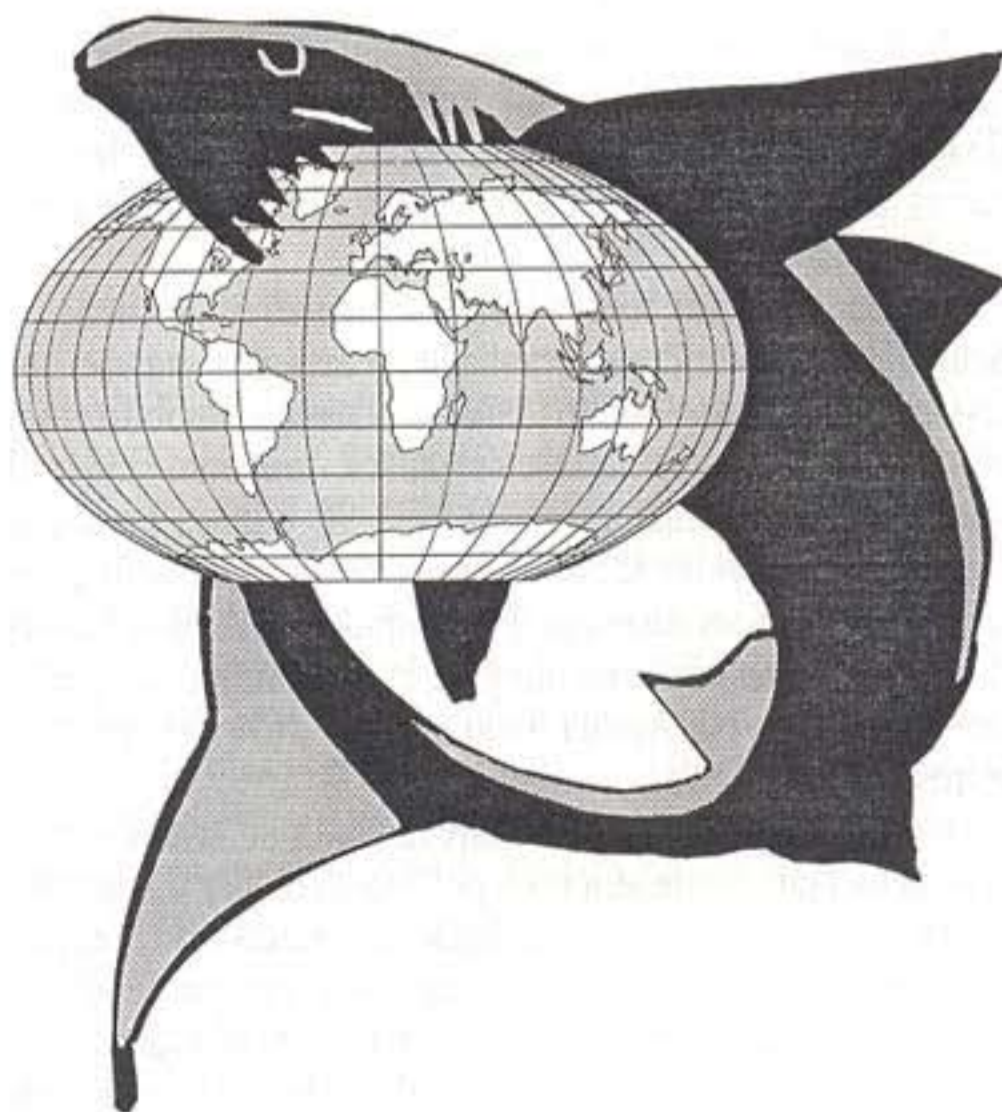
O significado desses números pode ser aquilatado levando-se em conta que a Shell tem hoje menos de 10 bilhões de reservas, a Esso perto de sete, a BP em torno de seis, e as demais "irmãs" bem menos. As reservas brasileiras podem dobrar as da multinacional que mais tem reservas, a Shell; podem multiplicar por duas vezes e meia as da Esso; por quase cinco, as da Texaco. Garantem, de outra parte, a produção brasileira, nos níveis previstos, por 34 anos.⁶ São avaliadas em US\$ 150 bilhões, que podem chegar a US\$ 600 bilhões, segundo prognósticos.⁷

É a grandeza efetiva dessas reservas a causa do apetite voraz com que as multinacionais voltam-se sobre o Brasil. É absolutamente terrível que contem com brasileiros incautos, acovardados ou vendidos para desferir ataques caninos contra o monopólio estatal do petróleo no Brasil e a Petrobrás.

Na Revisão Constitucional de 1993-94, preparou-se uma ofensiva demolidora contra a Petrobrás, que ficou no ensaio porque a Revisão foi frustrada. A Shell montou um quartel-general em Brasília, "belíssima mansão alugada no Lago Sul", de onde se preparava para comandar a liquidação da estatal, conforme descrito pela revista *Veja*, em 2 de fevereiro de 1994. Na casa, dizia *Veja*, "os convidados da Shell (...) são servidos por mordomo, criados e cozinheiros (...) e trabalham também os lobistas da empresa", em uma situação geral que, segundo ainda *Veja*, "a dinheirama e a pressão sobre os parlamentares explicam também por que a Revisão tocará em interesses econômicos que podem significar lucros, ou perdas, na casa de bilhões de dólares". A "dinheirama" está referida no título da matéria: "Milhões na Revisão".

A campanha então realizada contra a Petrobrás lançou mão de meios sórdidos com o objetivo de desmoralizar a estatal perante os brasileiros e os parlamentares. Matérias longas, facciosas, desonestas, falsas e às vezes fraudes deslavadas foram plantadas em diversos órgãos de imprensa.

A revista *Veja* publicou em sua edição de 30 de março de 1994 uma reportagem intitulada "A Petrobrás com medo de concorrência". Raras matérias são tão vastas em *Veja*. Foram dez páginas produzidas inescrupulosamente, eivadas de desinformações, mentiras abertas. Diz que a Petrobrás é "ineficiente", quando a revista *Petroleum Intelligence Weekly (PIW)* relaciona a Petrobrás como a 12ª empresa petrolífera do mundo, em meio às trezentas existentes, e quando a Petrobrás perfura em águas profundas dez vezes mais que a segunda colocada.⁸ Estampa em um box o título



“Nota zero em impostos”, infame calúnia contra uma empresa que pagou de impostos e *royalties*, em 1992, a bagatela de US\$ 4,3 bilhões.⁹ Afirma que, “nessas quatro décadas, a Petrobrás descobriu reservas de 3,6 bilhões de barris”, ajuizando que é “pouca coisa, cerca de 0,3% das reservas internacionais”, quando sabe que isto é mentira. Quem quer que tenha manuseado, por alto, material para escrever sobre a Petrobrás, não pode deixar de ter visto um quadro, fartamente divulgado nos meios especializados, da *Petroleum Intelligence Weekly*, sobre as *Cinquenta maiores empresas de Petróleo do mundo*, excetuando as da Rússia e da China. Nesse quadro, que é de dezembro de 1992, a Petrobrás já é apresentada com reservas de 8,1 bilhões de barris, que correspondiam a 0,82% das reservas mundiais! Difícil é imaginar como um profissional de *Veja*, competente em princípio, não tenha enxergado esse dado, de resto o mais importante que sua matéria teria de obter. Mais fácil é imaginar que aquelas dez páginas tiveram origem estranha, peça de campanha publicada por encomenda, a soldo e a mando das multinacionais. Não por acaso a “reportagem” não foi assinada por ninguém...

A defesa da Petrobrás, ao lado da defesa da Telebrás e outras estatais estratégicas, foi vitoriosa na Revisão, que não chegou a haver efetivamente. Ficaram registros a serem considerados nas próximas refregas. Um dos mais importantes foi a ausência de mobilizações populares à altura da batalha posta. O mesmo povo que garantiu a criação da Petrobrás, em 1954, na grande campanha “O Petróleo é nosso”, não se movimentou agora para defendê-la. Explicações várias por certo existem. Algumas precisam ser examinadas.

O grande público ainda desconhece o significado da batalha estratégica em torno do petróleo



A Petrobrás parece ter se afastado do povo, e até dos setores progressistas. É como se fosse uma coisa distante. A contrapropaganda de seus detratores ressoa na própria medida em que a Petrobrás não busca meios práticos, eficazes e constantes de estar junto ao povo, informando-o e ajudando-o.

Na Revisão a batalha já estava em curso adiantado quando chegaram subsídios informativos aos parlamentares. Subsídios muito úteis, que quase chegam atrasados. O significado da batalha estratégica que hoje se trava em torno das reservas, o contexto atual da luta pelo petróleo e por que tanto querem acabar com a Petrobrás são problemas praticamente desconhecidos do grande público, e até das camadas mais informadas, as formadoras de opinião. Os próprios dados sobre o desempenho da Petrobrás são de divulgação restrita.

No quadro vigente de dificuldades generalizadas do povo, vê-se pouco, muito pouco, a solidariedade da Petrobrás aparecer em reforço a obras sociais, culturais, urbanas e de infra-estrutura, por exemplo. Os setores progressistas, trabalhadores, estudantes e artistas que defendem a Petrobrás

não vêem nela um ponto de apoio que, criteriosamente, lhes possa ajudar na realização de eventos, publicações etc. A propaganda da empresa, se bem que não possa discriminar órgãos à “direita”, muitas vezes contrários à Petrobrás, com freqüência discrimina órgãos à “esquerda”, geralmente seus defensores.



Liquidar o monopólio estatal do petróleo: as grandes multinacionais

As entidades dos petroleiros mobilizaram-se insuficientemente na Revisão. A AEPET fez esforço digno de nota. Mas, seguramente, os diferentes e fortes sindicatos dos trabalhadores da Petrobrás, e outros, espalhados pelo Brasil, poderiam ter se empenhado mais na batalha política da Revisão, quando a Petrobrás esteve ameaçada.

Os partidos políticos, na Revisão, mostraram também suas debilidades. Decididos e na linha de frente da defesa da Petrobrás, articulando reuniões, manifestos, jornais, atos etc., estiveram o PCdoB, o PDT e o PSB. O PT, o maior partido de esquerda, apoiou sempre essa luta, mas com pouca desenvoltura. Dos grandes partidos só setores ou parlamentares localizados atuaram, e com discrição, talvez demais. O grupo dos “contra”, que na Revisão teve papel importante no desmascaramento das pretensões golpistas e na obstrução demorada dos trabalhos revisionistas, só na parte final do processo unificou seu comportamento. Em diferentes oportunidades o PCdoB ficou em obstrução solitária.

As grandes multinacionais do petróleo evidentemente não vão desistir fácil do objetivo de liquidar o monopólio estatal do petróleo no Brasil, mormente agora quando querem a qualquer custo acercarem-se de reservas. A oportunidade vem aí, com o início de novo governo que anuncia disposição de reformar a Constituição para “abrir” a economia.

Dentro da chamada “abertura da economia”, arrolam-se diversas questões. Mas talvez o objetivo central, decisivo, é a quebra do monopólio estatal do petróleo, direta ou indiretamente. A forma de tentarem esse golpe comporta discussões e alternativas. E táticas adequadas.

É possível que tudo comece com reacionários empedernidos “criticando” o governo pelo seu recuo face à Petrobrás. Apresentariam, “à revelia do governo”, emenda propondo a quebra imediata do monopólio estatal do petróleo. Bateria de “argumentos”, “dados” e “declarações” seria disparada para saturar o noticiário, dando conta da “ineficiência” da Petrobrás, dos “índices de sua baixa produtividade”, dos “salários de marajá” que ela paga, do “volume imenso” de dinheiro que o Estado gasta para mantê-la, de como no mundo as “estatais estão acabando”, e enfim, como é preciso acabar com o monopólio estatal do petróleo para se ter no Brasil educação, saúde, etc. A Petrobrás pode até continuar existindo, mas sem distribuir derivados, sem petroquímica e sem fertilizantes, ao lado das “empresas que viriam com a abertura”, as megamulti-

nacionais, todas verticalizadas, com quem a Petrobrás disputaria o mercado... "livremente".

Dependendo da reação despertada por essa emenda, duas alternativas apareceriam: se a resistência não for grande, não houver mobilização significativa, se as mentiras estiverem ganhando fôros de verdade e se o povo estiver meio acomodado, então a quebra imediata do monopólio será para valer, com a privatização da BR Distribuidora; se houver resistência maior, se os sindicatos assumirem, em certa medida, a luta política, se a intelectualidade progressista se movimentar, até certo ponto, e se o sentimento nacional comover setores da população, até certo nível, então a emenda da quebra do monopólio será "derrotada", e em seu lugar aparecerá outra, "comedida", "razoável", propondo a "flexibilização do monopólio", sua liquidação lenta e gradual. E na presidência e em postos-chaves da Petrobrás seriam colocados verdadeiros "quintas-colunas", encarregados de sabotar por dentro a empresa.

Os entreguistas e as multinacionais não contam com uma terceira alternativa: a de uma resistência grande e decidida, de setores amplos da população, civis e militares, com os sindicatos petroleiros e de outras categorias, entidades diversas, trabalhadores, estudantes e intelectuais levantando-se com força em defesa dos interesses nacionais e contra vendilhões da pátria. O golpe de mão entreguista seria repellido integralmente.

Esclarecer para mobilizar, mobilizar para vencer

Não será fácil a batalha que este ano será travada no Congresso Nacional em defesa do monopólio estatal do petróleo. Para seu êxito, fundamental será ganhar a opinião pública para a luta e os parlamentares para a resistência. Questões básicas precisam ser levantadas, a título de esclarecimentos, à guisa de propostas de medidas novas.

Contratos de gestão e parcerias sob controle – A defesa da Petrobrás liga-se ao esforço pelo seu permanente aperfeiçoamento técnico e administrativo.

Produtividade, transparência e agilidade empresarial devem ser buscados constantemente. Ao Estado, consultando a empresa, cabe fixar metas. À empresa, avessa à estratificação das formas, cabe modernizar-se incessantemente.

A Unicamp, a UFRJ, a Fundação Cristiano Ottoni e outras organizações fizeram um estudo sobre a Petrobrás que recomendou a feitura de Contrato de Gestão e de parcerias sob controle.

O Contrato de Gestão é um expediente criado na França em 1969 e recentemente aplicado em países de diferentes tipos, como México, Argentina, Nigéria, Índia, Coreia do Sul e China. É visto como o procedimento moderno e capaz de dar dinamismo e eficiência às estatais. Comporta uma gama ampla de variações, de acordo com o tipo de país, seus objetivos e o tipo de empresa. Estabelece sistemática de relacionamento entre a estatal e o governo, fixando metas e obrigações mútuas, com relação à produção, produtividade, emprego, linhas de produção, qualidade, investimentos, empréstimos, formas de acompanha-



mento de desempenho e, sobretudo, preços e tarifas. A China faz balanços muito positivos dos seus contratos de gestão. A Coreia do Sul tem contratos de gestão em todas as suas estatais. Não está desestatizando nada.

No Brasil o assunto começou a ser tratado em 1991, quando o Governo Federal, através do Decreto 137, criou o Comitê de Coordenação das Empresas Estatais, colegiado cujo órgão executivo é a Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, SEST, do Ministério do Planejamento, para aprovar e supervisionar contratos de gestão com as estatais.

Desde então, ao que parece, somente dois contratos foram assinados, um com a Vale do Rio Doce, outro com a Petrobrás.

O contrato com a Petrobrás, embora em vigor, tem ainda pendências, especialmente duas importantes: sistema de preços e pagamento das dívidas do Estado e de diversas de suas empresas para com a Petrobrás. Enquanto o contrato com a Vale prevê liberdade de fixação de preço pela empresa, no contrato com a Petrobrás esta liberdade não existe.¹⁰ Estranho.

A parceria é um tipo de expediente que deve ser examinado com cautela, para que não se torne mecanismo sinuoso de quebra do monopólio. Uma parceria sob controle da empresa e nos marcos do monopólio pode ser vantajosa. Especial atenção deve merecer a parceria em andamento do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia, que envolve muitas empresas estrangeiras e brasileiras.

Preços: privilégios e prejuízos – Até setembro de 1993, os preços dos derivados do petróleo eram fixados pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), pelo Ministério da Fazenda e pela Petrobrás. A partir de então, só o Ministério da Fazenda gerencia a política de preços dos derivados do petróleo. Uma violência, que é inclusive ilegal.

Os preços são compostos por parcelas que recompensam os segmentos participantes na comercialização do produto: a Petrobrás, que produz e refina o derivado; as distribuidoras (Shell, Esso...), que levam o produto das refinarias aos postos de distribuição; os revendedores, que são os donos dos postos; e o governo, que cobra diferentes tributos.

A estrutura básica de preços prevalecente em julho de 1993 previa:¹¹ *Petrobrás*: 45%; *impostos*: 33%; *distribuidor*: 14%; *revendedor*: 6%; *subsídios GLP*: 2%.

Pode-se ver que a Petrobrás recebe apenas 45% do preço que em média se paga pelos derivados do petróleo. Além do mais, as parcelas referidas sofreram nesse passado recente reajustamentos periódicos, inclusive para compensar a inflação. Mas os reajustamentos não eram homogêneos. No período de novembro de 1993 a abril de 1994, por exemplo, as distribuidoras tiveram 32 pontos percentuais acima da inflação, os revendedores 18,3 pontos positivos, e a Petrobrás 8 pontos abaixo da inflação.¹² É política voltada contra a Petrobrás.

É elucidativo o exame da estrutura de preços que vigora nos Estados Unidos, onde não existe a parcela de subsídios. As demais são as seguintes:¹³ *refinador*: 68,2%; *impostos*: 24,5%; *distribuidor*: 1,8%; *revendedor*: 5,5%.¹⁸

Duas observações importantes:

1) Se a Petrobrás continuasse recebendo o mesmo que recebe hoje pelo preço médio dos derivados, 23,2% a menos que nos Estados Unidos, e se os demais segmentos recebessem os mesmos percentuais pagos nos Estados Unidos, o consumidor brasileiro teria um abatimento médio de 21,2% nesses preços, sem alterar os subsídios. Os distribuidores é que perderiam a mamata de receberem aqui mais de sete vezes o que recebem nos Estados Unidos.

2) Tomando-se por base a estrutura americana de preços, e fazendo-se uma adequação às circunstâncias brasileiras, sem promover nenhum aumento para o consumidor, seria possível resolver, sem qualquer desembolso governamental, o problema que se levanta como crucial para a Petrobrás, e que estaria a exigir a quebra do monopólio: o de recursos vultosos para os investimentos que ela necessita fazer.

A AEPET encaminhou ao ex-presidente Itamar Franco carta com a seguinte proposta de nova estrutura de preços, baseada na americana: *Petrobrás*: 65%; *distribuidor*: 3%; *revendedor*: 6%; *impostos*: 24%; *subsídios GLP*: 2%.

Se tal estrutura fosse admitida, a Petrobrás teria uma receita complementar de US\$ 4 bilhões por ano, suficientes para financiar grandiosos investimentos e caras pesquisas.

E assim o argumento tantas vezes levantado da falta de recursos para a Petrobrás fazer novos e grandes investimentos cai inteiramente por terra. Os recursos não virão de fora, a troco da alienação de patrimônio estratégico. Estarão disponíveis simplesmente a partir da definição de nova estrutura de preços – inclusive baseada na americana – sem qualquer aumento de preço para o consumidor, sem retirar qualquer dinheiro do Tesouro nacional.

Quem socorre quem – O que tem levado estatais menores a se socorrerem das multinacionais é a pequenez de suas reservas, seu atraso tecnológico e a pobreza de seus recursos. Quando estatais maiores fazem parcerias sob controle com as multinacionais é para adquirir avanços tecnológicos e suprir gigantescas demandas contidas.

A Petrobrás desfruta hoje de condição singular: tem reservas substanciais, mercado expressivo, condições tecnológicas e recursos para cumprir seu papel. Não precisa se socorrer de ninguém. Precisa que a deixem trabalhar com entusiasmo, em sintonia com as aspirações nacionais, sob

controle, sim, não sob boicote. “Abrir” seu mercado, dividir seus “trunfos” com as multinacionais, é para socorrê-las.

A Petrobrás e o monopólio estatal – O negócio petróleo se tornou um negócio de grande escala. A Petrobrás aí está inserida por causa do monopólio estatal que opera e pelas dimensões do Brasil, de reservas e de mercado. Essas vantagens, se divididas com as multinacionais, anula a base de projeção da Petrobrás.

Freqüentemente fala-se que a Petrobrás pode continuar existindo sem o monopólio. Isto não é verdade. Sem o monopólio a Petrobrás estaria condenada a ser uma empresa declinante, perdendo as condições que hoje desfruta no setor. Aliás, gravemente enfraquecida ela já está, obrigada que foi a abrir mão da petroquímica e dos fertilizantes, sendo a única grande empresa petrolífera do mundo não verticalizada.

Recursos do exterior – A idéia muito difundida de que os recursos que supostamente faltam para grandes investimentos o Brasil os receberia do exterior, se quebrasse seu monopólio, deve ser desmascarada como falsa. Até 1954 o Brasil, não tinha monopólio estatal, e as Sete Irmãs, que já dominavam a produção de petróleo no mundo há mais de cinquenta anos, não investiram nada aqui. No período de 1977 a 1988 foram assinados 243 contratos de risco, com 35 empresas estrangeiras, para explorar petróleo no Brasil. Nesse período essas multinacionais aplicaram US\$ 1,25 bilhão no Brasil e perfuraram 79 poços. Foi um fracasso completo, com uma única exceção. No mesmo período a Petrobrás investiu US\$ 23 bilhões em 8.203 novas perfurações, descobrindo grandes campos como os de Tubarão, Coral, Caravelas e Estrela do Mar.¹⁴



As multinacionais detêm mais de 50% do mercado de derivados. A BR fica com apenas 36%

A experiência brasileira de receber investimentos estrangeiros é lamentável. Em quase cem anos, as 6.311 empresas estrangeiras que operam, ou operaram, no Brasil, em todos os setores de atividade, investiram aqui US\$ 72,5 bilhões. Sozinha, e em 40 anos, a Petrobrás investiu US\$ 80 bilhões.¹⁵

Auto-suficiência de petróleo no Brasil – A cobrança à Petrobrás da auto-suficiência do Brasil na produção do petróleo deve ser vista com reservas. A produção nacional do petróleo bateu novo recorde no dia 25 de dezembro passado, quando chegou a 757,7 mil barris, aproximadamente 60% das necessidades do país. Dois dias depois este recorde foi superado e outra marca atingida – 761,8 mil barris. A meta é atingir um milhão de barris em 1997, quando se espera que o consumo brasileiro esteja em 1,5 milhão. Significa que a auto-suficiência na produção do petróleo não será atingida nem em 1997. Este fato não se deve a limitações da Petrobrás. Ao contrário, diz respeito a interesses nacionais. A acirrada disputa das reservas aconselha uma utilização comedida das nossas, não sendo desejável explorá-las de modo que pudesse assumir um

caráter predatório. Se aqui viessem multinacionais, aí sim, o petróleo seria exportado, o que farisaicamente seria apresentado como sinal de eficiência, mas que, na verdade, responderia aos interesses de países estrangeiros, ricos em bens, mas pobres em reservas.

A importância da BR Distribuidora – A BR Distribuidora é alvo predileto da sanha entreguista dos que querem a privatização, total ou parcial, do setor do petróleo entre nós. Na linha de flexibilizar o monopólio, a Petrobrás, de quem já tiraram a petroquímica e os fertilizantes, perderia também a distribuição de derivados, ou seja, o que não tem risco, só lucro garantido. Além do golpe econômico, a privatização da BR retiraria do poder público a sua possibilidade de fomentar, pela oferta de combustível, o desenvolvimento de regiões atrasadas.

Hoje as multinacionais detêm mais de 50% do mercado brasileiro de derivados, enquanto a BR fica com 36%. Mas, quando se trata de instalar postos em locais de pouca rentabilidade, os oligopólios se ausentam, e a BR é obrigada a assumir quase sozinha esses encargos. Na região amazônica, a BR instalou 57% dos postos. A multinacional que ocupa o segundo lugar instalou 13%, quase todos em Manaus. Em Roraima os oligopólios tem 1% dos postos, a BR 99%. A despeito disso, a BR, em 20 anos, já foi escolhida onze vezes pela revista *Exame*, como a Melhor Empresa do Setor de Distribuição de Petróleo.¹⁶ Se a BR perde seu mercado, por exemplo, para a maior multinacional, esta aumentaria em 10% o valor de suas vendas... mundiais.

Milhares de operários desempregados. O entreguista Menem protestou contra os altos preços



De onde provém o dinheiro da Petrobrás – Com insistência, e muita desfaçatez, os detratores da Petrobrás protestam contra o dinheiro público supostamente gasto na Petrobrás. A falsidade é total. Até 1972 o governo gastou na constituição da empresa US\$ 600 milhões e transformou em capital US\$ 9,4 bilhões de impostos. De 1972 para cá, há 22 anos, o Governo Federal não coloca dinheiro algum na Petrobrás. Recebe US\$ 4,5 bilhões de impostos por ano e controla uma empresa que, com sua própria atividade, tem hoje 10 bilhões de barris de petróleo de reservas, 10 refinarias, 73 navios, alguns dos quais grandes petroleiros, 12 plataformas flutuantes, 67 plataformas fixas, 10 terminais marítimos, centenas de quilômetros de oleodutos, tudo isso operado por 51 mil trabalhadores, produzindo um barril de petróleo a US\$ 14,32, em 1992, quando o petróleo importado no mesmo ano custava US\$ 18,54.¹⁷

Quatro exemplos diferentes – Com frequência procura-se deformar as informações sobre quatro situações próximas a nós: as do México, Venezuela, Cuba e Argentina.

A PEMEX, estatal mexicana, tem imensas reservas, da ordem de 50,9 bilhões de barris. A despeito de enormes pressões americanas mantém seu monopólio e faz terceiri-

zações, no estilo do que o Brasil já faz há muito. Mais recentemente, com o aguçamento de crise do modelo neoliberal do México, os Estados Unidos exacerbam pressões com o objetivo de quebrar o monopólio estatal do petróleo mexicano e permitir o acesso das multinacionais às reservas do país. A Venezuela, com seus 62,9 bilhões de barris de reservas, também mantém sua estatal, a PDVSA, realizando parcerias sob controle. Cuba abriu seu mar territorial a perfuradoras brasileiras, por se encontrar em emergencial carência de petróleo e sem tecnologia. E a Yacimientos Petrolíferos Fiscales, a estatal argentina criada em 1922, foi privatizada pelo governo Menem, entreguista e pró-americano. Os resultados não se fizeram esperar: a produção do petróleo cresceu 21% para a exportação; o preço interno da gasolina aumentou para US\$ 0,78, enquanto no Brasil, com tudo que acima foi visto, está em US\$ 0,439; as reservas diminuíram, com o consumo aumentado e sem descobertas novas; o desemprego atingiu milhares de trabalhadores e até o entreguista Menem já fez protestos contra os preços elevados da gasolina, ditados pelos novos donos ingleses e americanos da antiga estatal argentina.

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PCdoB da Bahia.

Notas

(1) *Oil and Energy Trends*, maio de 1992, in *Uma questão grave*, Fantine, José, Petrobrás, 1994, p. 6.

(2) *BP Statistical Review of World Energy*, junho de 1993, in *Uma questão grave*, p. 7.

(3) *Piw's Top 50 – How the Firms Stach up*, dezembro de 1992, in *Uma questão grave*, p. 8.

(4) Bueno, Ricardo, *Petrobrás: uma batalha contra a desinformação e o preconceito*, Anais Editora, 1994, p. 42.

(5) Vidal, J. W. Bautista, *O esfacelamento da nação*, Vozes, 1944, p. 207.

(6) *BP Statistical Review of World Energy*, junho de 1993, in *Análise estratégica*, Petrobrás, janeiro de 1994, p. 35.

(7) *Mudanças no setor petróleo*, Petrobrás, fevereiro de 1994, p. 14.

(8) *Piw's Top 50 – How the Firms Stach up e Análise estratégica*, p. 31.

(9) Bueno, Ricardo, *op. cit.*, p. 56

(10) *Subsídios para a reforma do Estado*, v. 4, "Contratos de gestão", Ministério do Planejamento, 1994.

(11) *A verdade sobre os preços dos combustíveis*, AEPET, 1944, p. 14.

(12) *A situação da Petrobrás*, AEPET, maio de 1994, p. 5.

(13) *Revista Fortune*, setembro de 1990, p. 42, in *A verdade sobre os preços dos combustíveis*.

(14) Bueno, Ricardo, *op. cit.*, pp. 79-80.

(15) *Mudanças no setor petróleo*, p. 10.

(16) Todos os dados sobre a BR Distribuidora foram retirados do *Boletim da AEPET*, nº 59, novembro de 1993.

(17) *Análise estratégica*, p. 32.

Propriedade intelectual no GATT traz implicações para o Brasil

CÍCERO IVAN FERREIRA GONTIJO

O crescente aumento de produtos de alta tecnologia no comércio mundial explica o esforço dos Estados Unidos em impor aos demais países regras rígidas à propriedade intelectual

A Câmara dos Deputados tentou votar os acordos da Rodada Uruguai do GATT no final do primeiro semestre de 1994, sem qualquer discussão, a partir de um texto incompleto que lá chegou em 29 de junho sem o conhecimento de qualquer deputado. O protesto da liderança do PCdoB ganhou alguns apoios e a votação foi impedida. Na continuidade, a bancada comunista organizou um seminário sobre a RU do GATT, que terminou tendo um caráter oficial e uma participação significativa, exceto quanto ao número pequeno de parlamentares. Para subsidiar esse seminário, pedimos ao assessor do Senado Cicero Gontijo uma contribuição, que resultou neste artigo. Refere-se ao intitulado "Acordo sobre os direitos da propriedade intelectual relacionados com o comércio", o TRIPS, do GATT.

A Rodada Uruguai do GATT foi o passo mais significativo dado até hoje para a estruturação comercial da chamada nova ordem mundial. Foi referida como a "constituente global". Diferentemente das sete rodadas anteriores, esta, que durou oito anos, introduziu na pauta das regulações os denominados "novos temas", os serviços, os investimentos e a propriedade intelectual.

As discussões encaminhadas a partir da iniciativa do PCdoB na Câmara, e que contaram com a participação de estudiosos, técnicos e representantes de entidades civis, acentuaram os graves riscos que correria o Brasil ao acatar os acordos propostos. Mostraram uma contradição basilar da Rodada Uruguai: todos os acordos relativos ao comércio de produtos industriais e agrícolas seguiam uma linha liberalizante, em que as tarifas e as barreiras não-tarifárias foram reduzidas e os fluxos comerciais incentivados; o acordo sobre a Propriedade Intelectual seguia linha oposta, de enrijecimento das normas

e de restrição da troca de conhecimento, praticamente monopolizado pelas grandes potências.

À proporção que a representação do PCdoB na Câmara forçava a discussão dos acordos do GATT, o Itamarati, através de seu ministro Celso Amorim, passou a envolver-se pessoalmente na questão, apresentando-se, por um lado, disponível para prestar esclarecimento e, por outro, intransigente na defesa da urgência da votação e do não apoio a nenhuma emenda. A bancada do PCdoB votou contra o regime de urgência pedido para votação. Mostrou que, com base nas resoluções do GATT, isso não impediria a incorporação do Brasil à Organização Mundial do Comércio. E apresentou uma emenda que, em três aspectos fundamentais, nos quais a Ata era deliberadamente ambígua, explicitava o entendimento brasileiro com base na legislação vigente. O regime de urgência passou e a Ata foi aprovada sem qualquer emenda. No Senado, com o apoio de Antônio Mariz, foi feita outra tentativa de aprovação da mesma emenda de três itens, com o mesmo resultado negativo.

Em declaração de voto na Câmara dos Deputados, a bancada do PCdoB disse que não parecia correto lutar para impedir a participação do Brasil em uma organização mundial de comércio da qual participariam 124 países mais importantes do mundo. Mas que protestava contra aquela aprovação incondicional e sem ressalvas da Ata Final, atentatória ao futuro soberano da nação. Concluiu dizendo que, na sua opinião, "a soberania não é contraditória mas condição preliminar de um verdadeiro desenvolvimento econômico, político e social do país".

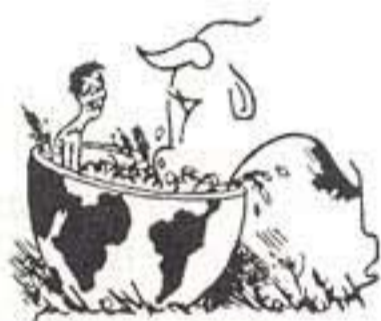
Haroldo Lima

Nas últimas três décadas, o comércio mundial assistiu ao aumento crescente da participação de produtos com alto grau de tecnologia e ao desenvolvimento de novas formas de processos produtivos. Bens como computadores, semicondutores, programas de computador, biotecnologias e fármacos já representam, no comércio internacional, o equivalente a cerca de 5% do PNB norte-americano (Meherro Jussawala, *The Economics of Intellectual Property in a World without Frontiers, a Study of Computer Software 4*, 1992).

Daí se explica o esforço vigoroso que os Estados Unidos, principal exportador desses produtos, vêm dedicando para impor aos demais países regras rígidas de proteção à propriedade intelectual. Numa economia crescentemente globalizada, a proteção à propriedade intelectual assumirá um papel cada vez mais vital para as nações industrializadas, que começam a passar de indústrias tradicionais para indústrias baseadas em conhecimento e pesquisas intensivas.

Nos anos 80, a insatisfação dos Estados Unidos com o que consideram proteção inadequada à propriedade intelectual manifestou-se através de ações previstas na seção 337 da Lei de Tarifas de 1930, e nas mal afamadas Super 301 e 301 Especial, previstas na Lei de Comércio de 1974, pelas quais as medidas unilaterais de restrição de mercado são aplicadas para forçar países a negociar e a mudar sua legislação.

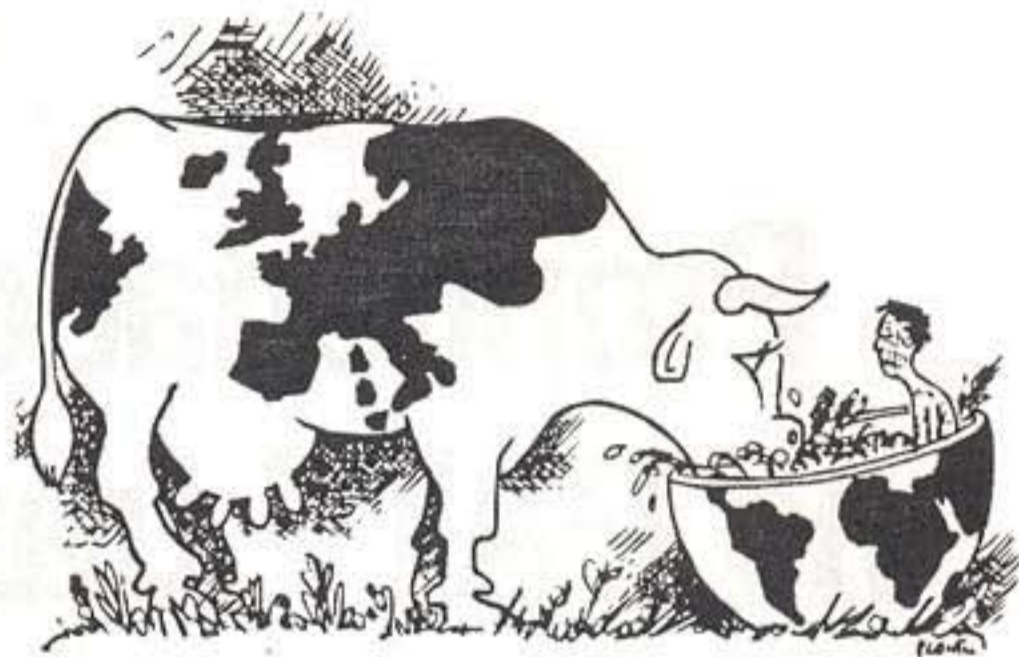
A inclusão de acordo sobre a propriedade intelectual na "Rodada Uruguai" foi polêmica



Desde março de 1980, quando se reuniram em Genebra os chanceleres dos países ligados à OMPI, a fim de deliberar sobre as propostas de um novo texto para a Convenção de Paris, que flexibilizava alguns de seus princípios básicos em favor dos países em desenvolvimento, os países industrializados, além de bloquear a iniciativa, tentaram transferir para o GATT (*General Agreement Tariffs and Trade* – Acordo Geral de Tarifas e Comércio) as discussões que reforçam os mecanismos de proteção à propriedade intelectual. Já no final da Rodada de Tóquio, em 1979, fora apresentada a primeira proposta que visava levar para o GATT os assuntos de propriedade intelectual, sem grande sucesso.

Na Rodada Uruguai do GATT, iniciada em 1986, a proposta de inclusão de um acordo sobre propriedade intelectual foi objeto de intensa controvérsia, e vários países ainda afirmam que ela excede os limites de mandato concedido ao GATT.

Houve resistência por parte de vários países, e sua inclusão na agenda anunciada na declaração de ministros de Punta del Este, em 1986, só foi efetivamente consolidada em 1989, após obtenção de concordância de vários países e, em particular, da Índia, que insistia que a OMPI, e não o GATT, era o fórum adequado para a discussão de propriedade intelectual.



A proposta de acordo apresentada pela delegação norte-americana se estruturava em três pontos: a definição de regras-padrão mínimas, a introdução de mecanismos de aplicação para os países membros (procedimentos administrativos e judiciais) e a criação de um forte sistema internacional de solução de controvérsias. A União Européia acresceu à proposta discussões relativas a indicações geográficas e designações de origem. Complementando a proposta, as comunidades empresariais dos Estados Unidos, União Européia e Japão submeteram sugestões aos negociadores, entre elas a eliminação do conceito de obrigatoriedade de produção local como dever do titular da patente. Propunham admitir-se a importação do produto como substituto e equivalente à produção local.

O texto final do TRIPS, aprovado em Marrakesch em 15-4-94, manteve toda a substância da proposta dos países industrializados e foi dividido em três partes principais: 1) do artigo 9º ao 40 estão as regras-padrão relativas à existência, abrangência e exercício de direitos de propriedade intelectual; 2) do artigo 41 ao 61, regula-se a aplicação de normas (procedimentos administrativos e judiciais), extensiva a todos os países-membros; 3) nos artigos 63 e 64, trata-se da prevenção e solução de controvérsias, cuja regulamentação detalhada acha-se nos artigos XXII e XXIII do GATT 94.

Diferenças entre o TRIPS e a Convenção de Paris

Ao regular a Propriedade Intelectual com tamanha abrangência, o acordo TRIPS praticamente acaba com a Convenção de Paris, tornando-a um tratado auxiliar. Um dos mais antigos tratados em vigor do mundo (firmado em 1883), a Convenção de Paris, retirou o seu vigor e longevidade de uma receita simples: consagrou como regras básicas dois princípios – o *tratamento nacional*, em razão do qual nenhum país-membro pode dar aos naturais de outros países-membros tratamento diverso daquele que concede aos seus nacionais, e a *garantia de prioridade*, que concede aos titulares de direitos de propriedade intelectual um prazo de 12 meses para solicitar em outros países o mesmo direito já requerido em um dos países-membros da Convenção.

Fora daí, a Convenção de Paris deixa aos Estados-membros uma grande latitude para legislar, adequando os conceitos de propriedade intelectual aos seus interesses na-

cionais, ampliando-os ou restringindo-os segundo seus objetivos, permitindo aos Estados-membros usar a proteção à propriedade intelectual como instrumento de política econômica e tecnológica, com o objetivo de alcançar seu desenvolvimento e bem-estar da população.

Já o acordo GATT/TRIPS é um tratado extensivo, detalhado e sem flexibilidade, que atua como uma espécie de lei-tipo que todos os países são obrigados a obedecer. No que se refere aos pontos substanciais, o GATT determina: a) prazo mínimo para proteção de patentes (20 anos) e marcas (10 anos), contado a partir do depósito (art. 33); b) listagem extensiva dos direitos dos titulares, com menção dos direitos em relação a terceiros (art. 28); c) obrigatoriedade de as licenças compulsórias serem não exclusivas (art. 31); d) transferência de ônus da prova para o acusado nas ações por contrafação referentes a patentes de processo (art. 34); e) obrigação de serem patenteadas todas as invenções, de produtos ou processos, em todos os setores (art. 27-1); f) ao permitir restrições ao patenteamento de seres vivos, obriga ao patenteamento de microorganismos (art. 27-3); g) impede que os Estados-membros exijam dos titulares da patente a obrigação de produção local, ao considerar as importações suficientes ao atendimento da exploração efetiva (art. 27-1); h) definição da extensão dos direitos das patentes de produto e de processo, ampliando a proteção do processo até o produto a que ele dá origem (art. 28).

Todas essas exigências não encontraram paralelo na Convenção de Paris e vêm num texto cujo artigo 72 estabelece que não poderão ser feitas reservas com relação a qualquer de suas disposições sem o consentimento dos demais membros.

Além das disposições substantivas acima listadas, os artigos 41 a 61 compõem uma sólida e bem-construída cadeia de procedimentos administrativos e judiciais, aos quais os Estados-membros aderem e que tornam padronizado o processo nas ações por contrafação nos diversos países, criando verdadeira legislação processual especial. O argumento utilizado para justificá-la era de que as novas normas necessitam de procedimentos padronizados para serem efetivamente cumpridas.

Completa a estrutura do acordo o sistema de solução de controvérsias a que se submetem os Estados-membros.

Implicações do acordo para o Brasil

As razões filosóficas que levam um grupo de países a propor e a insistir que outros países absorvam e aceitem tais regras aparentam ter por base o próprio direito natural, que assegura ao titular de direitos de propriedade intelectual direitos equivalentes aos de propriedade material. Do ponto de vista econômico, é razoável admitir que os autores de invenção mereçam ser remunerados por seu arrojado e por seu esforço, o que lhes serve de estímulo para reinvestirem no desenvolvimento de novas técnicas e novos produtos. Alguns autores afirmam que as distorções provocadas por falta de proteção à propriedade intelectual constituem uma verdadeira barreira não tarifária aqueles que investiram no desenvolvimento dos novos produtos.

Esses argumentos, entretanto, só analisam o ângulo dos produtores de invenções das empresas que comercializam produtos novos no mercado mundial. A situação dos países em desenvolvimento – seu esforço ingente para galgar degraus no aperfeiçoamento tecnológico e aumentar sua participação no comércio mundial – não é levada em consideração. A tão falada globalização da economia não tem propiciado aumento de bem-estar nos países menos desenvolvidos.

A proteção da propriedade intelectual, nos termos rígidos propostos pelo TRIPS, condena os países em desenvolvimento a um atraso tecnológico de no mínimo vinte anos, prazo de duração das patentes, ampliável na medida em que surgem outras inovações tecnológicas sobre o mesmo assunto protegidas por patentes. Ainda que isso possa interessar a umas poucas empresas nacionais, o reforço da proteção à propriedade intelectual como proposto no TRIPS se encaminha contra os interesses econômicos dos países em desenvolvimento.



Bush recusou-se a assinar o acordo de biodiversidade para proteger empresas multinacionais

Trata-se de um esforço para congelar as relações de poder econômico, mantendo os países avançados em situação privilegiada e os países atrasados condenados à estagnação.

É forçoso lembrar que o acordo TRIPS surge em total contradição com os demais acordos firmados no âmbito do GATT. Enquanto os demais se apresentam no sentido de liberação de barreiras, derrubada de monopólios e sistemas de subsídios, bem na linha liberalizante do comércio advogada pelos países industrializados, o acordo TRIPS aparece como esforço de enrijecimento de normas, imposição de padronização e consagração de monopólio, que incide justamente sobre o mais valioso dos agentes econômicos desse fim de milênio: o conhecimento humano. Abrem-se os mercados mas, por outro lado, consolida-se e fortalece-se o sistema existente de produção de novas tecnologias, concentrando-se não por coincidência nos países que exigem maior proteção para os titulares da propriedade intelectual.

O *New York Times* de 12 de abril de 1993 revela: “O Tratado de Biodiversidade permitiria exigir-se das empresas que compartilhassem suas pesquisas com os países em desenvolvimento. Por esta razão, o presidente Bush recusou-se a assiná-lo. O presidente Clinton, entretanto, afirmou que assinaria o Tratado se uma declaração interpretativa que protegesse os direitos de patentes fosse aceita e anexada”. Os Estados Unidos assinaram o Tratado em junho em 1993, anexando-lhe uma declaração interpretativa.

É claro que essas contradições não fugiram aos olhos argutos e competentes dos negociadores brasileiros envolvidos no Tratado GATT 94. Durante muito tempo a delegação brasileira esteve ao lado de outros países em desenvolvimento, manifestando-se contra a inclusão da Propriedade



Intelectual no âmbito do GATT e contra a aprovação do TRIPS, conforme menciona Michael Doane em "Trips and International Intellectual Property Protection in an Age of Advancing Technology", publicado no *American University Journal of International Law and Policy*, 9 (2), p. 493.

Nota-se, também, total falta de entusiasmo pelo TRIPS na Exposição de Motivos enviada pelo Executivo ao Congresso, no qual a referência ao acordo se limita a seis linhas, sem qualquer avaliação quanto aos benefícios ou prejuízos que dele poderiam advir para o Brasil (*Mensagem nº 498*, 1994, p. 4)

Analistas estrangeiros ressaltaram que a forma com que foi apresentada e negociada a proposta do TRIPS era uma demonstração do reconhecimento de que se tratava de um mau texto para os países em desenvolvimento: "Com o objetivo de fazer avançar as negociações em todas as áreas cobertas pela Rodada Uruguai, o diretor-geral do GATT apresentou o Texto Dunkel como uma declaração integral da situação das negociações. O diretor-geral apresentou este documento como um acordo do tipo *tudo ou nada*, determinado a impedir que os membros dividissem as várias seções para adotá-las separadamente. Esta exigência comprovou-se útil para a obtenção do acordo TRIPS, pois os Estados Unidos e outros países industrializados podiam combinar concessões desejadas pelos países em desenvolvimento em áreas como agricultura e têxteis, para a obtenção de um adequado acordo TRIP" (Michael Doane, da Georgetown University Law Center, em "Trips and International Intellectual Property Protection in Age of Advancing Technology", *American University Journal of International Law and Policy*, 9 [2], p. 476).

Restaria crer que o Brasil e os demais países em desenvolvimento teriam cedido no acordo TRIPS em troca de ganhos importantes nos demais acordos do GATT, em particular nos da agricultura e dos têxteis, embora não pareça conveniente trocar o estratégico acesso ao conhecimento tecnológico que tem reflexos no futuro do país, por eventuais ganhos em participação nos mercados agrícola e têxtil.

Lamentavelmente, mesmo essa conclusão é negada, ao menos quanto ao Brasil, no documento *Avaliação das im-*

plicações para o Brasil da conclusão da Rodada Uruguai, preparado pelo Ministério das Relações Exteriores. No que se refere à agricultura, afirma: "Pode-se dizer que os resultados da negociação agrícola foram mais modestos do que se desejava ou mesmo do que se poderia esperar" (p. 11). E, no que se refere aos interesses brasileiros: "Se do ponto de vista dos produtos industriais o benefício para o país é patente, no campo dos produtos agrícolas o quadro é menos claro. Paira sobre todo o acordo agrícola a nuvem da incerteza de sua aplicação, seja pelo casuismo das interpretações possíveis das regras, seja pela ambigüidade de certos dispositivos de redução de subsídios" (p. 27).

Já no que diz respeito aos têxteis: "O desafio da Rodada Uruguai era o de assegurar um programa de liberalização capaz de integrar a indústria têxtil no GATT. Malgrado à pressão forte da Comunidade Européia e de muitos países exportadores, os Estados Unidos terminariam por obter a preservação por um período adicional de dez anos do Acordo Multifibras, que será desativado em quatro etapas" (p. 13).

Restava lembrar que o acordo do GATT tem a vantagem de transferir os conflitos comerciais para âmbito plurilateral da Organização Mundial do Comércio, livrando-nos, espera-se, da aplicação unilateral de retaliações através de medidas como a Super 301 e a 301 Especial. A avaliação desse benefício deveria ser bem pesada em confronto com as restrições ao acesso a novas tecnologias a que nos condena o acordo TRIPS, com reflexos sobre as próximas gerações.

CÍCERO IVAN FERREIRA GONTIJO é assessor legislativo do Senado Federal. Participou como representante do governo brasileiro do processo de revisão da Convenção de Paris, coordenado pela OMPI. É bacharel em Direito e doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris.

Emenda à ata final da Rodada Uruguai do GATT articulada pelo PCdoB

1. O Brasil aplicará a exigência de produção local na concessão de direitos de propriedade intelectual, na forma que dispuser a Legislação específica nacional.

2. A concessão de direitos de propriedade intelectual sobre microorganismos envolverá exclusivamente a proteção de um microorganismo transgênico, relacionado a uma única aplicação industrial específica, sem quaisquer direitos relativos a processos ou produtos derivados deste microorganismo.

3. O Brasil utilizará os prazos de carência previstos nos acordos da Rodada Uruguai do GATT, em benefício de setores tecnológicos que não recebem proteção patentária, na data de aplicação do acordo.

Por que o socialismo?

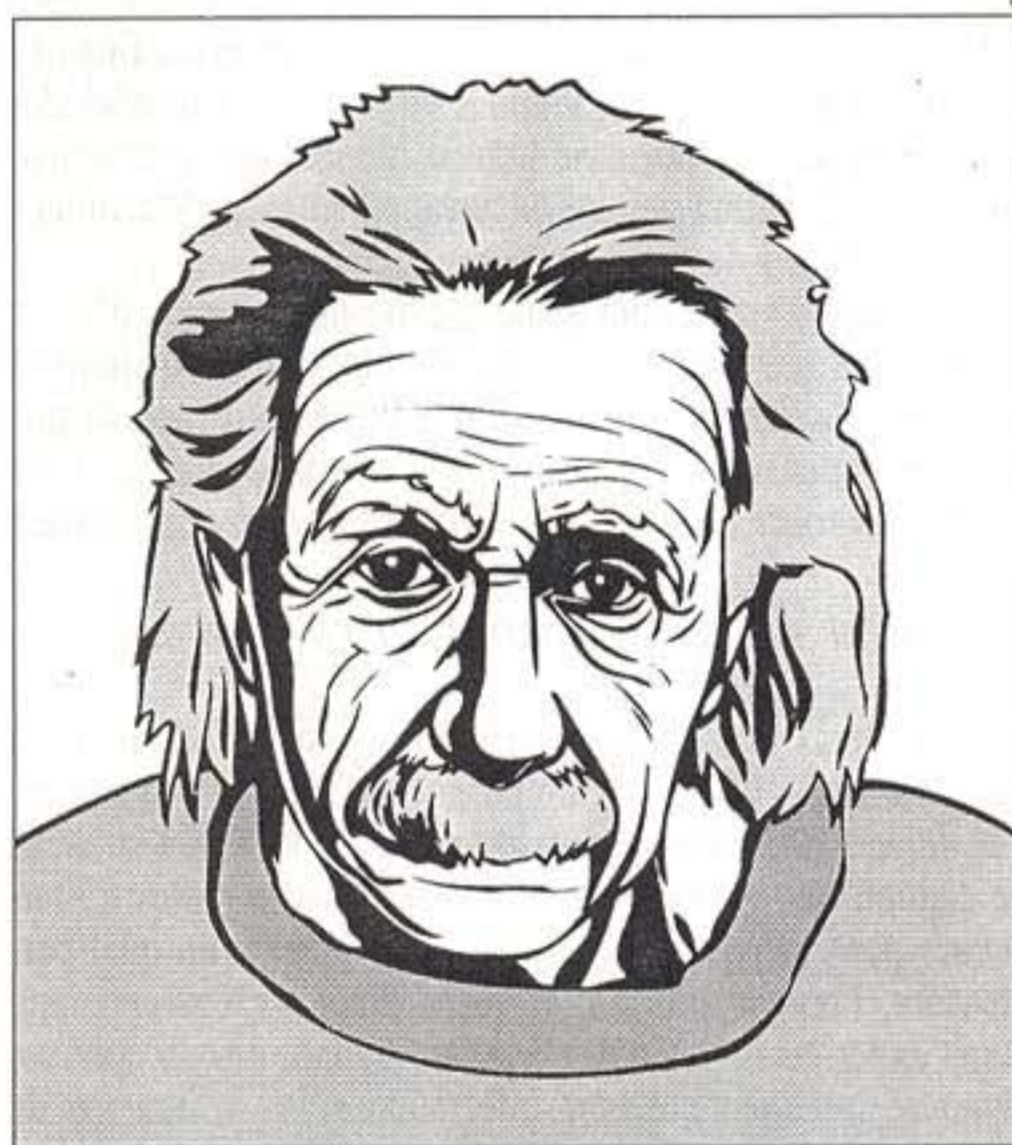
ALBERT EINSTEIN

Só há uma forma de eliminar os grandes males do capitalismo. É o estabelecimento de uma economia socialista, baseada nas necessidades e aspirações de todas as pessoas

Albert Einstein deixou marcas indelévels na nossa civilização, pelas suas contribuições revolucionárias ao desenvolvimento científico e filosófico. Sua atuação política e social é bem menos conhecida, e os círculos que moderadamente controlam a circulação de informações têm interesse em divulgar. Homem de posições políticas progressistas, defendeu, como cidadão alemão, uma atitude pacifista na I Guerra Mundial e, face à ascensão do nazismo na década de 30, defendeu o armamento das potências aliadas para o enfrentamento. Após a II Guerra Mundial, residindo nos Estados Unidos, combateu abertamente o anticomunismo dominante na política norte-americana, expresso pelo macarthismo. O texto que aqui publicamos foi editado em 1949, auge da chamada Guerra Fria, no primeiro número da Monthly Review, revista americana de esquerda. Neste texto ele faz uma defesa própria do ideal socialista e expressa uma visão crítica sobre os problemas a enfrentar para a construção das primeiras sociedades socialistas. Este texto já foi publicado em diversos países e, no Brasil, pela revista Encontros com a Civilização Brasileira, na década de 70.

Olival Freire Jr.

É aconselhável para um leigo em assuntos econômicos e sociais expressar seus pontos de vista sobre o socialismo? Acredito que sim, por várias razões. Antes de mais nada, consideremos a questão do ponto de vista de conhecimento científico. Pode parecer que não há diferenças metodológicas importantes entre astronomia e economia: os cientistas de ambos os campos procuram descobrir leis de aceitabilidade geral para um grupo circunscrito de fenômenos, a fim de encontrar a interconexão destes fenô-



menos da forma mais inteligível e clara possível. Entretanto, essas diferenças metodológicas existem na realidade. A descoberta de leis gerais no campo da economia torna-se difícil, na medida em que o fenômeno econômico observado às vezes é afetado por muitos fatores difíceis de serem avaliados separadamente. Além disso, a experiência acumulada desde o princípio do chamado período civilizado da história humana tem sido – como bem se sabe – amplamente influenciada e limitada por causas que em nenhum caso são de natureza exclusivamente econômica. Por exemplo, a maioria dos mais poderosos Estados da história deve sua existência a conquistas. Os próprios povos conquistadores se estabeleceram legal e economicamente como a classe privilegiada dos povos conquistados. Monopolizaram para si a terra ocupada e formaram uma casta de sacerdotes entre os da sua própria classe. Os sacerdotes, controlando a educação, fizeram da divisão da sociedade em classes uma instituição permanente e criaram um sis-

Este texto de Albert Einstein foi extraído de *Ideas and Opinions*, Nova York, Bonanza Books, 1954, traduzido por Marcia Lamarão do original em espanhol da revista *Nexos*, nº 17, Cidade do México, maio de 1979. Dois livros sobre Einstein foram lançados recentemente no Brasil: *O poder nu*, pela Editora Rotterdan, e *Escritos da maturidade*, pela Editora Nova Fronteira.

tema de valores mediante o qual as pessoas do povo foram, desde então, inconscientemente guiadas no máximo grau em seu comportamento social.

No entanto, a tradição histórica faz parte, por assim dizer, do passado; realmente não superamos, em nenhum lugar, o que Thorstein Veblen chamou de “a fase predatória” do desenvolvimento humano. Os fatos econômicos observáveis pertencem a essa fase e as leis que podem ser deduzidas deles não são aplicáveis a outras fases. Já que o propósito do socialismo é exatamente ultrapassar e ir mais além da fase predatória do desenvolvimento humano, a ciência econômica em seu atual estado pode lançar uma pequena luz sobre a sociedade socialista do futuro.

Por outro lado, o socialismo está voltado para um fim sócio-ético. Sem dúvida, a ciência não pode criar objetivos e menos ainda estabelecê-los nos seres humanos; pode, no máximo, fornecer os meios para alcançar certos fins. Entretanto, os fins em si mesmos são concebidos como personalidades com elevados ideais éticos e – se esses fins não nasceram mortos, e sim vitais e vigorosos – são adotados e levados adiante por esse grande número de seres humanos, que, de forma parcial, inconscientemente, determina a lenta evolução da sociedade.

Por estas razões, deveríamos estar atentos para não subestimar a ciência nem os métodos científicos quando se trata de problemas humanos e não deveríamos aceitar que os especialistas sejam os únicos que têm o direito de se expressar sobre questões que dizem respeito à organização.

O trivial desaparecimento da raça humana

Inúmeras vezes asseguraram que a sociedade humana está passando há algum tempo por uma crise, que sua estabilidade tem sido gravemente perturbada. Nessa situação é comum que os indivíduos se sintam indiferentes e mais hostis para com o grupo, pequeno ou grande, ao qual pertencem. Para ilustrar o que quero dizer, descreverei aqui uma experiência pessoal. Há pouco tempo, discuti com um homem inteligente e bem-informado sobre a ameaça de outra guerra, que, na minha opinião, colocava seriamente em perigo a existência do gênero humano, e observei que apenas uma organização supranacional ofereceria proteção para esse perigo. Em seguida, meu interlocutor, calma e friamente, me disse: “Por que você é tão profundamente contra o desaparecimento da raça humana?”

**Devemos ficar atentos
para não
subestimar a ciência
ao tratar
de problemas humanos**



Estou certo de que há apenas um século ninguém faria um julgamento desse tipo. É o julgamento de um homem que se esforçou em vão para conseguir um equilíbrio dentro de si e perdeu a esperança de que isso aconteça. É a expressão de uma dolorosa solidão, de um isolamento que

muita gente sofre hoje em dia. Qual é a causa? Há uma saída?

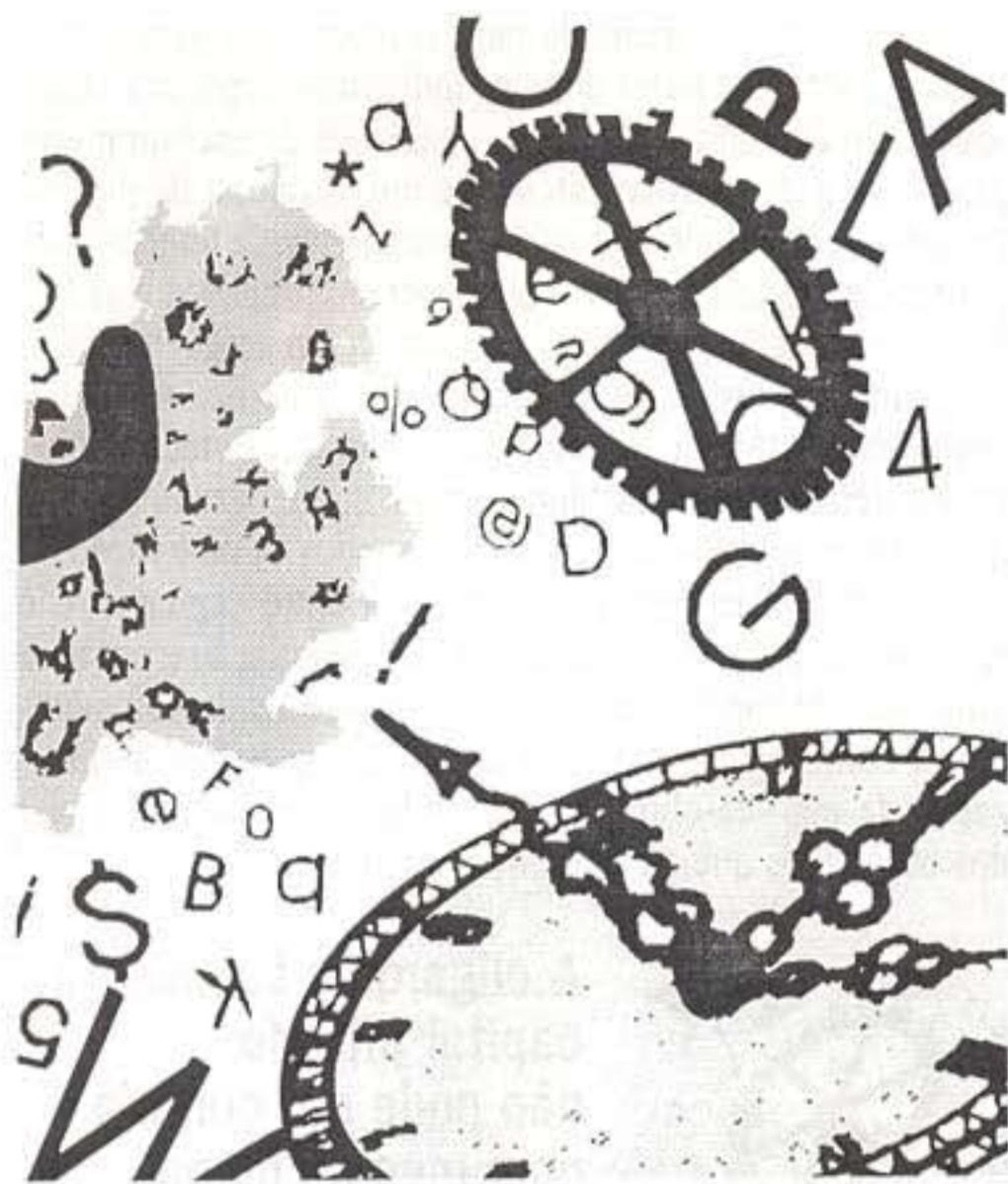
É fácil formular essas perguntas, mas é difícil respondê-las com um certo grau de segurança. Realmente, devo procurar fazê-lo o menos possível, embora esteja bastante consciente do fato de que nossos sentimentos e esforços são, às vezes, contraditórios e obscuros e que não podem ser expressos em fórmulas fáceis e simples.

Indivíduo e sociedade

O homem é, ao mesmo tempo, um ser solitário e um ser social. Como ser solitário, procura proteger sua própria existência e a dos que estão mais próximos dele, para satisfazer seus desejos pessoais e para desenvolver suas habilidades inatas. Como ser social, procura ganhar o reconhecimento e afeto dos outros seres humanos, participar dos seus prazeres, confortá-los nos seus sofrimentos e melhorar suas condições de vida. Apenas a existência destes diversos e, frequentemente, conflitivos esforços explica o caráter especial do homem, e uma combinação específica determina a extensão na qual pode conseguir um equilíbrio interno e contribuir para o bem-estar da sociedade. É bem possível que a força relativa destas duas direções seja fundamentalmente determinada pela herança genética. Entretanto, a personalidade que finalmente emerge é na sua maior parte determinada pelo meio ambiente no qual um homem casualmente encontra a si mesmo durante o seu desenvolvimento, pela estrutura da sociedade em que cresce, pela tradição dessa sociedade e pela sua avaliação de tipos particulares de conduta. O conceito abstrato de “sociedade” significa para o ser humano individual a soma total de suas relações diretas e indiretas com seus contemporâneos e com todas as pessoas de gerações anteriores. O indivíduo pode pensar, sentir, lutar e trabalhar por si mesmo, mas depende tanto da sociedade – na sua existência física, intelectual e emocional – que é impossível pensar nele ou compreendê-lo fora da estrutura da sociedade. É a sua “sociedade” que fornece casa, comida, roupas, ferramentas de trabalho, linguagem, as formas de pensamento e a maior parte de seu conteúdo; sua vida deve-se ao trabalho e aos talentos de muitos milhões de seres passados e presentes, escondidos atrás da pequena palavra “sociedade”.

Ao contrário das formigas

Dessa forma, é evidente que a dependência do indivíduo para com a sociedade é um fato da natureza que não pode ser abolido, como no caso das formigas e das abelhas. Realmente, enquanto o processo total da vida das formigas e das abelhas está determinado até o último detalhe pelos instintos hereditários rígidos, o modelo social e as inter-relações dos seres humanos são variáveis e suscetíveis de mudança. A memória e a capacidade de fazer novas combinações, o dom da comunicação oral tornaram possível, entre seres humanos, desenvolvimentos que não são ditados por necessidades biológicas. Esses desenvolvimentos manifestam-se através de tradições, instituições e organizações, na literatura, em realizações científicas e de



engenharia, em obras de arte. Isso explica porque, num certo sentido, um homem pode influir em sua vida através de sua própria conduta e como o pensamento e o desejo conscientes podem desempenhar um papel neste processo.

Ao nascer, o homem adquire, por meio da herança genética, uma constituição biológica, que devemos considerar como fixa e inalterável, que inclui os impulsos naturais, característicos das espécies humanas. Além disso, durante a sua vida, adquire uma constituição cultural que adota da sociedade através da comunicação e de muitos outros tipos de influências. É a sua constituição cultural que, com o passar do tempo, está sujeita a mudanças e que determina em grande parte a relação entre indivíduo e sociedade. A antropologia moderna nos ensina, por intermédio da investigação comparativa das chamadas culturas primitivas, que a conduta social dos seres humanos pode diferir muito, dependendo dos padrões culturais prevalentes e dos tipos de organização predominantes na sociedade. É nisto que aqueles que lutam para melhorar o conjunto da humanidade podem alimentar suas esperanças: os seres humanos não estão condenados, por sua constituição biológica, a aniquilar-se entre si ou a ficar à mercê de um cruel e auto-inflingido destino.

Se nos perguntamos como deveria ser alterada a estrutura da sociedade e que atitude cultural adotar para tornar a vida humana mais satisfatória, devemos estar sempre conscientes de que há certas condições que somos incapazes de modificar. Como disse antes, a natureza biológica não está sujeita, para todo objetivo prático, a mudanças. Além disso, o desenvolvimento tecnológico e demográfico dos últimos séculos criou as condições existentes hoje. Nas populações sedentárias relativamente densas, com os bens indispensáveis para a sua existência contínua, são necessários uma extrema divisão do trabalho e um aparato produtivo altamente centralizado. O tempo – que, olhando pa-

ra o passado, parece idílico – em que indivíduos ou grupos relativamente pequenos podiam ser completamente auto-suficientes se foi para sempre. É só um pequeno exagero afirmar que a espécie humana constitui ainda hoje uma comunidade planetária de produção e consumo.

A fonte do mal

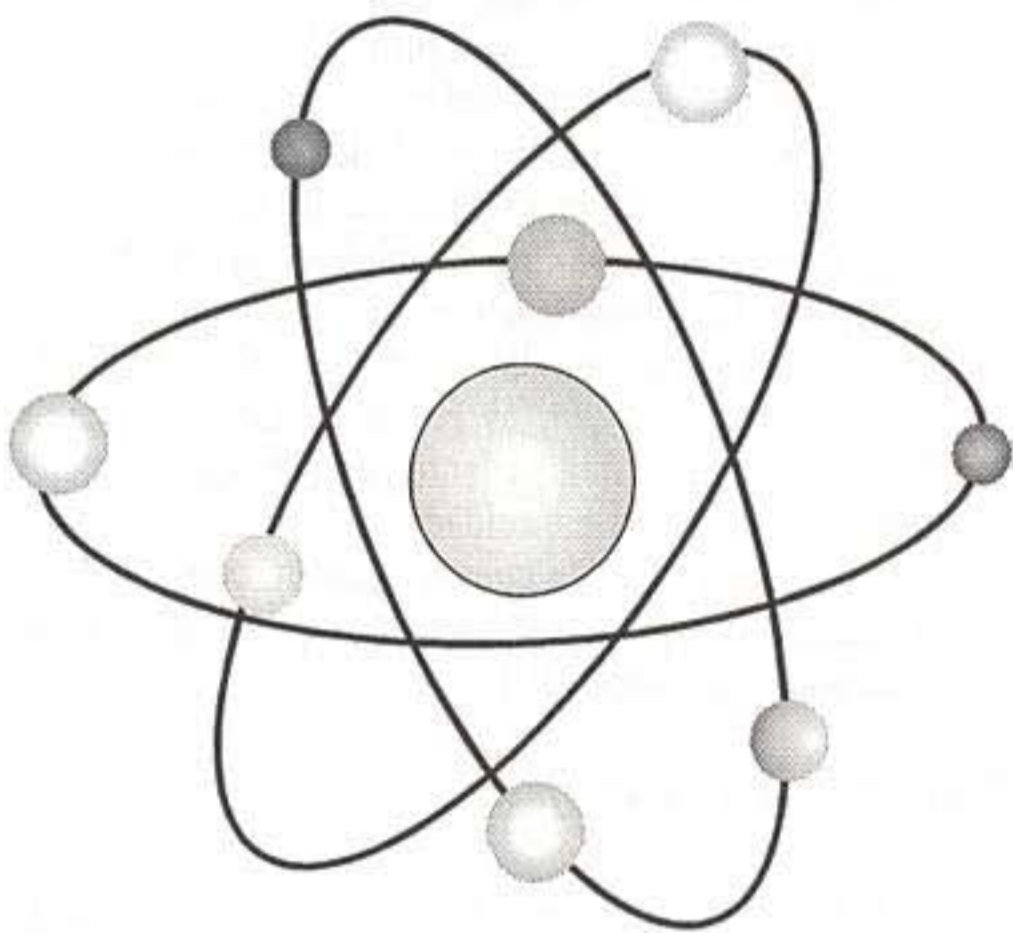
Cheguei ao ponto onde quero indicar brevemente qual é, para mim, a essência da crise do nosso tempo: a relação dos indivíduos com a sociedade. O indivíduo tornou-se mais consciente do que nunca de sua dependência da sociedade. Entretanto, ele não vivencia essa dependência como um valor positivo, como um laço orgânico, mas, pelo contrário, como uma ameaça aos seus direitos naturais ou mesmo à sua existência econômica. Além disso, sua posição na sociedade é tal que as direções egoístas da sua constituição estão se acentuando constantemente, ao passo que as direções sociais, que por sua natureza são mais débeis, se deterioram progressivamente. Todos os seres humanos, independentemente da sua posição na sociedade, estão sofrendo deste processo de deterioração. Prisioneiros sem sabê-lo de seu próprio egoísmo, sentem-se inseguros, sós e desprovidos das ingênuas, simples e tolas alegrias da vida. O homem pode encontrar significado na vida, curta e perigosa como ela é, apenas dedicando-se à sociedade.

A anarquia econômica da sociedade capitalista, tal como existe hoje, é, na minha opinião, a fonte real do mal. Vemos ante nós uma enorme quantidade de produtores, cujos membros lutam incessantemente entre si para munir-se dos frutos do seu trabalho coletivo – não através da força, mas de acordo com as regras legalmente estabelecidas. Neste sentido, é importante perceber que os meios de produção – isto é, a capacidade produtiva total necessária para produzir bens de consumo, assim como bens de capital adicionais – podem legalmente ser, e a maior parte é, propriedade privada de indivíduos.

Propriedade e trabalho

Para simplificar as coisas, na discussão que se segue, chamarei de “trabalhadores” todos que não participam da propriedade dos meios de produção – embora isto não corresponda totalmente ao uso costumeiro do termo. O proprietário dos meios de produção reúne condições para comprar a força de trabalho do trabalhador. Mediante o emprego dos meios de produção, o trabalhador produz novos bens, que se convertem em propriedade do capitalista. O ponto essencial deste processo é a relação entre o que o trabalhador produz e o que recebe como pagamento, ambos medidos em termos de valor real. Enquanto a contratação de mão-de-obra é “livre”, o que o trabalhador recebe não é determinado pelo valor real dos bens que produz, mas sim por suas necessidades mínimas e pelas necessidades, do capitalista, de força de trabalho em relação com o número de trabalhadores que compete pelos empregos. É importante compreender que, mesmo na teoria, o pagamento ao trabalhador não é determinado pelo valor de seu produto.

O capital privado tende a concentrar-se em poucas mãos, em parte pela concorrência entre capitalistas e em parte porque o crescente desenvolvimento tecnológico e a crescente divisão do trabalho fomentam a formação de grandes unidades de produção às expensas das pequenas. O resultado desses desenvolvimentos é uma oligarquia de capital privado, cujo enorme poder não pode ser contido nem sequer mediante uma sociedade política organizada democraticamente. Isto é verdade na medida em que os membros dos organismos legislativos são escolhidos por partidos políticos, amplamente financiados ou influenciados de uma ou outra forma pelos capitalistas privados, que, devido a um objetivo prático, separam o eleitorado de seus representantes no parlamento. A consequência disso é que os representantes do povo realmente não protegem suficientemente os interesses das camadas desamparadas da população. Além disso, sob as condições existentes, os capitalistas privados controlam inevitavelmente, direta ou indiretamente, as principais fontes de informação (imprensa, rádio, educação). Dessa forma, é extremamente difícil, e na verdade na maioria dos casos quase impossível, para o cidadão individual chegar a conclusões objetivas e fazer uso inteligente de seus direitos políticos.



Os princípios do capitalismo

Assim, a situação predominante em uma economia baseada na propriedade privada do capitalismo se caracteriza por dois princípios fundamentais: primeiro, os meios de produção (capital) são de propriedade privada e os seus proprietários dispõem deles de acordo com a sua conveniência; segundo, a contratação da mão-de-obra é livre. Certamente não existe uma sociedade capitalista pura neste sentido. Particularmente, podemos observar que os trabalhadores, através de amplas e amargas (encarniçadas) lutas políticas, conseguiram obter melhores formas de “livre contratação de mão-de-obra” para certas categorias de trabalhadores. No entanto, considerada em seu conjunto, a economia atual não difere muito do capitalismo “puro”.

A produção é orientada para o lucro, não para o uso. Nada garante que todos aqueles indivíduos capazes e desejosos de trabalhar terão sempre condições de encontrar emprego; há quase permanentemente um “exército de desempregados”. O trabalhador está constantemente temeroso de perder o seu trabalho. Visto que os desempregados e os trabalhadores malpagos não proporcionam um amplo mercado consumidor, a produção de bens de consumo fica restrita, o que acarreta graves consequências. O progresso tecnológico freqüentemente se traduz antes em um maior desemprego do que em uma redução de trabalho para todos. A motivação do lucro, juntamente com a concorrência entre capitalistas, é responsável por uma instabilidade na acumulação e por uma utilização do capital que leva a depressões cada vez maiores. A concorrência ilimitada leva a uma grande desvalorização de mão-de-obra, prejudicando a consciência social dos indivíduos que eu mencionava antes.



A oligarquia baseada no capital privado não pode ser contida nem mesmo numa sociedade democrática

Esse prejuízo para os indivíduos me parece o pior mal do capitalismo. Nosso sistema educacional global sofre deste mal. Uma exagerada atitude competitiva é inculcada no estudante, o qual é estimulado a supervalorizar a acumulação de bens materiais como preparação para sua carreira futura.

Planificação não é socialismo

Estou convencido de que há apenas uma forma de eliminar estes grandes males, que é o estabelecimento de uma economia socialista, aliada a um sistema educacional orientado para metas sociais. Nessa economia, os meios de produção são propriedade da sociedade e utilizados de forma planejada. Uma economia planejada, que ajusta sua produção às necessidades da comunidade, distribuiria o trabalho de tal forma que todos poderiam trabalhar, e garantiria uma vida para cada homem, mulher e criança. A educação do indivíduo, além de estimular suas próprias habilidades inatas, procuraria desenvolver nele um sentido de responsabilidade para com o próximo, em vez de incentivar a glorificação do poder e do êxito como acontece em nossa atual sociedade.

Sem dúvida, é necessário lembrar que uma economia planejada não é sinônimo de socialismo. Uma economia planejada pode ser seguida da total escravização do indivíduo. A realização do socialismo requer a solução de alguns problemas sócio-políticos extremamente difíceis: como é possível, diante da centralização de grande alcance do poder político e econômico, evitar que a burocracia torne-se toda poderosa e arrogante? Como é possível proteger os direitos dos indivíduos, para assegurar, dessa forma, um contrapeso democrático ao poder da burocracia? ■

Ideologia racista do DNA ditador é miragem

FÁTIMA OLIVEIRA

A supervalorização do DNA, que beira a adoração cega, nos faz abdicar, conscientemente, da condição que nos difere dos animais: a formação cultural, o ser sapiens

“O QI nas suas utilizações abusivas e falsas pertence àquela filosofia determinística biológica com a qual se pretende manter os privilégios de classe, garantir a permanência das desigualdades existentes nas sociedades modernas. E assim se compreende que uma falsa biologia teça uma natureza humana que se acomode aos interesses políticos dessa mesma sociedade.”

Germano da Fonseca Sacarrão

De repente nada escapa aos genes, esses pedaços de ácido desoxirribonucléico (DNA)¹ que ganharam a cena da mídia mundial e roubaram dos astros, dos espíritos e dos deuses o poder de determinar *tudo* o que somos e (pasmem!) o que seremos! Presenciamos o emergir de um novo fanatismo, cujo deus é o DNA, que vive nos templos sagrados, embora profanados, dos genomas.²

O culto ao DNA merece profundas e serenas reflexões. Dentre elas, a mais instigante, e simplória, é a própria designação que nos conferiram no reino animal: *Homo sapiens*. Somos *Homo* pela nossa condição biológica e *sapiens* pela(s) nossa(s) cultura(s). Na adoração ilimitada à dupla hélice parece que estamos abdicando, voluntária e conscientemente, a condição humana no que extrapola a animalidade: ser *sapiens*. Estamos pretendendo o quê, mesmo?

Parece não ser apenas anticientífico, mas pura ignorância, alçar a visão atomística do estudo da vida ao pódio de única verdade possível (até porque não é), em detrimento da concepção organismal (como bem demonstram os genes saltadores de Barbara McClintock) e das comprovadas e indispensáveis interações com o meio ambiente circundante, físico e sócio-cultural, que os organismos (incluindo os genes) necessitam para sua expressão.³

Parte considerável do que divulgam como “científico” não passa de especulação – algumas grosseiras, outras refinadas –, em geral embasadas em ideologias escusas, logo

nem sempre éticas. A história da ciência está repleta de fraudes, realizadas tão-somente com o intuito de “comprovar” determinadas ideologias e legitimar o poder político de plantão.

As descobertas da biologia, as verdadeiras, bem como as hipóteses e propostas de teorias alicerçadas em dados confiáveis, têm sido alvo contínuo de distorções abusivas e sem senso de ridículo. De maneira que o rótulo de científico é constantemente usurpado para dar credibilidade incontestável aos ditos “racismo e sexismo científicos”, ambos apoiados em outro engodo, o mito, há muito desmitificado, da neutralidade da ciência e de cientistas.

Não poderíamos deixar de nos reportar ao peso da ideologia nas ciências.

“Para além de ‘duvidar de tudo’ há que se situar a ciência produzida ou existente na sociedade do seu tempo; compreender como estão organizadas as instituições produtoras de conhecimento e a ideologia dominante de cada período histórico (...) Assim como a utilização do conhecimento não é neutra, a produção do saber está condicionada ou limitada ao percentual de investimentos financeiros e em recursos humanos, que por sua vez estão orientados de acordo com o que mais interessa favorecer politicamente às classes dirigentes da sociedade. Ou seja, o condicionamento material é orientado diretamente por uma ideologia. A produção do conhecimento está entre os muros dos investimentos materiais e do que quer o poder político.”⁴

A título de ilustração, recordemos que quando Darwin (1809-1882) e Wallace (1823-1913) elaboraram a Teoria da Evolução (1858-1859), Francis Galton (1822-1911) estruturou e institucionalizou a eugenia,⁵ ao mesmo tempo em que a deturpação ideológica da Teoria da Evolução surge como darwinismo social. Logo após a descoberta da dupla hélice (1953)⁶ e no contexto da “criação” das moléculas de DNA recombinante (Paul Berg, 1971),⁷ apareceu, na Universidade de Harvard, a sociobiologia, a versão da eugenia dos tempos do DNA.⁸

Eugenia, darwinismo social e sociobiologia não são ciências, como tentam fazer crer seus ideólogos. São credos. E por mais tolerância que quiséssemos ter, considerando-os apenas no terreno da fé, não podemos nos omitir diante de uma fé que mata. Pois foi esta fé eugênica, em nome da genética, sob o nome de higiene racial, que deu suporte “teórico-científico” aos assassinatos da Alemanha nazista, como bem relata, com farta documentação oficial, o geneticista alemão Benno Müller-Hill em seu livro *Ciência assassina*.⁹

As teorias sobre QI são um amontoado de teses racistas que ainda fascinam as viúvas do fatalismo genético

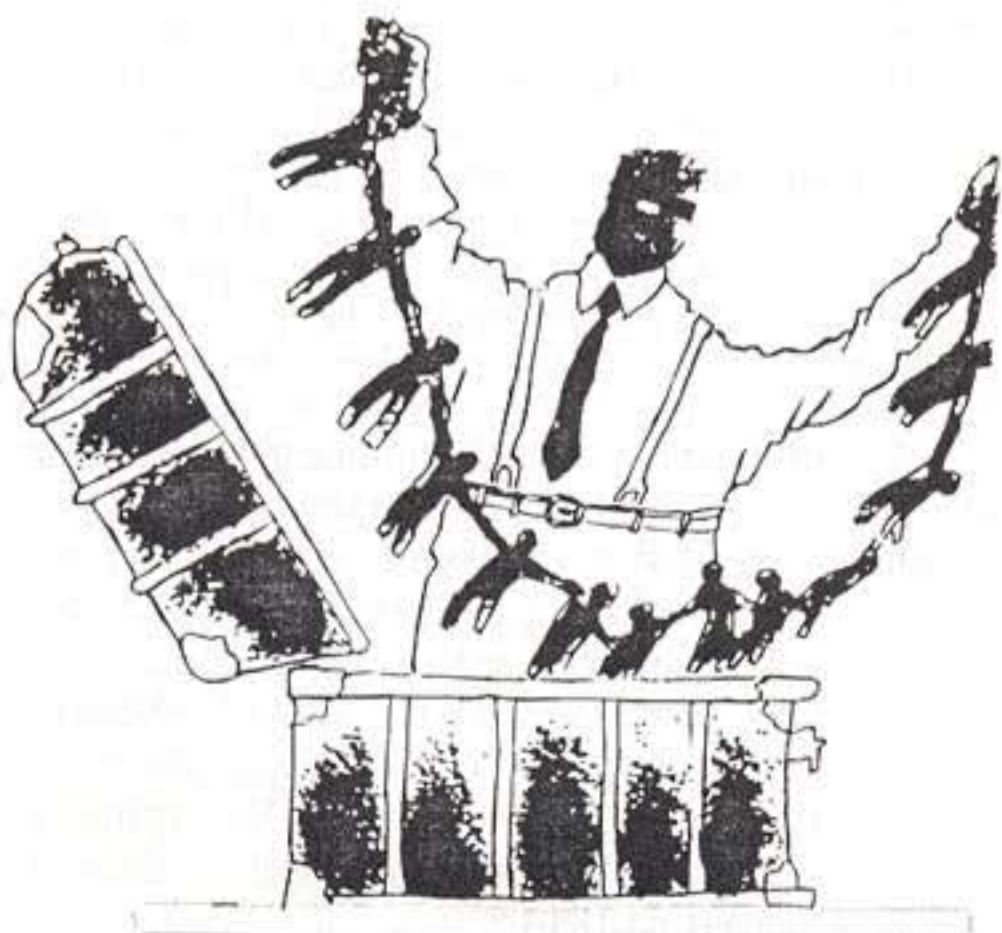


Tanto o chamado racismo quanto o sexismo científicos existem e antecedem à estruturação da biologia enquanto ciência. E mais, reciclam-se incessantemente e com tal rapidez e tamanha habilidade que basta a descoberta de algo novo para que, incontinenti, estas doutrinas entrem em processo de mutação e incorporem a novidade, sob *seu* ponto de vista... racista.

As questões colocadas nos dizem que, embora a luta cotidiana contra o racismo consuma quase todas as nossas energias, não podemos nos abster, ou descuidar, do combate ao chamado racismo científico, posto que são estas teorias que dão a seiva ideológica às práticas do racismo.

Estas considerações são essenciais a propósito do “auê” e da aura de cientificidade em torno do livro *The Beel Curve (A curva do sino ou A curva normal)*, que coincidentemente (?) foi gestado e parido em Harvard – que com mais este incidente de conteúdo racista começa a aparecer como um centro que, ao lado do saber, também “cria” algumas asneiras perigosas.

Segundo a imprensa, a “pesquisa” dos harvardianos Charles Murray (sociólogo) e Richard Heirstein (psicó-



logo) consiste em uma sistematização de estudos sobre QI. Nada mais que um amontoado de surradas e desacreditadas teses racistas, há muito desmascaradas como não científicas, mas que continuam a exercer enorme fascínio nas viúvas do fatalismo genético. Até aí nada de mais, caso não estivessem sendo tratadas, por parte da imprensa, como “descobertas científicas”, não fosse pelas recomendações reacionárias plagiadas do nosso velho conhecido Thomas Malthus (1766-1834),¹⁰ acrescidas das que foram feitas, em 1969, por Arthur R. Jansen (Universidade da Califórnia) e de outros ensaios de igual teor de lavra do próprio Murray,¹¹ em setembro de 1971, ocasião em que, além de divulgar o “trabalho” do seu guru, o psicólogo racista inglês Cyril Burt (1883-1971), teceu loas a ele.

Os atuais “conselhos” destes senhores, contidos em *The Beel Curve*, decorrem diretamente dos dados contidos na fraude científica, inegável, de Cyril Burt, idealizador dos testes de QI em medidas fixas, como sinônimo de inteligência e significando superioridade e inferioridade racial.



Para Binet a inteligência é multifacética e pode ser desenvolvida de acordo com as vivências e os momentos

Para inventar esta pseudoverdade científica, Burt¹² se apropriou e deturpou as idéias do fisiologista e psicólogo francês, diretor do Instituto de Psicologia da Sorbonne (1884), Alfred Binet (1857-1911) sobre idade mental (IM).

Os testes de Binet para IM (Escala de Avaliação de Nível Mental, elaborada em 1905) visavam delimitar o estágio da capacidade mental de crianças das escolas públicas francesas, para ajudar a desenvolver a capacidade mental daquelas que estivessem atrasadas em relação à idade cronológica, através de acompanhamento especializado.

Para Binet o teste de IM retratava um momento da vida da criança e, quando a IM era muito alta em relação à idade cronológica, este era um indicador de uma possibilidade de inteligência privilegiada. O psicólogo francês acreditava que a inteligência era algo multifacético e mutável, de acordo com as vivências e os momentos, e que as oportunidades para desenvolvê-la deveriam ser oferecidas amplamente. Um comprovante irrefutável desta opinião é que em toda a sua prática profissional ele se dedicou a auxiliar crianças com IM atrasada, tarefa que desempenhou com sucesso.

Foi deste trabalho que Burt partiu para um campo oposto. Sabemos que muitos outros promoveram alterações na Escala de Binet. Em 1916 uma equipe da Universidade de Stanford, dirigida por Lewis Terman, criou a Escala Stanford/Binet, um instrumento que “comprovava” que negros, mexicanos e indo-espanhóis eram portadores de QI baixo por causas raciais. Estes senhores deduziram que a educação não poderia superar este defeito e aconselhavam que as crianças destas “raças” deveriam ser confinadas em

salas de aula especiais e adestradas para trabalho não intelectual. Eram “burras”, porém treináveis para trabalhos braçais.

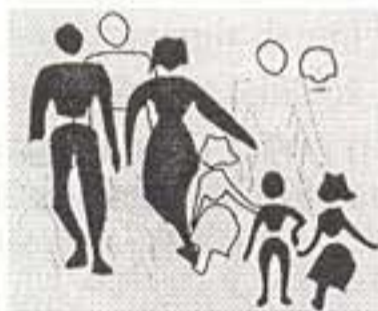
Mas foi Burt quem consagrou o teste de QI como algo que media uma capacidade imutável, e tornou usual a sua aplicação também em adultos. Firmou a compreensão de que o teste de QI era uma escala de pontuação fixa, com gradação de superioridade e inferioridade, e conferiu-lhe o recorte racial racista com a indicação de determinismo genético.

Durante muito tempo (1909 a 1971) Burt foi considerado o pai do QI e o papa da psicologia escolar. Hoje figura como o autor da mais duradoura e perfeita fraude da história da ciência. E com certeza a mais famosa e poderosa fraude que angariou credibilidade universal, pois durante quase meio século as suas conclusões serviram de base para as políticas públicas segregacionistas na área de educação em quase todo o mundo, bem como para as leis ditatoriais e absolutistas de esterilização e imigração nos Estados Unidos e muitos países europeus.

Grande parte dessas orientações racistas continuam em vigor, do mesmo jeito ou maquiadas, embora as suspeitas de fraude dos “estudos” de Burt tenham aparecido no começo da década de 70 e tenham sido confirmadas em 1979, quando foi publicada sua biografia oficial, autorizada pela família: *Cyril Burt, psychologist*, de autoria de L.S. Hearnshaw (London, Hodder and Stoughton).

Não existem provas documentais nem depoimentos pessoais sobre as pesquisas que Burt dizia ter realizado. Não se conseguiu nenhum roteiro dos alegados 53 pares de gêmeos univitelinos criados em separado (as conclusões mais imbatíveis, e únicas no mundo, sobre o determinismo genético da inteligência). Os 40.000 (quarenta mil!) pares de pais e filhos, de várias classes sociais, também não deixaram rastro documental.

Discípulos do fatalismo genético buscam justificar suas teorias no DNA de quem se originou na Mãe África



Howard e Conway, as cientistas que mais colaboraram com ele e assinaram os artigos mais comprobatórios da burrice dos negros, são oriundas de sua doentia imaginação, tal como várias outras célebres autoras de artigos publicados em uma revista dirigida por Burt, consideradas durante décadas “as pérolas” da psicologia.

É público que Burt, desde os tempos de estudante em Oxford, era um destacado e convicto divulgador da idéia de que os negros eram biologicamente inferiores, burros, e que “os miseráveis deste mundo deveriam ser proibidos de reproduzir-se”.¹³ Nada mais esperado que se tornasse o discípulo responsável pelo legado doutrinário dos eugenistas ingleses Francis Galton e Karl Pearson (1857-1936). Nada de estranho que se dedicasse aos “estudos” da inteligência, posto que, historicamente, o dogma central das

teses eugênicas é o determinismo genético da inteligência – uma hereditariedade¹⁴ impenetrável às ações do meio.

Nada mais coerente do que o fato de os discípulos atuais destas antigas e degeneradas seitas estarem buscando uma capa de DNA ditador para suas antigas teorias e defendendo o fatalismo genético para a inteligência, essa “coisa” que não se sabe o que é, mas que eles afirmam estar inscrita no DNA ditador... de quem não se originou na Mãe África. Como perguntar não ofende, vamos lá. Se a África é o berço da humanidade (*Homo sapiens*), como parece consensual na comunidade científica, resta saber de onde os brancos – os “inteligentes” – vieram.

À parte dos argumentos políticos democráticos e libertários, e também da bioética,¹⁵ basta conhecer, minimamente, as noções mais elementares de biologia para saber que nela não existe *nada* que confirme qualquer hipótese racista ou sexista. A diversidade é a norma da natureza viva. A diferença entre humanos não comporta uma ordem de hierarquia. Cada ser humano é geneticamente único, à exceção dos gêmeos univitelinos. O geneticista francês Albert Jacquard explica isso muito bem, quando diz: “Somos todos semelhantes e somos todos diferentes”.



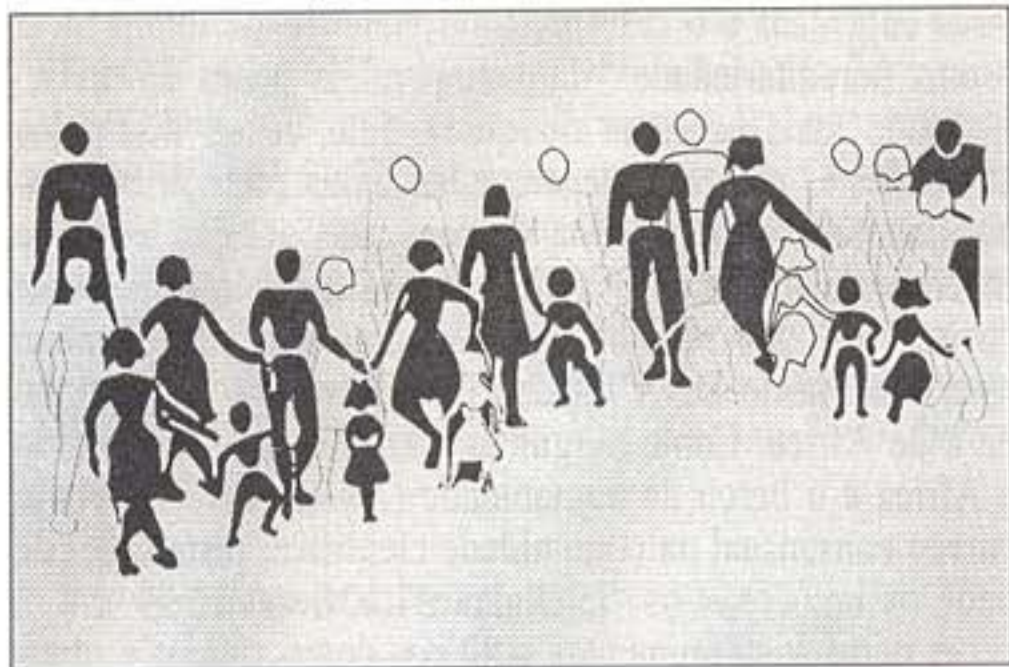
Culturais e ideológicas, as definições de inteligência são desprovidas de qualquer valor universal

Diferente jamais foi, e não é, sinônimo de desigual! As tendências e/ou habilidades que se quiser enquadrar como inteligência estão amplamente presentes em todos os agrupamentos humanos e se expressam das mais variadas formas. É isso que explica, em todas as “raças”, a existência de pessoas com desempenho que vai do comum ao brilhante em qualquer atividade, dependendo das circunstâncias materiais, sociais, políticas e até ideológicas.

Ao situar este debate pré-aristotélico no atual estágio do desenvolvimento das ciências biológicas, precisamos perceber que ele ressurgiu com as supostas bênçãos das contribuições importantes dos saberes e poderes da genética molecular¹⁶ e das biotecnologias¹⁷ bioengenheiradas. Talvez não tenha nada de novo na idéia, porém é diferente.

As descobertas e conhecimentos da genética molecular, do meu ponto de vista, não são em si temerárias mas criam um biopoder¹⁸ inimaginável, que exige muita atenção e controle social, por inúmeras razões, dentre elas o revigoramento do racismo científico, agora mais poderoso e pretensamente mais “científico”, posto que ressuscita com essa capa de DNA, que tudo faz, tudo pode, segundo os reducionistas mais fanáticos. É obrigação moral, ética, política e sobretudo científica desmontar essas mentiras.

A engenharia genética eliminou de fato as fronteiras entre as espécies. Teoricamente qualquer ser vivo pode trocar genes com outro, e na prática isto é uma rotina nos laboratórios. As técnicas que possibilitam alterar qualquer patrimônio genético já são amplamente dominadas por to-



dos os “deuses da ciência”. As bioilhas de edição tecnicamente já são possíveis. Quem quer editar o quê? E para quê? Não temos a menor idéia. Este é um problema, ou não?

O que isso tem a ver com *The Beel Curve*? Muita coisa. Já estão na praça, desde 1978, os “filhos da ciência”, “bebês à la carte” – os populares bebês de proveta,¹⁹ que cada vez mais são submetidos ao “controle de qualidade”. A clonagem de embriões humanos foi tornada pública em outubro de 1993 (acredite se quiser!)²⁰ e a de animais é um sucesso desde 1952 (e a técnica é a mesma!). Um “viveiro de gênios” – com *pedigree* comprovadamente campeão –, apesar de macabro, não é de todo impossível, embora inviável... sobretudo quando se conhece a prole dos ditos cujos. Causa espanto como a descendência deles é a comuníssima *Homo sapiens*! Até porque o fatalismo genético para a espécie é de uma infalibilidade *cruel*: o organismo humano só gera outro organismo humano, porcos geram porcos, gatos, gatos etc. Ou alguém já viu por aí alguma mulher excêntrica parindo uma ninhada de “bacuris” ou de gatinhos?

As definições de inteligência são inúmeras. Todas culturais e ideológicas, desprovidas de valor universal. “Abundância é sinal de ignorância.” Isso cabe bem em tudo o que se refere à inteligência. Não há um conceito científico de inteligência. Segundo Sacarrão:

“...é um conceito múltiplo, envolve múltiplas características, múltiplas condutas, diversas operações psíquicas, exprimindo-se por variadas formas. Abarca a criatividade, o espírito inventivo, a adaptabilidade a situações novas, a atenção, a memória, a capacidade de abstração, de raciocinar, de formar juízos etc.”²¹

É evidente que não podemos nos furtar de reconhecer, porque é verdade, que há uma base material biológica da inteligência. Somos seres biológicos. Seres biológicos históricos. Somos produto da evolução orgânica. Mas é óbvio, também, que a evolução só se realiza em interação com o meio. Isso indica que a base biológica não pode prescindir do meio.

“O geneticista L.C. Dunn [Dunn, L.C. & Dobzhanski, *Herança, raça e sociedade*, Livraria Pioneira Editora, 1962] se contrapõe à fragilidade e até a pseudoexistência das bases nas quais se assenta o preceito da supremacia e da inevitabilidade do biológico, ao dizer: ‘A hereditariedade é o conjunto daquilo que se possui no início da vida; o meio é aquilo que permite sobreviver. Ambos são

fatores essenciais (...) A herança e o ambiente são de tal modo necessários e inseparáveis, que o problema essencial não consiste em saber qual o fator mais importante, mas principalmente como ambos determinam em conjunto nossas qualidades.’”²²

Já que a inteligência se configura como uma faculdade de complexidade incomensurável e que seu substrato material, o cérebro, ainda é uma incógnita, podemos afirmar que os testes de QI – como medida definidora do destino das pessoas – valem tanto quanto os mapas astrais – como medidas do desconhecido –, desde que se tenha fé. E falando em fé, é evidente que já estamos fora do campo científico, logo tratando de coisas distintas, portanto incomparáveis e inconfundíveis. Mas os mapas astrais não cometeram crimes em nome da ciência. A idéia de uma base biológica fatalista da inteligência, sim. E sempre foi apresentada como um determinante da alocação das pessoas nas classes sociais. E tudo isso significando a superioridade dos brancos.

Enfim, a verdade científica demonstra que programa genético não significa destino. É certo que herdamos genes. É certo que o nosso meio nos lega heranças culturais. E é essa interação dialética entre herança biológica e cultural que faz de nós o que somos: *Homo sapiens*. Seres humanos não são apenas um programa genético. São *também* um programa genético, dentre muitas outras coisas. As outras coisas são tudo aquilo que nos torna cada vez mais *sapiens*.

FATIMA OLIVEIRA é médica do Programa de Saúde Escolar do SESI-SP, assistente do programa Saúde Reprodutiva da Mulher Negra, do CEBRAP, e autora do livro *Engenharia genética: o sétimo dia da criação* (no prelo).

Notas

(1) O DNA (ácido desoxirribonucleico) é a molécula que contém e transmite informação genética; em geral é formado por duas hélices de nucleotídeos. Gene, ou gen, é a unidade funcional do DNA que transmite a herança. Em alguns vírus a unidade de herança está localizada no RNA (RNA-vírus).

(2) Genoma é o conjunto de genes de uma espécie. Cada espécie tem o seu número ou padrão genômico próprio. Fenótipo é a aparência de um organismo, que resulta de características controladas pelo genótipo em sua inter-relação com o meio ambiente. Genótipo é o conjunto de características de um organismo contidas ou impressas em seus genes.

(3) Expressão é o modo como um gene manifesta suas características.

(4) Fátima Oliveira, “Os múltiplos significados e implicações do fatalismo genético”, *Cadernos de Pesquisa* 2, CEBRAP, julho de 1994.

(5) Eugenia é a doutrina que trata das questões referentes ao “melhoramento” físico e mental do *Homo sapiens*, incentivando a reprodução dos “aptos”, limitando e até excluindo a reprodução dos seres com “defeitos” de fabricação. Já foi uma das disciplinas nas escolas de medicina em todo o mundo.

(6) Em 1953 foi descoberta a estrutura do DNA pela cristalógrafa inglesa Rosalind Franklin (1920-1958); pelo geneticista norte-ame-

icano James D. Watson (1928...); pelo físico inglês Francis H. Crick (1918...); pelo físico inglês Maurice H. F. Wilkins (1916...). Os homens receberam o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina em 1962. O Nobel só é concedido aos vivos, por esta razão Rosalind não o recebeu. Em geral ela não é citada como co-descobridora da dupla hélice. É o machismo na ciência, pois sabe-se que foi ela quem realizou as pesquisas que demonstraram a estrutura do DNA. Maurice, o seu chefe de laboratório, abandonara naquele período esta pesquisa. Watson e Crick fizeram os modelos, baseados nos Raios X de Rosalind. O próprio Watson, em seu livro *A dupla hélice*, diz que os últimos Raios X que retratavam melhor a molécula foram "conseguidos" por Maurice, sem a permissão de Rosalind.

(7) DNA recombinante é a molécula de DNA constituída de DNA de vários organismos da mesma espécie ou de espécies diferentes. É a tecnologia básica que deu origem à engenharia genética (ou manipulação genética, ou bioengenharia, ou recombinação gênica artificial).

(8) Sociobiologia é a doutrina criada por Edward O. Wilson, biólogo da Universidade de Harvard, como uma disciplina científica que objetiva "explicar em bases biológicas os comportamentos sociais dos seres vivos". É o novo nome da eugenia. Alguns setores da genética no Brasil, para fugir à pecha de sociobiologistas, substituem o nome de sociobiologia pelo de genética do comportamento. Apenas uma mudança de imagem.

(9) Na obra *Ciência assassina* o geneticista Benno Müller-Hill diz como o nazismo conseguiu aglutinar cientistas sociais (antropólogos) da área de saúde (médicos geneticistas e psiquiatras) para o seu projeto de extermínio de raças e etnias que esta ideologia considerava inferiores. Com detalhes e documentos governamentais e científicos oficiais, relata as leis eugênicas e as pesquisas na Alemanha nos períodos anterior e posterior à II Guerra Mundial. Explica como e porque Hitler contou com o apoio da ciência e de cientistas alemães. Prova que a ciência biológica produzida na Alemanha, bem antes de Hitler, já estava convencida da cientificidade da superioridade da raça ariana. O encontro desta "ciência" com os anseios políticos de Hitler é um mero detalhe de uma paixão recíproca, que começou quando Hitler estava preso em Landsberg, em 1923, e leu o livro *A ciência da hereditariedade humana e higiene racial*, dos geneticistas Erwin Baur, Fritz Lenz e Eugen Fischer.

(10) Autor de *Ensaio sobre o princípio da população* (1798), que contém a popular frase: "As populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética". Diante desta fatalidade, Malthus sugeriu que os governos deveriam deixar que as doenças, a fome e a guerra agissem à vontade e que os nascimentos deveriam ser controlados sob coação legal, através do casamento tardio e da imposição da continência periódica (relações sexuais esporádicas). Tudo isso apenas para os pobres.

(11) R. Heirrstein, IQ, *The Atlantic*, pp. 43-74, in Sônia Vieira & Saad William Hossne, *Experimentações em seres humanos*, Editora Moderna, 1987, p. 115.

(12) Para obter dados mais detalhados sobre a fraude de Burt, consultar Germano da Fonseca Sacarrão, *Biologia e sociedade*, v. II; Sônia Vieira & Saad William Hossne, *Experimentações em seres humanos*.

(13) Germano da Fonseca Sacarrão, *Biologia e sociedade*, v. II, Editora Europa-América, p. 218.

(14) Hereditariedade é a transmissão da informação genética do organismo matriz, mãe ou pai, para sua descendência.

(15) Bioética, ou ética da vida, é a terminologia usada pela primeira vez pelo oncologista norte-americano Renselar Potter, em seu livro *Bioética: a ponte para o futuro* (1971). Atualmente a bioética é uma disciplina na área da saúde; uma teoria para o biodireito; uma orientação para a legislação; um movimento que objetiva criar bases para a biossegurança e o exercício da cidadania social e política nos tempos do DNA. Engloba a luta pela ética nas ciências biológicas e áreas correlatas. Bioética é *reflexão* (sobre as implicações

sociais, econômicas, políticas e éticas dos novos saberes biológicos) e *ação* (objetivando estabelecer um novo contrato social entre sociedade, cientistas e governos).

(16) Genética é o ramo da biologia que estuda os mecanismos da herança, os genes. Genética clássica, ou mendeliana, é o estudo dos genes de acordo com os princípios de Mendel; e genética molecular, o estudo dos genes no aspecto molecular.

(17) Biotecnologia é o estudo das técnicas e processos biológicos que possibilitam a utilização da matéria viva para degradar, sintetizar e produzir outros materiais. Nem toda biotecnologia é engenharia genética, mas a engenharia genética é uma biotecnologia especial que manipula genes.

(18) Biopoder é o poder oriundo do controle das biotecnologias e da manipulação genética.

(19) Louise Brawn, nascida em 25-8-78 na Inglaterra, foi o primeiro bebê de proveta.

(20) Realizaram a clonagem os norte-americanos Jerry Hall e Robert Stilman.

(21) Germano da Fonseca Sacarrão, *op. cit.*, p. 215.

(22) Fátima Oliveira, "Os múltiplos significados e implicações do fatalismo genético", *Cadernos de Pesquisa* 2, CEBRAP, julho de 1994.

Bibliografia

AZEVEDO, Eliane. *Raça: conceito e preconceito*, 2ª ed., São Paulo, Editora Ática, 1990.

BARCIFONTAINE, Christian de Paul & PESSINI, Leocir. *Problemas atuais de bioética*, São Paulo, Edições Loyola, 1991.

BERNARD, Jean. *Da biologia à ética-bioética*, Campinas/São Paulo, Editorial Psyll, 1994.

DUNN, L.C. *et alii. Raça e ciência I e II*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

HILL-MÜLLER, Benno. *Ciência Assassina*, Rio de Janeiro, Xenon Editora e Produtora Cultural, 1993.

JACQUARD, Albert. *Todos semelhantes, todos diferentes*, São Paulo, Editora Augustus.

JAPIASSU, Hilton. *As paixões da ciência*, São Paulo, Editora Letras & Letras, 1991.

LEWONTIN, R.C. *The Doctrine of DNA - Biology as Ideology*, Penguin Books, 1993.

ROSE, Steven & APPIGNANESI, Lisa (org.). *Para uma nova ciência*, Lisboa, Editora Gradiva, 1989.

SACARRÃO, Germano da Fonseca, *Biologia e sociedade I e II*, Lisboa, Publicação Europa-América, 1989.

SILVA, Gláucia Oliveira. *O que é sociobiologia*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*, 2ª ed., São Paulo, Editora Paz e Terra, 1987.

WILKIE, Tom. *Projeto Genoma Humano - Um conhecimento perigoso*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

VIEIRA, Sônia & HOSSNE, Saad William. *Experimentação em seres humanos*, São Paulo, Editora Moderna, 1987.

Cairo: quem controla a reprodução humana?

SARA ROMERA SORRENTINO

O documento final da Conferência do Cairo legitima a luta pela igualdade entre mulheres e homens, que passa a ser reconhecida pelos signatários como direito fundamental e universal

*"Os Estados Unidos podem ajudar a minimizar as acusações de que são agentes imperialistas encobrendo-as com o apoio às atividades demográficas e afirmando, reiteradamente, que esse apoio deriva-se do interesse pelos direitos dos indivíduos de decidirem livre e responsabilmente seu número de filhos e o momento de engravidar."**

Nos dias 5 a 13 de setembro de 1994, às margens do Nilo, representantes de 183 países de todo o mundo, mais de 15.000 pessoas, reuniram-se na Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, promovida pela ONU.

A exemplo da ECO-92, para a questão do meio ambiente, no Rio de Janeiro, e dos Direitos Humanos, em Viena, essas conferências – as duas últimas sobre população realizaram-se no México, em 1984, e em Bucarest, em 1974 – são momentos em que, de década em década, os representantes dos governos dos países-membros da ONU aprovam documentos gerais, grandes declarações consensuais, que passam a representar recomendações da ONU aos governos de todo o mundo, no que se refere às políticas populacionais. Esses documentos têm como pano de fundo a tentativa de conciliar interesses do Sul e do Norte, de pobres e ricos, buscando representar um certo acordo de convivência pacífica, a vigorar no período entre as conferências.

O mesmo ocorrerá em Copenhague em relação ao tema "desenvolvimento", no início de 1995, e em relação às mulheres, em setembro do mesmo ano, em Pequim.

Reuniões tão abrangentes entre "gregos, egípcios e troianos", para se buscar a aprovação de documentos consensuais sobre temas tão candentes, certamente é uma ta-

refa que envolve, no mínimo, boa dose de talento teatral e, quem sabe, para os mais otimistas, de ingenuidade.

A tentativa de colocar no mesmo rol de preocupações países pobres e ricos, muçulmanos e católicos, países com taxas de crescimento abaixo dos níveis de reposição e outros com taxas de crescimento positivas, ou seja, realidades e interesses tão díspares, pode terminar se assemelhando à desastrosa história de acertar os quatro pés mancos de uma mesa que, de tanto ser aparada, termina por se transformar em um banquinho.

Na busca de convergências e afinidades, muito mais de aparência do que de fundo, descaracterizam-se os problemas centrais e os principais temas de discussão. O produto final pode acabar sendo um relatório genérico, insípido e evasivo, mas cheio de armadilhas e dubiedades nas entrelinhas. E, ao final de tudo, são recomendações que os países seguirão, ou não, se quiserem. Como afirmou um porta-voz do Vaticano, mais do que o debate e a busca de soluções para os graves problemas mundiais, esses encontros são "uma luta para determinar quem vai estipular os valores da sociedade moderna e conduzir a opinião pública".¹

E em termos de opinião pública, a Conferência do Cairo sobre população merece uma análise em profundidade sobre seu significado.

O noticiário sobre o Cairo foi marcado pela enorme divulgação dada às conquistas do feminismo, no que se refere à igualdade entre mulheres e homens. Vale lembrar que, se a luta das mulheres por igualdade já não é nova para nossos machistas latinos-tupiniquins, o mesmo não acontece em todos os 183 países lá reunidos. Entre os representantes desses países havia, desde a avançadíssima Gro Harlem Brundtland, chefe de governo da Noruega, que se tornou a porta-voz da defesa da liberação do aborto,² até rancorosos governantes que não aceitavam, por exemplo, que a igualdade valesse para o sistema de heranças ou pa-

* Estudo sobre Segurança Nacional do Departamento de Defesa americano, dado a conhecer recentemente no periódico *Washington Quarterly*.



ra os vários tipos de família. Os islâmicos conseguiram mudar no documento final as formulações de “sistema igualitário” para “sistema justo” de herança, assim como “outras uniões” para “vários tipos de famílias”, pois entre os muçulmanos as mulheres recebem metade do que recebem seus irmãos, quando da partilha de bens herdados. Também, na sua opinião, o termo “outras uniões” pode ser interpretado como um estímulo ao homossexualismo.³

Não obstante essas resistências, com a aprovação final do documento, em que muitos avanços foram registrados, a legitimação da luta pela igualdade entre mulheres e homens, que já era tendência mundial, a partir de muitas lutas e conquistas, passa agora a ser reconhecida como direito fundamental e universal por todos os 183 países signatários do documento.

Religiosos de todas as fés impuseram, de forma artificial, 1/3 da agenda dos debates da Conferência



Na esfera das questões populacionais, no entanto, ocorreram as principais efervescências da Conferência, mas nem sempre em torno do epicentro da questão. Alguns debates foram mesmo catalisados e ampliados artificialmente, embora não seja nada artificial que seus principais protagonistas sejam duas das forças hegemônicas do mundo hoje, no tocante ao controle populacional e direitos reprodutivos: a Igreja e os Estados Unidos. Situa-se nesse grupo de eventos, por exemplo, a derrota das posições retrógradas do Vaticano em relação às questões do aborto e saúde reprodutiva. A Santa Madre Igreja, as delegações oficiais da Argentina, Equador, Venezuela, Guatemala,

El Salvador, Nicarágua, Malta, líderes radicais islâmicos do Irã (alguns países islâmicos recusaram-se a participar), autoridades muçulmanas da Arábia Saudita e extremistas de direita dos Estados Unidos conseguiram tomar um terço do tempo da Conferência nas discussões sobre aborto, planejamento familiar, maternidade segura e saúde sexual e reprodutiva, não aceitando sequer abordagens como educação sexual para jovens e uso de camisinha para prevenção da AIDS.⁴

As vedetes políticas deste final de século – as Organizações Não Governamentais – desta vez tiveram um significado maior e de nova qualidade, cumprindo papel importante na derrota sofrida pelo Vaticano e seus aliados. Articuladas num fórum paralelo, a exemplo do que vem ocorrendo desde a ECO-92, as ONGs participaram, desta vez, muito mais através do intercâmbio e pressão junto às delegações oficiais do que em fóruns marginalizados. Mesmo antes do Cairo, nas três reuniões preparatórias da Conferência, em Nova York, esse espaço da chamada sociedade civil vem tendo uma intersecção muito mais efetiva e amena com as representações governamentais. Isto pode significar maior ressonância das reivindicações populares e do mundo acadêmico nas esferas de poder, mas pode significar também administração e abrandamento dos conflitos para que eles se tornem mais manipuláveis. Pequenas e caras conquistas podem ser atingidas, em troca de questões mais estruturais e de fundo, que são decididas discretamente e que nem sequer passam por esses fóruns.



Após a transição demográfica, 82% dos países europeus cresce lentamente

No tocante ao tema central de população e desenvolvimento, cabe lembrar que qualquer reunião como essa – e no Cairo não poderia ser diferente – tem como cenário de fundo importantes conflitos entre os países presentes, embora todo o curso da reunião tenha procurado ignorar essa palpável realidade, pelo que se observa no noticiário e no relatório final.

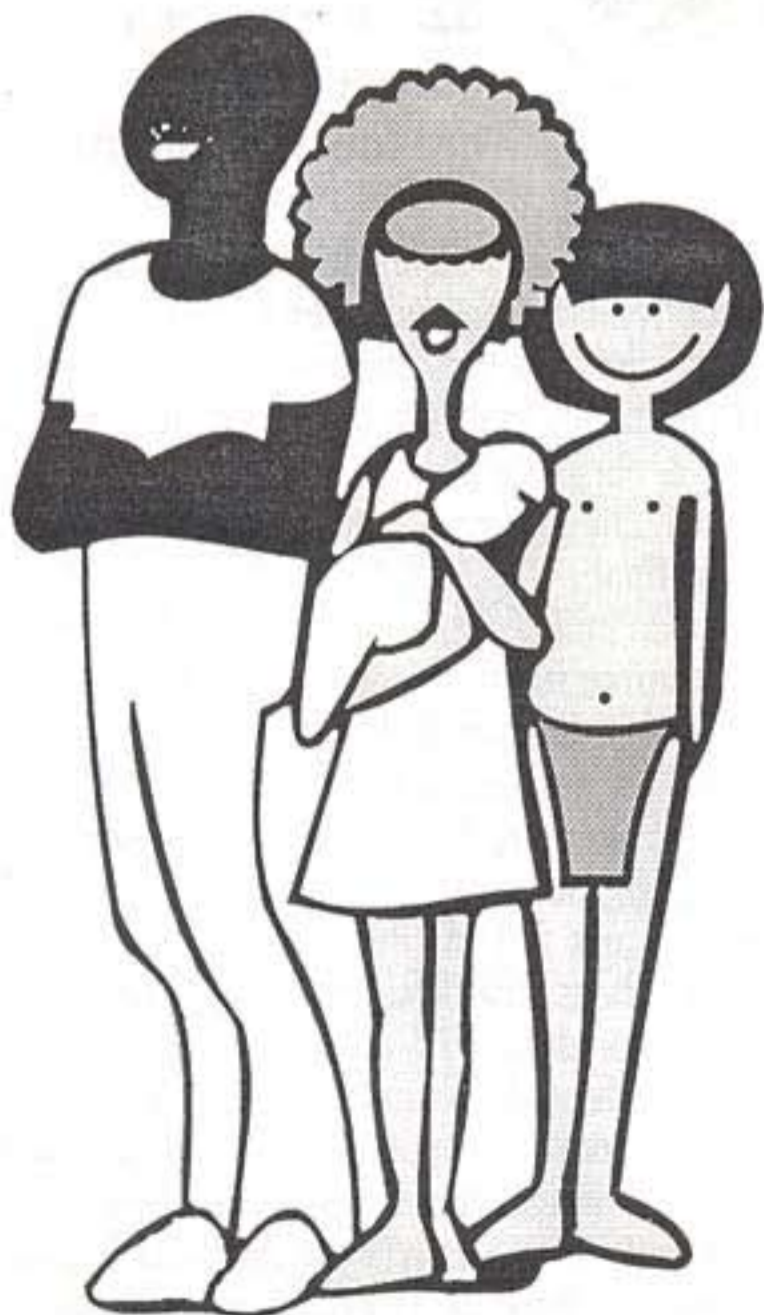
Uma parte do mundo, como é o caso de 82% dos países da Europa, já sofreu sua transição demográfica no início do século e vive hoje um perfil de crescimento que se situa abaixo dos níveis de reposição de 2,1 filhos por mulher (Berquó, 1993). Do outro lado estão os países pobres, que, a despeito de assistirem a um declínio sistemático de sua fecundidade nas últimas décadas e apresentarem realidades demográficas distintas, contribuem com um crescimento populacional de 1,9% ao ano. Deste total, a África contribui com 16%, a Ásia com 73% e a América Latina com 12%. Enquanto as populações dos países ricos decrescem e se constituem cada vez mais de idosos, a África cresce anualmente 2,9%, a Ásia e a América Latina 1,9 e 2 respectivamente (Berquó, 1993).⁵

É muito diferente falar em saúde reprodutiva na África, com mortalidade materna que chega em algumas regiões a 4.000 mulheres por cada 100 mil nascidos vivos e tem uma esperança de vida ao nascer de 52 anos, ou no Brasil, com mortalidade materna de cerca de 270 mulheres para cada 100 mil nascidos vivos e esperança de vida ao nascer de 67 anos, ou na Suécia, com índices de morte materna de 5 mulheres para cada 100 mil nascidos vivos.⁶

No ano 2020, 80% da população do mundo estará nos países pobres. Isso preocupa os países ricos



Enquanto isso, formulações que foram tema de calorosos debates no Cairo em torno da liberação do aborto – como “liberdade de escolha”, de um lado, e “direito à vida”, de outro – podem ser palavras vazias, se não se especifica de qual realidade estamos tratando. Podem ter um significado bastante diferente para uma mulher que viva na Noruega e uma que viva numa tribo africana ou no sertão do Piauí. Os problemas populacionais e de direitos reprodutivos expressos nessas formulações nem sempre têm como centro de preocupação a mulher e podem ser falsos dilemas. Cultura, condições econômicas, qualidade de vida, acesso à saúde e educação, índices de mortalidade infantil, esperança de vida e formas de desenvolvimento da economia doméstica e social podem determinar diferentes concepções de liberdade de escolha e de direito à vida, assim como o significado de maternidade segura.



Estar submetida a serviços de saúde precários no momento de um aborto, usar métodos anticoncepcionais pouco conhecidos e experimentais e ter contato tão constante com a morte prematura podem ter um conteúdo bastante diferente para uma mulher do Terceiro Mundo, enquanto que liberdade de opção pode ser uma questão essencial para uma mulher americana ou europeia – o que nos faz perguntar se as questões debatidas no Cairo o foram na perspectiva de promover de fato a mulher a uma condição superior à atual.

Isto se liga a um outro fato inegável: as questões ligadas ao planejamento familiar e à saúde reprodutiva vêm bastante carregadas de uma preocupação alarmante para os países ricos: no ano 2.020, se continuarem as atuais taxas de crescimento citadas acima, os países pobres abrigarão 80% da população mundial.



EUA: é preciso controlar os países pobres, para que seus recursos naturais sirvam aos americanos

Vandana Shiva, uma estudiosa dos problemas do meio ambiente e da mulher do Terceiro Mundo, escrevendo sobre o Cairo, cita um interessante artigo publicado pelo *Washington Quarterly*, um periódico do Center for Strategic and International Studies (Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais dos Estados Unidos), a respeito de um estudo do Departamento de Defesa norte-americano de 1989, divulgado recentemente, sobre os efeitos das tendências demográficas mundiais e a capacidade de os Estados Unidos influenciarem os acontecimentos dos outros países.⁸

O informe do Departamento de Defesa afirma:

“Mesmo que se trate de tarefa difícil e com poucas chances, as autoridades responsáveis e os estrategistas deste país não terão, nas próximas décadas, muito mais opções do que a de prestar atenção às tendências demográficas, suas causas e efeitos. Os Estados Unidos já estão vivendo uma época de recursos limitados. Por isso, é imperativo fazer tudo o que dê o máximo de retorno por cada dólar investido na segurança nacional. As autoridades responsáveis devem prever os eventos e as condições antes que eles ocorram. Devem empregar todos os instrumentos da arte de governar que tenham à sua disposição (tanto de assistência como de desenvolvimento e planejamento demográfico, como novos sistemas armamentistas)”.

Já o artigo do *Washington Quarterly* é mais explícito, ao comentar:

“A administração Clinton se apóia no meio ambiente, na população e nos direitos das mulheres como as forças motrizes de sua política exterior para uma nova política mundial. É necessário controlar as populações do Terceiro Mundo porque os recursos naturais que utilizam devem estar disponíveis para o crescimento das empresas estadunidenses. Como previa o Estudo de Segurança Nacional, as populações cada vez mais nume-

rosas criarão crescentes necessidades internas. Em consequência (...) as concessões às empresas estrangeiras têm muitas possibilidades de serem expropriadas ou passarem a estar sujeitas a uma interação arbitrária. Devido à ação estatal, aos conflitos trabalhistas, às sabotagens ou aos distúrbios civis, o fluxo tranquilo de matérias-primas correrá perigo (...) a economia dos Estados Unidos necessitará de grandes e crescentes quantidades de minerais do exterior, especialmente dos países menos desenvolvidos. Esta circunstância aumenta o interesse dos Estados Unidos pela estabilidade política, econômica e social dos países abastecedores".⁹

Não poderia haver maior clareza. A questão demográfica, a questão da mulher e dos direitos reprodutivos formam, hoje, um complexo emaranhado, em que a "ameaça de invasão" que os países pobres representam para os ricos justifica uma espécie de "imperialismo demográfico". Se tivermos atenção para esse aspecto veremos que o velho e conhecido controle populacional aparece no documento final do Cairo – *Programa de Ação Agora* – não mais de maneira explícita, mas na forma de garantia de acesso ao planejamento familiar para toda a população até o ano 2015, o que não deixa de ser uma meta demográfica de contenção, disfarçada em acesso ao direito, que é de fato legítimo, aos serviços e à informação sobre contracepção. Lutar por serviços de saúde para a mulher – e que sejam integrais, de boa qualidade, públicos e gratuitos – passa, assim, a ser uma bandeira ainda mais legítima.

Controle da reprodução e liberdade de escolha: uma luta de mulheres e povos de países pobres



A Conferência do Cairo se manteve ainda dentro dos marcos do atual jogo de interesses no plano mundial, sem questioná-lo ou causar-lhe rachaduras – embora tenha sido, reconhecidamente, um momento importante de aglutinação, intercâmbio e fortalecimento dos segmentos sociais marginalizados e dos países com governos progressistas; embora tenha significado a derrota de muitas idéias retrógradas que determinam ainda os conceitos de sexualidade, família e reprodução em nossa sociedade, idéias que se expressaram através da postura conservadora do Vaticano e de seus aliados. As questões ligadas ao desenvolvimento independente e à justa distribuição das riquezas a todos os povos e países, como condição para se ter igualdade, não foram sequer debatidas.

Os países têm suas características demográficas próprias, em função de sua economia, seu desenvolvimento, sua posição no mundo, sua história. Em relação às metas populacionais, os interesses dos diversos segmentos sociais em luta também seguem essa dinâmica. Enquanto para os ricos interessa garantir o controle da reprodução, da família e da propriedade, atendendo à sua necessidade de acumulação e controle social, os povos dos países pobres e as mulheres – estas ainda com mais razão – lutam



para resgatar o controle sobre essa mesma reprodução, seu corpo, sua liberdade de escolha e, também, para ter acesso à prosperidade, à produção, a uma mais justa distribuição de renda e ao poder político. Tais questões estão intimamente ligadas à situação das mulheres, sua luta e à conquista de seus direitos, no que se refere ao uso de seu corpo como instrumento de controle social. Por isso não se pode imaginar que, entre países tão diferentes, haja consenso em relação aos problemas referentes à população e ao desenvolvimento, sem que se aceite o desafio de enfrentar as divergências entre Norte e Sul, entre pobres e ricos, entre mulheres de países pobres e ricos. Se estes desafios não forem enfrentados, haverá sempre uma força hegemônica impondo suas soluções, de forma bem distante dos interesses das mulheres e das populações excluídas – esta é a política dos Estados Unidos, país interessado em definir as metas e rumos do crescimento populacional do planeta para as próximas décadas. Infelizmente, esse desafio o Cairo não conseguiu vencer.

SARA ROMERA SORRENTINO é médica sanitária e diretora da União Brasileira de Mulheres.

Notas

- (1) Veja nº 34, setembro de 1994, p. 50.
- (2) *Jornal do Brasil*, 9-9-94.
- (3) *Folha de S. Paulo*, 9-9-94.
- (4) *Folha de S. Paulo*, 9-9-94.
- (5) Elza Berquó, "Cairo 94 e o confronto Norte-Sul", julho de 1993 (mimeo).
- (6) *Relatório do Banco Mundial*, 1994.
- (7) *Boletim Demográfico*, CELADE, ano XXIV, nº 48, Santiago, julho de 1991.
- (8) *Revista del Sur*, nº 37, Montevideu, outubro de 1994.
- (9) *Idem*.

Anarquismo e literatura

EDGARD CARONE

Entre 1880 e a I Guerra Mundial, os partidos e agrupamentos políticos assumiram a divulgação de sua própria literatura, quase sempre de forma amadora. Um processo presente na história do anarquismo

A instrumentalização da literatura anarquista e de sua divulgação no período que antecedeu a I Guerra Mundial dá-se de forma variada: através de efêmeras editoras; pelo esforço do próprio autor; pela listagem de livros e jornais, nacionais e estrangeiros, postos à venda pela redação de um periódico. Raramente temos a existência de editores no sentido moderno, isto é, os que por conta própria traduzem autores estrangeiros e publicam os nacionais e que, de fato, internacionalizam seu comércio.

Esse processo se apresenta em diferentes graus na história do anarquismo. Na primeira, na segunda e na terceira corrente, as publicações acráticas (livros, panfletos, jornais etc) são esporádicas.

Correntes anarquistas surgem no contexto de uma Europa envolvida em grandes transformações



Na primeira corrente, a individualista, o papel principal cabe a Max Stirner, com a obra *O único e a sua propriedade*, cuja repercussão se dá mais nos países anglo-saxônicos. Para ele, “o indivíduo humano, corporal, é a única realidade e o único valor; uma energia voluntária, uma impulsão egoísta e egocêntrica, que não se curva diante de nenhum ídolo, que não reconhece senão a si próprio e que se serve de tudo como um instrumento”. Procurar uma solução para o indivíduo corporal e egoísta equivale, para Stirner, a conservar a religião sob novas formas, isto é, a aumentar de fato a servidão do homem. “Eu” é a única lei, não há obrigação para com nenhum código, nenhum credo, nenhuma concepção filosófica.

A sua argumentação individualista volta-se também para a crítica ao liberalismo, à propriedade e a outros aspectos da sociedade. No entanto, a produção literária desta primeira fase, que engloba a década de 1840, é restrita. Igual ou pouco maior é a produção da segunda corrente, a mutualista, de 1840 a 1850, que apresenta maior acento

social do que a anterior. Seu teórico é Joseph Pierre Proudhon; ele afirma ser a propriedade um roubo, portanto “incompatível com a justiça, porque determina a exclusão dos produtores do direito a uma repartição equitativa dos produtos, fruto do trabalho comum”. A revolução é necessária, mas não deve ser violenta. Fundamentais são as tendências “associativas e federativas dos homens, cuja ação autônoma contra a intervenção dos monopólios deveria levar à liquidação dos Estados e elevar a associação e a federação dos órgãos de verdadeira utilidade social ao grau das necessidades humanas, sem obstáculos autoritários”.

A terceira corrente é a do coletivismo autoritário, que se desenrola primordialmente na época da I Internacional (1864-1872). Para se contrapor a Marx, Mikhail A. Bakunin funda a efêmera Aliança Internacional pela Democracia. O seu programa defende o ateísmo; fala da abolição total das classes e da luta pela igualdade política, econômica e social dos dois sexos; defende que a terra e os instrumentos de produção devem tornar-se propriedade coletiva e que os Estados políticos e autoritários devem limitar-se à simples função de administrar os serviços públicos nos diferentes países e desaparecer para ceder lugar à união universal das livres associações, tanto agrícolas como industriais. Para Bakunin, a educação é para todos e a ação política só tem sentido se for utilizada para o triunfo da classe operária contra o capital; a passagem do capitalismo à sociedade comunitária é processo baseado na “idéia de liberdade e solidariedade, considerada como o motor da história”; “o Estado é quem cria o capital e o capitalismo é dono do capital graças ao Estado”. Afirma: “...nós dizemos: destrua o capital – e também a apropriação de todos os meios de produção por alguns” e o “Estado acabará por si mesmo”. E diz ainda que a força motriz da revolução social deve caber aos mais miseráveis da sociedade – desclassificados, subproletariado urbano, camponeses – e que, unindo o subproletariado das cidades ao do campo, com vistas a uma ação revolucionária comum, teremos o processo para o desencadeamento da revolução social.

Estes momentos se desenrolam numa Europa em mudança, prenhe de crises (1830, 1848, golpe de 1851, Co-

muna de Paris), mas é na França que temos o pivô do processo de reação e o da contra-reação. Passados alguns anos após a brutal aniquilação do *communards* (30.000, entre homens e mulheres), pouco a pouco aparecem indícios de que o movimento operário se reorganiza. Resistindo à lei sobre o fechamento dos sindicatos e agrupamentos operários, às medidas sobre a censura e às leis de exceção, os trabalhadores se reúnem nas províncias e em Paris, organizando congressos a partir de 1876. O primeiro congresso é seguido por outros, a cada ano. Surgem jornais e literatura, das diversas correntes, distinguindo claramente as diferenças entre anarquismo e socialismo. É entre 1880 e 1890 que se define melhor a nova corrente acrítica, a quarta delas, denominada comunista libertária. O eixo principal de sua expressão se dá na França e na Itália, apesar de um dos seus líderes ser o russo P. Kropotkin. Outros nomes: Enrico Malatesta, Carlos Cafiero, Carlo Pisacane, Jean Grave. A nova corrente defende a idéia de que o processo histórico é pacífico e inevitável e que a mudança é impulsionada pelo desenvolvimento da sociedade, principalmente de suas forças produtivas, e pelo progresso da educação. Para Kropotkin, “todas as coisas são para todos os homens, porque todos os homens têm necessidades, porque todos os homens contribuíram segundo suas forças para produzi-las e porque não é mais possível avaliar a parte de cada um na produção de riquezas do mundo. Se o homem e a mulher realizam a parte justa de seu trabalho, eles devem ter também a justa parte de tudo o que é produzido por todos, e esta parte é suficiente para assegurar o seu bem-estar”.

A quinta corrente é a da violência¹ e se limita aos casos de atentados perpetrados contra autoridades e indivíduos pertencentes à classe dominante; e, em alguns casos, a populares. A figura maior é a de Ravachol, que inicia essa onda de atentados em 1891, prosseguindo com dezenas de outros incidentes terroristas. Finalmente, o aparecimento do anarco-sindicalismo, a partir dos anos 1890, inaugura a sexta corrente do anarquismo.

Divergências entre anarquistas e socialistas levam a uma ruptura definitiva em 1881



De todas, a quarta é que nos interessa. Como vimos, ela representa a retomada do movimento social francês – e, em parte, europeu. Fugindo do massacre da Comuna de Paris, muitos militantes se refugiam na Suíça ou nas proximidades da fronteira francesa com aquele país; outros, em Barcelona e até nas Américas.

Os refugiados organizam um congresso secreto em Lion, em 1872. O esforço não resulta em dividendos imediatos, porque a reação governamental se intensifica e, por sua vez, os operários mais ativos se dividem, nesta hora, em coletivistas (anarquistas) e mutualistas (socialistas). Em 1877, a crise aumenta com o aprofundamento da divi-



são ideológica, hora em que Jules Guesde se afasta do movimento acrítico e funda o jornal *Égalité*; em 1882, inaugura o Partido Operário. Além dessa defecção, temos a de Paul Brousse, em fins de 1877.

É porém em 1881 que socialistas e anarquistas se separam definitivamente.

“Até então, os guesdistas, os mutualistas e os coletivistas – que agora se voltavam para o comunismo anarquista – participaram dos congressos do Trabalho Nacional realizados durante a segunda metade dos anos de 1870, na esperança de criar um movimento dos trabalhadores unificado; apenas os blanquistas, liderados por Edouard Vaillant, mantiveram-se à parte. O primeiro e o segundo congressos, em Paris (1876) e Lion (1878), foram dominados pelos moderados mutualistas. Quando o terceiro congresso se realizou, em Marselha (1879), evidenciou-se uma importante mudança no clima geral da França: as tendências reacionárias do início da Terceira República enfraqueciam e diversos movimentos de esquerda começaram a surgir. No congresso de 1879, a nova atmosfera refletia-se no triunfo do coletivismo sobre o mutualismo; os socialistas e os anarquistas votaram juntos em favor da propriedade pública dos meios de produção. Discordaram, entretanto, quanto à questão da atividade parlamentar, e a vitória guesdista sobre esse ponto preparou a ruptura da instável unidade entre as várias facções.”²

O mal-estar entre anarquistas e socialistas acaba em ruptura definitiva em 1881, depois de ambos discordarem sobre a identificação dos seus delegados ao congresso. A partir de então, “um movimento anarquista, separado e reconhecido, iniciou sua trajetória independente na França”. No entanto, os anarquistas continuam a negar a idéia de organização: os cinquenta grupos existentes deliberam por iniciativa própria, e é somente com a fundação da

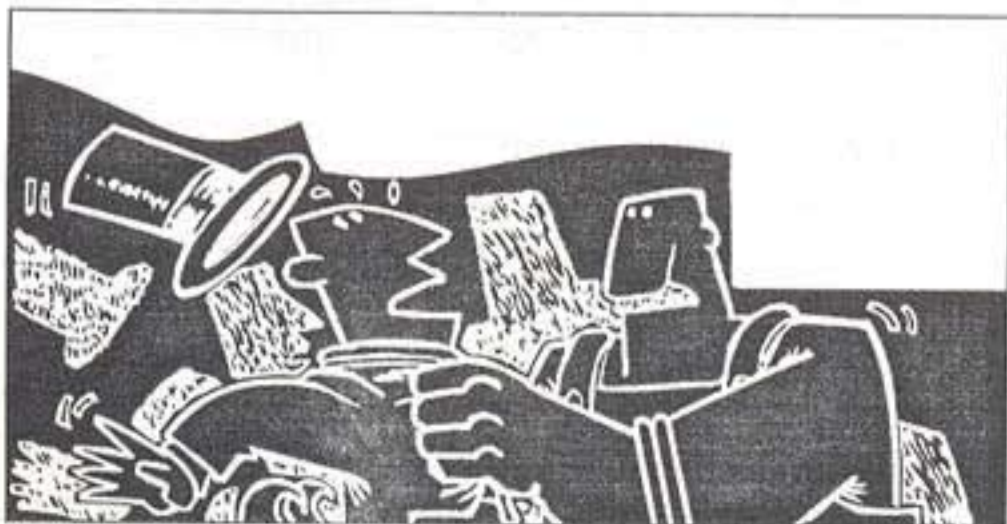
Confederação Geral do Trabalho (CGT), em 1906, que se concretiza uma organização una e permanente na França. Por sua vez, os socialistas estão organizados em partidos, que se dividem em cinco facções diferentes, que irão formar um único Partido Socialista em 1905.

Na França, o avanço do movimento operário faz proliferar os grupos e os jornais anarquistas



O avanço do movimento operário, tanto do ponto de vista das leis sobre sindicatos e segurança de trabalho como do direito de manifestação, mostra a sua recuperação, a partir da década de 1880. Um dos efeitos da herança é a proliferação de grupos anarquistas e de jornais, seus instrumentos de propaganda. Com exceção do jornal *La Révolution Sociale*, financiado secretamente pela polícia e que aparece em 1880, temos *Le Revolté* (1883), de Jean Grave, que depois passa a se denominar *La Révolte* (1885); *Le Droit Social* (1882); *L'Étandard Révolutionnaire* (1882). E o mais importante de todos, *Le Pèrepeinard* (1889), de Émile Pouget, com seu caráter doutrinário e humorístico e linguajar popular. Na última década do século temos o *Libertaire* e o *Journal du Peuple*, que surgem após a Lei da Antiviolença, decretada em 1893. Na França, as medidas repressivas governamentais contra os atentados individuais não resultam em dividendos imediatos para as autoridades, mesmo depois de terem armado o Processo dos Trinta, isto é, o julgamento dos que praticaram atos de violência e dos que, teoricamente falando, justificaram estes atos. Apesar de tudo, Jean Grave, Sebastian Faure, Paul Reclus, Émile Pouget e outros são absolvidos e o governo consegue condenar unicamente dois acusados. Com essa vitória o anarquismo volta a se expandir.³

No entanto, o avanço anarquista na França não se iguala ao das correntes socialistas. Ainda mais, a avaliação de sua força leva o interessado a basear-se em dados menos seguros por falta de estatística, que seriam possíveis se os acríticos fossem organizados em partidos ou participassem de eleições. A avaliação numérica, entretanto, é feita por outras fontes, como a polícia, e também pelo próprio movimento anarquista. Apesar das dúvidas que podem ser levantadas, elas são as únicas existentes. Um



dos primeiros levantamentos é de iniciativa do jornal *La Révolution Sociale*, em 1881: publica a lista de grupos, com o nome e o endereço de seus responsáveis. Segundo a lista, Paris conta dez grupos, mais 2 nos bairros e 26 nas províncias; entre as províncias, o Este e o Midi (sul) são os mais importantes. Pela informação do próprio jornal, a lista está "longe de ser completa". Alguns acreditam que outros grupos, possivelmente existentes, evitam se denunciar por causa da polícia. O jornal *Le Revolté*, de Jean Grave, no mesmo ano confirma a informação do *La Révolution Sociale*. Em relatório policial secreto, o agente Droz chega à mesma conclusão: *La Révolution* assinala 38 grupos; *Le Revolté* 40; e a polícia 42. Para o último, 16 na capital; Lion e Reims, 3 cada um; Narbonne, Saint-Étienne e Toulouse, 2; e apenas 1 em outras 12.



O "grupo anarquista" não se assemelha a nenhum grupo de qualquer outro partido

No ano seguinte, *Le Revolté* assinala que existe em Paris "uma dezena de grupos anarquistas" e cada um deles possui um pequeno número de aderentes. O Relatório de Droz fala de 10 grupos em Paris e na Província, além dos 7 que existiam desde o ano anterior. Em 1883, segundo a polícia, há 13 grupos em Paris, que reuniam 200 membros. Em 1887 a polícia afirma existir 19 grupos, cada um com 20 a 30 membros. Em 1887, segundo a polícia, existem 19 membros. No ano seguinte, a polícia diz que há 14 grupos em Paris. No começo da década de 1890, com a reação governamental aos atentados e o Processo de Lion (1893), o número de anarquistas cai, e assinala-se entre 1890 e 1894 o total de 50 grupos. Finalmente, por dados comparativos, pode-se avaliar, de 1894 em diante: 1.000 militantes ativos; 4.500 simpatizantes, que opinam a favor do anarquismo, ou até são leitores dos seus jornais; 100.000 que "sentem simpatia vaga pelo movimento e que votariam nos candidatos anarquistas se se apresentassem às eleições."⁴

Quando os anarquistas falam de si próprios, eles usam o termo "grupo anarquista". A denominação não se assemelha a nada que possa estar ligado às seções ou grupos de outros partidos. Não há sede nem cotização fixa, e nenhum dos companheiros é obrigado a dizer de onde vem, o que faz e para onde vai. O local da reunião do grupo é lugar de passagem, onde cada um discursa à vontade, é lugar de educação e não de ação. Ninguém é obrigado a revelar seus projetos a quem quer que seja. Os primeiros a se espantarem com o ato de um Ravachol, por assassinar o ermita de Chambles, ou de um Vaillant, por jogar uma bomba na Câmara dos Deputados, serão os próprios membros do grupo a que pertenciam esses companheiros. A rotatividade de indivíduos que passa pelos grupos e depois não mais aparecem é norma comum. Esta é uma das razões negativas para se avaliar o contingente anarquista e a razão da dificuldade da polícia em verificar as diferenças entre os elementos perigosos e falantes.⁵

Com a maior parte da sua população flutuante, e a mínima permanente, temos, assim, a existência do que os anarquistas consideram organização. A composição social e os costumes dessa população variam entre oficiais de diversas atividades profissionais, preferentemente aquelas em que o indivíduo possa “filosofar” enquanto exerce sua atividade. Num levantamento profissional feito em 1894 sobre 500 anarquistas parisienses, temos, entre os que se denominam propagandistas: 10 jornalistas, 25 tipógrafos, 2 corretores; entre os adeptos: 17 alfaiates, 16 sapateiros, 20 operários de construção, 15 marceneiros, 12 bombeiros, 15 mecânicos, 10 pedreiros e 250 de diversas outras atividades.⁶

A dinâmica de organização e de manifestação se complementa por alguns traços herdados de outros movimentos e por outros traços que são originais. O uso da ação discursiva é um dos instrumentos utilizados pelos anarquistas, o que provoca o aparecimento de uma elite de oradores. Fortuné Henry, Tortelier, Jacques Prolo, Tennevin, Paul François e muitos outros fazem-se notar pela ação oratória em viagens incessantes pela França, na tentativa de difundir por meio da palavra o pensamento acrático. Exemplo da preparação do projeto nos é dado por Sebastian Faure em 1891. Pretendendo excursionar, com a intenção de levar “boa palavra” aos companheiros do interior, ele envia circular pedindo auxílio financeiro para os gastos necessários e ausculta quem deseja ouvir a sua palavra. Com os dados em mãos Faure projeta a sua viagem, que engloba Troyes, a região lionesa, Marselha, Toulon, Bordeaux etc. Somente na região de Lion, onde passa por cinco cidades, temos a receita de 3.829,75 francos, correspondentes a 40 reuniões, e o total de 4.114,00 francos em despesas (aluguel das salas: 1.107,00; anúncios: 1.698,00; cartazes: 262,00; gastos de viagem: 310,00; gastos pessoais: 767,00).

**Ênfase no individualismo:
o anarquismo
torna-se vulnerável e
frágil e repete
sempre os mesmos erros**



Durante seu itinerário são realizadas 40 reuniões públicas; afixados 2.460 cartazes; distribuídos 134.000 manifestos; vendidos 2.000 brochuras de sua autoria. As entradas pagas totalizam 15.319 francos: 12.000 não pagaram entrada; e a média de frequentadores por conferência é de 683 indivíduos.⁷

Apesar de o anarquismo viver seu período de amadurecimento nas duas décadas finais do século XIX, a ênfase no individualismo torna-o vulnerável e frágil, levando-o a repetir os mesmos erros. Desta maneira, a exaltação da vontade pessoal estreita a sua visão de sociedade, deturpa a análise das forças sociais existentes e enfraquece o poder de luta contra as classes dominantes, que cada vez mais se reforçam para se manterem como força hegemônica. Por essas e outras razões – a que se acrescenta a exaltação da dinâmica artesanal e suas conseqüências – o anarquismo se caracteriza, em parte, pelo seu aspecto conservador e pouco dinâmico. Com

isto não queremos afirmar que o movimento não tenha traços renovadores e progressistas mas, dentro da sua própria evolução, o aspecto de renovação é menor do que a acomodação. Para exemplos, vamos analisar a vida e obra de Jean Grave.

Jean Grave nasce em 16 de outubro de 1854, em Breuil-Sur-Couze, e falece em 8 de dezembro de 1939. Vai morar em Paris quando tem seis anos de idade; com o tempo, trabalha como sapateiro e, depois, como tipógrafo.

A esta atividade ele dedica a maior parte de sua vida. É conhecido como “uma boa cabeça de operário, de olhar leal e inflexível, de fisionomia enérgica, beirando a ingenuidade pela tenacidade quase cândida de sua fé. Pelo menos reconheciam sua probidade”. Grave considera-se o guardião vigilante da pura doutrina, e os anarquistas que não são seus amigos o chamavam de “o papa da rua Mauffetard”.⁸



**Jean Grave tornou-se
conhecido
como jornalista e por
sua vasta
e variada obra literária**

Em 1871 chega a Paris e, no ano seguinte, torna-se testemunha dos acontecimentos da Comuna de Paris. A partir de 1876, trabalhando como sapateiro, começa a frequentar reuniões anarquistas; em 1877 vota em eleição, erro que não irá praticar nunca mais. Em 1879 e 1880 participa da luta pela anistia, frequenta o Congresso da Federação do Partido dos Trabalhadores de França. Em 1882, lança pequena brochura anarquista, *La société au landemian de la révolution*, que, ampliada em 1895, vai denominar-se *La société future*. A partir de 1883, seu nome e trabalho começam a tornar-se populares. Uma das razões é o convite que recebe, em 1883, de Elisée Reclus para dirigir, em Genebra, o jornal *La Revolté*. O jornal, de 1879, é dirigido e impresso no estrangeiro por causa da perseguição da polícia. Sua tiragem, no início, oscila entre 1.300 e 2.000 exemplares, passando a 5.000 em 1888 e a 8.000 quatro anos depois. Em 1885, passa a ser editado em Paris, pretexto para que as autoridades multem o jornal e prendam seu diretor. Apesar de sua tenacidade, Jean Grave é obrigado a fechar o periódico em setembro de 1887. Ao parar de editar o jornal, imediatamente abre outro, *Le Révolte* (1887-1894), que é a mesma publicação com outro nome. Afinal, com o aumento da reação durante os anos de 1893 e 1894, *Le Révolte* desaparece e surge o *Temps Nouveaux* (4-5-1895 a 1-8-1914).

É através deste último jornal que Jean Grave se torna mais conhecido. Não por ser unicamente jornalista, mas também, como veremos, escritor de bagagem literária razoavelmente grande e obra variada.

O aparecimento do *Temps Nouveaux* se deve à proposta de M. Michelot, que oferece a Jean Grave o capital necessário e um salário de redator-chefe. Para a total aquiescência de Michelot, seria preciso que houvesse a colaboração de Kropotkin, Reclus, Severine e outros, todos eles pertencentes à ala pacífica, a comunista-libertária,

como Jean Grave. Diante da exigência, Grave escreve para Londres, onde mora Kropotkin, e para Bruxelas, onde reside Elisée Reclus. Este confessa não poder continuar a auxiliar financeiramente, mas teria a máxima vontade de fazê-lo em outros campos; Kropotkin, entusiasmado pelo futuro jornal, promete doar dinheiro e trabalhos literários.

A mecânica da articulação do jornal segue lógica característica. Certo do apoio inicial – financeiro e intelectual – Jean Grave procura tipógrafo. Sua casa – ou a redação e a impressora, se quisermos – situava-se no fim do vale de la Bièrre, no fim da rua Mauffetard. “Uma velha casa (...) rodeada de janelas irregulares, com algumas delas sofrendo estrangulamento de portas. É no alto, nesta mansarda que se assemelha a uma pequena casa, que pousa este ninho de anarquistas, em pleno vento e em pleno céu, como um ninho de andorinhas”.⁹

Problemas de ordem econômica e organizacional dificultam a circulação do maior jornal anarquista



Depois de um incidente e da saída do primeiro tipógrafo, o segundo acaba permanecendo na sua função até 1908. Pronto o esquema para o aparecimento do jornal, torna-se necessário batalhar no campo permanente da tiragem, dos colaboradores e das finanças. Segundo os dados, os primeiros números saem com 18.000 exemplares. Uma das razões do sucesso é o anúncio de que haveria a colaboração de nomes ilustres; porém, como parte deles deixa de enviar artigos, pouco a pouco a tiragem abaixa e se mantém em 8.000 exemplares por número. Ao lado de alguns que deixaram de cumprir a promessa, outros não se esquecem da palavra dada e se tornam colaboradores sistemáticos ou ocasionais. Dentre os que escrevem para o jornal, podemos citar: Paul Adam, A. Hamon, Lucien Descave, G. Eckoud, Théodor Jean, Fortuné Henry, P. Kropotkin, Bernard Lasare, G. Mirbeau, Elisée Reclus etc. Outro campo que se mostra simpático ao jornal é o dos artistas plásticos: de maneira constante aparecem trabalhos do pintor Camille Pissaro e de seu filho Lucien; caricaturas de Paul Signac, Van Degen, Fleix Valloton, Caran d'Arche e outros. Outro aspecto que se liga intrinsecamente com a dinâmica anarquista é a ação dos militantes e dos simpatizantes: no início do século existe na França 1.000 militantes ativos, 4.500 simpatizantes declarados e 100.000 simpatizantes vagos.¹⁰ Com essa reserva humana, por que as publicações de caráter acrítico passam por inúmeras dificuldades financeiras? A pergunta é do próprio Jean Grave, que não a responde: “Outro dos meus sonhos – ai de mim! – não realizado teria sido que o jornal vivesse de sua venda e de suas assinaturas. Isto nunca aconteceu. Nos períodos mais prósperos, era preciso sempre de 3 a 4.000 francos para equilibrar o orçamento. E isto apesar das subscrições”.¹¹ Para superar a situação, Jean Grave usa de todos os recursos: pede a Reclus, a Kropotkin e a outros que façam conferências com público pagante; pensa

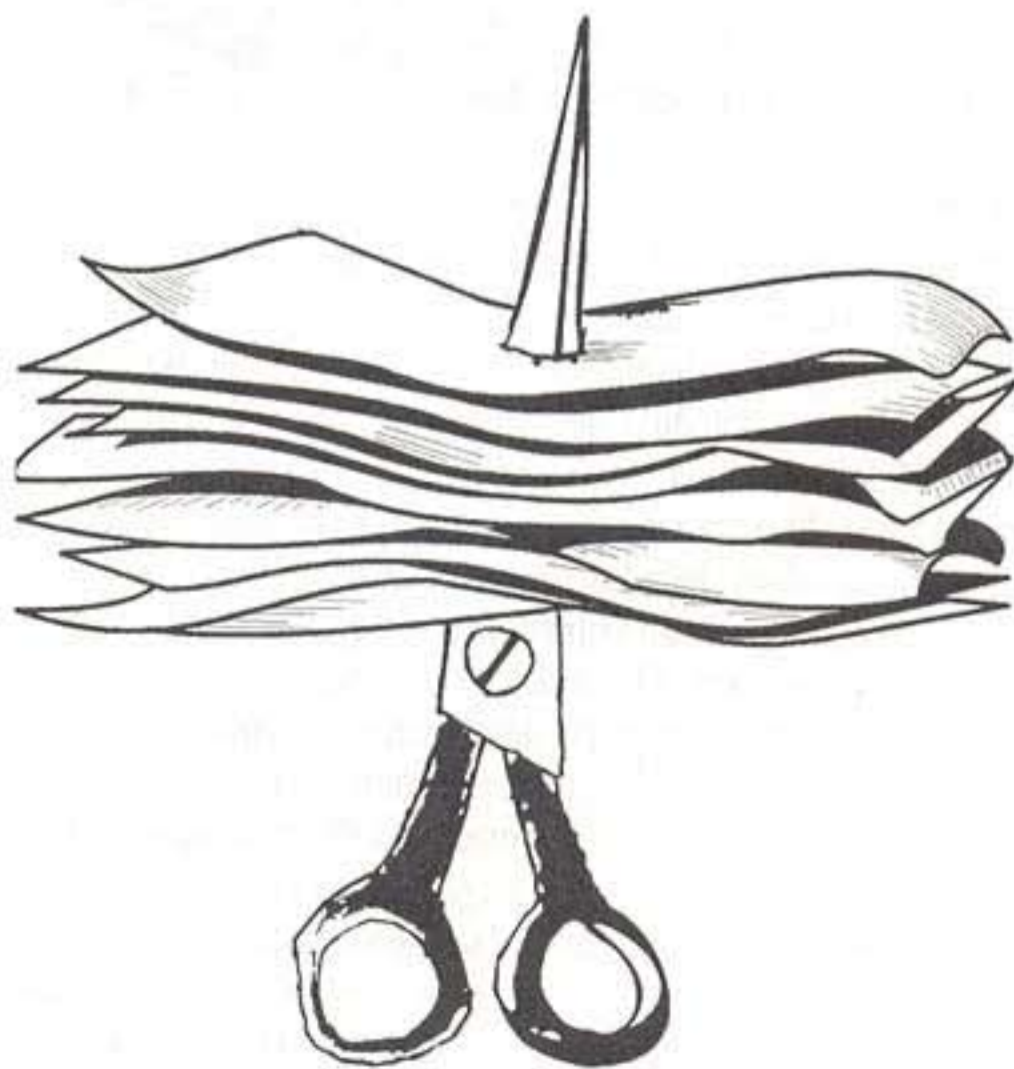
em publicar o *Temps Nouveaux* semanalmente, em vez de quinzenalmente; levanta subscrição entre os adeptos etc. Logo depois, organizam-se listas para arrecadar mais fundos e, assim, permitir o equilíbrio financeiro da publicação. Na verdade, no decorrer de quase todos os anos de existência do *Temps Nouveaux*, o que domina é a palavra déficit. Por alguns exemplos podemos verificar esta situação. Em 1903 a receita é de 41.428,55 francos; as despesas, 44.567,80; e o déficit, 3.139,25. Em 1905 a receita é de 26.600,40; as despesas, 25.868,65; e o excedente, 731,75. Em 1906 a receita é de 26.332,30; a despesa, 28.056,50; e o déficit, 1.724,20.

Para evitar repetição, ficamos restritos a esses únicos exemplos. Mas a razão do déficit não cabe unicamente à direção do jornal, seja pela sua falta de iniciativa, seja pela ação individualista da direção, aspectos muito ao gosto do anarquismo.

As dificuldades encontradas – algumas superadas, outras não – não impedem que o jornal circule de 1895 até agosto de 1914. É a *drôle de guerre* que o leva a paralisar a sua publicação, pois o interesse da pátria, nessa hora, está acima de qualquer outro valor. Assim, o *Temps Nouveaux*, com uma das trajetórias mais longas da imprensa acrítica francesa, desaparece para sempre.¹²

Alguns outros aspectos têm de ser indicados para se avaliar a atividade globalizante de Jean Grave: 1) seu apego à ação pedagógica da Escola Nova e a sua tentativa fracassada de fundar uma em Paris; 2) a elaboração de livros pedagógicos para serem usados pelos alunos da Escola Moderna de Francisco Ferrer, em Barcelona: *Las aventuras de nono* (P.V. Stock, Paris, 1901; Publicaciones de la Escuela Moderna, Barcelona, 1902), *Terre libre* e *Temps nouveaux* (Paris, 1908).

No entanto, é grande a obra partidária que redige no decorrer de sua militância. Citamos alguns de seus livros: *La société mourante et l'anarchie* (1893); *La société future* (1895); *L'individu et la société* (1897); *L'anarchie, son but, ses moyens* (1899); *Reformes et révolution*



(1910). E mais dois romances: *La grande famille* (1895) e *Malfaiteurs* (1903). Todos eles saem pela Librairie Stock, Paris, e aparecem traduzidos em várias línguas, inclusive em português (Guimarães e Comp., Lisboa).

Outro aspecto da obra de Jean Grave é a defesa de sua posição ideológica, que se traduz nos vários planos assinalados: jornal, livros, incentivo à realização de conferências, defesa dos injustiçados etc. No primeiro deles, verifica-se a idéia da estratégia que ele põe em prática: em *La Révolte* e em *Le Revolté*, por razão de possível perseguição policial – numa época em que o governo procura qualquer pretexto para intervir e processar as lideranças de esquerda – a colaboração aparece sem indicação de autor, sob a responsabilidade da direção do jornal; no período do *Temps Nouveaux*, artigos e notas, quando redigidos por terceiros, aparecem com o nome de seus colaboradores.

No entanto, o seu esforço dirige-se também para outro instrumental de ação, tão meritório como o de secretário do jornal: a publicação de folhetos editados pelo *Temps Nouveaux* nos seus 19 anos de existência.

Graças a Jean Grave as publicações anarquistas têm êxito, ao contrário das de outras tendências



Quem segue a trajetória das organizações sociais pode verificar que a partir de 1880 se multiplicam as publicações de panfletos de todas as tendências: socialistas, anarquistas, cooperativistas, católicas etc. A maioria volta-se para a defesa ideológica da própria corrente, outros para questões candentes do momento, como feminismo, malthusianismo, educação, guerra etc. O resultado é o grande número destas publicações em países como França, Espanha, Portugal, Argentina e Brasil. Boa parte da produção depende do esforço de pequenos grupos, que passam por constantes dificuldades financeiras – o que os leva à utilização de papel de segunda, má impressão, circulação geográfica limitada etc. O material assim produzido desaparece facilmente com o tempo, sendo poucos os exemplares que restam. Quase sempre, este tipo de literatura aparece irregularmente. Algumas vezes é organizado em forma de coleção, em outras, individualmente.

Exceção à regra é o caso das publicações de *Temps Nouveaux*. O ritmo é de uma (ou mais) publicação anual, fora as reedições. Na primeira edição o panfleto sai com 10.000 exemplares e, da segunda em diante, com 10.000 de cada vez; há casos de até sete edições. O panfleto de G. Mirbeau, *La grève des électeurs*, chega a 150.000 exemplares. A razão do sucesso deve-se à persistência de Jean Grave, ao baixo preço da brochura e ao crescimento do público comunista-libertário, na França e no estrangeiro.

EDGARD CARONE é professor titular do Departamento de História da USP.

Notas

(1) A corrente Violência engloba os indivíduos que, por vontade própria, praticam atentados contra os representantes dos sistema dominante: a nobreza, os Congressistas, a polícia etc. A maior parte dos que estão comprometidos com essa tática são pessoas que passaram levemente, ou de maneira mais assídua, pelos círculos acráticos. A onda de violência começa no início da década de 80 e prossegue até a I Guerra Mundial. Alguns exemplos: em 1881 houve um atentado contra o czar Alexandre II; em 1882, morre Ravachol, autor de vários atentados contra políticos; em 1893, o anarquista Auguste Vaillant joga bomba no Congresso francês; em 1894, o anarquista italiano Sante Caserio apunhala o presidente da França, Sadi Carnot; em 1893, ocorre o assassinato do presidente dos Estados Unidos, Mack Kinley, por um anarquista; e em 1901, o assassinato do rei da Itália, Humberto I, também por um anarquista.

(2) George Woodcock, *Anarquismo*, v. 2, p. 51.

(3) As notícias sobre jornais: Jean Grave, *Quarente ans...* p. 362; G. Woodcock, *Anarquismo*, p. 55; J. Maitron, *Le mouvement anarchiste en France*, v. 1., pp. 146-148.

(4) Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France*, v. 1, pp. 130-135. A análise do autor é bem mais complexa, o que fizemos é resumir os dados fornecidos por Maitron.

(5) Jean Maitron, *idem*, pp. 122-123.

(6) Jean Maitron, *idem*, pp. 130-131.

(7) Jean Maitron, *idem*, p. 133-135.

(8) Jean Grave, *idem*, p. 145.

(9) Jean Maitron, *idem*, pp. 145-146.

(10) Jean Grave, *idem*, pp. 554-564.

(11) Jean Grave, *Quarente ans...*, p. 558.

(12) Jean Grave pertenceu à corrente anarco-comunista, mas a partir de 1906 torna-se anarco-sindicalista. Esta é a razão do aparecimento de uma seção sindical no seu jornal. O jornal conta com a direção de Delasalle, substituído por Pierre Monatte, Demoulin, A. Dumois e outros.

Bibliografia

GRAVE, Jean. *Le mouvement libertaire sous la Troisième République: souvenirs d'un révolte*, Paris, Les Œuvres Représentatives, 1930 (Collection Hier).

_____. *Quarente ans de propagande anarchiste*, Paris, Flammarion, 1973.

MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France*, v. I: *Des origines a 1914*, Paris, Maspero, 1983.

_____. *Le mouvement anarchiste en France*, v. II: *De 1914 a nos jours*, Paris, Maspero, 1983.

WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários*, Porto Alegre, L P&M, 1983, 2 v.

_____. *Os grandes escritores anarquistas*, 2ª ed., Porto Alegre, LP&M, 1981.

SERGENT, Alain & HARMEL, Claude. *Histoire de l'anarchie*, Paris, Le Portulan, 1949.

JOLL, Jean. *Anarquistas e anarquismo*, Lisboa, Dom Quixote.

NETILLAM, M. *Bibliographie de l'anarchie*, Paris. P.V. Stock, 1897.

TORRIZZO, Domenico. *L'anarchie*, Paris, Seghers, 1978.

Formoso e Trombas: a luta do partido e dos posseiros

PAULO RIBEIRO DA CUNHA

Em meados dos anos 50, camponeses do interior de Goiás asseguram, de armas nas mãos, seu direito à terra, em um movimento pouco conhecido da história da luta de classes no Brasil

A proposta deste artigo é levantar algumas questões sobre a luta pela posse da terra em Formoso e Trombas e a política revolucionária do Partido Comunista no período de 1959 a 1964. Devido às limitações de ordem textual e à polêmica que o assunto desperta, procurarei apontar somente alguns aspectos analíticos sem desenvolver detalhadamente algumas questões, deixando em aberto a continuidade do debate.

O primeiro ponto de fundamental importância é que a luta de Formoso deve ser entendida originalmente como uma intervenção do PCB* na concepção revolucionária de luta armada no campo (cuja estratégia estaria associada à luta de Porecatu), orientada a partir da linha política do *Manifesto de Agosto*. Para alguns setores do Comitê Central este deveria ser um foco detonador da revolução brasileira inspirada, teoricamente, na revolução chinesa. Por dificuldades de várias ordens e principalmente pela crise do XX Congresso do PCUS, foi suscitado o processo em curso, no qual penso haver decorrido, paralelamente em relação ao movimento e suas lideranças, uma série de impasses, que veio a ser a característica do Partido no tumultuado debate ideológico em curso após 1956 e que foi abortado com o golpe de 1964.

O segundo ponto refere-se às particularidades do PCB em Goiás (e isto aponta para um debate interno), que influenciaram de modo decisivo os acontecimentos locais, particularmente em relação às suas direções. Por esta razão penso que, durante o processo, este aspecto teve como resultado uma relação tensa entre as sucessivas direções estaduais e as bases camponesas no estado. Acredito que o impacto da crise da denúncia ao culto a Stálin foi desproporcional no estado comparado ao restante do país e

resultou por consequência, durante um período, na falta de orientação política no processo de luta em Formoso por parte da direção estadual do Partido. Por esta razão, a luta de Formoso ou foi espontânea em seu desenvolvimento durante algum tempo ou foi politicamente orientada (com debilidades de várias ordens) pelo Comitê Central.

Por fim, a luta armada e a posterior luta política na região não podem ser dissociadas do contexto histórico da época, em Goiás e no país, e da extrema habilidade com a qual o núcleo hegemônico (de origem camponesa) do PCB soube avaliar e conduzir a reivindicação maior dos posseiros: a luta pela posse da terra.

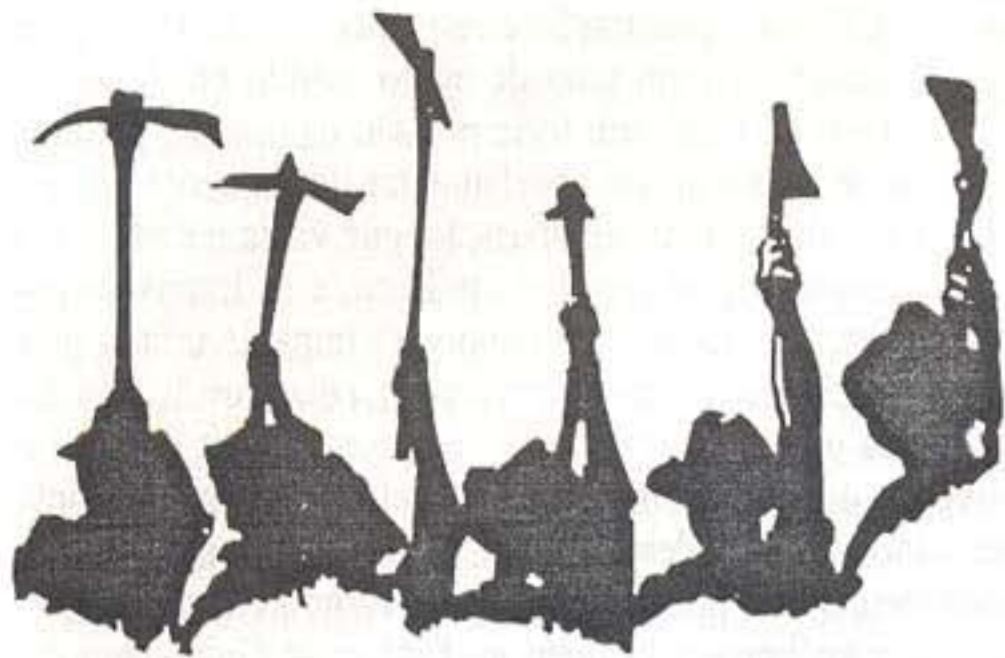
Ocupação e início da luta

Pode-se dizer que o processo de ocupação de Formoso e Trombas teve início com o fluxo de milhares de camponeses sem terra à região ao norte de Ceres, em razão da impossibilidade de a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CanG) incorporar novos colonos. No começo os posseiros instalaram-se com relativa tranquilidade nas matas da região e construíram suas casas às margens dos vários córregos. Contudo o quadro se altera a partir de 1950, quando alguns fazendeiros iniciam um processo de intervenção com repressão violenta e ocorrem, também, tentativas de deslegitimação das posses das terras por meio de grilagem.

A resistência neste período, que começou em 1950 e durou até 1954, é caracterizada pela tentativa de obter o registro das terras por mecanismos jurídicos, bem como pela mediação dos governos estadual e federal. Neste primeiro momento, destacaram-se dois camponeses em locais diferenciados: na região de Formoso, José Firmino, e pouco mais tarde, na região de Trombas, José Porfírio.

Firmino foi quem teve os primeiros contatos com os quadros do PCB, com a tarefa de fazer uma reportagem de denúncia sobre o que se passava no local e avaliar o potencial de luta na região; por haver sido processado e ter sua família

* Desde sua fundação, em 1922, até 1961, o Partido Comunista do Brasil tinha como sigla PCB. Após a cisão, em 1962, passaram a existir o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).



torturada, saiu de Formoso em 1954. A partir deste momento, o Partido na CanG, já com a assistência do Comitê Central, decide enviar alguns quadros para morar na região e preparar a luta. Foram enviados Geraldo Marques, João Soares e, pouco depois, José Ribeiro e Dirce Machado. Com estes quadros, o PCB podia contar com um núcleo inicial atuante, entusiasmado e com uma linha política adequada ao local e às tarefas que se impunham, pautadas nas propostas de luta e revolução do programa do IV Congresso.

Na região de Trombas José Porfírio procura equacionar o problema por via legal, tentando um acordo com os grileiros, que recusam qualquer tipo de proposta. Por várias vezes também tenta equacionar o problema de forma pacífica junto ao governo estadual. Nesta fase consegue em Goiânia os títulos provisórios de posse e encaminha-os ao Cartório de Uruaçu para serem registrados. Mas o processo é sustado e os grileiros resolvem expulsar os posseiros. Inicia-se assim a fase mais terrível de violências contra os posseiros, e Porfírio volta a Goiânia para tentar a mediação do procurador do estado. Mas o governo admite a impossibilidade de fazer cumprir a lei e propiciar garantias. É dada então aos posseiros a senha para uma nova fase da resistência.

Ao voltar à sua posse José Porfírio encontra-a queimada; pouco depois, em decorrência do fato, sua mulher falece. Na ocasião o PCB já enviara seus militantes para atuarem na região de Formoso.

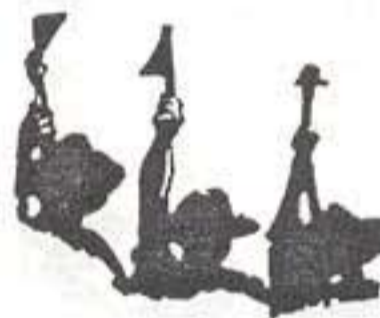
Luta armada no campo

O período subsequente, de *luta revolucionária*, situa-se a partir do efetivo trabalho de organização dos militantes do PCB e da luta intensa que se segue até fins de 1957 – no ápice do processo, o confronto por pouco não se materializa com a invasão das tropas do governo do estado em larga escala e a sua posterior retirada face à pressões conjuntas de várias ordens. A entrada dos quadros do PCB na região significou para os posseiros um salto qualitativo no processo de organização e resistência. Militantes do Partido de origem camponesa, escolados pela atividade partidária desenvolvida na CanG, fixaram posse e souberam com habilidade organizar os posseiros a partir das especificidades locais. Paulatinamente foram realizando reuniões nas posses, superando dificuldades de toda ordem.

O encontro deste núcleo com Porfírio também significou uma nova fase de articulação, na qual a resistência e

o direcionamento político da luta passou a uma nova dimensão: a possibilidade de quebra de resistência de boa parte dos posseiros em relação aos comunistas. Porfírio, que tinha grande prestígio na região de Trombas, ainda se mostrava confuso em relação a alguns aspectos levantados pelo programa do Partido. Em Formoso o trabalho apresentava resultados positivos, com elementos novos e atuantes incorporados decisivamente ao trabalho de resistência; muitos que lá chegaram haviam sido expulsos de outras terras e até eram originários das lutas do arrendo no estado, na década de 50. Para o núcleo do PCB que se encontrava no local, uma necessidade se impunha: a criação de uma Associação de Lavradores, que foi fundada em 1955, como instrumento de organização dos posseiros e de dinamização partidária. A organização e a participação viriam a ser para os posseiros, face à conjuntura do momento, a única possibilidade de garantia de suas posses.

A via armada foi considerada no momento a melhor tática de luta, e para viabilizar este processo entrou em cena uma rede de apoio e solidariedade à luta de Formoso. Realizaram-se campanhas de recursos para a compra de armas, e os pontos de apoio do PCB foram mobilizados de toda forma. Apoios que, com o desenvolvimento da luta e a intensificação da repressão, extrapolaram a esfera estritamente partidária e uniram-se à classe política de oposição ao governo de Goiás. Com os acontecimentos na região, a imprensa regional e nacional também foi despertada e provocada para debater o assunto.



Liderança dos posseiros torna-se clandestina. Formam-se piquetes contra a polícia e os jagunços

A posição do Partido era ganhar tempo, tática necessária à acumulação de forças e ao fortalecimento da organização. O estopim da luta em grande escala acontece na posse de Nego Carreiro, ocasião em que o grileiro João Soares (homônimo do quadro do PCB), seus jagunços e a polícia foram cobrar a taxa de arrendo e expulsar os posseiros do local. Mas, face à resistência, com o saldo de um sargento morto com um tiro na testa e um soldado com uma orelha a menos, a região se transforma em um campo de luta. A liderança dos posseiros adota uma forma de atividade clandestina móvel, e piquetes são formados para enfrentar a polícia e os jagunços. Neste contexto, os posseiros bem souberam tirar vantagens do conhecimento da área e das táticas de luta utilizadas, que em geral consistiam em fustigar com alguns tiros o inimigo que se aproximava do piquete e recuar para outro ponto determinado, poupando munição e o confronto contínuo.

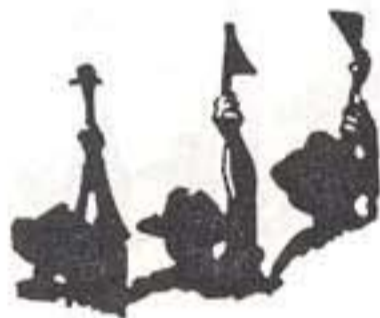
Outro elo desta integração foi o estabelecimento organizacional. Uma rede de comunicações foi criada entre as várias áreas de conflito, especialmente para vigiar as entradas de acesso; este aspecto foi fundamental à defesa e ao êxito da luta, apoiada pela participação das mulheres e das

crianças. A organização da área foi ganhando impulso, e com o aproveitamento do trabalho comunitário tradicional existente entre os camponeses formaram-se mutirões para desempenhar várias tarefas. O resultado mais significativo desta interação foi o estabelecimento de uma ação coletiva constante, o que acabou possibilitando a formação, em uma fase posterior, de uma outra esfera de intervenção e trabalho conjunto: os Conselhos de Córregos (1956-1957), que tinham por objetivo principal facilitar a ação da Associação dos Lavradores e dinamizar as tarefas e atividades em toda a área.²

Como a região era muito grande e de difícil controle, com muitas vias de acesso, pouco depois ocorre o principal confronto armado, a Batalha de Tataira. Apesar de serem poucos, os posseiros, acantonados em um piquete, forçaram o recuo de grande número de soldados. Espalhou-se a notícia de que os posseiros tinham “uma força incalculável”, o que causou forte impacto psicológico nos habitantes da região.

Para o governo e os grileiros a situação era de surpresa, devido ao impasse militar da questão, caracterizado por momentos espaçados de trégua, com várias escaramuças com jagunços e soldados e derrotas em vários embates, processo que teve uma duração aproximada de três anos. No entanto, a partir da aparente vitória dos posseiros, o governo do Estado resolve intervir para colocar um ponto final no problema e envia reforços significativos. Os soldados enviados ficaram aquartelados em Porangatu à espera de uma ordem para invadir a área, o que acabou não ocorrendo.

Para os comunistas foi um momento de unidade, empenho e concentração numa única tarefa

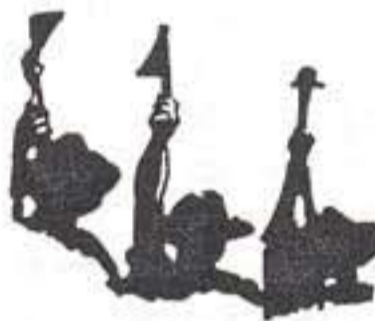


Paralelamente, em Formoso os posseiros tinham alcançado um alto grau de mobilização, luta e conscientização de seu objetivo em permanecer na terra, ainda que com debilidades no controle total da área e desgastados face às dificuldades de toda ordem. No entanto, alguns fatores entraram em cena e a política de intervenção do governo em relação ao caso passou a exigir cautela e prudência.

O primeiro aspecto a considerar foi a firme determinação dos posseiros em resistir. O segundo, refere-se à habilidade com que os membros do PCB procuraram centralizar a resistência na figura carismática de José Porfirio. Em Goiânia, Anápolis e em outras cidades do estado criou-se uma rede de solidariedade, articulada e impulsionada pelo PCB, com forte apoio da opinião pública, o que fez com que o governo recue na decisão de uma intervenção direta. Tanto a imprensa regional como a nacional fizeram reportagens denunciando a violência por parte do governo e sua postura ambígua. Outro fator importante foi o apoio de parlamentares estaduais e federais que se opunham ao PSD, que governava o estado, e a mobilização de estudantes, intelectuais e profissionais de várias categorias em

que o PCB tinha penetração considerável. Este fato gerou na sociedade civil um grau de apoio inédito em Goiás.

Ao final de 1957, sob forte pressão da opinião pública, instalou-se uma comissão parlamentar de inquérito conduzida por parlamentares de oposição, que visita o local. Com isto obteve-se algum resultado político, e as tropas do governo foram retiradas logo depois. O impasse criado pela determinação dos posseiros em resistir, pela pressão popular e pública e pelas eleições que se aproximavam colocou o governo estadual numa situação delicada. Um confronto seria inoportuno e desfavorável. Penso que também não se pode descartar a interferência do Governo Federal, interessado em melhorar a imagem do Estado de Goiás para superar a forte resistência nacional contra a transferência da capital federal para o centro-oeste goiano (cerca de 200 km em linha reta de Formoso e Trombas) e possibilitar o prosseguimento do projeto da construção de Brasília.



Entre 1959 e 1960, os comunistas ampliaram o leque de alianças para consolidar as conquistas

Para o PCB foi um momento privilegiado de unidade e empenho, que possibilitou a convergência programática e de ação de todo o Partido em uma única tarefa. É neste momento que também ocorre no Partido certo grau de rearticulação, orientada diretamente pelo Comitê Central, que se legitima como forte instrumento e canal de negociação na busca de uma solução política para a crise. Foram estes fatores – dialeticamente articulados com a mobilização popular e política conjugada à resistência armada e à atuação do PCB no local e no estado – que forçaram o recuo do governo e a posterior retirada das tropas. No entanto, naquele momento os posseiros de Formoso, ainda que vitoriosos, estavam no limite da sobrevivência. A partir de 1958 a situação política e militar na região de Formoso e Trombas se estabiliza, apesar dos eventuais atritos com os jagunços e a polícia.

Equacionamento político e consolidação

Outra fase do movimento começa quando ocorre um mandato tampão: o governo de José Feliciano, de 1959 a 1960. Este novo governo procurou ignorar a região de Formoso e Trombas, não apenas excluindo a área de qualquer política pública de integração econômica, como também de uma política de intervenção policial por parte do estado. Por esta razão, o quadro político e social da região nos três anos seguintes representou para os posseiros uma “fase de amadurecimento e acumulação de forças”, que constituiu o terceiro momento histórico da luta na região.

Devido ao aumento da produção local e aos problemas de escoamento, bem como à articulação política para fazer face às necessidades do cotidiano e ao equacionamento de questões várias na região, os posseiros viveram nesse perío-

do um processo de constante debate, que transformou a Associação de Lavradores em governo efetivo do território.

Aproveitando o período de trégua e impasse que se configurava, a Associação (leia-se núcleo hegemônico do PCB) articula um leque de alianças regionais com o objetivo de consolidar as conquistas e propiciar condições mínimas de apoio infra-estrutural à região. Ocorre uma aliança tática com o prefeito do município de Amaro Leite; com isso a máquina administrativa volta a atender algumas demandas locais. Com a eleição de dois vereadores membros do PCB, representantes de Formoso na Câmara Municipal, amplia-se o leque de forças aliadas (ou potencialmente neutralizáveis) da luta na região.

No entanto, como essa conjugação de esforços não supria as necessidades e carências daquela região, a Associação teve de assumir na área várias tarefas que seriam do governo e, paralelamente, aumentar o grau de organização, principalmente no que se referia à vigilância. Este período durou até a eleição de Mauro Borges, em 1960.

Os mutirões, que já eram frequentes, resultaram numa nova forma de ação solidária, chamada "traição": o apoio aos posseiros que chegavam e àqueles que enfrentavam dificuldades de plantio ou colheita. O caráter organizacional entre a Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos, já existente na primeira fase (1955 a 1957), foi um elo extremamente importante na unificação da luta. Essa organização teve, na segunda fase, de ser dinamizada e reestruturada para adaptar-se à nova situação, atingindo um impulso considerável, que perdurou até 1964.

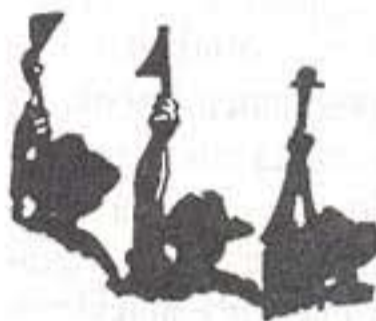
Em razão de sua eficácia e real controle social, político e até militar em toda a região até 1962, estes elementos originaram no movimento a mística história "República ou Território Livre de Formoso".

Contudo o quadro de dificuldades era enorme, e outro período de luta, com outras formas de organização e inter-



venção, exigiu novas soluções. Tal quadro pode ser apontado como resultado do processo de transformação econômico-social na região: o avanço capitalista no campo, que tem início na metade dos anos 50 e é acelerado no começo dos anos 60 com a construção de Brasília e a integração do meio-oeste e norte do Estado de Goiás, via Belém-Brasília.

Configura-se, assim, de 1960 até o golpe de 1964, o quarto momento histórico da luta de Formoso – a fase de "refluxos e impasses" –, que se inicia com a gradual quebra do isolamento da região, as conversações de sua integração político-institucional na vida do estado e a necessidade de equacionamento do problema fundiário. No período o país passa por grandes transformações, o PCB entra num processo de redefinição e outras forças de esquerda tornam-se agentes influentes e intervenientes no campo, particularmente em Goiás.



Em 1961 os camponeses estavam prontos para agir militarmente em defesa da posse de João Goulart

Ocorre então no estado uma ampla renovação política, decorrente da eleição de Mauro Borges ao governo e da redefinição das forças políticas em um leque mais amplo, que incluiria a participação do PCB no governo. Isto se refletiu na condução de um processo de modernização gradual da estrutura do estado e na renovação de grande parte do corpo legislativo estadual (eleito em 1962). É no desafio deste neste novo contexto histórico e político que o núcleo hegemônico do PCB e os posseiros estão inseridos.

Em Formoso o núcleo do PCB já havia se decidido a favor de Mauro Borges, que prometera a titulação das poses na região. É neste curto período de um ano que o Partido em Goiás foi se redefinindo política e organicamente em sua luta interna, e a política e a correlação de forças orientadas por setores do Comitê Central já apontavam para uma nova linha de atuação mais intimamente associada aos grupos de base camponesa.

Percebe-se que o primeiro indicativo dessa redefinição foi a eleição de José Ribeiro, de Formoso, como membro suplente do Comitê Central. Ao que parece, a partir daquele momento, as condições objetivas de reequacionamento político partidário estavam maduras pela inserção e presença de muitos quadros formados no processo de luta e pela experiência acumulada no estado (Formoso, Itauçu etc.). Tais condições foram necessárias para a alteração, elaboração e incorporação de uma nova política, que demandava a alteração do quadro dirigente. É neste momento que Formoso veio a ser quantitativa e qualitativamente, juntamente com outras lideranças advindas do campo no processo de luta, o eixo hegemônico de e na Direção do Partido no estado. Uma demonstração da ampla mobilização do PCB na região deu-se na ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando centenas de camponeses mostraram-se prontos a intervir militarmente no movimento po-



pular a favor da posse de Jango. Outro indicativo da renovação do Partido em Goiás foi a conturbada indicação de José Porfírio como candidato a deputado estadual em 1962, à revelia de alguns núcleos partidário urbanos.

Com as eleições, o PCB dinamiza-se internamente. A Associação e os Conselhos promovem ampla mobilização e discussões de base com a população em geral na campanha eleitoral. A tarefa fundamental, diante do novo quadro político, foi visitar os Conselhos, discutir e apresentar candidatos às eleições e apontar, para a massa camponesa, a importância de conduzir a luta pela terra. Para o núcleo local do PCB o objetivo era a emancipação do município. O Partido também foi absorvido pela tarefa de receber e assentar os posseiros que chegavam, conduzi-los às novas áreas de posse e procurar estabelecer um debate organizativo nos Conselhos e na Associação. O objetivo era dar continuidade ao processo de conquistas.

Ao que parece, foi este o ápice do PCB e do movimento de Formoso: o reconhecimento e a tomada de posição do poder público frente ao poder popular, conquistado na luta armada e política, e as eleições de José Ribeiro a membro do Comitê Central do PCB e de Porfírio a deputado estadual.

O nó górdio do Partido e do movimento de Formoso

Os elementos constitutivos do nó górdio³ de Formoso e Trombas têm as condições propícias de sua germinação neste momento. Percebe-se um razoável grau de desenvolvimento econômico local devido à grande e crescente produção e também ao comércio progressivo, originário do processo de normalização política. Tais fatores apontam para o surgimento e aumento de necessidades internas até então inexistentes ou relegadas pelos posseiros a um plano secundário. Por consequência, em Formoso surge uma diferenciação social, que se acentua verticalmente, a passos largos, em decorrência do processo de transformação capitalista em curso em todo o estado de Goiás. O quadro se agrava com o grande número de posseiros que chega à região, com a política de intervenção do governo e com o refluxo do PCB e de seus militantes na elaboração de estratégias para superar os impasses. Como exemplo, não foi possível incorporar os camponeses conscientemente à luta na fase superior à posse e propriedade da terra e às

novas relações de trabalho e produtividade, originárias desta nova forma de produção.

O movimento de Formoso e o PCB entram num período de "refluxo e de maiores impasses", já que o processo de desenvolvimento econômico decorrente do período 1962-1964 aponta de forma tensa e paralela a uma posterior autonomia política do núcleo do PCB de Formoso, que articulava diretamente (à revelia de parte da direção estadual) com o governo do estado e até com o Comitê Central.

Nos dois últimos anos, o processo pode ser caracterizado pelo atendimento da principal reivindicação dos camponeses da região, ou seja, a posse da terra, estando o PCB inserido neste processo de transformação e crise no local, que ocorre dentro de um quadro nacional semelhante. As razões para esta crise foram as dificuldades locais decorrentes do processo de alteração econômica em curso. Desenvolve-se então uma grave crise no partido, pela impossibilidade de os novos posseiros se identificarem, neste curto período, com um passado de luta revolucionária recente e se transformarem em quadros para intervir nas novas condições. No entanto, um elemento importante e polêmico de crise partidária veio à tona a partir daquele momento. Devido à tranquilidade política e aos bons ventos econômicos na região, que prometiam prosperidade, muitos membros e dirigentes do PCB em Formoso se afastaram da militância partidária.



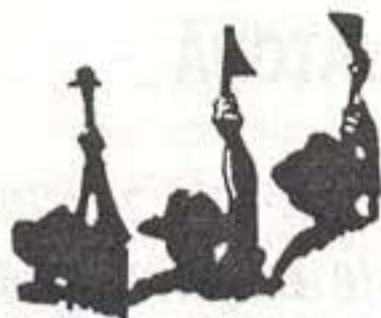
O movimento entra em refluxo por debilidade da direção do Partido e dificuldades locais

De fato, o desafio da continuidade da luta revolucionária em Formoso estava posto. Penso que as tensões latentes acumuladas entre o núcleo do Partido em Formoso e o Comitê Estadual – anteriores às divergências na escolha de candidato a governador e, posteriormente à candidatura única de José Porfírio e aos descompassos da atuação deste com a orientação política, além da crise interna do PCB em Formoso – propiciaram uma definição para a questão. Ao que parece, o desafio e a superação da crise partidária no local começaram a ser equacionados a partir do momento em que o Secretariado Estadual procurou, sob várias alegações, intervir na destituição de Geraldo Marques (sempre tido como ardoroso stalinista) de todas as suas funções no PCB.⁴ Foi neste momento que o núcleo zonal se rearticula politicamente e recusa esta proposição. Penso que aqui ocorre o reencontro do PCB em Formoso, com a finalidade redirecionar-se politicamente para as tarefas que se impunham e viabilizar estratégias (ainda que tímidas) de intervenção em um momento histórico de definição.

Na região, o PCB dinamiza o debate interno sobre suas reivindicações mais sentidas: a emancipação política de Formoso e a nomeação do futuro prefeito. Foi a partir deste momento que vieram à tona as tensões entre o núcleo de Formoso e o secretariado estadual, que somadas à auto-

nomia do partido local, apontavam para o crescimento de uma tendência à intervenção orgânica, limitada e direcionada na região. Tudo indica que o processo não tenha tomado esse curso em razão da falta de condições políticas para a sua concretização naquele momento e ficou restrito a algumas esferas do Comitê Estadual, principalmente devido aos rumos do processo político, que indicavam a possibilidade de um possível compromisso e de uma efetiva rearticulação partidária em um fórum privilegiado: o Encontro Camponês de Goiânia em fins de 1963.

Desafio para o Partido: como conciliar as conquistas obtidas de armas na mão com a economia capitalista?



Em Formoso, na virada de 1963-1964, a estratégia do PCB apontava três linhas de intervenção para os desafios que se impunham, face às alterações sócio-econômicas em curso e às tarefas partidárias que o partido tinha de equacionar politicamente com urgência. A relação de poder entre a associação, os conselhos e o novo poder legalmente instituído com a emancipação do Município e implementação da Prefeitura era o primeiro desafio, mas tudo indicava que esta era uma questão equacionada com a rearticulação do Zonal do PCB e que o partido continuaria sendo o elo dinamizador de todo o processo. Outro ponto seria a relação entre a Associação e o Sindicato Rural; também havia indicativos do controle político e partidário, sem grandes conflitos aparentes. Entretanto, percebe-se que, devido ao crescente número de trabalhadores assalariados em Formoso, o Sindicato poderia, em um futuro próximo, constituir-se em instrumento de representação e de reivindicação, diferenciado (e talvez autônomo e conflituoso) da Associação, que tinha por perfil de associado o posseiro em vias de tornar-se pequeno proprietário de terra.

Por fim, o debate e a delimitação do projeto de uma cooperativa agrícola de produção e consumo constituem o terceiro e maior desafio do PCB em Formoso para equacionar as contradições existentes e superar politicamente, em uma via revolucionária, as conquistas obtidas até então com a posse da terra e a inserção capitalista da região. O projeto visava a incorporação de uma nova e superior cultura de produção e trabalho coletivo e cooperativo, contraditório em relação ao tradicional e característico modo de produção camponês. Ao que tudo indica, este debate interno e embrionário em curso no PCB, propiciado por esta ainda frágil rearticulação política, estaria dialeticamente em processo de definição, com razoável grau de amadurecimento, especialmente para o núcleo partidário – mas foi abortado pelo golpe de 1964.

Com o golpe, ocorre um processo de mobilização e expectativa quanto aos rumos dos acontecimentos e o reencontro do grupo inicial de 1954, juntamente com outros quadros do PCB formados no processo de luta em Formoso e outros advindos da capital. Contudo, definida a situação

a favor dos golpistas, o debate polariza-se entre Porfírio, que queria resistir, ainda que isoladamente, e o Partido, que unitariamente decide pelo recuo face à gravidade dos fatos. Porfírio é isolado e as armas existentes são escondidas na serra. As lideranças caem na clandestinidade e pouco depois a região é invadida. Penso que aqui terminam a “República Socialista de Trombas” e as lições de todo o processo. Mas ainda hoje a luta ali desenvolvida permanece na memória do povo.

PAULO RIBEIRO DA CUNHA é sociólogo, professor da Escola Pós-Graduada de Sociologia e Política e diretor do Instituto Cultural Roberto Morena. Este artigo é parte de um trabalho iniciado em 1990, apresentado como dissertação de mestrado na PUC-SP em 1994.

Notas

- (1) Persistem algumas polêmicas em relação se o surgimento dos Conselhos e seu caráter organizacional como sendo anterior ou posterior à fundação da Associação dos Lavradores.
- (2) “O oráculo afirmara que aquele que conseguisse desatar o intrincado nó do carro conservado no Templo de Górdio dominaria a Ásia. Alexandre cortou o nó com uma espada, cumprindo ou iludindo o vaticínio.” São Paulo, Martins Fontes, 1973, p. 162.
- (3) Ainda que seja um assunto polêmico, tudo indica que os conflitos internos decorrentes e existentes não tenham sido objeto de intervenção ou cisão partidária em momentos anteriores a 1956. Prefiro chamar e apontar as “tensões acumuladas de uma dicotomia rural e urbana” tenha ocorrido e atingido seu ápice entre 1962 e 1963, onde devido à crise interna do PCB de Formoso e sua quase autonomia ocorreu de fato tentativas de controle e orientação política sobre o Diretório local.

Bibliografia

- AMADO, Janaina. *Movimentos sociais no campo – 1948-64*. Pipsa, 1980.
- ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas – A guerrilha de José Porfírio*. Brasília, Goethe, 1985.
- CAMPOS, Francisco Itami. “Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)” (Doutorado). FFLCH-USP, 1985.
- CANESIN GUIMARÃES, Maria Teresa. “Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)” (Mestrado). PUC-SP, 1982.
- CARNEIRO FERNANDES, Maria Esperança. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, UFGO, 1988.
- GODOY, José. *O caminho de Trombas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SERVOLO DE MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

Periódicos e outras fontes

Novos Rumos, Terra Livre, Manchete, O Cruzeiro, O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, IPM 02 – Brasil Nunca Mais.

De frente para o Brasil

Entrevista com

RONIWALTER JATOBÁ

A vida rica, complexa e contraditória que vivemos no Brasil é a matéria-prima para a literatura deste escritor, que não se seduz por modismos e se comove com a causa de nosso povo

Roniwalter Jatobá (de Almeida) nasceu em 22 de julho de 1949 em Campanário, Minas Gerais. Aos dez anos foi morar em Campo Formoso, Bahia, onde concluiu, em 1964, o curso ginásial. Por alguns anos perambulou pelo sertão baiano, dirigindo um caminhão Ford e lendo nas muitas horas vagas. Em 1970, após servir o exército em Salvador, veio para São Paulo. Trabalhou como operário na Karmann-Ghia, no ABC, enquanto morava ao lado da Nitroquímica, em São Miguel Paulista. Entrou para a Editora Abril no final de 1973, na área gráfica, e cinco anos depois, auxiliado financeiramente pela empresa, formou-se em jornalismo. Foi redator das publicações infanto-juvenis desta editora e da Rio Gráfica (hoje Globo), escreveu livros e colaborou em Versus, Folha de S. Paulo, Movimento, Escrita, Ficção e outros.

No final dos anos 70 viveu sete meses na Europa, num exílio voluntário. De volta ao Brasil foi redator do Nosso século, editor de textos de Movimento e Retrato do Brasil (fascículos), editor executivo de Saúde, Boa Forma e de publicações especiais da revista Corpo a Corpo; criou e dirigiu ainda a revista Memória e editou livros históricos na Eletropaulo.

Roniwalter Jatobá publicou Sabor de química (contos, 1977, Prêmio Escrita de Literatura); Crônicas da vida operária (contos, 1978, Prêmio Casa de las Américas, de Cuba, em 1978); Filhos do medo (romance, 1979, adaptado



Roniwalter Jatobá

para teatro); Viagem à montanha azul (novela juvenil, 1982, editado também nos Estados Unidos em 1983); Pássaro selvagem (romance, 1985); todos com várias edições.

Seus contos foram ainda incluídos em diversas antologias brasileiras e estrangeiras; com traduções em alemão, inglês, sueco e italiano. Em 1988, traduziu o livro A cavalaria vermelha, de Isaac Babel, editado pela Oficina de Livros.

José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS – *Você veio do interior do Nordeste, foi motorista, metalúrgico, gráfico, jornalista... Como é que você virou escritor?*

JATOBÁ – Acho que dois fatores importantes me fizeram arriscar na literatura: muita leitura e vivência. Nasci em Campanário,

Minas, em 1949. Meus pais eram baianos, estavam ali desde o final da II Grande Guerra, quando buscaram o norte mineiro para tentar a sobrevivência. Eram tempos difíceis, época de desbravamento de uma inóspita região. Quando começou a chegar o progresso, por exemplo o asfaltamento da Rio-Bahia, minha família voltou para o sertão baiano nas proximidades da cidade de Campo Formoso. E essa volta foi importante para mim. Vivendo na casa de um tio, entrei num colégio protestante para fazer o ginásio e, aí, a descoberta da literatura. Nesta pequena cidade, por sinal, havia um oásis cultural. Cinema e teatro. Nunca me esqueço: os jovens, na

grande maioria, brigavam para ver quem ia ler primeiro as novidades literárias que chegavam de Salvador. Havia ali um advogado e professor de geografia, Domingo Dantas, que colecionava livros autografados de autores brasileiros. Tinha todo mundo. Ele mandava buscar no Rio de Janeiro. Naquela época, e durante quatro anos, nos esbaldamos de ler Graciliano Ramos, José Lins do Rego e muita prosa americana. Em 1964, terminei o ginásio, mas meu pai não tinha condições de me enviar para Salvador para continuar os estudos.

“Num país que tem produzido uma ‘literatura’ alienante, eu tento ver a vida de frente”



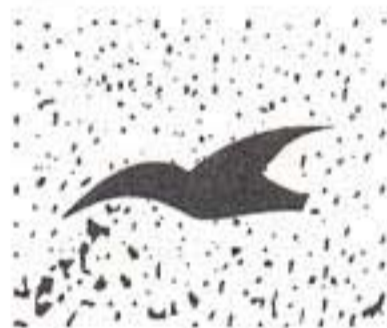
Com quinze anos, a minha perspectiva era trabalhar na roça ou ajudar meu pai, que possuía um velho caminhão. Naquele período da nossa vida, o Ford amarelo servia para meu pai comercializar produtos industrializados (açúcar, bebidas) e também permutá-los por feijão, farinha etc.). Fui, então, dirigir o caminhão. Como dizem no sertão que o único guarda de trânsito existente ali são os jegues, que teimam em pastar no meio das estradas de terra, não precisei de habilitação. Fiquei, assim, nessas andanças por quase três anos. O trabalho era agradável e me sobrava muito tempo. Enquanto meu pai cuidava dos negócios nos pequenos lugarejos, eu lia. Foi aí que conheci quase todos os títulos da pequena biblioteca de Campo Formoso e tive conhecimento com os textos de Dostoiévski, Gogol, Kafka e muitos outros.

Depois de servir o Exército em Salvador, vim para São Paulo, em 1970. Aqui fui morar em São Miguel, na casa de uma família, um exemplo de solidariedade. Casa, comida, roupa lavada e amizade. Era fevereiro. Até abril bati muita perna em busca de trabalho. Na Nitroquímica, a maior fábrica de São Miguel, e que empregava quase todo mundo que chegava da Bahia, não tinha vaga. Rodei a cidade inteira até que, um dia, consegui uma vaga de ajudante de almoxarifado na Karmann-Ghia, no ABC. Fiquei três anos empurrando carrinho cheio de peças para a produção. Em 1973, saí e entrei na Abril, como apontador de produção na gráfica. A partir daí, auxiliado pela empresa, fiz supletivo colegial e, depois, pude me formar em jornalismo. Foi na escola que comecei a escrever os primeiros trabalhos. Eram contos e, em todos eles, o cenário era a periferia paulistana ou os dramas dos migrantes na sua vinda. Virei, então, escritor e jornalista. Enquanto trabalhava em *Versus*, *Movimento* e publicações da Abril, continuei a escrever. Aí, um dia, mandei um conto para a revista *Ficção*, no Rio, e outro para a *Escrita*, em São Paulo. Ganhei os dois prêmios e não parei mais.

PRINCÍPIOS – *Seus livros, desde o começo, denunciam essa origem e uma forte ligação com o drama da classe operária da periferia de São Paulo, formada em grande medida por migrantes. Como é que você se situa na literatura brasileira de nosso tempo, em que a problemática*

operária está ausente nas obras literárias, na crítica e mesmo em balanços importantes como o feito por Alfredo Bosi no livro Dialética da Colonização?

JATOBÁ – Sou um dos poucos autores que escrevem sobre o migrante nordestino. Não tenho intenção de mudar de assunto ou mesmo buscar modismos, o que é comum em grande parte dos escritores brasileiros. Muitos escrevem para onde o vento sopra. Tento, ao contrário, me aprofundar na temática e elaborar cada vez mais a linguagem, fugindo, claro, do ranço naturalista. Num país que, nos últimos anos, tem produzido sobretudo uma “literatura” de alienação (magia, auto-ajuda, trapaçarias psicoterapêuticas etc.), busco uma literatura que olhe a vida de frente. De certa forma, busco devolver ao leitor aquele Brasil que já esteve presente em nossa literatura de ficção, sobretudo a partir dos anos 30, que tanto ajudou na formação de uma consciência nacional. Quanto à ausência da problemática operária nas obras literárias, o que esperar de uma universidade, de uma grande imprensa, de dirigentes que voltaram as costas para a situação da maioria do povo brasileiro? Quanto à crítica, faço minhas as palavras do escritor inglês V.S. Naipaul: “Se as pessoas não leram meu trabalho, isto quer dizer que não precisam dele. Se precisassem, teriam encontrado”. Assino em baixo suas críticas em relação aos escritores latino-americanos, aqueles que acham que não precisam ser realistas, e que não é necessário analisar a terrível história de sua terra.



“Essa gente não quer conhecer o complexo social em que o homem mora e moureja sem trégua”

PRINCÍPIOS – *Ficou fora de moda falar em realismo, temática social, etc. O realismo está em baixa?*

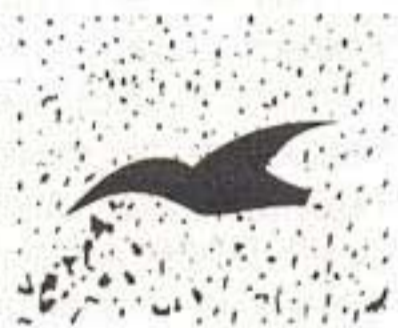
JATOBÁ – Vivemos entre vendedores oficiais de milagres econômicos, nos quais, apesar de todas as nossas terríveis experiências, teimamos em acreditar. São planos para 30 ou 40 milhões de habitantes. E o restante? Para essa elite que procura abocanhar os recursos do Estado, para ela, não interessa saber de temática social. Não interessa uma visão crítica da nossa sociedade, propositalmente “esquecida” pela cada vez mais furiosa colonização estrangeira, especialmente norte-americana. Não interessa, a essa gente, conhecer o complexo social em que o ser humano mora e moureja sem trégua. E a maioria dos intelectuais caminha nesse rumo, estão perdidos, achando que é um assunto fora de moda. Onde está a crítica das universidades brasileiras aos livros produzidos nas últimas décadas? Fechados em redomas, professores se debruçam na tese produzida lá fora. Com raríssimas exceções, grande parte não produz nem resenha. Nesse sentido fico com as idéias do lingüista norte-americano, Noam Chomsky, que prega que os intelectuais devem se engajar pelos pobres e oprimidos.

PRINCÍPIOS – *A realidade social não aparece em seus livros de forma artificial, como discursos colocados ar-*

bitrariamente na boca de personagens que defendem "teses". Ao contrário, há uma íntima ligação entre forma e conteúdo, entre a situação narrada e as idéias que você pretende transmitir. Em *Tiziu*, essa experiência literária é visível. Gostaria que você falasse um pouco a respeito.

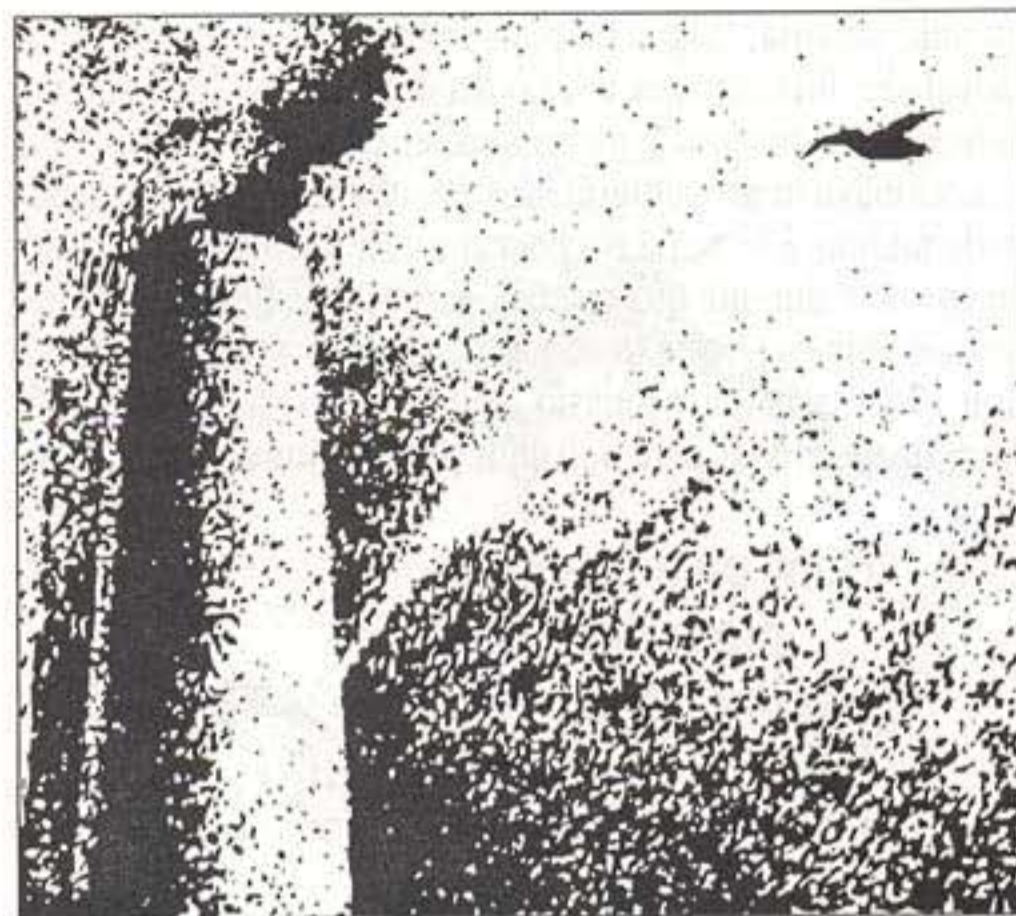
JATOBÁ – *Tiziu* é, sem dúvida, o meu texto mais elaborado. Trabalhei quase oito anos para terminar 134 páginas de um romance denso, mas agradável de ler. A versão final, depois de muitas mudanças, foi publicada na primeira pessoa, com o personagem Agostinho narrando suas aventuras. Cortei muito. Fugi da pieguice, até mesmo das armadilhas ideológicas e do risco da defesa de tese em detrimento da ficção. É bom saber que, ao lidar com esse assunto, o perigo dos estereótipos espreita a cada página. Segui o conselho de Otto Maria Carpeaux, que dizia que o estilo é a escolha do que deve ficar na página escrita e o que deve ser omitido. É a escolha entre o que deve perecer e o que deve sobreviver. Cortei, assim, muita coisa. Exigiu muita paciência até encontrar o tom e o ritmo certos. Como você sabe, *tiziu* é um pássaro que se urbanizou, vive de restos de comida nas grandes cidades. O título, na verdade, é simbólico. É a história de Agostinho, que depois de 25 anos em São Paulo volta à sua terra de origem. É a história de um homem que vive a dura e descarnada história vivida por milhões de brasileiros, aqueles que nascem e vivem bem longe das *beness*, e até mesmo dos mínimos direitos de um cidadão, lutando duramente pela sobrevivência e sonhando sonhos que, embora pequenos, não têm qualquer chance de realização. O enredo, no entanto, é a volta. A volta para encontrar a si mesmo em um lugar que não é mais o mesmo. Veja o que acontece quando Édipo volta a Tebas, quando Orestes volta a Argos. Nos gregos, em toda literatura de ficção, o ser humano não quer voltar, mas volta. É empurrado para trás, para buscar a si mesmo, e o que encontra? O nada.

"A imprensa brasileira é hoje o maior divulgador de porcarias do exterior. Tem papel triste nisso"



PRINCÍPIOS – *Quais são os modelos para seus personagens? Tipos como Ciriaco, como o próprio Tiziu, como Dora, saem de onde? Como é a construção do personagem para você?*

JATOBÁ – Nunca escolho o assunto dos meus trabalhos, às vezes tenho uma vaga intuição. Deixo rolar. São as personagens, no momento da criação, que delineiam o ritmo e o prosseguimento da história. A vida de Ciriaco, um conto que está no livro *Sabor de química*, é um exemplo. Numa viagem à Bahia, descobri que, em Bananeiras, onde vivem meus pais, não havia cães nas ruas, um fato incomum. Perguntei a meu pai por quê. Ele disse que alguém, durante as madrugadas, havia matado todos os cachorros vadios. Pesquisei, então, as diversas formas de matar o animal. Conheci as ervas que matavam instan-



taneamente, a técnica, a sutil aproximação com os bichos. Voltei a São Paulo com aquilo na cabeça. Uma noite, despejei tudo no papel. Ao alvorecer, tinha escrito quarenta laudas. Levei para um amigo na Abril e pedi para ele fazer uma leitura. Desde que foi publicado, não mexi em nenhuma linha. É uma história cruel. É uma crítica dura à situação do país, uma análise que é obrigação do escritor fazer. Por que amaciar ou maquiar a realidade do país? Isso seria uma desonestidade intelectual. Os personagens dos meus livros são pessoas que vagam num mundo próprio e recriado artisticamente. Ou seja, eles são criados para gerar um comentário emocionado sobre as condições do ser humano na face da Terra. São personagens que, como eu, estão preocupados, num mundo difícil de viver e conviver, em realizar-se plenamente como seres humanos, em assumir a sua própria humanidade. Em *Tiziu* é assim. Agostinho foi criado como um personagem que, no final da vida, sabe que está voltando para uma desolação, para uma cidade natal que não existe mais. Acho que a saída dele de São Paulo, de ônibus, é cinematográfica. Quando a máquina do tempo se movimenta, acentua-se o *pathos* (no sentido grego, paixão que faz sofrer) do personagem. Está voltando para morrer, ele sabe. Por isso a revelação que São Paulo é uma ilusão, uma miragem. Agostinho, Ciriaco, Dora, portanto, refletem apenas o outro lado do sonho de desenvolvimento industrial do país. Gostaria que eles, às vezes patéticos, desesperados, mas humanos, iluminassem um pouco a miséria da nossa condição humana.

PRINCÍPIOS – *Hoje em dia, quando se fala em integração do Brasil num mundo globalizado, tem muita "literatura" que copia modelos estrangeiros. Em sua opinião, como se dá a relação entre o nacional e o internacional na literatura? Em que medida a literatura de um país pode ser a expressão das necessidades, anseios, da vida de seu povo?*

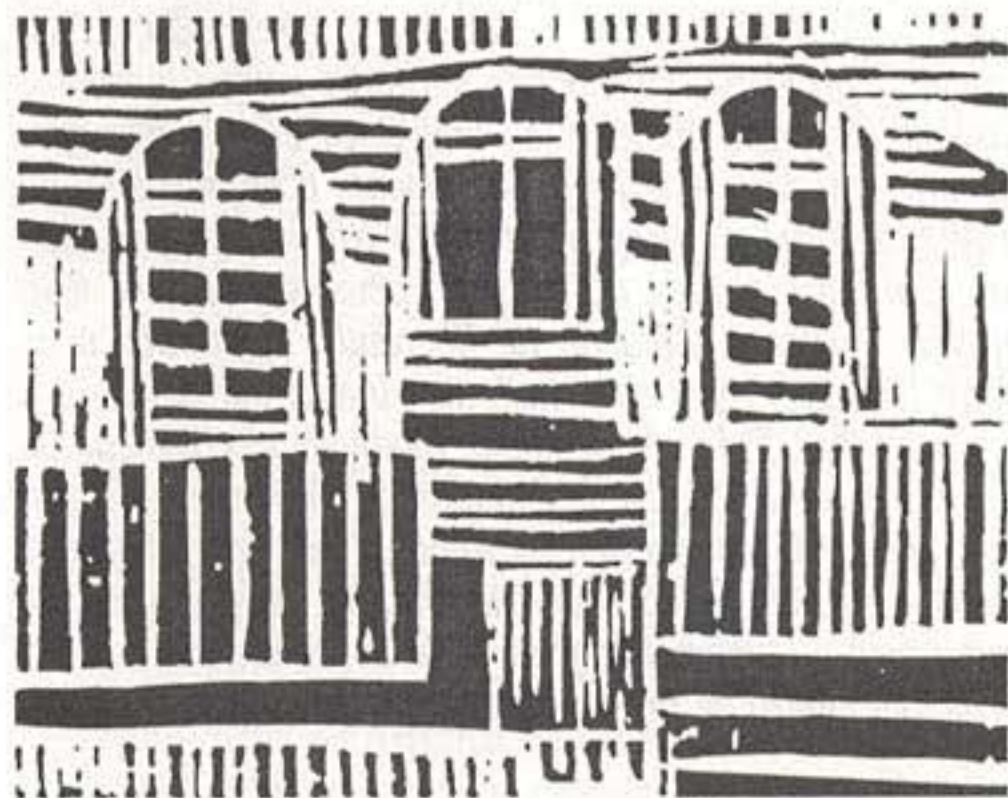
JATOBÁ – A globalização do mundo tem, não há dúvida, agilizado o contato de obras importantes para o público brasileiro. Acredito que quem lê apenas em português tem recebido uma vasta opção de textos traduzidos que saíram recentemente em seus países de origem. Isso é bom, claro.

Só que atrás disso vem uma enxurrada de porcarias que, sem critério nenhum além do lucro, deseduca. E a imprensa brasileira, que é hoje o maior divulgador dessas besteiras, tem um papel triste na situação. Como sabemos, a maioria dos jornalistas lê pouco ou quase nada. Quem não lê não sabe avaliar. Seguem, nesse caminho, divulgando os trabalhos de editores que podem mais, os “beneméritos”, ou anunciantes. Sei que há jornalistas que são consultores de editoras. Claro que quando o livro chega às livrarias os consultores se transformam em divulgadores. As pequenas editoras, sem poder de fogo, dependem apenas da boa vontade. O ciclo é vicioso.

“Globalização significa vender sonhos a quem pode consumir e jogar no lixo a vida de quem não pode”



Tenho acompanhado os maiores jornais de São Paulo. Parece-me que competem para ver quem mostra mais que o Brasil está aberto ao mundo. Tentam colocar o leitor a par do que acontece no Village, em Nova York, e esquecem que tem coisas importantes acontecendo na Barão de Limeira ou no bairro do Limão. Também tem-se criado, nesses jornais, uma competição de “talentos”. Para cada um dos jornais, o melhor cronista, pintor, chargista ou escritor é aquele que colabora em suas páginas. Para muitos artistas, aqueles que não têm amizade ou compadres em nenhum deles nem escreve quase de graça para encher de opiniões as dezenas de páginas diárias, não há vez. Analisando honestamente a produção cultural, não vejo ainda nenhuma intenção de diversificar. Vejo, sim, a clara vontade de colocar no limbo do esquecimento qualquer trabalho do mundo popular, este a que editores e donos de jornais têm vergonha de pertencer. É o famoso espírito de “alto astral” que reina nas redações de jornais representantes da elite brasileira. Jornais que hoje se esmeraram na divulgação das fofocas sociais e políticas, mas que esqueceram (ou não querem) registrar a vida ou a arte que fala dos arrebatados do dia-a-dia. Integração do Brasil é isso



aí: vender sonhos para os que podem consumir e jogar no lixo da história a vida dos que não podem nada.

PRINCÍPIOS – *Como é que os escritores, os artistas e os produtores culturais, em geral, podem se engajar na defesa da cultura de seu país?*

JATOBÁ – Acho que, fundamentalmente, trabalhando, brigando pelos direitos de escrever. Foi por isso que, no final de 1994, publicamos um livro chamado *Contralâmúria*, com o selo de um grupo ao qual eu pertencço, o Pindaíba. Fizemos uma edição de 75 exemplares e reunimos os cinquenta mais representativos poetas e contistas de São Paulo. Edição esgotada e pronto! Alguém pode dizer: coisa de marginal. É e não é. É, sim, o contra-espelho debochado de uma indústria cultural dependente de “ismos” de plantão. Contra uma minoria alfabetizada de intolerância, preconceitos e desonestidade e uma maioria analfabetizada de saúde, educação, comida e cultura. Nos anos 70, por sinal, esta ousadia de financiarmos pequenos livros de poesia ou prosa custou aos membros do Pindaíba alguns convites compulsórios aos órgãos repressivos, que queriam saber quem financiava as edições: Albânia? Cuba? Moscou? Óbvio, vinha do inconformismo ante o arbítrio. Hoje, vem do inconformismo às maneiras sutis de sucatear a cultura brasileira. E sabemos que há espaço para operar este adverso e podre pedaço do real sem contaminação, sem submissão. Alguns artistas – o exemplo melhor é Plínio Marcos – não hesitam em assumir o risco de buscar outros canais de divulgação de seus livros. Já conheço até mesmo autores que têm planos de formar cooperativas. Afinal, basta lembrar que Virginia Woolf e todo o grupo de Bloomsbury teve de fundar a Hogarth Press para lançar suas obras, já que sofriam restrições das editoras da época. Volto ao início da questão e reafirmo: a melhor forma de se engajar na defesa da cultura de seu país é trabalhar, e que a arte produzida seja a expressão da vida brasileira.



“Acredito no socialismo, na esperança de uma sociedade nova, avançada, baseada no ser humano”

PRINCÍPIOS – *Como é que fica a luta pelo socialismo, e o engajamento de escritores, artistas e intelectuais nessa batalha, depois do fracasso das experiências socialistas do Leste europeu?*

JATOBÁ – Apesar dos pesares, ainda acredito no sonho do socialismo. Não sou um teórico da questão, mas tenho esperança no ideal de conquista de uma sociedade nova, avançada, baseada mais no ser humano. Nos últimos anos, o mundo ocidental caminhou para uma maior concentração de poder nas mãos do grande capital, criando setores de grandes riquezas, mas, por outro lado, aumentando a legião de miseráveis. Na Europa e nos Estados Unidos cresceu a desigualdade. No Brasil, convivemos com esse drama no dia-a-dia, basta olhar para as ruas, praças e viadutos dos centros urbanos, com seus milhões de Agostinhos, como o personagem de *Tiziu*. Até quando? ■

Uma radiografia da violência no Rio de Janeiro

LUIZ EDUARDO SOARES (COORDENADOR),
CARLOS ANTONIO COSTA RIBEIRO, JOÃO TRAJANO SENTO SÉ,
JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA RODRIGUES,
LEANDRO PIQUET CARNEIRO

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência do ISER revela que houve ligeiro recuo de mortes por homicídio no Estado do Rio de Janeiro em 1992, ao contrário do que propala a mídia

O tema da violência no Rio de Janeiro adquiriu grande destaque nacional e internacional nos últimos anos. Por um lado, isto reflete a consolidação, neste período, de níveis inaceitavelmente elevados de insegurança para a população carioca e fluminense. Por outro, é fruto da exploração política inescrupulosa de forças reacionárias, que não hesitam em usar sua dominação dos meios de comunicação para desestabilizar governos progressistas que não se enquadram nos seus desígnios, mesmo que isto implique o agravamento das condições de vida (e de segurança) do povo.

O estudo que publicamos a seguir, fruto de um longo trabalho de pesquisa, coordenado pelo professor Luiz Eduardo Soares, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), procura justamente separar o que há de real e concreto na "escalada da violência no Rio" da sua exploração política, ideológica e psicológica pela mídia. Isto não quer dizer que o clima gerado por esta exploração seja irrelevante – muito pelo contrário, como o estudo indica, a difusão da "cultura do medo" acaba, precisamente, gerando mais violência e insegurança. Isto torna ainda mais premente a necessidade de estudos sérios e conscienciosos, que, por fazer ver além do clima criado, permite o mapeamento e a evolução efetiva da violência no Rio.

O artigo que publicamos aqui é o relatório final de uma pesquisa de monitoramento da evolução da violência no Rio de Janeiro de 1981 a 1992, desenvolvida em cinco etapas. As primeiras quatro etapas da pesquisa acompanharam a evolução de diferentes índices de violência de 1981 a 1991. A quinta e última etapa concentrou-se no exame da incidência de mortes por homicídio doloso e/ou latrocínio no estado em 1992.

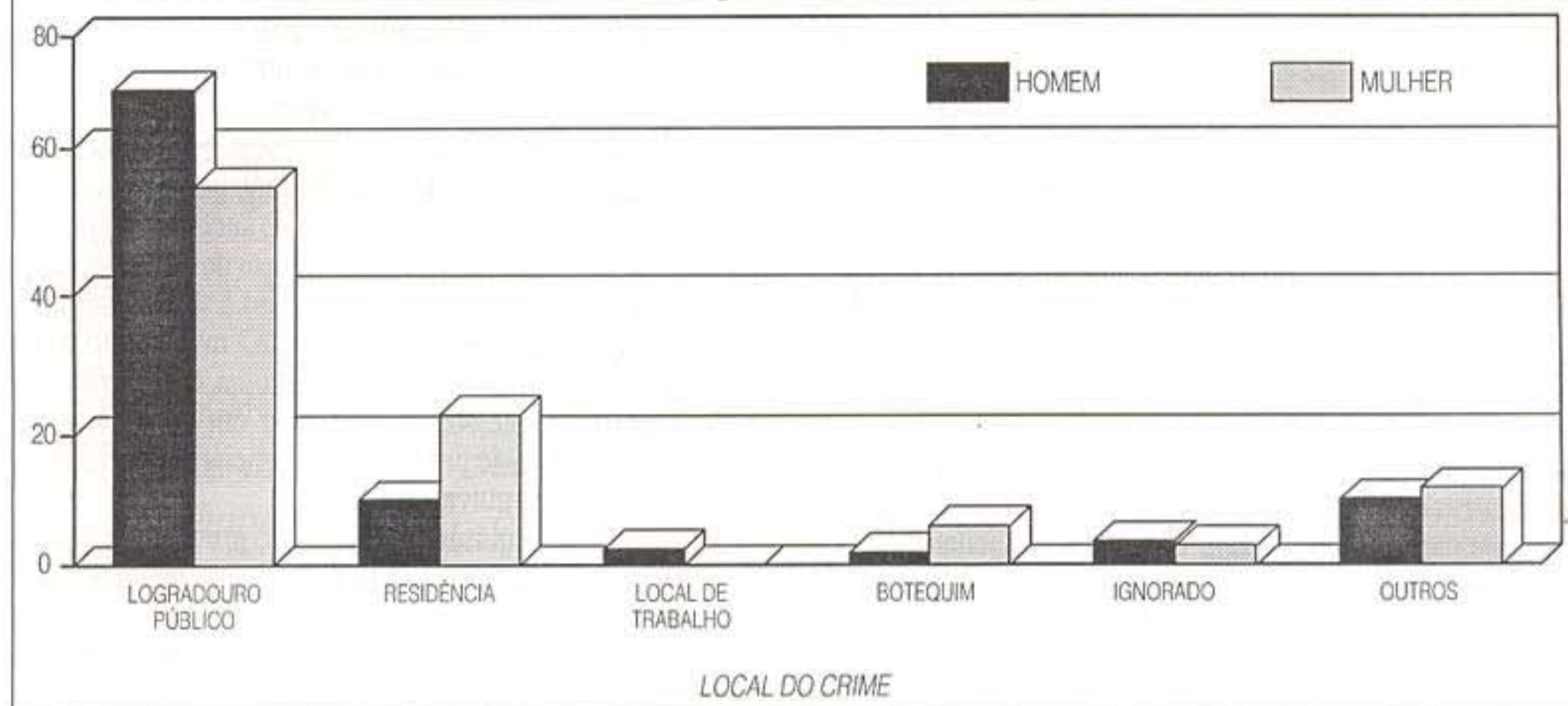
Ao contrário do quadro comumente traçado na cobertura dos meios de comunicação, o levantamento efetuado indica que não houve um aumento deste tipo de vitimização

no período da administração do governo Brizola e sim um ligeiro recuo (com posterior consolidação, certamente em níveis inaceitáveis) em relação aos níveis alcançados no final do governo Moreira Franco. A pesquisa mostra também como a vitimização desta violência no Rio de Janeiro tem um claro viés de classe e de gênero – atingindo, fundamentalmente, jovens pobres do sexo masculino. O perfil das vítimas mostra que o foco principal da violência no Rio é o tráfico de drogas, entrelaçado com uma perigosa escalada no contrabando e tráfico de armas. O estudo revela, ainda, que a matança tem ficado impune – menos de um décimo dos inquéritos da polícia chegam a se converter em processos para serem julgados pela Justiça.

Tudo isto lança luzes fundamentais para se compreender o contexto sócio-econômico e político que alimenta a violência no Rio. A pesquisa do ISER nos fornece subsídios fundamentais para enfrentar o tema com propostas democráticas, progressistas, viáveis e abrangentes, que não se limitem à mera denúncia da repressão. Em particular, ela indica como é ilusória a pretensão de se atacar o problema com ações militares contra morros e favelas, deixando intactos os interesses econômicos que sustentam toda a rede de financiamento e organização do tráfico de armas e drogas (afinal, o Rio não produz nem um nem outro!). Pior, ela mostra como este tipo de ação apenas agrava a violação de liberdades e direitos civis daqueles que já são as principais vítimas da violência – o povo pobre. Pela competência, inteligência e isenção do seu trabalho, o Núcleo de Estudos da Violência do ISER está prestando um serviço inestimável para a elaboração de uma agenda democrática alternativa para o tema da segurança e – merecidamente – se consolidando como o principal centro de investigação sobre a violência no Rio.

Luis Fernandes

Gráfico 1 - Vítimas de homicídios dolosos segundo local do crime, por sexo - Rio de Janeiro - 1992



Por que vítimas e inquéritos?

Nesta quinta etapa do projeto Monitoramento da Violência no Rio de Janeiro, propusemo-nos a desenhar o mapa da vitimização letal nesta cidade. Nossas principais perguntas incidiam sobre as características das vítimas de homicídios dolosos e de roubos seguidos de morte (ou latrocínios), cujos resultados práticos coincidem, apesar de as respectivas classificações legais serem distintas. Em outras palavras, queríamos saber quem está morrendo, no Rio de Janeiro, por meios violentos, intencionalmente acionados. E mais: seria decisivo, caso tivéssemos a pretensão de contribuir para a definição futura de políticas públicas e a ampliação do estoque de informações disponíveis para o debate público democrático, identificar as principais dinâmicas criminais envolvidas nestes casos fatais. Derivam-se daí as perguntas: onde ocorrem os crimes, em que circunstâncias, de que modo, quais os perfis sociológicos das vítimas? Estas são as questões que constituíram nosso alvo prioritário.

Para enfrentá-las, as fontes primárias de informação poderiam e deveriam incluir os inquéritos policiais, não apenas os processos. Se nos detivéssemos exclusivamente nos processos, certamente contaríamos com dados de qualidade superior, sobretudo disporíamos de indicações sobre os suspeitos ou acusados. Todavia, nosso universo seria muito mais reduzido e, pior, sofreria os efeitos de um filtro poderoso, determinado pela complexidade das variáveis envolvidas. Se tomarmos o ano de 1992 como exemplo, apenas 8,1% dos inquéritos de homicídios dolosos e 8,9% daqueles referentes a roubos seguidos de morte converteram-se em processo - até junho de 1994, no prazo médio de dois anos, portanto (ver tabelas 10 e 11). As diferenças entre o subuniverso dos processos e o macrouniverso dos inquéritos são significativas, conforme teremos oportunidade de demonstrar. Portanto, trabalhar exclusivamente com processos ou - ainda mais grave - com dados sobre

população carcerária, mesmo sendo possível e necessário, é arriscado e provavelmente condenado a erro, caso as conclusões sejam projetadas por inferência sobre o conjunto do mundo do crime. Esta a razão de nossa primeira decisão metodológica: cobrir todo o universo, recorrendo também aos inquéritos - além dos processos, naturalmente. Um preço resolvemos pagar, desde o início: descartaríamos qualquer esperança de levantar informações suficientes sobre os suspeitos. Ao ampliar o espectro do objeto empírico (ousar dizer algo sobre o conjunto dos crimes letais) e optar por instrumentos mais extensivamente disponíveis (os inquéritos), assumimos o ônus de restringir nosso foco ao conjunto das vítimas e de reduzir nossas expectativas quanto à qualidade das informações sobre as circunstâncias de cada ocorrência.

Procedimentos adotados e suas razões

Por que 1992? Por que considerar apenas a cidade? Iniciamos a pesquisa em dezembro de 1993. Seria irrealista tentar reunir os casos de 1993. O ano anterior oferecia as melhores chances de que viéssemos a contar com dados ainda atuais e razoavelmente completos. Por outro lado, certamente seria importante conhecer a situação de todo o estado, particularmente da baixada fluminense, até para que o contraste lançasse luz sobre cada específica realidade investigada. No entanto, prazo curto e orçamento apertado recomendaram cautela. Em pouco tempo atestamos o acerto desta decisão. As dificuldades práticas são consideráveis, mesmo quando nos restringimos ao âmbito da cidade. Dispondo, agora, de modelos já testados e experiência acumulada, os passos mais ousados talvez estejam maduros.

Houve, em 1992, na Cidade do Rio de Janeiro, 3.548 vítimas de homicídios dolosos, correspondentes a 3.236 registros, e 157 registros de latrocínios (ver tabelas 1, 2 e

3, nas quais constam as respectivas distribuições pelas delegacias em que foram feitos os registros).¹ O estudo destes fenômenos requer a definição de uma amostra, e através de sua análise o conjunto dos casos pode vir a ser indutivamente conhecido. O desenho desta amostra apresentou, na experiência de nossa pesquisa, um desafio especialmente relevante: compreender, entre as variações observáveis no universo em foco, a dispersão ecológica das ocorrências, de modo que o maior número possível de unidades de produção dos dados, isto é, a maior quantidade possível de delegacias, pudesse ser incluído.

Como algumas delegacias apresentaram números relativamente muito pequenos das ocorrências que nos interessavam, incluí-las todas elevaria demasiadamente o número de inquéritos pertinentes à amostra, tornando-a improduti-va. Algumas, portanto, foram agrupadas, respeitando-se a correspondência entre as áreas da cidade sob suas respectivas jurisdições e os espaços definidos pelas RAs. Este primeiro trabalho resultou na construção de uma amostra de 486 inquéritos relativos a homicídios dolosos. Com o preenchimento dos questionários, reunimos 422 casos, envolvendo um total de 500 vítimas. Este número de casos, graças à sua distribuição proporcional pelas delegacias selecionadas, garante o poder indutivo de nossos dados, tornando-se dispensável considerar os 486 inquéritos apontados pelo cálculo amostral. Neste caso específico, a amostra é representativa e tecnicamente adequada, tanto para os inquéritos, quanto para as vítimas.

Os 157 registros de roubos seguidos de morte exigiram estratégia diversa. Sendo pequeno o número, preferimos incluir todos os casos que encontrássemos nas delegacias selecionadas pela amostra referida a homicídios dolosos. Reunimos, adotando este procedimento, 45 casos, que envolvem 49 vítimas.²

Elaboramos um questionário a partir do exame do modelo de inquérito e de um breve pré-teste. Incluímos três unidades: sobre o inquérito (inclusive o tipo de acusação, homicídio doloso ou roubo seguido de morte); sobre as vítimas, os acusados (ou suspeitos) e as testemunhas; sobre o crime. Para que se entenda o percurso da pesquisa é preciso conhecer o itinerário dos dados.

Eis o caminho das informações, ou as etapas de construção do dado primário – percorrido na contramão, desenha o calvário do pesquisador: 1) a ocorrência é denunciada ou simplesmente descoberta pela própria polícia; 2) no documento chamado Registro de Ocorrência (RO) da delegacia, em cuja jurisdição o corpo foi encontrado, é lançada sua descrição sucinta; 3) a descrição é transferida – e ampliada (se possível) – para o Livro Tombo, onde todos os registros de todos os delitos são anotados, na ordem em que são conhecidos; 4) o delegado obrigatoriamente abre um inquérito relativo ao crime cuja consequência é a morte da vítima; 5) no prazo de um mês o inquérito deve ser encaminhado à Central de Inquéritos, instância do Ministério Público responsável pelo exame da consistência do documento elaborado pela Delegacia Policial e (5.1) por seu envio a alguma Vara de Justiça, onde, convertido em processo, receberá o tratamento jurídico adequado, cujo desfecho mais eficiente

corresponde a (5.1.1) um julgamento, em que uma sentença é pronunciada, determinando (5.1.2) absolvição ou condenação dos acusados e, neste último caso, (5.1.3) seu encarceramento, sob responsabilidade do Juizado de Execuções Penais. (5.2) Quando o inquérito é considerado insuficientemente instruído, é devolvido à delegacia para posteriores investigações, respeitado, mais uma vez, o prazo máximo de um mês, quando, independentemente do sucesso no aprimoramento da instrução do inquérito, ele tem de ser novamente remetido à Central de Inquéritos. As idas e vindas frequentemente se estendem por muito tempo. O movimento prossegue até que o Ministério Público acolha o inquérito e o transforme em processo, oportunidade em que a responsabilidade transfere-se para o Poder Judiciário ou (5.3) que seja decidido seu arquivamento.

A rotina dos pesquisadores de campo previa, conseqüentemente, as seguintes etapas: 1) dirigir-se a uma delegacia incluída na amostra; 2) procurar, no Livro Tombo, os registros dos delitos que nos importavam; 3) selecionar determinada quantidade destes, segundo a tabela de números aleatórios especialmente confeccionada para aquela delegacia. Identificados os casos pertinentes, tratava-se de: 4) descobrir onde se encontravam tais inquéritos (na própria delegacia, na Central de Inquéritos ou em alguma Vara, já transformados em processos); 5) encontrado o documento, o questionário passava a ser preenchido. Suas perguntas – esta a nossa intenção – interpelavam o inquérito com o mínimo de ambigüidade, visando absorver o máximo de informações.

Checados e codificados os questionários, o banco de dados pôde ser alimentado. O ciclo se fechou com o estudo dos dados agregados, combinados e cruzados, segundo variáveis analiticamente relevantes. O presente relatório representa o resultado mais geral da análise dos dados.

Síntese dos principais resultados

As reações generalizadas na opinião pública à criminalidade violenta no Rio de Janeiro têm atuado como fator de agravamento da situação, em três níveis distintos: 1) sendo uma experiência humana plena, a violência é vivida como fenômeno simultaneamente objetivo e subjetivo, a tal ponto que sentir medo desnecessário não dói menos que temer por motivos objetivos ou racionais. Portanto, mesmo que as situações objetivamente não sejam violentas, passarão a sê-lo para os atores sociais que as experimentarem com medo, sentindo-se ameaçados ou sob risco. Uma vez que a voz geral fantasia um quadro terrível, descontrolado e irreversível, a tendência será a intensificação das experiências negativas; 2) quem supõe a iminência do ataque alheio previne-se com a agressão defensiva antecipada. A generalização do medo amplia a incerteza virtualmente presente nas interações sociais, reduzindo a estabilidade das expectativas e incrementando as chances de que violências sejam efetivamente perpetradas. A profecia negativa tende a cumprir-se por obra e graça de sua própria difusão; 3) visões gerais simplificadoras sobre a problemática da criminalidade violenta constituem a contrapartida natural do que temos chamado “cultura do medo”, cuja característica principal seria a iden-

tificação de qualquer fenômeno violento, não importando a medida, como apenas mais uma manifestação da “decadência do Rio de Janeiro” ou da “degradação da sociabilidade carioca”. Desse modo, confundem-se problemas comuns a todas as metrópoles, questões mais especificamente culturais – ou psicoculturais –, como brigas de adolescentes, com crimes perpetrados por profissionais da delinqüência. A confusão serve às ideologizações, mas jamais à elaboração de políticas públicas eficientes.

Como os únicos instrumentos de que dispomos são a palavra e a informação, temos procurado bloquear e dissolver a cultura do medo, discutindo-a, informando a opinião pública e, sobretudo, chamando a atenção para a necessidade de diferenciar tipos de práticas violentas e delituosas, de distinguir e compreender a especificidade de cada dinâmica geradora de violência. Assim, talvez as tensões se diluam parcialmente e os objetivos apontados para políticas públicas socialmente orientadas comecem a substituir, no imaginário social, o clamor por ordem autoritária.

Nesse sentido, são bastante úteis os resultados da pesquisa. Desde logo porque demonstram claramente que não há uma distribuição homogênea da vitimização e, portanto, do risco, na cidade, entre as classes sociais, os grupos de idade, os sexos, as etnias. As situações são profundamente diferenciadas. Convivem, entre nós, padrões europeus – no que diz respeito a homicídios dolosos e roubos seguidos de morte – e padrões americanos. Taxas elevadíssimas e outras, muito diferentes, bastante razoáveis. As cidades que convivem no Município do Rio de Janeiro são divididas basicamente pela renda, pelo acesso à riqueza expresso pela escolaridade; e a diferença entre as “cores” retrata a primeira divisão iníqua, em prejuízo dos não brancos. O crime letal continua compondo um universo quase exclusivamente masculino. Os que pagam o preço mais dramático são os jovens. Ou seja, as vítimas principais da pior forma de criminalidade violenta, em nossa cidade, são jovens, pretos e pardos, pobres, com baixa escolaridade.

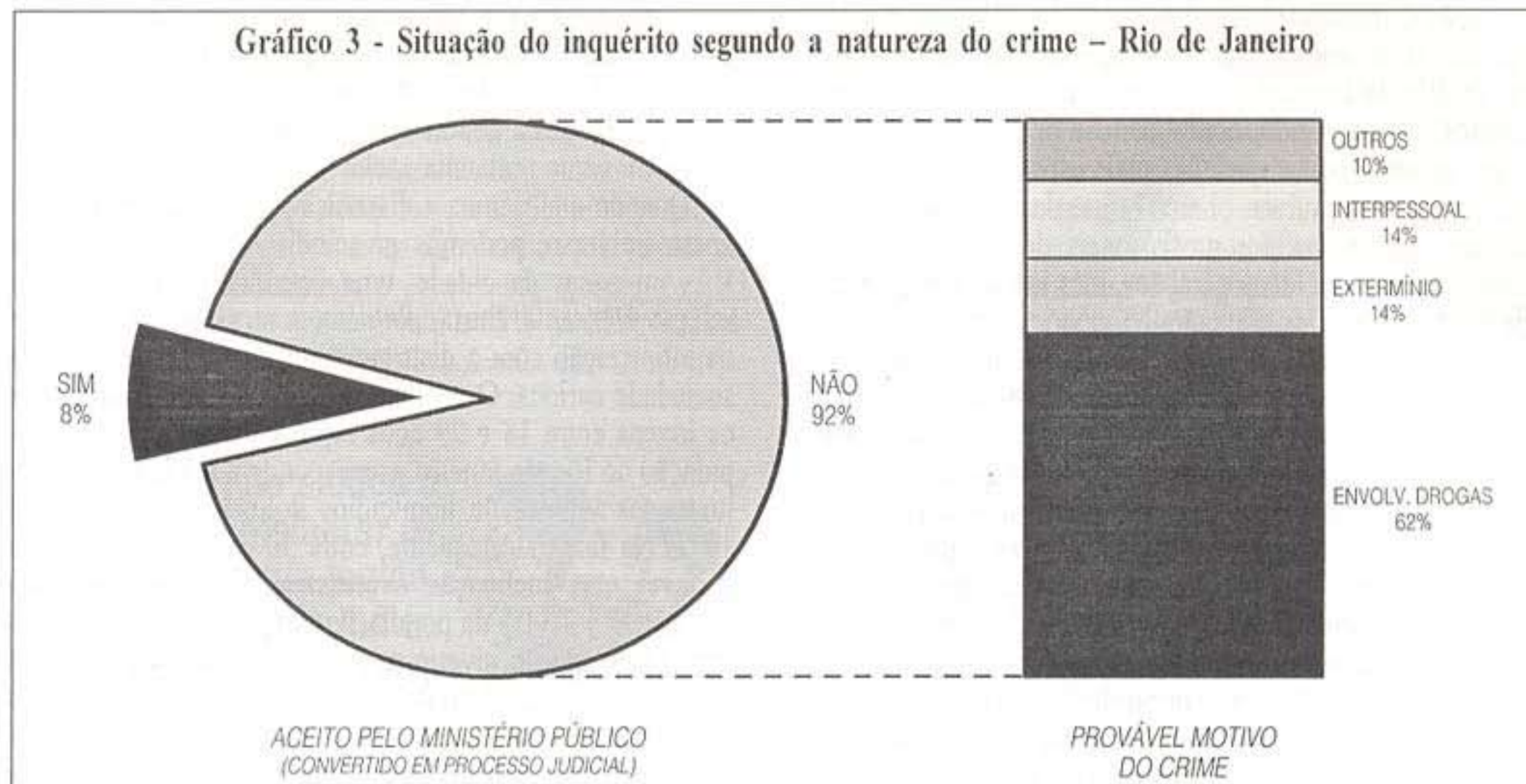
É importante ter esta diferenciação em mente quando pensarmos na violência do Rio de Janeiro. Existe risco elevado? Depende da renda, da cor, da idade e do sexo. Qualquer resposta genérica será injusta e obscurecerá os fenômenos que pretendia esclarecer.

Quando analisamos a disposição das faixas etárias em nosso universo, podemos prescindir de ponderações por RAs ou zonas da cidade, uma vez que se trata de uma relação constante. Basta, portanto, contrastar o perfil etário da vitimização com a distribuição dos grupos de idade na sociedade carioca. O resultado é impressionante: enquanto os jovens entre 18 e 29 anos representam 20,38% da população do Rio de Janeiro, correspondem a 57,7% do conjunto das vítimas de homicídios dolosos, na cidade, em 1992. Na faixa subsequente, entre 30 e 34 anos, continua a haver uma inclinação expressiva, no mesmo sentido: equivalem a 8,34% da população e representam 15,3% das vítimas. A relação inverte-se quando consideramos as pessoas com mais de 35 anos: sendo 38,3% da população, não passam de 19,7% do conjunto das vítimas. Se desagregarmos as faixas consideradas, veremos que o desvio se concentra sobretudo entre 18 e 24 anos, grupo etário que representa 35,2% do conjunto das vítimas e apenas 11,88% da população da cidade (ver tabela 12).

Quando focalizamos os roubos seguidos de morte, o quadro se altera (anexo há tabelas). Os jovens entre 18 e 29 anos continuam super-representados (são 36,3%, dos casos observados, contra 20,38%, na população da cidade, conforme tabela 13), mas a composição deste particular grupo de vítimas é especialmente concentrado: 57,1% das vítimas descritas como “pretas” encontram-se nesta faixa jovem, assim como 55,6% daquelas registradas sob a rubrica “pardos”. Por contraste, entre as vítimas do latrocínio classificadas como “brancas”, apenas 26,9% tinham entre 18 e 29 anos no momento em que foram assassinadas, enquanto 61,5% tinham mais do que 35 anos (ver tabela 14). Esta forte concentração, tão contrastante com as distribuições observa-



Gráfico 3 - Situação do inquérito segundo a natureza do crime – Rio de Janeiro



das entre pretos e pardos, força os números totais para cima: 47,7% do conjunto das vítimas de roubos seguidos de morte ocupam (ou ocupavam) a faixa etária superior aos 35 anos. Lembremo-nos que somente 38,3% da população do Rio de Janeiro compõem este grupo de idade, segundo o Censo de 1991 (IBGE). Observe-se que, quando se trata de latrocínio, a variável étnica (ou cor) não parece independente. Em outras palavras, apesar do baixo número de casos impedir um cálculo exato, os dados sugerem que a cor, qualquer que seja, não está associada a maior ou menor incidência de (e talvez tendência à) vitimização, se pensamos na dinâmica específica do roubo seguido de morte. Entretanto, se combinarmos idade e cor, aí sim, diremos que pretos e pardos jovens (situando-se entre 18 e 29 anos) e, sobretudo, brancos com mais de 35 anos são mais sujeitos a se tornarem vítimas desta modalidade de crime.

Dividindo a cidade em três grandes conjuntos de RAs, para examinar a relação entre cor e vitimização por homicídio doloso, verificaremos que os desvios são fortemente significativos, indicando a significância da correlação entre as cores pretas e pardas e as probabilidades de se tornarem vítimas. Os brancos são 81,22% da população do conjunto que chamaremos Zona Sul-Tijuca, mas representam apenas 33,3% das vítimas. Enquanto isso, os pretos são 7,43% da população e 32,4% do conjunto das vítimas residentes nesta região. Os pardos são 11,35% da população e 34,3% do conjunto das vítimas, segundo nossa amostra. O mesmo se verifica na região Centro-Zona Norte: os brancos são 37,6% das vítimas, os pretos 19,7% e os pardos 42,7%. Na população, representam, respectivamente: 61%, 10,1% e 28,8%. No conjunto de RAs que denominamos Zona Oeste-Subúrbios, entre as vítimas, 41,5% são brancos, 18,9% pretos e 39,6% pardos, contra suas respectivas participações na população, respectivamente: 55,6%, 13,1% e 31,3% (ver tabela 15, com a classificação das RAs anexada).

Dada a pobreza de informações contidas nos inquéritos, não foi possível construir o perfil sócio-econômico da víti-

ma, diretamente. No entanto, a magnitude da significância da associação entre as variáveis cor e vitimização letal, no contexto sociológico brasileiro, autoriza a inferência já mencionada: a criminalidade atingiu, em 1992, na Cidade do Rio de Janeiro, predominantemente os mais pobres e aqueles que apresentam índices inferiores de escolaridade. Quando nos referimos ao contexto sociológico brasileiro, pensamos nos estudos realizados por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, que têm demonstrado a natureza etnicamente discriminatória de nossas iníquas estruturas sociais. Em outras palavras, é perfeitamente razoável, do ponto de vista sociológico, deduzir da concentração étnica de nosso padrão de vitimização a natureza heterogênea e concentrada da distribuição dos riscos entre as classes sociais: os mais pobres e menos instruídos (ou os menos instruídos, que, no Brasil e no Rio, são os mais pobres) foram as principais vítimas da criminalidade mais violenta, em 1992, no Rio de Janeiro – mesmo consideradas as ponderações pela distribuição de renda e escolaridade que caracteriza a sociedade carioca – neste caso, um retrato do Brasil.

Entre as vítimas de homicídios dolosos, apenas 9,6% são mulheres (ver tabela 16). A proporção é praticamente a mesma quando se trata de roubos seguidos de morte: 8,9% das vítimas são mulheres (ver tabela 17). A variável gênero se associa positivamente a crimes de natureza interpessoal, os quais correspondem a 20,1% do total (como os inquéritos são extremamente pobres e precários, apenas uma parcela apresenta informações suficientes para que se depreenda a natureza do crime – este percentual diz respeito à participação deste tipo de crime no conjunto de 164 casos sobre o qual há informações pertinentes (ver tabela 18). Quando os homicídios apresentam esta característica, 15,2% das vítimas – e não mais 9,6% – são do sexo feminino (ver tabela 19). A associação é corroborada pelo fato de, quando as vítimas são mulheres, a arma de fogo continuar predominando, como instrumento do crime, mas em menor proporção: armas brancas e outras são instrumentos

da morte em apenas 8% dos homicídios dolosos cujas vítimas são homens. Em 92% dos casos, as armas de fogo são usadas. Quando as mulheres são as vítimas, em 14,3% dos casos armas de fogo não são usadas (ver tabela 20).

As mulheres vítimas de homicídios dolosos são assassinadas sobretudo entre 18 e 29 anos (48,9%), mas a distribuição etária mostra um padrão diferente daquele desenhado pela vitimização masculina. As mulheres continuam expostas a risco considerável por mais tempo. Em 1992, 29,8% das mulheres assassinadas no Rio de Janeiro tinham mais de 35 anos, enquanto apenas 18,6% dos homens mortos encontravam-se nesta faixa (ver tabela 21). Por outro lado, as mulheres morrem mais em casa do que os homens: 22,9% contra 10% (ver tabela 22 e gráfico 1). Os dados confirmam tendência já identificada pela PNAD (*Vitimização e Justiça*, 1988), IBGE. As mulheres sofrem mais que os homens a violência doméstica. Geralmente, os agressores são exatamente os homens: maridos, companheiros, parentes, amigos e conhecidos (ver Soares *et alii*, *Violência contra a mulher: levantamento e análise de dados sobre o Rio de Janeiro em contraste com informações nacionais*, Núcleo de Pesquisa do ISER, apoio FAPERJ, 1993).

Não há mulheres vítimas de homicídio classificado como “extermínio”, na amostra, enquanto 15,2% dos homens assassinados aparecem como vítimas deste tipo de crime. Por outro lado, apenas 19,3% dos homens vitimizados morreram em “conflito interpessoal”, enquanto, entre as mulheres vítimas de homicídio, estes casos representam 26,3% do conjunto. Quando há envolvimento da vítima com droga, a diferença entre os gêneros é pequena: a constatação de envolvimento ocorre em 56,6% dos casos em que as vítimas são homens e em 63,2% dos casos em que as mulheres sofrem o crime (ver tabela 23). Por envolvimento com drogas entendemos relações diretas ou indiretas com as drogas: tráfico, consumo ou relações estreitas com traficantes e/ou consumidores frequentes ou regulares.

Assinale-se o fato de que em muitos inquiridos não há informações a respeito, o que não significa negação das relações em pauta. Estamos inclinados a crer que nossos números estejam subestimando o valor desta variável.

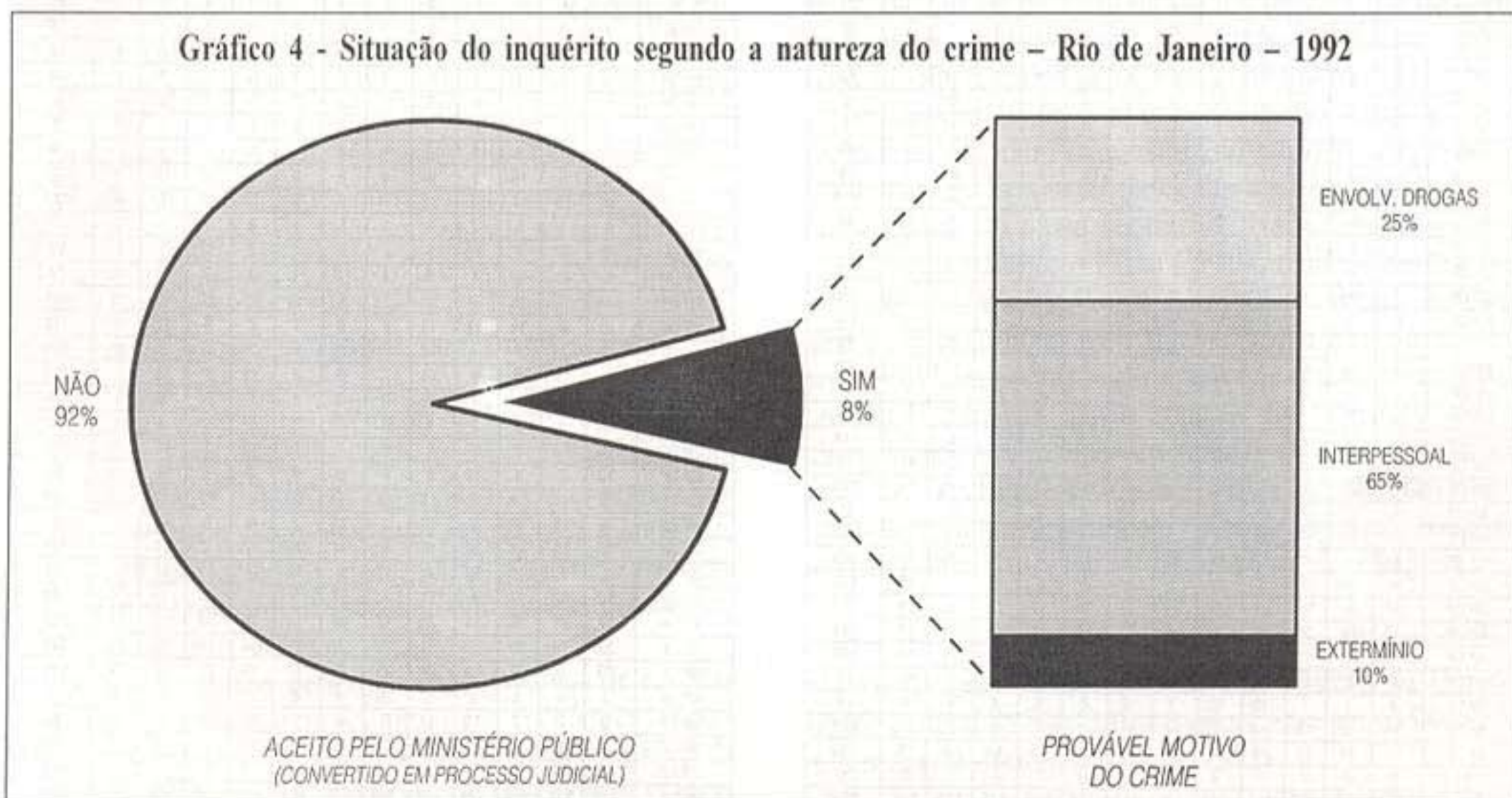
Os tipos de conflito que qualificam o homicídio, as armas do crime, o local em que ocorre e os principais grupos de idade atingidos constituem, quando analisados em conjunto, padrões diferenciados por gênero.

A variável “provável motivo do crime” sugere uma correlação entre os motivos “conflito interpessoal” e “extermínio” e a vitimização de grupos de idade mais elevada: entre os que foram assassinados supostamente por motivos ligados a conflitos interpessoais, em 1992, 35,5% tinham mais de 35 anos (ver tabela 19), enquanto 45% encontravam-se na mesma faixa etária quando foram mortos, supostamente por práticas criminosas denominadas “extermínio”, no mesmo ano (ver tabela 24). Quando as drogas ocupam o centro das suspeitas, configura-se um universo no qual apenas 15,6% das vítimas tinham mais de 35 anos (ver tabela 25 e gráfico 2).

Isto provavelmente sugere que, na medida em que avança a dinâmica violenta das drogas (acionada pelas disputas por poder, armas e territórios entre grupos de traficantes), tende a expandir-se a proporção de jovens no conjunto das vítimas. O crescimento do mercado das drogas equivale a um processo em que o perfil da vítima fatal torna-se cada vez mais jovem.

Outra hipótese plausível poderia ser formulada: com o comércio das drogas (e das armas) em expansão, haveria uma tendência no sentido da indistinção crescente entre práticas de extermínio e conflito entre grupos de traficantes. Afinal, se os “exterminadores” são, por definição, cooptáveis – sendo profissionais do crime, a serviço de interesses locais ou de supostas “causas saneadoras” –, terminariam atraídos pela gravitação do novo pólo que concentra recursos, potenciais e estratégias “promissoras”: o tráfico de drogas.

Gráfico 4 - Situação do inquirido segundo a natureza do crime – Rio de Janeiro – 1992



Uma informação preocupante nos sugere a magnitude da impunidade: somente 8,1% dos inquéritos sobre homicídios dolosos e 8,9% dos inquéritos sobre roubos seguidos de morte (ver tabelas 10 e 11), instaurados em 1992, foram, até junho de 1994, suficientemente instruídos pelas investigações da Polícia Civil e se converteram em processo, propiciando ao Poder Judiciário a chance de cumprir suas funções, pronunciando-se sobre responsabilidades e penalizando culpados. Além disso, é significativo que, entre os inquéritos de nossa amostra que já se transformaram em processos 61,1% referiam-se a causas interpessoais, exatamente as menos graves, do ponto de vista da dinâmica criminal. Lembremo-nos que os crimes interpessoais são apenas 20,1% do total de casos. Em poucas palavras, os crimes efetivamente graves, isto é, associados a carreiras criminais e a dinâmicas tendentes a reproduzir-se, praticamente não são apurados (ver tabelas 18 e 26 e gráficos 3 e 4). Os dados são tão impressionantes que talvez traduzam mais que ineficiência. Quando se trata, não de delitos em geral (o que seria razoável, mesmo nos países centrais), mas dos crimes de morte, 92% de impunidade é uma taxa assombrosa, que sugere, pela magnitude, cumplicidade da Polícia Civil, responsável pelas investigações na fase de instrução dos inquéritos, ou sua falência definitiva.

Identificar os problemas e hierarquizar-los são passos indispensáveis a um enfrentamento mais objetivo da criminalidade. É tempo de substituirmos as impressões simplificadoras, que têm alimentado propostas autoritárias, pela discussão mais séria e madura dos diferentes problemas,

respeitando-se suas especificidades e atentando para suas profundas raízes sociais. Nesse sentido, devemos reconhecer publicamente a disposição democrática com que o governo do Estado do Rio de Janeiro (do período em que realizamos nosso trabalho) abriu todas as suas fontes de dados para pesquisadores independentes, visando transparência e um debate público de nível superior ao que temos assistido. Cumpriu-nos responder com rigor no tratamento dos dados e na consistência da análise, colaborando para o esforço comum, que se orienta, seja para o aperfeiçoamento das informações sobre a problemática da criminalidade violenta, seja para a avaliação criteriosa e responsável de políticas públicas de segurança. Esperamos que transparência e cuidado honesto com os dados continue sendo valores e práticas dominantes na área de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, de agora em diante, não importando as mudanças políticas que se sucederem ou os compromissos ideológicos dos futuros governantes. Esta é uma conquista da sociedade fluminense, que o país precisa adotar. Em meio a tragédias, cifras mórbidas e números lúgubres, afinal há algum motivo de orgulho e de estímulo a mudanças das instituições de segurança pública na direção democrática: aquela em que se combinam eficiência, honestidade e respeito aos direitos civis.

Esta pesquisa foi patrocinada pela FAPERJ, com o apoio do ISER, e se realizou no âmbito do Núcleo de Pesquisa do ISER, em colaboração com o Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

Tabela 1 - Homicídios (registros)

	Meses												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1ª DP	0	2	0	1	3	1	3	0	0	1	0	1	12
2ª DP	5	2	5	2	4	6	5	3	5	1	3	2	43
3ª DP	1	2	2	3	0	2	1	1	4	4	0	2	22
4ª DP	6	2	3	3	2	1	2	1	0	0	3	0	23
5ª DP	2	2	0	4	3	2	1	3	2	1	1	1	22
6ª DP	7	6	10	3	2	3	4	1	3	2	3	2	46
7ª DP	3	3	5	0	0	1	4	1	3	3	7	1	31
8ª DP	4	3	2	6	3	3	0	1	3	3	2	2	32
9ª DP	4	4	0	0	1	2	1	1	2	2	2	1	20
10ª DP	1	3	4	1	0	3	3	2	0	0	2	1	20
11ª DP	1	1	0	0	0	0	3	2	0	1	0	1	9
12ª DP	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	0	7
13ª DP	0	1	3	0	1	1	3	2	3	2	6	1	23
14ª DP	6	6	14	7	5	4	6	5	6	8	9	3	79
15ª DP	13	13	16	10	11	7	6	9	10	9	6	4	114
16ª DP	4	4	2	2	2	1	1	1	0	1	1	5	24
17ª DP	4	6	7	10	2	7	6	7	8	10	7	9	83
18ª DP	5	7	10	4	5	4	4	2	9	6	7	10	73
19ª DP	3	18	15	17	21	7	5	12	16	11	17	14	156
20ª DP	12	8	14	11	13	9	8	7	7	4	12	7	112
21ª DP	5	6	9	6	10	7	7	5	7	9	5	8	84
22ª DP	6	16	6	3	14	7	8	8	10	7	11	8	104
23ª DP	1	4	1	4	4	7	3	1	5	4	5	4	43
24ª DP	3	2	2	2	2	0	1	3	8	4	3	6	36
25ª DP	17	13	8	15	8	7	7	6	9	7	9	10	116
26ª DP	10	7	9	4	5	5	7	9	1	5	6	11	79
27ª DP	13	12	10	6	12	15	6	4	3	12	10	12	115
28ª DP	10	11	10	7	8	2	10	7	6	0	12	4	87
29ª DP	16	14	21	10	8	7	10	14	10	8	10	16	144
30ª DP	6	7	17	12	14	11	8	12	4	11	15	12	129
31ª DP	16	10	17	6	14	5	9	8	7	6	11	19	128
32ª DP	17	31	38	11	20	16	23	16	17	22	12	19	242
33ª DP	20	19	39	22	31	18	23	19	14	19	23	17	264
34ª DP	19	32	17	22	24	22	14	17	18	25	25	19	254
35ª DP	6	5	5	2	8	10	4	6	8	10	5	9	78
36ª DP	9	2	7	10	10	3	5	6	8	5	5	4	74
37ª DP	21	10	13	14	15	11	17	21	12	7	6	10	157
38ª DP	12	19	16	11	13	10	11	12	10	14	7	15	150
DAI-RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	288	314	358	251	299	228	239	235	239	245	270	270	3236

Tabela 2 - Homicídios (vítimas)

	Meses												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1ª DP	0	2	0	1	3	1	3	0	0	1	0	1	12
2ª DP	5	2	5	2	4	6	6	3	7	1	3	2	46
3ª DP	1	2	2	3	0	2	1	1	4	4	0	2	22
4ª DP	6	2	3	3	2	1	2	1	0	0	3	0	23
5ª DP	2	2	0	4	3	2	1	3	2	1	1	1	22
6ª DP	9	7	10	3	2	3	4	1	4	2	3	2	50
7ª DP	5	4	5	0	0	1	4	1	3	4	8	1	36
8ª DP	4	3	2	7	3	3	0	2	3	3	2	2	34
9ª DP	4	4	0	0	1	2	1	1	3	3	2	1	22
10ª DP	1	3	4	1	0	3	3	2	0	0	2	1	20
11ª DP	1	1	0	0	0	0	3	2	0	1	0	1	9
12ª DP	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	0	7
13ª DP	0	1	3	0	2	1	4	4	3	2	8	1	29
14ª DP	6	6	16	7	5	4	8	5	8	10	12	3	90
15ª DP	15	15	17	12	12	7	6	9	10	13	7	4	127
16ª DP	4	4	5	2	2	1	1	1	0	1	1	5	27
17ª DP	4	6	7	12	5	8	6	7	8	12	8	9	92
18ª DP	5	7	10	4	5	4	4	2	9	6	7	11	74
19ª DP	13	18	18	21	23	7	5	16	17	12	18	15	183
20ª DP	12	8	14	11	13	9	8	7	7	5	12	9	115
21ª DP	6	7	9	7	10	7	15	6	11	9	5	8	100
22ª DP	6	16	6	3	14	7	8	8	13	7	15	8	111
23ª DP	1	4	1	4	4	7	3	1	5	5	6	9	52
24ª DP	3	2	2	2	2	0	1	3	8	4	3	6	30
25ª DP	19	14	8	17	8	8	7	6	12	7	11	10	127
26ª DP	10	7	9	14	5	5	7	9	2	5	6	11	90
27ª DP	19	13	13	6	15	15	6	6	4	15	11	13	136
28ª DP	10	11	10	7	10	2	13	7	6	0	13	4	93
29ª DP	16	16	21	10	10	8	11	15	12	9	14	18	160
30ª DP	7	7	19	12	14	12	9	14	4	11	15	12	136
31ª DP	16	10	17	6	21	6	11	9	7	8	12	25	148
32ª DP	17	31	38	11	20	17	26	19	18	22	12	21	252
33ª DP	22	19	39	22	31	18	23	21	14	19	26	21	275
34ª DP	23	38	21	23	24	25	16	19	19	25	30	22	285
35ª DP	7	5	5	2	9	10	4	6	8	10	6	9	81
36ª DP	9	2	7	10	11	3	6	7	10	6	7	4	82
37ª DP	21	10	13	15	16	13	21	24	16	7	18	11	185
38ª DP	13	19	19	11	16	10	11	13	12	17	7	17	165
Total	322	329	379	275	327	240	268	261	264	268	315	300	3548

Tabela 7 - Encontro de ossada (vítimas)

	Meses												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
5ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9ª DP	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
10ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12ª DP	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
13ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14ª DP	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
15ª DP	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
16ª DP	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
17ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
23ª DP	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
24ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
27ª DP	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
28ª DP	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
29ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31ª DP	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
32ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
33ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
34ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35ª DP	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2
36ª DP	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
37ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
38ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
40ª DP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	1	1	3	3	2	1	0	1	1	1	0	16

Tabela 9 - Encontro de ossada (vítimas)

	Meses												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1ª DP	1	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0	5
2ª DP	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	5
3ª DP	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5
4ª DP	1	0	1	0	3	0	1	0	0	0	0	1	7
5ª DP	1	0	1	0	1	0	1	2	0	0	2	0	8
6ª DP	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3
7ª DP	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	1	0	5
8ª DP	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	3	1	9
9ª DP	2	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	7
10ª DP	0	2	0	0	2	7	0	1	3	3	2	4	24
11ª DP	0	2	5	2	1	2	0	2	0	0	1	0	15
12ª DP	0	1	2	1	1	1	0	0	1	0	0	0	7
13ª DP	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	2	0	6
14ª DP	1	0	2	2	1	3	0	0	1	3	3	0	16
15ª DP	1	1	4	5	1	3	0	0	1	1	0	3	20
16ª DP	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	2	2	7
17ª DP	0	0	1	0	1	1	3	1	0	2	2	5	16
18ª DP	1	2	5	1	3	4	1	0	1	0	2	2	22
19ª DP	0	2	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	6
20ª DP	1	1	2	0	1	0	0	0	1	2	1	0	9
21ª DP	0	0	2	6	4	2	2	1	0	0	5	5	27
22ª DP	0	1	2	0	0	0	1	3	0	0	0	0	7
23ª DP	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	5
24ª DP	0	0	1	0	1	1	0	1	0	2	0	0	6
25ª DP	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3
26ª DP	0	0	0	0	2	0	2	0	1	2	4	1	12
27ª DP	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	2	5
28ª DP	2	0	1	2	1	2	0	2	0	1	2	2	15
29ª DP	0	0	1	0	2	0	0	0	3	1	0	1	8
30ª DP	0	0	1	2	1	4	2	4	4	3	1	1	23
31ª DP	1	2	0	6	3	1	2	3	0	0	0	4	22
32ª DP	3	3	6	2	2	2	3	0	1	3	4	0	29
33ª DP	2	0	1	0	0	2	1	2	1	0	2	1	12
34ª DP	2	2	4	2	2	3	1	1	1	4	0	4	26
35ª DP	0	1	0	0	0	3	0	2	0	4	4	1	15
36ª DP	1	1	2	0	2	1	2	1	0	0	1	0	11
37ª DP	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	3
38ª DP	0	0	0	1	3	1	0	1	0	2	0	0	8
Total	23	22	47	48	41	46	28	30	23	37	50	44	439

Tabela 8 - Morte suspeita (registros)

	Meses												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1ª DP	1	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0	5
2ª DP	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	5
3ª DP	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5
4ª DP	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	4
5ª DP	1	0	1	0	3	0	1	2	0	0	2	0	10
6ª DP	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3
7ª DP	0	0	0	2	1	0	0	0	2	0	1	0	6
8ª DP	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	3	1	9
9ª DP	2	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	7
10ª DP	0	2	0	0	2	7	0	1	3	3	2	3	23
11ª DP	0	2	5	2	1	2	0	2	0	0	1	0	15
12ª DP	0	1	2	1	1	1	0	0	1	0	0	0	7
13ª DP	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	2	0	6
14ª DP	1	0	2	2	1	3	0	0	1	3	2	0	15
15ª DP	1	1	4	5	1	3	0	0	1	1	0	3	20
16ª DP	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	2	2	7
17ª DP	0	0	1	0	1	1	3	1	0	2	2	5	16
18ª DP	1	2	5	1	3	4	1	0	1	0	2	2	22
19ª DP	0	2	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	6
20ª DP	1	1	2	0	1	0	0	0	1	2	1	0	9
21ª DP	0	0	2	6	4	2	2	1	0	0	5	5	27
22ª DP	0	1	2	0	0	0	1	3	0	0	0	0	7
23ª DP	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	5
24ª DP	0	0	1	0	1	1	0	1	0	2	0	0	6
25ª DP	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3
26ª DP	0	0	0	0	2	0	2	0	1	2	4	1	12
27ª DP	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	2	5
28ª DP	2	0	1	2	1	2	0	2	0	1	2	2	15
29ª DP	0	0	1	0	2	0	0	3	1	0	1	0	8
30ª DP	0	0	1	2	1	4	2	4	4	3	1	1	23
31ª DP	1	2	0	2	3	1	2	3	0	0	0	4	18
32ª DP	3	3	6	2	2	2	3	0	1	3	4	0	29
33ª DP	2	0	1	0	0	2	1	2	1	0	2	1	12
34ª DP	2	2	4	2	2	3	1	1	1	4	0	4	26
35ª DP	0	1	0	0	0	3	0	2	0	4	4	1	15
36ª DP	1	1	2	0	2	1	2	1	0	0	1	0	11
37ª DP	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	3
38ª DP	0	0	0	1	3	1	0	1	0	2	0	0	8
Total	23	22	47	44	41	46	28	30	23	37	49	43	433

Tabela 10 - Situação do inquérito - Homicídio

Situação do Inquérito	Freqüência	Porcentagem
Em Andamento, Arquivado, Relatado	388	91,9%
Processo	34	8,1%
Total	422	100,0%

Tabela 11 - Situação do inquérito - Latrocínio

Situação do Inquérito	Freqüência	Porcentagem
Em Andamento, Arquivado, Relatado	41	91,9%
Processo	4	8,9%
Total	45	100,0%

Tabela 12 - Faixa etárias das vítimas de homicídio

Grupos de Idade	Freqüência	Porcentagem
0 a 4 anos	1	2%
10 a 14 anos	003	6%
15 a 17 anos	30	

Tabela 15 - Homicídios dolosos segundo cor e zona de residência da vítima: comparação de amostra e distribuição de cor na população

Cor da vítima	Zona de Residência da Vítima					
	Centro / Zona Norte		Zona Sul / Tijuca		Zona Oeste / Subúrbios	
	Pop.	Amost.	Pop.	Amost.	Pop.	Amost.
Branca	61,0%	37,6%	81,22%	33,3%	55,6%	41,5%
Preta	10,1%	19,7%	7,43%	32,4%	13,1%	18,9%
Parda	28,8%	42,7%	11,35%	34,3%	31,3%	39,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Zona Sul / Tijuca		Centro / Zona Norte		Zona Oeste / Subúrbios	
IV - Botafogo	I - Portuária	XIII - Méier	XVII - Bangu		
V - Copacabana	II - Centro	XIV - Irajá	XVIII - Cpo. Grande		
VI - Lagoa	III - Rio Comprido	XV - Madureira	XIX - Sta. Cruz		
VIII - Tijuca	VII - S. Cristóvão	XVI - Jacarepaguá	XXII - Anchieta		
IX - V. Isabel	X - Ramos	XX - Ilha do Governador	XXV - Pavuna		
XXIV - Barra	XI - Penha	XXI - Paqueta	XXVI - Guaratiba		
	XII - Inhaúma	XXIII - Sta. Teresa			

Fontes: CIN - Censo Institucional 1992
IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios / PNAD - 1988

Tabela 16 - Vítimas de homicídio segundo sexo

Sexo da Vítima	Freqüência	Porcentagem
Homem	452	90,4%
Mulher	48	9,6%
Total	500	100,0%

Tabela 17 - Vítimas de latrocínio segundo sexo

Sexo da Vítima	Freqüência	Porcentagem
Homem	41	91,1%
Mulher	4	8,9%
Total	45	100,0%

Tabela 18 - Provável motivo do crime

Provável Motivo do Crime	Freqüência	Porcentagem
Conflito Interpessoal	33	20,1%
Envolvimento com Drogas	94	57,3%
Exterminio	22	13,4%
Outros	15	9,1%
Total	164	100,0%

Tabela 19 - Provável motivo do crime

Conflito Interpessoal	Freqüência	Porcentagem
Cor da Vítima		
Branca	15	46,9%
Preta	5	15,6%
Parda	12	37,5%
Total	32	100,0%
Grupos de Idade		
10 a 14 anos	1	3,2%
15 a 17 anos	2	6,5%
18 a 29 anos	11	35,5%
30 a 34 anos	6	19,4%
35 ou mais	11	35,5%
Total	31	100,0%
Sexo da Vítima		
Homem	28	84,8%
Mulher	5	15,2%
Total	22	100,0%

Tabela 20 - Vítimas de homicídio segundo tipo de arma do crime e sexo

Tipo de Arma	Sexo da Vítima			
	Homem		Mulher	
	Freqüência	Porcentagem	Freqüência	Porcentagem
Arma de Fogo	371	92,1%	36	85,7%
Arma Branca	16	4,0%	1	2,4%
Outros	16	4,0%	5	11,9%
Total	403	100,0%	42	100,0%

Tabela 21 - Vítimas de homicídio segundo grupos de idade e sexo

Grupos de Idade	Sexo da Vítima			
	Homem		Mulher	
	Freqüência	Porcentagem	Freqüência	Porcentagem
0 a 4 anos	1	2%		
10 a 14 anos	2	5%	1	2,1%
15 a 17 anos	27	6,4%	3	6,4%
18 a 29 anos	249	69,7%	23	48,9%
30 a 34 anos	66	15,6%	6	12,8%
35 ou mais	79	18,6%	14	28,8%
Total	424	100,0%	47	100,0%

Tabela 22 - Vítimas de homicídio segundo local do crime e sexo

Local do Crime	Sexo da Vítima			
	Homem		Mulher	
	Freqüência	Porcentagem	Freqüência	Porcentagem
Logradouro Público	239	72,2%	20	57,1%
Residência	33	10,0%	8	22,9%
Local de Trabalho	7	2,1%		
Botequim	6	1,8%	2	5,7%
Ignorado	12	3,6%	1	2,9%
Outros	33	10,0%	4	11,4%
Ao Lado da DP	1	,3%		
Total	331	100,0%	35	100,0%

Tabela 23 - Vítimas de homicídio segundo provável motivo do crime e sexo

Provável Motivo do Crime	Sexo da Vítima			
	Homem		Mulher	
	Freqüência	Porcentagem	Freqüência	Porcentagem
Conflito Interpessoal	28	19,3%	5	26,3%
Envolvimento com Drogas	82	56,6%	12	63,2%
Exterminio	22	15,2%		
Outros	13	9,0%	2	10,5%
Total	145	100,0%	19	100,0%

Tabela 24 - Provável motivo do crime

Exterminio	Freqüência	Porcentagem
Cor da Vítima		
Branca	10	55,6%
Preta	2	11,1%
Parda	6	33,3%
Total	18	100,0%
Grupos de Idade		
10 a 14 anos		
15 a 17 anos	1	5,0%
18 a 29 anos	10	50,0%
30 a 34 anos		
35 ou mais	9	45,0%
Total	20	100,0%
Sexo da Vítima		
Homem	22	100,0%
Mulher		
Total	22	100,0%

Tabela 25 - Provável motivo do crime

Envolvimento com Drogas	Freqüência	Porcentagem
Cor da Vítima		
Branca	24	28,2%
Preta	20	23,5%
Parda	41	40,2%
Total	85	100,0%
Grupos de Idade		
10 a 14 anos		
15 a 17 anos	4	4,4%
18 a 29 anos	52	57,8%
30 a 34 anos	20	22,2%
35 ou mais	14	15,6%
Total	90	100,0%
Sexo da Vítima		
Homem	82	87,2%
Mulher	12	12,8%
Total	94	100,0%

Tabela 26 - Situação do inquérito segundo sexo da vítima, provável motivo do crime, grupos de idade e cor da vítima

	Situação do Inquérito			
	Em Andamento, Arquivado, Relatado		Processo	
	Freqüência	Porcentagem	Freqüência	Porcentagem
Sexo da Vítima				
Homem	359	92,5%	29	85,3%
Mulher	29	7,5%	5	14,7%
Total	388	100,0%	34	100,0%
Provável Motivo do Crime				
Conflito Interpessoal	18	15,4%	11	61,1%
Envolvimento com Drogas	68	58,1%	5	27,8%
Exterminio	16	13,7%	2	11,1%
Outros	15	12,8%		
Total	117	100,0%	18	100,0%
Grupos de Idade				
0 a 4 anos	1	,3%		
10 a 14 anos	1	,3%	1	3,1%
15 a 17 anos	27	7,3%	3	9,4%
18 a 19 anos	37	10,0%	1	3,1%
20 a 24 anos	92	24,9%	3	9,4%
25 a 29 anos	82	22,2%	9	28,1%
30 a 34 anos	57	15,4%	5	15,6%
35 anos ou mais	72	19,5%	10	31,3%
Total	369	100,0%	32	100,0%
Cor da Vítima				
Branca	142	39,3%	9	29,0%
Preta	92	25,5%	4	12,9%
Parda	127	35,2%	18	58,1%
Total	361	100,0%	31	100,0%

Notas

(1) A pesquisa contou com a participação de grande número de colegas em suas diversas fases. Foram pesquisadores de campo: Ahyas Siss, Alba Gisele Gouget, Dario de Souza e Silva Filho, Edgard da Cunha Amorim, Fernanda Cristina Fernandes, Maria Helena Viana Souza, Nilton Silva dos Santos, Paulo Henrique Barbosa Dias, Paulo Jorge da Silva Ribeiro, Pedro H. Villas Boas Castelo Branco. André Melo colaborou de distintas formas. Dra. Teresa Barbosa desenhou o plano amostral e nos ofereceu segura assessoria metodológica em vários momentos do trabalho. Seus orientandos José Carlos Martins Leite, Márcio de Souza Pinto e Phillippe George Pereira Guimarães Leite colaboraram na geração do banco de dados e na

produção de tabelas e gráficos. A todos eles nosso reconhecimento pela competência e dedicação. De fato, como os pesquisadores de campo, são co-autores da pesquisa. Nossos agradecimentos estendem-se a todos aqueles que tornaram possível nosso trabalho. Em primeiro lugar ao ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Nilo Batista, que desde o início do projeto, ainda quando vice-governador (e secretário de Justiça e de Polícia Civil), apoiou a realização de pesquisas independentes sobre a área de segurança pública, franqueando inteiramente o acesso aos dados disponíveis, nos mais diferentes níveis, sem jamais, por qualquer meio, direta ou indiretamente, interferir em nossos cálculos e análises. Este é certamente um exemplo raro de transparência, rigor ético e atitude democrática por parte de uma autoridade de sua categoria. Nosso desejo é ver este tipo de relação entre Estado e sociedade civil generalizar-se. De nossa parte, procuramos responder investindo todos os nossos esforços no trabalho para que ele alcançasse a melhor qualidade possível, credenciando-se a apoiar a formulação de políticas públicas. Além do Exmo. Governador, é necessário manifestar nossos agradecimentos à Dra. Vera Malaguti Batista, cujo apoio permanente e sempre gentil ajudou-nos a enfrentar e vencer cada dificuldade. Agradecemos também, por nos franquear o acesso aos processos que se encontravam nas Varas, ao Exmo. Sr. Juiz Antonio Cesar Siqueira, corregedor-geral da Justiça, e ao Exmo. Sr. Desembargador José Domingos de Moledo Sartori. Por nos permitir o acesso aos inquéritos que se encontravam na Central de Inquéritos do Ministério Público, agradecemos aos Exmos. Srs. Promotores Luiz Otávio de Freitas e Guilherme Eugênio Vasconcelos e ao supervisor da Central de Inquéritos-Centro, Dr. Amauri Lima Júnior. Nosso reconhecimento estende-se aos Drs. delegados e escrivães das delegacias visitadas, particularmente ao Dr. Paulo

Roberto da Silva, pela orientação na leitura de informações que só a experiência torna inteligíveis. Somos gratos à cooperação do Dr. João Batista Porto, Chefe da Seção de Estatística da Secretaria de Estado de Polícia Civil, que realiza, longe do olhar do grande público, uma tarefa da maior importância. Finalmente, devemos mencionar que, desde os primeiros passos deste projeto, o Dr. Fernando Peregrino, superintendente da FAPERJ, esteve presente, apoiando e sinalizando, para nós, o ideal que poderia ser representado pela combinação entre rigor acadêmico e responsabilidade social.

(2) Três outras rubricas, com as quais opera a Polícia Civil, podem incluir casos que, a rigor, se houvesse investigação adequada, aumentariam os números relativos a homicídios dolosos (ou mesmo a roubos seguidos de morte): "encontro de cadáver", "morte suspeita" e "encontro de ossada" (vide tabelas 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Seria mais grave inflacionar artificialmente as rubricas com as quais trabalhamos do que respeitar a classificação policial. É importante, todavia, ter presente que os números de vítimas e registros, evidências básicas da pesquisa, muito provavelmente não traduzem com fidelidade a "realidade dos fatos" (isto é, a quantidade exata das ocorrências visadas), mas indicam a dinâmica das práticas por eles referidas, suas respectivas acelerações ou desacelerações etc. Afinal, não há razão suficientemente forte e consistente que desautorize a suposição de que a parcela relativa de perda (ou de subnotificação) seja constante, não influenciando, assim, na descrição diacrônica propiciada pelos indicadores "homicídios dolosos" e "roubos seguidos de morte".

(3) É importante lembrar que a vítima fatal pode ser o próprio assaltante.

ASSINATURAS



SEMANAL



BIMESTRAL

Assine as publicações regulares do Partido Comunista Português – PCP
Remessa pelo correio a partir de São Paulo - SP (portes incluídos)

- **AVANTE!** Jornal semanal, 24 números, 6 meses R\$ 60,00
- **AVANTE!** Jornal semanal, 12 números, 3 meses R\$ 30,00
- **O Militante** Revista bimestral, 6 números, 1 ano R\$ 18,00

Remeta-nos um cheque no(s) valor(es) acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____

DISTRIBUIDOR
NO BRASIL



Ebrasil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 604-1748 Fax 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite catálogo

Para um quixote dos pampas

*Soube da tua morte numa banca de jornal
em uma nota pequenina da primeira página*

*não posso dizer que fiquei triste de saudades
que senti pena de ti ou de mim
sei que chorei
um choro calado, sem lágrimas
como se chorasse através dos teus versos*

*tão acostumados estávamos com tua velhice
de mais de oitenta anos
que te imaginava eterno
parindo sempre versos novos
combinações de antigas
com recém-nascidas palavras*

*ironicamente o jornal me diz
que "mário quintana morreu
no hospital moinhos de vento"
e fico lembrando que fostes
ao mesmo tempo sancho e quixote
(estranhas combinações encerras por sobrenome)*

*pena que hoje não haja mais ilhas
que pudessem ter sido governadas por ti
e um jogo sujo de interesses
tenha te negado a imortalidade acadêmica
que tanto querias
(quem sabe não perdestes lá grande coisa)*

*soube da tua morte numa sexta-feira
numa cidade em que o sol parece
mais soberano
que no resto do mundo
e mesmo tão longe de ti
senti como se estivesses
lado a lado conosco*

*reli teus versos com medo de que agora
também eles desaparecessem de minha estante
querendo ávido retê-los na memória
para que não fossem embora contigo*

*não me embriaguei na tristeza
nem os homens ao meu redor
viram a dor em meu rosto sereno
(a dor eu coloquei numa folha de papel)*

*lembro que de ti disseram ser
o último lírico
partes deixando em mim a sensação
do último cavaleiro*

JOÃO DE OLIVEIRA

As novas técnicas de cooptação do capital

Controle da Qualidade Total – Uma nova pedagogia do capital, Fernando Fidalgo e Lucília Machado (org.), Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1994.

Minas Gerais é hoje um dos principais centros irradiadores das novas técnicas de gerenciamento do capital, através da badalada Fundação Christiano Ottoni. Seus “especialistas”, com destaque para Vicente Falconi, dão palestras e assessoram grandes empresas em todo o país, divulgando as “mil maravilhas” do vulgarmente conhecido modelo japonês de gestão do trabalho. Para os empresários, enfatizam as vantagens do aumento da produtividade e da redução de custos. Para a sociedade, falam na democratização e humanização do trabalho e na melhoria da qualidade dos produtos e serviços.

O livro, organizado por Fernando Fidalgo e Lucília Machado, com apoio do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, propõe-se exatamente a fazer o contraponto à mais recente coqueluche do patronato. Visa desmascarar esta “nova pedagogia do capital”. Seu maior mérito é que não fica na crítica genérica às formas mais sutis e inteligentes de exploração do capital. A partir do estudo do fato material produzido pela Fundação Christiano Ottoni, ele destrincha os verdadeiros objetivos deste modelo de administração, analisando sua ideologia de fundo, seus recursos, suas “ferramentas” etc.

Conforme afirmam no prefácio, o TQC (Total Quality Control), “na sua expressão aparente, diz-se interessado na qualidade do produto ou serviço, cujo conteúdo se resume na ‘satisfação do cliente’. O seu alvo essencial é, contudo, o controle do processo de trabalho através de formas requintadas de incorporação do saber dos trabalhadores, dadas pelo envolvimento incitado, cooptado e manipulatório de sua participação na gerência dos processos”. Este modelo, garantem os autores, está sintonizado com a lógica neoliberal de reconversão produtiva, que tem como base a acirrada competitividade num mercado restrito e em crise profunda – do qual milhões de seres humanos estão excluídos e marginalizados.

O livro procura demonstrar que estas técnicas de gerenciamento produzem forte impacto no mundo do trabalho e na sociedade em seu conjunto, atingindo os mais diversos setores da economia. Vários capítulos tratam exclusivamente dos efeitos na área de educação, que tende a ser mais elitizada e tecnicista. Ele também dá destaque à questão da subjetividade dos trabalhadores, duramente afetada por estas inovações, e alerta o sindicalismo para os novos obstáculos e desafios. Além disso, dá algumas pistas sobre a vulnerabilidade deste modelo do ponto de vista das elites dominantes.

Após apontar que estas técnicas exigem o domínio da mente do trabalhador, através do envolvimento pessoal, da colaboração voluntária, do estímulo à criatividade limitada, entre outros fatores, Lucília Machado indaga: “Não será esta potencialidade somente usufruída pelo trabalho humano, a chave crucial a ser incluída nas negociações atuais, capaz de dar ao trabalhador um novo alibi na sua permanente luta pelo reconhecimento do valor de seu trabalho? Essa prerrogativa tem um valor estratégico. De que forma ela deve orientar as atuais lutas sindicais?”

Estas e outras questões estão na ordem do dia e exigem respostas satisfatórias de todos os interessados no avanço da luta pela emancipação dos trabalhadores. O diagnóstico rigoroso das mutações produzidas pelas novas técnicas de gerenciamento e, mais do que isto, o delineamento de alguns dos novos e intrigantes desafios das forças classistas ganham importante tento com a publicação deste livro.

Altamiro Borges

Experiências reforçam tradição marxista

A vingança da história – O marxismo e as revoluções do Leste europeu, Alex Callinicos, Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1992.

No rumo dos que contestam a avassaladora onda de negação do socialismo e de apologia do capitalismo, esta obra apresenta instigantes contribuições. Conforme alerta o autor, “este livro é uma defesa do marxismo, embora feita de um ponto de vista que a maioria dos intelectuais marxistas consideraria excêntrico”. Muitas de suas opiniões são polêmicas, até “excêntricas”, mas reforçam o campo dos que lutam contra a lógica burguesa – o que já é um grande feito nestes tempos bicudos.

Nos primeiros capítulos, Callinicos se debruça sobre a evolução dos regimes do Leste europeu, em especial da ex-União Soviética, para “negar que a agonia do stalinismo importe na falência da tradição revolucionária fundada por Marx”. Para ele, o que morreu no Oriente não foi o socialismo, ainda que degenerado, mas sim a sua negação. Daí a esperança de que “este colapso pode, por conseguinte, permitir que a autêntica tradição marxista volte à luz do dia”.

Apesar da crítica contundente ao “período Stálin”, sob uma ótica de viés trotskista, sua análise se diferencia de outras marcadas pelo unilateralismo. Mesmo que a contragosto, ele aponta os fatores objetivos que contribuíram para o fiasco das primeiras experiências socialistas. Em vários trechos, ressalta as “circunstâncias históricas que promoveram a transformação da democracia soviética em um regime

autoritário” – o que não significa qualquer absolvição à “monstruosa distorção stalinista”.

No capítulo seguinte, o livro questiona o chamado “triunfo do Ocidente”. Detona idéias tão em voga na atualidade como a de que não há nenhuma alternativa ao capitalismo liberal-democrático e que este sistema passará por uma nova era de progresso. Callinicos retoma a velha tese de Marx sobre a queda da taxa de lucro como a principal causa das crises econômicas do capital. Os dados e argumentos são demolidores e servem também para bombardear qualquer ilusão com a social-democracia – identificada por ele como cúmplice do “avanço neoliberal” no mundo.

No final, após apontar os descaminhos do Leste europeu e rechaçar a “nova ordem” capitalista, o autor apresenta algumas reflexões estimulantes sobre a construção do socialismo. Neste ponto, enfrenta questões delicadas e decisivas, como a da relação entre mercado e planificação, o nó da democracia socialista, e outras. E sempre de maneira polêmica, como a travada com Alec Nove sobre o “socialismo de mercado” e com Norberto Bobbio sobre os limites da democracia liberal.

Como conclusão, Callinicos reafirma sua opção socialista. “Em São Paulo e em Varsóvia, em Joanesburgo e em Londres, em Seul e em Moscou, no Cairo e em Nova York, as mesmas opções básicas são colocadas. Deixamos o mercado vencer, com todas as desastrosas conseqüências que isso terá para o bem-estar da humanidade e, talvez, para a sobrevivência da terra? Vamos procurar humanizá-lo, como a social-democracia vem tentando fazer, sem sucesso, desde os primórdios do século? Ou vamos lutar para substituir a anarquia e a injustiça do capitalismo por um sistema social baseado no controle coletivo e democrático dos recursos do mundo pelos trabalhadores?”

“Deve estar bem claro que prefiro a terceira dessas alternativas e que acredito que o marxismo clássico represente o melhor caminho para concretizá-la. ‘Melhor’ não significa perfeito. Há, sem dúvida, muitas perguntas que os socialistas revolucionários têm ainda que responder ou responder satisfatoriamente. Não obstante, o marxismo clássico é a única tradição que possui os recursos teóricos e políticos necessários para enfrentar as questões com que ora nos deparamos.”

Altamiro Borges

Viagem pelo mundo da estética

Estética: de Platão e Peirce, Lúcia Santaella, São Paulo, Editora Experimento, 1994.

À primeira vista parece impossível cobrir tantos anos de história da filosofia em apenas duzentas páginas. Mas, ao começarmos a leitura de *Estética: de Platão e Peirce*, enten-

demos a intenção da autora e acompanhamos com curiosidade essa viagem pelo mundo da estética.

Lúcia Santaella é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, e há vários anos, com grande competência, vem se dedicando a estudar e divulgar a obra de Charles Sanders Peirce (1839-1914), o criador moderno da semiótica, ciência que tem por finalidade o estudo de todas as linguagens possíveis e a interação dessas com o homem e seu mundo.

Pierce, lógico por formação, é mais conhecido pela sua filosofia dos signos. Ao iniciar seus estudos, o filósofo se deu conta de que não há nenhuma forma de pensamento que possa se realizar só através de símbolos. Daí sua preocupação no estudo dos signos para compreender a forma de raciocínio. Para Peirce, signo é absolutamente tudo aquilo que significa algo para alguém em algum lugar. Mas o trabalho desse estudioso americano é muito mais amplo e profundo do que isso. É essa a área de estudo de Santaella, hábil em transformar palestras e discussões em livros.

Nesse livro, em especial, ela levanta a questão da estética, dentro da filosofia peirceana, lembrando que é uma das áreas ainda pouco estudadas do autor, praticamente inédita.

A palavra estética, derivada do grego, significa sentir, mas sentir num sentido amplo, com todos os sentidos. O primeiro a levantar questões relativas à estética, à criação, foi Platão em sua teoria sobre o belo e a mimese. Seu diálogo *Fedro* é fundamental como introdução ao estudo da estética. Para Platão a beleza é essencial para atingir o mundo das idéias. A beleza é a idéia visível, é por meio dela que chegamos à verdade. Mais tarde, cansado e desiludido com a decadência da sociedade ateniense, Platão escreve *República*, em que imagina uma cidade ideal e justa. Expulsa os artistas dessa cidade e cria a teoria da imitação (*mimesis*), afirmando que a pintura só imita a aparência da realidade. Essa teoria da arte como imitação dominaria a estética até o século XVIII, quando Kant, na sua obra *Crítica do julgamento* (1790), inaugura uma nova visão estética, pensando a obra de arte em si. Não existe conceito anterior nem idéia a ser seguida.

Dando mais ênfase a esses dois filósofos, Santaella expõe, na primeira parte do livro, uma panorâmica das várias escolas estéticas, de Platão e Aristóteles a Santo Agostinho e Kant e de Schiller a Hegel. Tudo para chegar à conclusão que estética sempre foi sinônimo de belo. É uma passagem superficial, até porque a autora não é filósofa, nem sua intenção é fazer uma enciclopédia estética. Essa discussão primeira vai servir de pano de fundo para a discussão da estética na obra de Peirce, que é tratada na segunda parte do livro.

Santaella chama a atenção para o fato de Peirce, que apesar de ter bebido na fonte desses filósofos, ter desenvolvido uma teoria própria sobre o tema, destruindo as crenças de

que estética seria simplesmente sinônimo de belo. A autora lembra que, segundo o filósofo, “assim como a ética não está preocupada em dizer o que é certo ou errado, mas sim com o que deveria ser o esforço humano, a estética não está voltada para o que é ou não belo, mas para aquilo que deveria ser experimentado por si mesmo, em seu próprio valor”.

A estética seria uma ciência normativa, assim como a ética e a lógica. A estética se relacionaria com os sentimentos, a ética com a ação e a lógica com o pensamento. Com esses conceitos Peirce estaria nadando contra a corrente, deslocando a estética do subjetivismo, desviando a atenção da qualidade do sentimento para a qualidade do objeto. Não existiria objeto estético, mas sim signo estético, o que permite que o elenco de interpretantes se alargue, possibilitando uma interpretação mais maleável.

Este livro de Santaella é apenas um começo para a discussão da estética na semiótica. Ao terminar a leitura, fica-se com a necessidade de algo mais. A grande importância dessa obra é a quantidade de informações que a autora nos oferece, além da extensa bibliografia no final do livro, o que desperta nosso interesse para uma busca mais profunda da história da estética.

Simonetta Persichetti

Conhecimento e saber escolar

Saber escolar, currículo e didática, Nereide Saviani, Campinas, Editora Autores Associados, 1994.

Este livro de Nereide Saviani merece leitura atenta e cuidadosa, é daquele tipo que nos obriga a demarcar, mapear seu conteúdo e reservar para depois a possibilidade do prazer da retomada e do reencontro – como quando desfrutamos de um precioso objeto. Não é sempre que temos o privilégio de ter acesso a um texto que alia, sabiamente, forma e conteúdo, destacando-se pela inovação e a precisão conceitual.

A autora tem, ainda, o mérito de desenvolver uma densa e irrequieta problematização, própria dos que se habituaram a travar com ardor um profícuo diálogo com a realidade social e educacional e com as correntes de pensamento que alicerçam os debates políticos e pedagógicos contemporâneos.

Este feliz resultado expressa o acerto na seleção da temática, atual e polêmica: o problema da conversão do conhecimento em saber escolar, tendo por eixo a relação entre conteúdo e método, na constituição de disciplinas e na elaboração de currículos e programas escolares. Devem também ser registrados a escolha do tratamento da questão – o resgate de aportes teóricos, distintos pelo caráter da abordagem e da peculiaridade do foco – e a propriedade, a segurança e a capacidade com as quais examina cada recorte

em que se desdobram as questões examinadas e o alcance das respostas dos autores selecionados.

As perguntas são amplas e complexas e comportam diferentes posicionamentos: “O que é saber escolar?”, “Como se constitui?”, “Como se organiza?”, “Como o saber é produzido nas situações de ensino/aprendizagem?”, “Como é transmitido e assimilado?”, “Qual a relação entre disciplinas escolares e saberes de referência?”, “O que se deve conceber por conteúdo e método de ensino?”, “Como esses elementos se relacionam ou devem se relacionar?”, “Em que consiste e a que se deve o tratamento dicotomizado da relação conteúdo e método?”, “Como alcançar o objetivo de fazer com que o aluno realmente aprenda?”

O trabalho tem como referência princípios amplamente reconhecidos: a correspondência entre o conhecimento transmitido e a realidade do aluno; a globalidade do conhecimento; a relação entre domínio de conhecimento e processo de aquisição de conhecimento; a importância de se trabalhar o essencial; a estrutura de cada área do conhecimento; a compreensão do método não como instrumento mas como trajetória etc.

A familiaridade com tais questões permite à autora definir os termos através dos quais delimita suas preocupações: o pressuposto de que a relação entre conteúdo e método implica a relação entre sujeito e objeto; a idéia de que para captar a relação dialética entre conteúdo e método é necessário desvelar a estrutura do objeto e a estrutura do sujeito; e a consideração de que, na dialética do processo pedagógico, a relação conteúdo e método implica, necessariamente, a relação entre currículo e dialética.

No curso de sua investigação, Nereide identifica e analisa quatro abordagens básicas e alguns enfoques dentro de cada uma, mediante os quais se conformam as matrizes do pensamento pedagógico que balizam o debate contemporâneo sobre a problemática em tela.

A primeira, de corte sociológico, enfatiza a relação entre a escola e a sociedade, evidenciando a subjacência dos interesses sociais na organização dos currículos. A segunda abordagem salienta os aspectos psicológicos relativos à aprendizagem, dirige-se para a compreensão da estrutura do sujeito, com o objetivo de pensar o currículo na sua relação com as características, necessidades e interesses dos alunos. A terceira, voltada para as questões lógicas, destaca o tema do conteúdo e reflete os problemas do currículo em relação ao desvelamento do objeto. Por último, a abordagem que tenta articular os aspectos lógicos e psicológicos, com ênfase para a problemática do desenvolvimento dos conceitos científicos e da relação entre disciplinas escolares e ciências de referência.

Esta categorização foi sistematizada a partir de dois eixos de problematização: o primeiro, referenciado na expe-

riência prática da autora na elaboração de propostas curriculares; o segundo, a partir dos pressupostos teóricos que emergiram de suas reflexões.

Todas as abordagens primaram pelo ângulo normativo do “dever ser”, mas a análise da autora voltou-se também para a identificação, na obra recente de historiadores do currículo, do que efetivamente a realidade social tem implementado. Tal contraponto constitui mais uma referência no enriquecimento da problematização já tão bem trabalhada.

Se nem todas as questões formuladas puderam ser respondidas, tal fato não constitui demérito mas uma vantagem a mais desta obra, que pela sua densidade e alcance abre chances e suscita novas indagações para a continuidade da pesquisa e do debate sobre as questões aqui levantadas. Este livro constitui-se, portanto, numa referência obrigatória para todos os que se preocupam com o avanço da teoria da educação na atualidade.

Lucília Machado

De novo o Leste europeu

“Conceitos fora do lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os Estados socialistas do Leste”, Luis Fernandes, in *Dados, Revista de Ciências Sociais*, nº 2, v. 37, Rio de Janeiro, 1994.

A derrocada da União Soviética e do Leste europeu vem induzindo todo um processo de crise e realinhamento no movimento socialista. Por trás das vacilações e mesmo conversões que se produzem nesse campo, e ao lado da escala de valores ideológicos, morais, éticos, de compromisso militante com a luta pela transformação social, encontra-se um denominador comum: o da insuficiência do desenvolvimento da teoria, capaz de dar conta não só dos fenômenos passados em seu desenvolvimento como das perspectivas renovadas dessa luta do presente. Isto se reflete em todo o ambiente de produção teórica, dentro e fora dos meios acadêmicos, através de um duro processo de quebra e busca de referenciais. Nesses marcos, a teoria de Estado e a questão do socialismo e da democracia vêm ocupando um papel muito destacado.

É nesse terreno que se situa o trabalho de Luis Fernandes. Ele parte de “uma resenha crítica das principais interpretações dos Estados socialistas do Leste pelas ciências sociais ocidentais”, enfocando mais estritamente a abordagem teórica gestada no âmbito da sociologia e ciência política nos meios acadêmicos anglo-saxões (Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá e Austrália).

O autor vai como que exumando, com perspicácia e profundidade, o arsenal teórico produzido para interpretar os Estados socialistas pelos principais paradigmas desenvol-

vidos no âmbito proposto pelo estudo: as teorias do totalitarismo, as teorias do pluralismo e de grupos de interesse e as teorias do corporativismo e neocorporativismo. Categorias como a de os Estados socialistas serem “Estados totalitários”; análises negando qualquer autonomia substancial ao Estado ou centradas na predominância de grupos burocráticos em seu interior; ou mesmo a negação de uma teoria de Estado e da interação objetiva entre este e os interesses constituídos na sociedade – todos esses fatores foram gerados no âmbito dessas teorias. O artigo argüi que todas essas “explicações” padeceram de limitações intrínsecas e de não abordarem os fenômenos sociais em sua integridade e inter-relação, em seu desenvolvimento histórico, como também de partir acriticamente de um referencial liberal de Estado e democracia, supostamente universal, com base na separação entre esfera “pública” e “privada”. Tais limitações e contradições das três teorias analisadas foram agravadas com a sua transplantação ao estudo dos Estados do Leste. O resultado foi a produção de um conhecimento distorcido e enganoso, incapaz de dar conta do desenvolvimento anterior dos países socialistas e, ainda mais, no presente, da crise multilateral que assola os seus atuais processos de transição. Ou seja, são conceitos que “não passam no teste crucial de validade” e da correspondência de seu marco teórico com o desenvolvimento objetivo da realidade social que pretende examinar, explicar e/ou classificar.

Demonstração muito relevante, ainda hoje. Porque a assim chamada “soviologia” foi uma verdadeira usina de idéias na guerra sem quartel que foi a Guerra Fria, que empenhou levadas de acadêmicos e marcou mais de uma geração. Do âmbito das três teorias referidas (sobretudo das teorias de totalitarismo), conceitos e categorias foram gerados e nutridos pela ideologia e propaganda anticomunista, tendo se transformado tanto em instrumento quanto em visão de mundo dos setores mais belicosos e agressivos do *establishment* norte-americano.

Entretanto, o autor não faz concessões teóricas. Demarca com a perspectiva positivista de pretender uma pesquisa neutra dos fenômenos sociais. Demarca com o “modismo intelectual pós-moderno” de conceber a teoria social como mera “narrativa com propósito moral”, que parte da identidade entre sujeito e objeto e releva apenas critérios subjetivos (éticos ou estéticos) para julgar a sua validade, condenando a pesquisa a uma teorização dogmática e auto-referida. Ele vai firmar sua visão de que não basta explicitar valores e perspectivas subjacentes a uma explicação/classificação teórica para negar sua validade. Isto é apenas um lado da questão, não é sequer o mais importante. O aspecto crucial é o que confronta a capacidade de cada explicação e/ou classificação dar conta do desenvolvimento da realidade social que examina. Isso significa que, se não podemos nos

RESENHAS

aferrar a qualquer princípio de neutralidade na explicação científica, a objetividade continua sendo o critério crucial de sua validade” (p. 187).

O referencial teórico alternativo que Luis Fernandes propõe para a compreensão da dinâmica dos Estados socialistas é o marxismo. Não sem referir a sua própria crise teórica, “que está no fundo do próprio colapso do antigo campo socialista”. Destaca, notadamente, que o processo político nas experiências socialistas de nosso século evoluíram para conferir aos aparelhos de Estado (em fusão com o partido dominante) marcado grau de autonomia e de separação com as forças sociais que lhes deram origem, não corroborando a evolução prevista de definhamento do poder do Estado com a eliminação da propriedade privada.

Mas ele distingue a crise teórica do marxismo do impasse a que chegaram as outras perspectivas teóricas apontadas no artigo. “Fundamentalmente (...) o marxismo [contém] dentro de si os fundamentos teóricos e metodológicos necessários para sua superação.” Situa metodologicamente, para o estudo em questão, alguns pilares centrais na perspectiva marxista – reconhecer a objetividade dos processos sociais; abordá-los como um todo integrado, complexo e contraditório, em seu desenvolvimento histórico e em sua integração sistemática; identificar no dinamismo das formas de produção a chave fundamental (mas não exaustiva) e o reco-

nhecimento das relações de classe como dimensão central (mas não exclusiva) da agregação de interesses da sociedade para entender o desenvolvimento do sistema.

Com seu trabalho Luis Fernandes vai pavimentando o caminho de uma sólida elaboração teórica. Sua pesquisa foi efetuada na London School of Economics. Para nós, que o conhecemos de perto e que não partilhamos de seu convívio durante o ano em que passou na Inglaterra, fica necessário o registro de uma importância subjacente do trabalho. Luis Fernandes não é apenas intelectual que trata com consequência sua vida acadêmica, mas faz de seu trabalho de pesquisador uma arma de combate, de polêmica ligada concretamente às perspectivas da luta política da classe operária pela transformação social. Ou, ao reverso, como membro da direção nacional do PCdoB, encara a luta teórica como uma aguda exigência da atividade política, pois sabe ser necessário escalar as escarpadas montanhas do saber para conferir perspectivas concretas à luta socialista na atualidade. Como ele mesmo afirma: “Só podemos confrontar problemas teóricos fundamentais produzindo mais e melhor teoria, sem ilusões de que o recuo para o ecletismo ou a multiplicação de estudos empíricos guiados por um pensamento inconsciente irão resolver nossos desafios teóricos”.

Walter Sorrentino

Livros com até 50% de desconto

<i>Dialética radical do Brasil negro,</i> Clóvis Moura, 248 pág.	R\$ 18,00
<i>Cadernos negros 17,</i> poetas do Quilombhoje, 80 pág.	R\$ 6,00
<i>Obras escolhidas,</i> G. Plékhhanov (capa dura), 390 pág.	R\$ 15,00
<i>Lênin – Biografia ilustrada,</i> Bolsanello, 128 pág.	R\$ 9,36
<i>A mãe,</i> Máximo Gorki, 320 pág.	R\$ 15,00
<i>A II Internacional – Pelos seus congressos,</i> E. Carone, 132 pág.	R\$ 9,60
<i>URSS – Ascensão e queda,</i> Luis Fernandes, 2ª ed., 272 pág.	R\$ 18,00
<i>Marx e os sindicatos,</i> D. Losovski, 216 pág.	R\$ 15,60

<i>Manifesto do Partido Comunista,</i> Marx e Engels, 72 pág.	R\$ 5,16
<i>Rio Maria – A terra da morte anunciada,</i> Moacyr de O. Filho, 128 pág.	R\$ 9,00
<i>O socialismo vive</i> (documentos do 8º Congresso do PCdoB), 110 pág.	R\$ 5,16
<i>Socialismo – Ideal da classe operária,</i> J. Amazonas, 3ª ed., 120 pág.	R\$ 8,40
<i>Problemas econômicos do socialismo na URSS,</i> Stálin, 100 pág.	R\$ 7,20
<i>AIDS na rota da cocaína,</i> Fábio Mesquita, 72 pág.	R\$ 5,16
<i>Reportagem sob a força,</i> Julius Fucik, 120 pág.	R\$ 8,40
<i>Araguaia – Relato de um guerrilheiro,</i> Glênio Sá, 52 pág.	R\$ 3,84

Na compra de dois exemplares, desconto de 15%; de 3 a 5 exemplares, desconto de 30%; de 6 ou mais exemplares, desconto de 50%.
Validade: até abril de 1995.

Enviar cheque nominal para até 15 dias ou vale postal ou depositar em conta da Editora Anita Ltda., Banco Itaú, São Paulo, agência 251, c.c. nº 48678-3.

Pedidos para:

Editora Anita Ltda.: Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - Bela Vista - Tel.: (011) 605-8150 - São Paulo - SP - CEP 01320-020

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.



DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA



PRINCÍPIOS

**A DIFERENÇA É
CONTEÚDO**

Nome _____

Endereço _____ Telefone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual: - R\$ 20,00

Assinatura anual de apoio: - R\$ 30,00

Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda. Ou efetue o pagamento com cartão CREDICARD. Neste caso anexe ao pedido dados do cartão: Nº _____ Validade: mês _____ ano _____

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 605-8150

Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, o **TOM**, é um dos mais importantes nomes da Música Popular Brasileira. Um dos criadores da Bossa Nova, deixou cerca de 400 composições, entre elas muitos clássicos que influenciaram gerações (*Se Todos Fossem Iguais a Você, Garota de Ipanema, Chega de Saudade, Desafinado, Sabiá, Águas de Março...* e tantas mais). Foi o **Maestro Soberano**:

“quase todos da minha geração se tornaram compositores por causa dele”, reconheceu Edu Lobo.

Tom continua mais vivo do que nunca. O grande músico que não se restringiu aos modismos, sempre se renovou e suplantou seu próprio movimento, capacitando-se à vaga de herdeiro de Villa Lobos ao unir o erudito e o popular, permanece na alma brasileira, que ficou desafinada no último dia 8 de dezembro.

MARCOS RUY

